

**“Aqui na cidade
nada sobra para ajudar”**

**Paul Robson
Sandra Roque**

**ADRA
Dw**



A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) é uma organização não-governmental angolana, sem fins lucrativos, que foi fundada em 1990.

A ADRA tem como objectivo contribuir para um desenvolvimento apropriado, participativo e sustentável, ligado estreitamente ao fortalecimento dos processos de democratização da sociedade Angolana.

ADRA em Angola: dg.adra@angonet.org

A Development Workshop (DW) é uma organização sem fins lucrativos que trabalha na melhoria das condições de vida das comunidades mais pobres, colocando ênfase na habitação, planificação de assentamentos humanos, água e saneamento, saúde, micro-empresas e alívio em situação de desastres. O objectivo é ajudar as comunidades e as organizações locais capacitando-as para resolver os seus problemas e aproveitar as suas oportunidades. A DW foi fundada em 1973 e trabalha com ONGs, com governos locais e nacionais e com organizações internacionais em mais de 30 países.

Escritório em Angola: dwang@angonet.org

Escritório no Canadá: devworks@web.ca

Escritório na Europa: dwf@dwf.org

**“AQUI NA CIDADE
NADA SOBRA PARA AJUDAR”**

**BUSCANDO SOLIDARIEDADE
E ACÇÃO COLECTIVA
EM BAIRROS PERI-URBANOS DE ANGOLA**

**PAUL ROBSON & SANDRA ROQUE
DEVELOPMENT WORKSHOP - OCCASIONAL PAPER Nº 3**

Publicado pela primeira vez em 2001

ISBN 0 - 9688786 - 3 - 6

Publicado pela Development Workshop

PO Box 1834 Guelph Canada N1H 7A1

Tel (1 – 519) 763 3978

Fax (1 – 519) 821 3438

E-Mail devworks@web.net

A pesquisa foi coordenada em colaboração com:

Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA)

Praceta Farinha Leitão 27

CP 3788 Luanda Angola

Tel (244 - 2) 396 683

Fax (244 - 2) 396 683

E-mail dg.adra@angonet.org

A pesquisa e a publicação deste 'Occasional Paper' foi levada a cabo com o apoio do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, Ottawa, Canada (IDRC).

Impresso pela SSP em Amsterdão.

AUTORES	Paul Robson e Sandra Roque
PESQUISADORES	Ana Maria de Carvalho, Sandra Roque e Paul Robson
DESENHO GRÁFICO	Margrit Coppé
MAPA	Katuzolo Sanza Paulina, Development Workshop Angola
FOTOGRAFIAS	
Capa	Margrit Coppé <i>Trocar Kwanzas nas ruas do Huambo. Na cidade tudo custa dinheiro, mas muita gente tem pouco</i>
Capítulo 2	Margrit Coppé <i>Vista aérea dos bairros peri-urbanos do Huambo</i>
Capítulo 3	Dorumi Nosanu <i>Chegada de um deslocado a Viana, Luanda</i>
Capítulo 4	Margrit Coppé <i>Bairros peri-urbanos de Luanda</i>
Capítulo 5	Henrietta Koning <i>Raparigas fazendo tranças</i>
Capítulo 6	Margrit Coppé <i>Bicicleta de fabrico caseiro</i>
Capítulo 7	Myeong Seob Jeong (Padre João Coreano) <i>Actividades religiosas</i>
Capítulo 8	Margrit Coppé <i>Estudando para os exames</i>
Capítulo 9	Henrietta Koning <i>Solidariedade nos bairros peri-urbanos</i>

AGRADECIMENTOS

Filomena Andrade e João Cunha que começaram a pesquisa inicial no Huambo e contribuíram na estruturação deste projecto.

Maria da Conceição Neto que forneceu importantes comentários sobre os aspectos históricos da pesquisa.

O pessoal da Development Workshop e da ADRA em Luanda, em particular Fernando Pacheco, Allan Cain e Mary Daly, que deram contribuições importantes durante a pesquisa.

O pessoal da ADRA e ACORD no Lubango, e da Development Workshop no Huambo, que realizaram as entrevistas com os residentes nos bairros peri-urbanos dessas cidades.

Os residentes dos bairros peri-urbanos do Lubango, Huambo e Luanda que participaram nos grupos de discussão ou entrevistas sobre a deslocação para as cidades, instalação nos bairros peri-urbanos e o impacto destes processos nas suas vidas.

MAPA DE ANGOLA



CONTEÚDO

AGRADECIMENTOS

I	INTRODUÇÃO: RAZÕES, ORIGENS E BASES DA PESQUISA	8
II	CONTORNOS HISTÓRICOS: CRESCIMENTO URBANO E MUDANÇA SOCIAL RURAL AO LONGO DO SÉCULO XX	18
III	AS MIGRAÇÕES NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA	42
IV	CARACTERIZAÇÃO DAS ZONAS DE ESTUDO	68
V	SOLIDARIEDADE, ENTREAJUDA NAS ZONAS PERI-URBANAS	94
VI	A ACÇÃO COLECTIVA NAS ZONAS PERI-URBANAS	112
VII	AS IGREJAS NA VIDA SOCIAL DOS BAIROS PERI-URBANOS	136
VIII	A ACÇÃO COLECTIVA E A GOVERNAÇÃO LOCAL	152
IX	CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES	166
	BIBLIOGRAFIA	180

**I . INTRODUÇÃO:
RAZÕES, ORIGENS
E BASES DA PESQUISA**

CONTEÚDO

I	INTRODUÇÃO: RAZÕES, ORIGENS E BASES DA PESQUISA	
1.	RAZÕES E ORIGENS	2
1.1	Organizações comunitárias, acção colectiva e “reconstrução social”	2
1.2	A dificuldade em localizar e compreender as organizações comunitárias	4
2.	QUESTÕES E HIPÓTESES NA BASE DA PESQUISA	5
3.	PRIMEIROS CONCEITOS	7
3.1	Acção colectiva e organização	7
3.2	Sobre as relações entre o “urbano” e o “peri-urbano” nas cidades angolanas	10
4.	AS CIDADES INCLUÍDAS NA PESQUISA	12
5.	METODOLOGIA	12
5.1	Questões que orientaram a pesquisa	12
5.2	O processo de pesquisa qualitativa	14
5.3	A recolha de dados	14
5.4	A análise	16

1. RAZÕES E ORIGENS

1.1 Organizações comunitárias, acção colectiva e “reconstrução social”

Durante a década de 90, à semelhança do que acontecia em outros países, várias organizações de desenvolvimento trabalhando em Angola procuraram introduzir uma “abordagem a partir das comunidades”¹ nos seus projectos. Tentavam as organizações, dessa forma, fazer com que as actividades de desenvolvimento respondessem realmente aos interesses e preocupações dos beneficiários dessas acções. As razões para este tipo de orientação apoiavam-se em:

- facto de as necessidades em Angola serem enormes e de, por isso, vir a ser necessário mobilizar todos os cidadãos para enfrentar os desafios de reconstrução e desenvolvimento;
- a constatação de que as entidades governamentais mostram maior interesse em projectos grandes, ambiciosos e centralizados, dentro de uma visão “modernizadora” do desenvolvimento, que só a longo prazo terão eventualmente impacto na vida da maioria da população;
- a percepção da necessidade de uma maior e mais alargada participação comunitária na planificação, implementação e avaliação do processo de desenvolvimento, e nos mecanismos de gestão e de manutenção das infra-estruturas criadas.

Na busca de um envolvimento substancial das comunidades nos processos de reconstrução e desenvolvimento, certas organizações procuraram ir mais longe, adoptando para isso uma “estratégia de reconstrução da sociedade civil”.² Esta estratégia baseava-se na hipótese segundo a qual, em “situações de emergência politicamente complexas” e de “reconstrução pós-conflito”,³ a pobreza e a vulnerabilidade das populações são não somente consequência da perda material, mas também resultado da fragilização da estrutura social. Se assim é, para a reconstrução do país e o seu desenvolvimento é necessário que se recomponha o tecido social e que, em particular, se criem mecanismos, dentro da sociedade, que levem as pessoas a, de novo, trabalharem em conjunto.⁴

1 “Community-based approach” em inglês

2 “Civil society rebuilding approach” em inglês

3 “Complex political emergencies” e “post conflict reconstruction” em inglês

4 Por exemplo: Fagen (1995), Stiefel (1998), Harvey (1998), Duffield (1994), Colletta and Cullen (2000), Prendergast (1997), Norton (1999), Anderson and Woodrow (1989).

Uma tal estratégia implica a reconstituição da capacidade das instituições e organizações comunitárias que, por promoverem a solidariedade e a acção colectiva, favorecerão a recomposição de estruturas civis e políticas no interior da sociedade.

Respondendo a esse espírito, foi-se afirmando, em Angola, durante o período de implementação do Protocolo de Lusaka, a ideia segundo a qual a reconstrução pós-conflicto, a reconciliação e a consolidação da paz dependiam da participação dos angolanos nesses processos, em particular as comunidades rurais e peri-urbanas. Os documentos do Programa de Reabilitação Comunitária e Reconciliação Nacional para a Mesa Redonda de Doadores de Bruxelas, de Setembro de 1995, notavam, por exemplo, que “a reconstrução em Angola depende da capacidade de reabilitar as infra-estruturas económicas e sociais através de programas de reabilitação e reconstrução comunitária” (Angola, 1995). Ao colocar a prioridade das iniciativas ao nível das comunidades, o documento exprimia assim a esperança de que os programas de reabilitação e reconstrução pudessem ultrapassar as instituições centralizadas e debilitadas do Estado e permitir às comunidades participar significativamente na planificação e reabilitação das suas áreas, assim como, obter maior controle sobre o resultado e o uso das suas contribuições.

No entanto, a consciência da necessidade de uma “reconstrução social” era simultaneamente acompanhada pelo receio de que as comunidades angolanas tivessem atingido um nível tal de desestruturação que tornasse esse objectivo irrealizável. Os documentos do Programa de Reabilitação Comunitária e Reconciliação Nacional exprimem aliás este receio, afirmando que “o tecido social do país foi destruído”, que “o êxodo para as cidades corroe a coesão tradicional da sociedade rural” e que “a desintegração social provocada pela guerra tem reflexos na ausência de estruturas comunitárias de base” (Angola, 1995). Segundo Sogge (1996), os angolanos só conseguiram sobreviver durante 40 anos de turbulência, ao longo dos quais o apoio do Estado ou de outras instituições foi escasso, porque existiam mecanismos de ajuda mútua, solidariedade e acção colectiva. Isso mostra, defende ainda Sogge, que existe em Angola um potencial para o renascimento de organizações comunitárias que respondam e prestem contas à própria comunidade. No entanto, o mesmo autor nota, simultaneamente, que alguns indicadores deixam suspeitar que a ajuda mútua, a solidariedade e a capacidade de acção colectiva tenham sido danificadas. A incerteza em relação à capacidade de acção colectiva das comunidades deu origem à necessidade de se conhecer mais profundamente o modo como os conflitos (e as várias perturbações e mudanças sociais que estes provocaram) afectaram as estruturas sociais na base da sociedade e a forma como eventualmente estas estruturas podem ser reconstruídas.⁵

⁵ Os documentos seguintes mencionam a hipótese segundo a qual as formas actuais da guerra em África têm um impacto sobre as relações sociais e a confiança mútua. Duffield (1998), Swift (1996), Waal (1996).

1.2 A dificuldade em localizar e compreender as organizações comunitárias

A confirmar os receios e incertezas em relação ao estado das estruturas sociais das comunidades angolanas, estava o facto de as organizações de desenvolvimento, que tinham tentado seguir o tipo de estratégia acima descrito, terem encontrado dificuldades diversas em pô-lo em prática, sobretudo em áreas peri-urbanas. Essas dificuldades levaram a que várias de entre elas tivessem realizado uma pesquisa conjunta, em 1996 e 1997, que, com diversos estudos, tentava melhor conhecer a realidade das comunidades e organizações comunitárias em Angola (ADRA, 1998). Estava assim dado um primeiro passo que procurava colmatar a ausência de informação relativa a realidade social nas aldeias e bairros peri-urbanos angolanos.⁶ A informação recolhida viria igualmente ajudar a reflectir sobre as dificuldades sentidas, pelas organizações de desenvolvimento, na operacionalização de programas de capacitação das instituições comunitárias.

No entanto, após o fracasso do Protocolo de Lusaka e o reinício dos combates (em Dezembro de 1998), numerosas organizações de desenvolvimento deixaram de financiar e de participar em programas de reconstrução. Estas organizações passariam a dirigir a sua intervenção para programas de ajuda de emergência, alegando que a reconstrução deveria esperar pelo fim do conflito. Embora num contexto de retorno à guerra, a ADRA e o DW julgaram importante continuar a aprofundar a exploração da realidade ao nível comunitário numa óptica de reconstrução, em particular nas áreas peri-urbanas, onde vive agora quase metade da população angolana. Como já assinalado, se nessas áreas podem ser concebidos programas mais longos, mesmo na situação actual de instabilidade militar, é igualmente aí onde algumas organizações sentem maior dificuldade em localizar, organizar e apoiar formas organizativas para a acção colectiva. Não poucas dessas organizações exprimem alguma frustração diante de populações peri-urbanas vistas, por vezes, como “viciadas” por não desejarem aparentemente cooperar entre elas, mesmo quando dessa cooperação possa resultar um benefício directo e rápido.

A importância concedida às formas organizativas e à acção colectiva provém da hipótese, já aqui aflorada, segundo a qual a capacidade das pessoas trabalharem em conjunto (ou a capacidade de cooperação) é fundamental quer para a resolução de problemas pontuais (por exemplo, a construção e gestão de infra-estruturas),⁷ quer como contribuição para questões mais amplas tais como o processo de reconstrução e a consolidação da paz.⁸

⁶ **Ver a discussão sobre a ausência de pesquisas sociais em Angola nos anos anteriores à Independência e igualmente nos anos pós-Independência, em Messiant (1998)**

⁷ **Sobre a possibilidade que a capacidade para cooperação seja um recurso na construção e gestão de infra-estruturas, ver Narayan (1995), Srinivasan (1990), Srinivasan (1992).**

⁸ **Sobre a possibilidade que a capacidade para cooperação seja um recurso em programas de reconstrução e na edificação e consolidação de paz, ver Stiefel (1998), Colletta and Cullen (2000).**

Se, por um lado, a importância da acção colectiva é julgada incontestável, não parece, por outro, simples identificar e compreender os mecanismos de solidariedade nem as formas organizativas, mesmo informais, que possam eventualmente estar na sua origem. Por essa razão, a ADRA e o DW pensaram ser importante realizar um estudo que procure melhor compreender as formas organizativas para a acção colectiva existentes nas áreas peri-urbanas. Tratava-se desse modo de buscar e conhecer as situações nas quais as pessoas que enfrentam dificuldades similares se juntam para as ultrapassar colectivamente, assim como os “arranjos” que daí resultam.

2. QUESTÕES E HIPÓTESES NA BASE DA PESQUISA

O estudo que se desenhava, e que seria realizado em conjunto pela ADRA e o DW, teria como objectivos examinar as formas organizativas para a acção colectiva existentes em zonas peri-urbanas de três cidades angolanas, analisá-las à luz das teorias sobre a acção colectiva e, por último, avaliar a contribuição potencial dessas organizações para a construção da paz e a reconstrução.

Procurava-se assim conhecer as manifestações de solidariedade e entreajuda e as formas organizativas para a acção colectiva (formais ou efémeras, informais e *ad-hoc*) existentes nas zonas peri-urbanas das cidades angolanas. Que mecanismos de acção colectiva “tradicional” sobreviveram e permaneceram para além das mudanças múltiplas da sociedade angolana ao longo do século XX? Quais destes mecanismos conseguiram acompanhar a migração para as zonas peri-urbanas, muito importante ao longo desse período? Existirão mecanismos desse tipo, mesmo se pouco evidentes, que seriam a continuação ou corresponderiam a transformações dos mecanismos “tradicionalistas”? Se assim for, quais as características fundamentais desses mecanismos e formas organizativas? Quais as dificuldades que enfrentam e como conseguem continuar a existir?

Buscava-se igualmente melhor perceber as relações eventuais dessas formas organizativas com outras instituições, sobretudo do Estado. O Estado reconhecerá, entenderá e apoiará estas formas organizativas ou ser-lhes-á hostil? Existirão exemplos de sinergia, na prestação de serviços, entre as instituições do Estado e formas organizativas para a acção colectiva comunitárias? As hipóteses, das quais partiu a pesquisa, resultaram de conclusões de estudos anteriores e de entrevistas com pessoal de organizações de desenvolvimento interessadas no tema. Elas baseavam-se igualmente no conhecimento das organizações envolvidas na pesquisa, conhecimento geralmente derivado de observações rápidas e pouco estruturadas.

Essas hipóteses, que posteriormente orientariam o processo de recolha de dados, eram as seguintes:

hipótese 1:

- a) A desintegração e/ou desestruturação de várias comunidades rurais – iniciadas no tempo colonial e aceleradas pela guerra, pelas inúmeras deslocações de populações por ela provocadas e pela “nova vida” nas zonas peri-urbanas onde essa população se refugiou – levaram à fragilização das instituições “tradicionais”, assim como ao enfraquecimento das formas “tradicionais” de solidariedade que dependem de normas e regras sociais bem conhecidas por comunidades socialmente estáveis e claramente estruturadas.
- b) As instituições e formas de solidariedade tradicionais, que permanecem, mesmo se fragilizadas, nos meios peri-urbanos, estão na base de novos mecanismos de solidariedade partilhados pelas populações rurais instaladas nessas áreas.

hipótese 2:

Para além dos traços de formas de solidariedade “tradicional”, existem hoje, entre as comunidades das zonas peri-urbanas, outras formas de solidariedade ligadas às igrejas (algumas recentemente criadas) e a formas organizativas (locais ou de origem externa) que frequentemente surgiram para compensar a ausência ou deficiência de serviços anteriormente fornecidos por instituições estatais.

hipótese 3:

- a) A existência de formas organizativas para a acção colectiva é mais provável nas comunidades onde formas de solidariedade estão presentes entre os diferentes actores e grupos sociais.
- b) Vários factores (origem, parentesco, semelhança de actividades, interesses comuns, vizinhança, etc.) estão na origem de redes sociais fortes que interligam as populações peri-urbanas. Essas redes sociais podem dar lugar a formas organizativas para a acção colectiva sólidas às quais fazem recurso as comunidades peri-urbanas.

hipótese 4:

- a) Embora as zonas peri-urbanas sejam caracterizadas por uma grande heterogeneidade (de origem geográfica, etno-linguística, de tempo de instalação no local, etc.), existem pequenas áreas onde a população apresenta características semelhantes.

- b) Nas áreas caracterizadas por uma certa homogeneidade, as ligações sociais são mais fortes e as formas de solidariedade mais frequentes e podem fornecer pontos catalisadores para a criação de formas organizativas para a acção colectiva mais sólidas.

3. PRIMEIROS CONCEITOS

3.1 Acção colectiva e organização

O fenómeno “organização” na acção colectiva

Existe acção colectiva sempre que várias pessoas, diante de dificuldades similares, se reúnem para as ultrapassar. Agindo dessa forma, essas pessoas estarão a tentar coordenar as suas acções, ou seja, a procurar organizar-se, para atingir uma solução comum: cada uma delas espera assim obter um benefício maior do que aquele que teria obtido se tivesse seguido uma estratégia individual, independente. Cooperando numa acção comum (colectiva), essas pessoas saem da lógica perversa dentro da qual, diante de um problema comum, acções individuais para benefício individual a curto prazo destroem a possibilidade de benefícios mais importantes para o conjunto dos indivíduos, mesmo se a longo prazo. São exemplos de acção colectiva: um grupo de vizinhos que se junta para trazer água até à área onde habitam, em vez de cada um deles a ir buscar sozinho, reduzindo assim o custo da água; alguns pescadores que se reúnem para criar regras que controlem a pesca, evitando, desse modo, a redução das reservas de peixe e a queda de rendimento familiar no futuro.

A acção colectiva depende da capacidade de se superar os dilemas da acção colectiva.⁹ Mesmo quando os benefícios da acção colectiva parecem óbvios, podem existir vários obstáculos que a tornam dificilmente realizável. Esses obstáculos estão frequentemente relacionados com a dificuldade em fazer cooperar diferentes indivíduos que, muitas vezes, possuem objectivos divergentes ou mesmo contraditórios (Crozier e Friedberg, 1977). Na base da dificuldade em cooperar estão igualmente as incertezas ligadas à acção colectiva – incerteza ligada à indeterminação do resultado, como para qualquer acção, mas também a incerteza em relação à motivação e comportamento dos outros participantes na acção. Cada uma das pessoas envolvidas deverá ter confiança em que as outras farão o que foi concordado e que não tentarão apenas aproveitar-se dos resultados da acção colectiva sem terem para isso contribuído. “Na falta de um compromisso mútuo confiável, cada

⁹ **Por exemplo, o dilema do prisioneiro, o drama dos bens comuns, a parábola de David Hume sobre a colheita do milho em duas fazendas. “Só vou contribuir para fazer chegar a água se souber que todos os vizinhos vão contribuir.” “Só vou seguir as regras de pesca se souber que todos os outros pescadores vão seguir as regras.”**

qual prefere desertar ou ser oportunista. Mesmo que todos estejam condicionalmente predispostos a cooperar – se você fizer, eu faço – não há garantia de que ninguém irá “roer a corda”, se não houver um compromisso que possa ser cobrado” (Putnam, 1996).

A acção colectiva não é natural, trata-se na verdade de uma “acção organizada”, e os dilemas da acção colectiva não são problemas resultantes da vontade ou da consciência (Crozier e Friedberg, 1977).¹⁰ Embora as pessoas possam perder um benefício por não cooperarem, não é irracional não cooperar. E não são necessariamente “viciadas” as pessoas que não o fazem. As pessoas envolvidas devem ser capazes de comunicar e negociar entre elas; devem criar sistemas de monitoria das acções dos participantes; ou seja, devem ser capazes de se organizar (Crozier e Friedberg, 1977).

A organização é um aspecto essencial da acção colectiva. A organização será essa “estruturação social do campo de acção” (Crozier e Friedberg, 1977) que criará eventualmente as condições para a cooperação entre os indivíduos e permitirá que a acção colectiva se realize. Organizar-se é um processo que leva a uma mudança de situação: de uma situação na qual todos actuam independentemente, para uma outra onde o conjunto de pessoas actua segundo uma estratégia coordenada que criará benefícios maiores para cada uma. O resultado é o estabelecimento de uma sequência de acções (ou uma série de procedimentos) que coordena as estratégias dos indivíduos envolvidos. Estes, conhecendo a sequência, podem coordenar as suas acções. Ao longo do processo, vão-se estabelecendo regras que determinam os procedimentos, a monitoria das acções e as sanções contra aqueles que não seguem esses procedimentos.

Uma forma organizativa é o quadro, ou o “contexto de acção” (Friedberg, 1993), dentro do qual este processo de organização da acção colectiva acontece.

Uma forma organizativa para a acção colectiva pode ser informal (por exemplo um grupo de vizinhos ou amigos), pode ser uma instituição tradicional ou uma organização formalmente criada.¹¹

¹⁰ **Uma banda desenhada bem conhecida, que mostra dois burros ligados por uma corda a tentar de cooperar para comer dois montes de palha, deixa entender que é a falta de consciência (ou de inteligência) dos burros que impede a acção colectiva. A banda desenhada esconde o facto de que a acção colectiva exige outras capacidades, e não só a consciência.**

¹¹ **A utilização do termo “forma organizativa para a acção colectiva” permite-nos ultrapassar a “falsa dicotomia” (Friedberg, 1993) entre organizações formais (com regras e procedimentos que procuram ordenar a acção) e os conjuntos mais fluidos para a acção colectiva. A “banalização” das organizações permite olhar para cada “forma organizativa”, mais ou menos formalizada, como “contextos de acção” nos quais existem, mesmo nos mais ordenados, “problemas de mobilização social, conflitos de lógica e de interesse, concorrência e de alianças, e os mesmo processos de poder, de negociação e de estruturação progressiva que formam a trama habitual da acção colectiva”, assim como, mesmo nos menos estruturados, “regularidades parciais e elementos de ordem” que é necessário realçar (Friedberg, 1993:14).**

Porque a acção colectiva é importante

A acção colectiva é um dos fundamentos da organização da sociedade.

“Muitas coisas que queremos e de que necessitamos não podem ser criadas pelos nossos próprios esforços individuais. Os efeitos positivos da concorrência, que colocam os indivíduos (e os grupos) em oposição uns aos outros, são conseguidos com maior benefício dentro de quadros de cooperação.” (Uphoff, 2000: 226)

“O desempenho de todas as instituições sociais, desde os mercados de crédito internacional até às filas de ónibus, depende de como os problemas de acção colectiva são resolvidos.” (Putnam, 1996)

Mesmo Adam Smith, que defendia a importância do conceito de concorrência na organização da sociedade na sua obra “An Inquiry into the Wealth of Nations” (1776), diz também por outro lado num livro anterior, “The theory of moral sentiments” (1759) que a cooperação e a acção colectiva são aspectos fundamentais da organização da sociedade (Ormerod, 1994).

As ONGs interpretam geralmente o seu papel como o de “criar processos que aumentem as possibilidades e as capacidades de os cidadãos de se juntarem, para além dos laços de família, para satisfazer as suas necessidades” (Fowler, 2000). Certas ONGs dão ênfase a projectos onde um grupo de pessoas tenta, colectivamente, resolver um problema que não pode ser resolvido por indivíduos sozinhos, como, por exemplo, a falta de água ou de uma escola. Esses projectos são aplicações imediatas da acção colectiva.

Ao mesmo tempo, vários autores descrevem aplicações mais amplas da acção colectiva. A literatura sobre “sociedade civil” e “governança”¹² indica que estes aspectos estão relacionados com a capacidade de acção colectiva dessas mesmas sociedades. Se assim é, a criação de instituições é um aspecto importante no processo de desenvolvimento. Uma governança competente depende de uma sociedade civil activa e informada, que, por sua vez, resulta da capacidade dos membros dessa sociedade trabalharem em conjunto.

Uphoff (1993) nota que os indicadores de desenvolvimento são melhores nos países onde as organizações comunitárias são mais fortes e onde existe uma maior ligação entre o governo central e as comunidades, através de redes de instituições locais a todos os níveis.

Putnam (1996), analisando o desenvolvimento histórico da Itália, diz que o desempenho institucional é melhor nas regiões da Itália onde existe (e sempre existiu) uma rede densa de organizações horizontais de ajuda-mútua ao nível comunitário, como, por exemplo, no Norte da Itália; onde existem (e sempre existiram) sobretudo organizações verticais (por exemplo no Sul da Itália, onde se instalou a Máfia) o desempenho institucional é muito pior.

¹² “Civil society” e “good governance” em inglês

Outros autores consideram que uma matriz de formas organizativas e a sinergia entre várias formas dessas instituições (Estado, mercado e instituições comunitárias) são fundamentais para o desenvolvimento (Ostrom, 1996) (Ellis, 1997). O essencial é que existam organizações ao nível da comunidade, da sociedade civil de base (Harbeson, 1994), (Christoplos, 1997).

3.2 Sobre as relações entre o “urbano” e o “peri-urbano” nas cidades angolanas

A população das cidades de Angola cresceu rapidamente desde 1945, em particular desde 1975. A percentagem da população urbana é hoje aproximadamente de 50%, enquanto que, em 1970, era apenas de 14% e de 11% em 1960 (UNDP, 1997) (Angola, 1998) (Amado, Cruz et al, 1992). A maior parte desta população, sobretudo população vulnerável e com poucos recursos, não vive em zonas urbanizadas, mas sim em áreas que designaremos como peri-urbanas, e que são o objecto desta pesquisa. O traçado de limites geográficos claros entre as zonas urbanizadas e as zonas peri-urbanas pode ser muito difícil de efectuar; a diferenciação entre estes dois espaços terá de seguir outros critérios. Gama (1987) descreve o processo de peri-urbanização como,

a invasão dos espaços imediatos à cidade, em extensões por vezes consideráveis, introduzindo importantes mutações nas formas dos comportamentos económicos, sociais, demográficos e culturais das populações localizadas nessas periferias, e que é acompanhado por mudanças radicais nas povoações englobadas pelo processo de difusão urbana. (Gama, 1987: 37)

No caso das cidades angolanas, em particular a cidade de Luanda, a “invasão” foi feita em sentido duplo: por um lado populações do meio rural migraram para a cidade e contribuíram para o crescimento das zonas que nós designaremos como peri-urbanas; por outro, o crescimento das cidades angolanas, no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, fez-se de tal modo que as construções modernas, em betão, penetraram os espaços ainda ocupados por habitações da população pobre, construídas em material precário (madeira ou capim). No caso de Luanda, o “avanço selvagem” das construções em betão, durante os anos 50 e 60, foi responsável por um crescimento “tentacular” da cidade, que penetrou as zonas pobres e, por vezes, as “cercou” (Messiant, 1989).

Ao tipo de crescimento urbano, no período que antecedeu a independência, adicionam-se os processos de degradação dos serviços e de construção não controlada que viveram recentemente as áreas urbanas angolanas, de que resultaram faixas intermediárias e ilhas peri-urbanas isoladas dentro da área que se poderia considerar urbanizada, se o critério fosse apenas geográfico ou se tomássemos apenas como referência de urbanizado as áreas onde existem construções modernas. O critério do tipo de construção é ainda mais difícil de utilizar, pois, em algumas cidades, mais uma vez Luanda é disso um exemplo forte, mesmo nas zonas consideradas normalmente como peri-urbanas, as habitações são hoje maioritariamente construídas em betão. Assim, para efeitos desta pesquisa, foi necessário estabelecer alguns indicadores para se poder definir o tipo de área merecendo a atenção

do nosso trabalho. A divisão administrativa também não podia ser utilizada como indicador, porque no interior de cada zona administrativa se misturam igualmente diferentes tipos de área. Assim, são para nós indicadores das áreas peri-urbanas:

- a ausência de redes de serviços públicos colectivos: água canalizada, saneamento e recolha de lixo, telefone e estradas alcatroadas;
- a proliferação da construção não controlada de edifícios, ou seja, exterior à planificação e ao controle da urbanização pelo Estado;

Mesmo utilizando estes dois critérios¹³ relativamente simples, não é fácil estabelecer os limites. A “passagem” das áreas urbanizadas às áreas peri-urbanas não se faz abruptamente. Mais uma vez, sobretudo no caso de Luanda, existe um *continuum* entre espaços urbanizados e peri-urbanos, com zonas de transição onde as redes de serviços ainda existem, mas com menor densidade, e onde a construção informal se mistura a habitações erigidas segundo um plano de urbanização. No entanto, mesmo se não é possível traçar limites geográficos absolutamente claros entre as zonas urbanizadas e as zonas peri-urbanas, a observação empírica seguindo os aspectos acima indicados, permite constatar que, de um modo geral, se pode falar de um centro urbano e de zonas peri-urbanas mais pobres, informalmente urbanizadas em redor desse centro, em linhas mais ou menos concêntricas, tanto mais pobres quanto mais distantes dele se encontram.¹⁴

Segundo Gama (1987), o processo de peri-urbanização das áreas urbanizadas “imperceptivelmente cria um *continuum* espacial entre o urbano e o rural tradicionais”. O contexto de insegurança e conflito militar vivido por Angola há vários anos, fez com que, nas cidades que têm servido como refúgio para as populações deslocadas, esse tipo de *continuum* nem sempre exista. A população das zonas peri-urbanas de muitas cidades angolanas não tem quase contacto com o meio rural e, por vezes, pouco lhe resta desse anterior modo de vida – a ausência de terras, por exemplo, tira-lhes até a possibilidade de economicamente continuar a viver como no passado, o que traz, por sua vez, profundas modificações no seu modo de vida como um todo. Algumas áreas peri-urbanas angolanas não constituem por isso actualmente uma zona de transição entre o meio rural e o meio urbano. Elas acabam por ser em uma categoria elas mesmas, distinta do “meio urbano” assim como do “meio rural”, os dois principais tipos aos quais é usualmente comparada.

¹³ Não nos pareceu conveniente utilizar a categoria “modo de vida” como indicador, já que a pesquisa procurava justamente melhor conhecer e distinguir modos de vida.

¹⁴ A construção, em Luanda, dos complexos urbanizados de “Luanda-Sul” vem contrariar esta afirmação. Pela primeira vez em Angola se está, com estes novos bairros a criar zonas sub-urbanas ricas. Estes bairros situam-se na periferia geográfica da cidade, fora da zona central da cidade, mas não fazem parte do peri-urbano, tal como nós o definimos.

4. AS CIDADES INCLUÍDAS NA PESQUISA

A pesquisa desenvolveu-se em zonas peri-urbanas de três cidades: Luanda, Lubango e Huambo. As três cidades possuem características diferentes em termos de migração, morfologia e composição étnico-linguística. Luanda é a cidade capital e também a mais populosa: com 3.000.000 de habitantes aproximadamente, esta cidade recebeu migrantes de todo o país e possui uma população bastante heterogénea. O Lubango é a maior cidade do sul do país: com uma população de aproximadamente 400.000 pessoas, recebeu migrantes do sul e do Planalto Central, tornando-se, assim igualmente, embora em menor escala que Luanda, uma cidade destino de migrantes. O Huambo é uma cidade do interior, com uma população de aproximadamente 250.000 habitantes, que recebeu migrantes do Planalto Central mas que, ao mesmo tempo, devido à situação de conflito que conheceu nos últimos dez anos, constituiu também uma origem de migrantes para outras províncias.¹⁵

Em Luanda, a pesquisa concentrou-se numa faixa que inclui os Municípios de Sambizanga e Cacuaco e uma parte do Município do Cazenga. Incluídas na faixa estão áreas nas quais a construção data de diferentes épocas (do período pré-Independência aos dias de hoje) e onde vivem pessoas de vários grupos étnico-linguísticos e de diversas regiões do país, algumas em bairros homogéneos em relação a estes aspectos, outras em zonas mais heterogéneas. Embora não constituindo uma amostra dos bairros peri-urbanos de Luanda, as áreas em estudo poderão, pela sua diversidade, fornecer elementos esclarecedores da complexidade da situação dessas zonas da cidade.

No Lubango a pesquisa realizou-se em dois bairros da cidade: no Bairro Bula Matadi, a norte da cidade, que possui uma população importante de pessoas vindas das zonas rurais do Planalto Central; e no Bairro Luta Continua cuja população constitui mais uma mistura de pessoas do sul, de regiões do leste do país e do Planalto Central. No Huambo foram feitas entrevistas em seis bairros escolhidos aleatoriamente.

5. METODOLOGIA

5.1 Questões que orientaram a pesquisa

As hipóteses iniciais orientaram a recolha de dados e de informação. Aparecia particularmente necessário responder às seguintes questões:

¹⁵ Foi finalmente possível fazer a pesquisa no Huambo durante o ano 2000, pois a situação de segurança na cidade era boa, embora não tivesse sido esse o caso durante o período de planificação da pesquisa, em 1999. Se a situação não tivesse mudado, a terceira área da pesquisa teria sido o eixo urbano Benguela –Lobito. Considerávamos, no entanto, preferível incluir o Huambo no estudo, por se tratar de uma cidade do interior que viveu directamente a guerra em diferentes momentos, características que não têm nem Luanda, nem o Lubango nem a área Benguela/Lobito.

- A. Que acontecimentos históricos determinaram, durante o século XX, os movimentos migratórios e a evolução “física” (crescimento, ocupação do espaço, população) que sofreram as cidades?
- B. O que resta das formas “tradicionais” de solidariedade e de acção colectiva nas zonas rurais? Haverá zonas onde as instituições “tradicionais” continuaram a existir fortemente? Continuarão, por exemplo, a existir instituições tradicionais da gestão de recursos de propriedade comum (por exemplo a terra, a pesca, a caça, a água)? De que modo mudaram, foram deformadas ou se adaptaram as formas rurais de solidariedade e acção colectiva, na sequência das pressões da época colonial, da guerra ou das mudanças pós-independência?
- C. De que modo migraram as populações rurais para as cidades e como aí se instalaram? A forma como decorreram esses processos teve impacto sobre as redes sociais das populações migrantes? Os grupos de pessoas que partilhavam interesses, valores e conhecimento mútuo mantiveram-se realmente juntos ou sofreram uma dispersão?
- D. O que são de facto as zonas peri-urbanas das cidades Angolanas? Como aí vivem os seus habitantes? Quais as diferenças, entre as várias partes das cidades a serem estudadas, em termos de grupos étno-linguísticos, homogeneidade das populações, data de ocupação, acesso a serviços e meios de sobrevivência?
- E. Que manifestações de entreajuda e de solidariedade e formas organizativas para a acção colectiva existem nas zonas peri-urbanas das cidades Angolanas?
- F. O (novo) modo de vida favorece a continuação de formas rurais de solidariedade e acção colectiva nas zonas peri-urbanas?
- G. O que é a presença do Estado nas zonas peri-urbanas das cidades Angolanas e como se faz ligação (eventual) com as formas organizativas para acção colectiva? O Estado reconhece, apoia, entende ou será hostil a estas formas de organização? Haverá exemplos de sinergia, entre as instituições do Estado e as formas organizativas para a acção colectiva na prestação de serviços às comunidades dos bairros?
- H. Qual o potencial das formas organizativas para a acção colectiva, nas zonas peri-urbanas das cidades Angolanas, para a reconstrução do país? Que estratégias podem conduzir à realização do potencial dessas formas organizativas? Que tipo de apoio lhes está a ser prestado por organizações de desenvolvimento e qual o resultado dessa acção?

5.2 O processo de pesquisa qualitativa

O estudo seguiu uma metodologia de pesquisa social qualitativa.¹⁶ A metodologia de pesquisa social qualitativa envolve uma “escavação profunda” dos tópicos de interesse, explorando e posteriormente investigando mais de perto um número limitado de casos. Busca-se assim conhecer e compreender com alguma profundidade os valores, interesses e atitudes dos actores envolvidos.¹⁷

Este tipo de metodologia envolve geralmente processos iterativos de recolha de informação, análise, constatações e novo questionamento.¹⁸ Em cada um dos ciclos busca-se um esclarecimento de conceitos e categorias determinados. Segue-se depois um novo ciclo de aprofundamento desses conceitos e categorias seguindo o mesmo processo.

5.3 A recolha de dados

O primeiro ciclo de trabalho envolveu entrevistas nas três cidades (e também em Benguela/Lobito¹⁹) com pessoas que já tinham trabalhado com a DW ou a ADRA, com representantes de ONGs, associações e administrações locais. As entrevistas situaram-se em torno dos seguintes temas: migrações; relação entre a composição social / étnico-linguística, a morfologia e a organização urbanas; formas de solidariedade e organizativas; dificuldades que as ONGs encontram no trabalho de desenvolvimento comunitário nas áreas peri-urbanas. As pessoas entrevistadas serviram igualmente de “entrada” nos bairros e indicaram outras pessoas com quem falar.

O segundo ciclo consistiu em entrevistas com moradores dos bairros peri-urbanos, entrevistas que se situaram em torno dos fenómenos de migração recente e dos diferentes processos de instalação pelos quais passam os migrantes. Serviram igualmente estas entrevistas para testar as impressões obtidas durante as entrevistas do primeiro ciclo.²⁰

¹⁶ Por exemplo, ver Miles and Huberman (1994), Coffey and Atkinson (1998), Morgan (1993), Kreuger (1994), Mason (1996).

¹⁷ “Como pode alguém aproximar-se da área e escavá-la? Isto não é uma questão simples de aproximar-se de determinada área e olhar para ela. É um trabalho exaustivo que requer uma ordem elevada de (probing) tentativa cuidadosa e honesta, imaginação criativa e disciplinada, recursos e flexibilidade no estudo, uma ponderação dos resultados e uma constante disposição para testar e reorganizar as visões e imagens desta área.” Blumer (1969) citado por Haguette (1987). Sobre a necessidade de “escavação” e de “thick description” para poder compreender e interpretar qualquer fenómeno, ver também Geertz (1973).

¹⁸ A pesquisa qualitativa diferencia-se fundamentalmente da quantitativa nos processos de amostragem. Enquanto que a pesquisa quantitativa busca recriar a totalidade da população “em miniatura”, a amostragem nos estudos qualitativos procura capturar a profundidade, a riqueza e a complexidade do sujeito (Padgett, 1998). Por essa razão o processo é iterativo e a recolha de dados em “bola de neve” estimulados por uma constante análise de dados.

¹⁹ Para obter informação preliminar sobre estas cidades, para o caso de não ser possível trabalhar no Huambo.

²⁰ E de facto indicaram que se devia reformular algumas das conclusões parciais sobre a migração e o crescimento das cidades.

No terceiro ciclo, as entrevistas foram feitas a pessoas estabelecidas nos bairros há mais de 10 anos. Pretendia-se assim investigar mais profundamente as questões ligadas à solidariedade, à coesão social e às formas organizativas. Para concluir os ciclos de entrevistas, buscou-se investigar mais profundamente algumas das formas organizativas identificadas: ligadas às igrejas, ao poder local, assim como aquelas promovidas por ONGs.

Em cada ciclo, foram previamente definidos os conceitos básicos, as questões a ser pesquisadas, as novas hipóteses (ou seja, as respostas prováveis às questões), as categorias de informação a obter, assim como a estratégia da pesquisa.

A informação foi recolhida utilizando entrevistas semi-estruturadas. A equipe usou um guião de entrevista ao longo do qual foram também colocadas questões abertas, testando novos tópicos conforme eles fossem surgindo ao longo da “conversa”.

As entrevistas foram feitas a habitantes dos bairros, sobas, membros de Comissões de Moradores, administradores locais, ONGs trabalhando nos bairros e pastores de Igrejas. Algumas entrevistas eram individuais, outras em grupo. Foram geralmente entrevistados homens e mulheres separadamente. Em Luanda todos os entrevistados falavam português. No Huambo alguns dos entrevistados falaram em umbundu, outros em português. No Lubango alguns dos entrevistados falavam em umbundu, outros em olumula (língua dos Ovamula, um sub-grupo dos Nhaneca-Humbe), outros ainda em português. Cada vez que foi necessário o grupo de entrevistadores incluía pessoas que falavam as línguas apropriadas.

Em cada uma das cidades, as entrevistas foram conduzidas por uma equipe local, composta por pessoal de ONGs, devidamente supervisionada por um membro da equipa de pesquisadores principais. Cada uma dessas equipas tinha anteriormente recebido uma formação sobre a metodologia e a prática da pesquisa qualitativa.

Vários guiões foram utilizados nas diferentes fases da pesquisa, embora se mantivessem algumas perguntas básicas. As entrevistas foram feitas por equipas de duas ou três pessoas, uma das quais facilitava a entrevista enquanto as outras apontavam as respostas num caderno. A partir dos apontamentos foram feitas transcrições (através de um programa normal de processamento de textos) que foram arquivadas de modo organizado (por etapa da pesquisa e por zona geográfica) num computador e em papel.²¹ As transcrições das entrevistas seguiram normalmente a estrutura do guião da entrevista. Ao mesmo tempo, as transcrições procuraram respeitar o “discurso” do entrevistado: nas suas palavras, no tipo de construção de frases e no seu modo de expor as ideias.

²¹ **Experimentou-se utilizar um programa de computadores de análise de dados qualitativos durante a pesquisa, mas não foi possível posteriormente fazê-lo, pois o programa era dificilmente compatível com textos em língua portuguesa por causa dos acentos. Foi por isso mais cómodo analisar os textos no papel.**

O texto da transcrição foi geralmente revisto pelos restantes membros da equipa de modo a que se perdesse o menos possível do conteúdo da entrevista.

5.4 A análise

O processo de análise decorreu em paralelo com o de recolha de informação. A análise da informação recolhida numa determinada fase da pesquisa redefiniu a informação a ser recolhida na fase seguinte. A análise envolveu o exame e a interpretação da informação transcrita.

As transcrições das diferentes entrevistas permitiram constituir resumos para os diferentes bairros e cidades. O processo de constituição desses resumos possibilitou a emergência e a criação de **categorias e sub-categorias** que facilitaram posteriormente a análise. Algumas das categorias importantes extraídas das entrevistas foram:

- características dos bairros ou cidades (crescimento, limites, morfologia, organização administrativa, proveniência das populações, serviços);
- diferentes tipos de lideranças locais;
- percursos migratórios individuais;
- processos de instalação dos migrantes nas cidades / bairros de “acolhimento”;
- modo de vida das populações;
- modalidades da solidariedade (vizinhança, entreajuda);
- diferentes associações e formas organizativas para a acção colectiva.

As partes de texto pertencendo às categorias de informação obtidas foram posteriormente marcadas nas diferentes transcrições.²² A leitura dessa informação codificada, tomando em conta as nossas questões e hipóteses, permitiu que emergissem temas, semelhanças, relações, regularidades, diferenças, e sequências nos dados.

O processo de análise constante deu lugar a conclusões parciais e provisórias a serem testadas na fase posterior. Esse processo permitiu igualmente a produção de sumários interinos e de documentos intermédios que forneciam uma síntese do conhecimento na altura e possibilitavam uma reflexão sobre a qualidade dos dados, a percepção da informação ainda em falta e a planificação de uma nova fase de recolha de dados. Os documentos produzidos foram sempre analisados em encontros da equipa.

²² **Embora as categorias de informação possam aparecer no mesmo lugar em cada transcrição (correspondendo ao lugar da questão no guião da entrevista), elas podem também surgir em outros pontos da transcrição. Assim, a informação sobre um certo tópico pode aparecer em vários momentos, num documento, pois o processo de entrevista semi-estruturada permite que um tema seja revisitado mais tarde, ao longo da entrevista. Marcando os documentos com categorias de informação torna-se mais fácil localizar informação sobre um certo tema.**



**II . CONTORNOS HISTÓRICOS:
CRESCIMENTO URBANO
E MUDANÇA SOCIAL RURAL
AO LONGO DO SÉCULO XX**

CONTEÚDO

II	CONTORNOS HISTÓRICOS : CRESCIMENTO URBANO MUDANÇA SOCIAL RURAL AO LONGO DO SÉCULO	
1.	OBJECTIVOS DO CAPÍTULO	20
2.	1885 - 1945: OS PRIMEIROS ANOS DE OCUPAÇÃO COLONIAL EFECTIVA DO INTERIOR	21
3.	1945 - 1960: O “BOOM” DO CAFÉ E O INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO	25
4.	1960 - 1974: AS REVOLTAS NACIONALISTAS E AS REFORMAS DA POLÍTICA COLONIAL	27
5.	1974 - 1981: O PROCESSO CAÓTICO DE INDEPENDÊNCIA E OS PRIMEIROS ANOS DO PAÍS	30
6.	1981 - 1991: OS ANOS DE “DESESTABILIZAÇÃO”	31
7.	1991 - 2000: AS ELEIÇÕES, A GUERRA PÓS-ELEITORAL, O PROTOCOLO DE LUSAKA E O SEU FRACASSO	33
8.	APÓS CEM ANOS DE PROFUNDAS TRANSFORMAÇÕES	35
8.1	As cidades no ano 2000	35
8.2	Estado actual das instituições rurais – algumas ideias e hipóteses	37

1. OBJECTIVOS DO CAPÍTULO

O capítulo descreve, de maneira muito resumida, a história de Angola desde a Conferência de Berlim e o início da ocupação colonial efectiva, acontecimentos que lançaram uma nova fase no colonialismo português. Procura-se assim:

- compreender de que modo os acontecimentos históricos influenciaram os movimentos migratórios e a evolução que sofreram as cidades: o seu crescimento, o tipo de ocupação do espaço e o aumento da população. A pesquisa parte da hipótese segundo a qual as formas organizativas para a acção colectiva seriam determinadas por características da migração para a cidade, assim como pelo modo como as cidades se expandiram. Por essa razão, parece-nos necessário conhecer o “ambiente” histórico dentro do qual se desenrolaram estes fenómenos, para melhor os compreender.
- compreender de que modo os acontecimentos históricos desde os fins do século XIX tiveram um impacto sobre as formas rurais de acção colectiva. Uma segunda hipótese sobre a qual se fundamenta a pesquisa supõe que a acção colectiva tradicional rural constitua umas das bases da acção colectiva peri-urbana actual. Compreender o impacto da mudança social sobre as formas de acção colectiva rural durante o século XX, permitir-nos-á melhor imaginar o tipo de formas de acção colectiva que os migrantes possam ter trazido do campo para a cidade.

Por essa razão, o capítulo privilegia os acontecimentos relativos à migração, ao crescimento das cidades e às mudanças nas formas rurais de acção colectiva, e não pretende, por isso, ser uma síntese dos processos históricos vividos por Angola desde 1885.

Pelos mesmos motivos, a periodização deste “resumo histórico” corresponde a fases de migração e de mudança social que tenham tido impacto nos aspectos por nós privilegiados:

1885 – 1945	Os primeiros anos de ocupação colonial efectiva do interior
1945 – 1960	O “boom” do café e o início da industrialização
1960 – 1974	As revoltas nacionalistas e as reformas da política colonial
1974 – 1981	O processo caótico de independência e os primeiros anos do país
1981 – 1991	Os anos de “desestabilização”
1991 – 2000	As eleições, a guerra pós-eleitoral, o Protocolo de Lusaka e o seu fracasso.

Fazer a história dos movimentos migratórios em Angola não constitui uma tarefa fácil. A documentação existente a esse respeito não é abundante e é, por outro lado, algumas vezes, de fiabilidade duvidosa. Embora seja óbvio que a distribuição populacional actual é diferente da distribuição populacional de 1975, que por sua vez era muito diferente

da de 1900, dados seguros que possam descrever tais transformações não são abundantes. Nunca foi efectuado um estudo completo da migração interna em Angola.¹ Foram efectivamente realizados censos na época colonial, em 1940, 1950, 1960 e 1970, embora existam algumas dúvidas sobre a fiabilidade dos seus resultados. O último censo completo foi o de 1970, mas sem que os seus resultados tivessem sido completamente publicados (Torres, 1989). Após a independência, apenas um censo foi realizado, mesmo assim parcial, durante os anos de 1983 e 1984.² Existem várias estimativas da população, que acabam por corresponder a uma “série descontínua”, com definições, métodos e pressupostos diferentes. No caso de certos dados, relativos ao Huambo e ao Lubango, não aparece explícito se se trata de dados que se referem à cidade ou ao município – embora haja uma população rural importante no Município-sede em volta destas cidades. A incerteza em torno dos dados dificulta, pois, tirar conclusões.

De igual modo, não existe informação segura sobre a solidariedade, a entreajuda e a acção colectiva nos meios rurais de Angola. A mudança social foi pouco estudada durante as épocas colonial e pós-colonial, se exceptuarmos um pequeno período no fim da época colonial. Este capítulo reúne informação, retirada dos poucos estudos existentes, sobre a mudança social rural em Angola e sobre os impactos possíveis sobre a solidariedade, a entreajuda e a acção colectiva.

2. 1885 - 1945: OS PRIMEIROS ANOS DE OCUPAÇÃO COLONIAL EFECTIVA DO INTERIOR

Antes de 1885, a ocupação efectiva de Angola por Portugal restringia-se a certos pontos na costa Atlântica e no interior de Luanda, ao longo do Rio Kwanza. A colónia era formada por distritos litorâneos (Luanda, Benguela, Mocâmedes e Ambriz) e o distrito interior do Golungo Alto (Neto, 1999). O comércio no interior permanecia nas mãos de populações autóctones. Luanda e Benguela eram mais entrepostos comerciais que cidades. Em 1900 existiam apenas duas cidades em Angola: Luanda, com 20.000 habitantes, e Benguela com 10.000 (NEP, 1992).

Os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX, após a Conferência de Berlim (1884-1885) e o fim oficial da escravatura, correspondem ao período durante o qual se desenhou o mapa do país, com o auxílio de intensa actividade militar. Dessa época resultou, pela primeira vez, a ocupação colonial efectiva

¹ Confirmado durante uma entrevista com o CEIP, Centro de Ensino e Investigação em População (Universidade Agostinho Neto, Luanda).

² Em 1983 nas Províncias de Cabinda, Luanda, Zaire; em 1984 na Província de Namibe e nos Municípios do Lubango, Uíge e Negage e Namibe.

do interior de Angola, com a subjugação dos povos dessas regiões e a implantação de um sistema administrativo colonial. Datam também dessa época os caminhos de ferro e a implantação das missões religiosas. Foram igualmente fundadas algumas cidades do interior (por exemplo Huambo, Lubango³, Uíge e Malange), dando-se assim os primeiros passos para o estabelecimento de colonos portugueses no interior do território.

A cidade de **Luanda** ocupava, até 1875, apenas o que hoje corresponde à área baixa da cidade, entre a Fortaleza e a actual Praça do Ambiente, ao que se adicionava a Cidade Alta, entre o actual Hospital Josina Machel e a Fortaleza.

Nos fins do século XIX foram introduzidos vários serviços na cidade: caminho de ferro, condução de água do Rio Bengo e telefone. A ocupação das terras altas, na mesma época, marcou o início do processo de segregação racial na cidade: as casas com tecto de capim nos Coqueiros foram destruídas e os moradores negros empurrados para terras mais altas, nas Ingombotas e no Maculusso. Este processo foi ainda mais acelerado, nos primeiros anos do século XX, com o incremento da migração de Portugal para Angola. A criação do “Estatuto Indígena” marcou uma maior segregação racial no território, embora nunca tenha evoluído para um apartheid institucional similar ao da África do Sul. O “Estatuto Indígena”, que vigorou juridicamente até 1961, colocava os habitantes de Angola em duas posições distintas em relação ao Estado português: aos “negros e seus descendentes” exigia-se, para serem cidadãos portugueses e “civilizados”, determinados requisitos culturais e económicos que não eram exigidos aos brancos. Até 1960, apenas 2% da população não-branca se encontrava na categoria de “civilizada”. Os outros eram considerados “indígenas”, o que os transformava em não-cidadãos, sujeitos a regras jurídicas diferentes e com muito menos privilégios que os primeiros. Para os brancos bastava o critério racial para serem “civilizados”, apesar da alta taxa de analfabetismo da população branca (Neto, 1998).

Iniciou assim a divisão entre a Baixa e o Musseque, uma divisão social e racial da cidade de Luanda, que marcou profundamente a organização do espaço urbano, embora fosse mais fluida do que acontecia nas cidades da África do Sul. A Baixa, o centro da cidade, tornou-se sinónimo de área urbanizada e de população branca. Por musseque são geologicamente designados os terrenos arenosos que envolvem a cidade de Luanda, mas, por extensão semântica,

“passaram a ser designadas, da mesma forma, as zonas suburbanas ocupadas pela população economicamente mais desfavorecida da capital. Serve o termo, ainda hoje, para designar um tipo de morfologia urbana improvisada, precária e em permanente expansão.” (Carvalho, 1989)

³ **Mais tarde designada Sá da Bandeira e depois da Independência, de novo, Lubango.**

Até 1940, a parte urbanizada de Luanda cabia dentro de um raio de 1,5 km e a actual Avenida Lenine marcava o limite entre a Baixa e o Musseque.

A cidade do **Huambo** foi inaugurada em 1912, embora na altura não existisse ainda nesse lugar nenhuma construção. A inauguração da nova cidade aconteceu ao mesmo tempo que o Caminho de Ferro de Benguela (CFB) chegava ao Planalto Central. A região do Planalto Central, em particular a área em volta do Huambo, tinha recebido a atenção do Estado português por ser julgada uma área adequada à colonização europeia – aparentemente com boas terras e um clima mais favorável que o do litoral. Projectava-se que a cidade se tornasse a capital de Angola. Uma área bastante vasta foi reservada para a cidade do Huambo, dentro da qual foi proibida a construção de cubatas “ou construção de pau-a-pique ou qualquer coisa que desfigure o carácter europeu exemplar que a cidade deve ter” (Neto, 2000a). Mas a migração europeia foi menor do que o esperado: até aos anos 50 a cidade era pouco mais do que um entreposto comercial e um centro administrativo, aos quais se juntavam as oficinas do CFB; as zonas de aglomeração de casas da cidade encontravam-se separadas por extensos terrenos baldios. A cidade foi ocupada pela população branca e foram surgindo pequenos aglomerados de casas de população local em volta, mas sempre fora da vasta zona reservada à cidade europeia. A população em 1930 era de 5000 pessoas (das quais 2000 brancos). A cidade do Huambo ganhou, nessa altura, a forma de povoamento colonial, com uma divisão social e racial mais clara e rígida, diferente daquela das cidades mais antigas de Luanda e Benguela.⁴

A legislação de 1928 elevou, finalmente, a cidade do Huambo a capital de Angola e deu-lhe o nome de Nova Lisboa. Luanda tornou-se a capital provisória. Na verdade, a cidade do Huambo nunca se tornou a capital de Angola: até aos anos 40 não existia luz eléctrica, água nem esgotos.

As origens da cidade do **Lubango** estão na chegada, em 1882, de 1000 colonos provenientes da Ilha da Madeira, depois de o exército português, após longas investidas, ter finalmente conseguido ocupar a área. Os colonos viviam, com dificuldades, de uma agricultura de subsistência; em 1910 eram apenas 1700. Só depois do controle efectivo de todo o sul de Angola por Portugal, entre 1914 e 1918, e da construção do Caminho de Ferro de Moçâmedes até Sá da Bandeira, em 1923, é que o lugar se transformou em cidade.⁵ Era principalmente uma cidade de população branca que foi crescendo gradualmente. Como a população local, Nhaneka-Humbe, se manteve resistente à urbanização (Henderson, 1990), os núcleos de habitantes autóctones, em torno da cidade, eram pequenos e temporários.

⁴ **A impressão de ter sido a cidade de asfalto habitada maioritariamente por brancos foi expressa pelos nossos informantes: “Até 1975, na cidade só viviam brancos. (...) Os nativos não podiam mesmo ir às igrejas católicas, só iam à Missão Católica do Canha” (entrevista no Huambo).**

⁵ **A cidade e porto de Moçâmedes passaram a ser designados cidade e porto do Namibe após a independência. No entanto, o Caminho de Ferro ainda hoje utiliza o nome de Caminho de Ferro de Moçâmedes.**

A ocupação colonial efectiva do interior de Angola, durante os primeiros anos do século XX, fez-se sentir **nas áreas rurais** pela instalação de um aparelho político-administrativo fortemente centralizador e presente, mesmo ao nível local, que impôs o “imposto de cubata” a partir de 1907⁶ e diferentes modalidades de trabalho forçado. A Administração colonial, envolvendo os chefes das aldeias na recolha dos impostos e no recrutamento de pessoas para os trabalhos forçados, reforçou os aspectos centralizadores nas sociedades Bantu, em detrimento dos aspectos cooperativos que permitiam a participação da colectividade (Neto, 1998). Iniciou, desta forma, um processo através do qual “a autoridade dos *sobas* foi diminuída e profundamente desprestigiada, pois começa por surgir perante o seu povo como um agente da administração colonial” (Pacheco, 1991)

Childs (1949) assinala que a ausência de muitos adultos, levados para os trabalhos forçados, e a necessidade de trabalhar permanentemente para pagar os impostos, teve um impacto negativo sobre as instituições comunitárias dos Ovimbundu. O *ondjango* tinha anteriormente constituído um lugar de encontro diário de todos os homens, “mais velhos” e jovens, para jantar juntos, planificar actividades e resolver problemas da comunidade. Na época de Childs,⁷ o *ondjango*, vivido desta forma, estava em vias de desaparecer em muitas zonas e outras actividades comunitárias tinham-se tornado mais raras. Notava-se uma desintegração social e comunitária (Péclard, 2000).

Um outro factor de impacto importante nas zonas rurais, durante este período, foi o aparecimento das missões cristãs. As missões foram fundadas no fim do século XIX e princípio do século XX, sobretudo em zonas rurais do Planalto Central e do norte do território.⁸ As missões cristãs procuraram acabar com muitos aspectos da vida tradicional, contribuindo assim para a desestruturação das antigas sociedades. Essas instituições aspiravam recriar comunidades no interior das missões, que substituiriam a “comunidade tradicional”, reinventando formas de coesão social e a cultura local à sua maneira (Henderson, 1990). Assim, ao longo dos anos de colonialismo, as missões católicas e protestantes foram responsáveis por profundas transformações nas relações sociais e do quotidiano. Simultaneamente, elas abriram algumas possibilidades de mobilidade social e estão na origem da emergência de elites letradas e culturalmente influenciadas pela cultura cristã em diferentes aspectos: concepções e modos de vida, noções de propriedade e de família, estruturas sociais e práticas diárias (Neto, 1999a).

⁶ **Substituído pelo “imposto indígena”, de capitação, a partir de 1919**

⁷ **Childs recolheu informação no Planalto Central nos anos 30 e 40.**

⁸ **No Capítulo VII dar-se-á mais informação sobre as razões na base do estabelecimento das missões cristãs em zonas rurais, às vezes bastante afastadas das cidades.**

3. 1945 - 1960: O “BOOM” DO CAFÉ E O INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

A partir de 1945, Angola cresceu rapidamente do ponto de vista económico, o que contribuiu para a aceleração da imigração a partir de Portugal. Era a época do “boom” do café que iria transformar uma parte do norte do país (uma mancha entre o Uíge e a Gabela) em plantações. As dificuldades de importação durante a Segunda Guerra Mundial tinham já levado ao aparecimento de novas indústrias (salsicharia, lacticínios, mobiliário, cerâmica, curtumes, tintas e muitas outras) (Neto, 2000b). O crescimento das cidades tornou-se igualmente mais pronunciado. Na opinião de Messiant (1989), “o verdadeiro crescimento de Luanda começou em 1948 ou 1949: entre 1940 e 1960 a população de Luanda aumentou quatro vezes e a área da cidade dez”.

O “boom do café” atraiu um número significativo de migrantes de Portugal; uma parte importante do aumento da população das cidades era sobretudo resultado desse tipo de imigração. Mas, simultaneamente, a industrialização provocou uma migração interna para as cidades. O “contrato”⁹ foi utilizado para recrutar mão-de-obra do Planalto Central para os portos de Luanda e Lobito e para as zonas de café. No norte, muitas pessoas migraram para a cidade de Luanda para fugir às culturas agrícolas obrigatórias. Entre 1940 e 1960, a população de **Luanda** subiu de 61.028 para 224.540, mas a percentagem de população branca subiu de 14,7% para 24,7%.

“A cidade urbanizada e branca passou a expandir-se aceleradamente através de tentáculos que penetravam pela amálgama de cubatas dos musseques, obrigados assim a recuar para distâncias cada vez maiores” (Amaral, 1968, citado por Carvalho, 1989)

A expansão rápida da cidade continuava “sem verdadeiro plano” (Pepetela, 1990). Com os lucros do café foi construído o Bairro do Café, a leste da actual Avenida Lenine; os moradores do Musseque Braga (até àquela altura ocupando o espaço) foram empurrados para mais longe. Os Bairros Operário e Cruzeiro (urbanizados) foram construídos onde antes se encontrava o Musseque Burity. Mais tarde o Bairro Alvalade foi construído onde se situava anteriormente o Musseque da Bananeiras.¹⁰

“Assim, os musseques eram simultaneamente o resultado da deslocação de populações já instaladas na capital e do fluxo incessante de correntes migratórias do campo”. (Carvalho, 1989).

⁹ **Recrutamento de mão-de-obra, inicialmente forçado, sobretudo no Planalto Central, para as plantações de café, os portos de Luanda e do Lobito e para a indústria pesqueira. Mais tarde, a escassez de terra no Planalto Central – resultado de uma série de factores de ordem social e política, mas igualmente ecológica – impulsionou os habitantes daquela zona “a irem para o contrato” sem serem para isso directamente forçados.**

¹⁰ **Um pedaço do Musseque das Bananeiras ainda existe nas margens do Bairro Alvalade.**

Em 1960, a área ocupada de Luanda chegava à linha-férrea a leste do Rangel e ao aeroporto. Em volta da “cidade branca”, estavam os musseques e, em torno destes, uma área de hortas e quintas, com algumas casas ao longo das estradas.

As cidades do Huambo e do Lubango cresceram igualmente com as novas indústrias, mas continuaram a ser principalmente cidades brancas. Os pequenos aglomerados de casas de população local que rodeavam a cidade do Huambo, e os pequenos núcleos de casas de trabalhadores em volta do Lubango, cresceram gradualmente, embora mantendo a separação em relação à “cidade branca”.

A área do **Huambo** continuava a receber atenção especial. O parque industrial da cidade cresceu bastante nessa época. As áreas onde vivia a população local adquiriram a forma de bairros de nativos “mas com uma densidade populacional muito mais baixa do que a de hoje” (entrevistada Huambo). Os limites entre os bairros e o campo eram difíceis de estabelecer e a maior parte da população continuou parcialmente ligada à agricultura nas zonas periféricas ou próximas da cidade.

No **Lubango**, durante os anos 50, foram criadas várias indústrias transformadoras de produtos agrícolas. No entanto, o crescimento da cidade dependeu sobretudo de projectos do Estado na região sul do território (barragens, colonatos e o Caminho de Ferro), assim como da criação de um estado-maior militar na cidade. A prosperidade da cidade e o seu crescimento variavam, assim, de acordo com a situação desses projectos (Urquhart, 1961). Em 1960, 50% da população do Lubango era ainda branca.

Tanto o Lubango como a cidade do Huambo receberam, nos anos 50, um número importante de imigrantes provenientes de Portugal. A atrair esses imigrantes estava o clima ameno do planalto, considerado menos rude para os europeus, mas também as possibilidades de desenvolvimento da região centro sul do país que a existência dos caminhos-de-ferro de Benguela e Moçâmedes deixava antever. A chegada desses numerosos migrantes, que vinham para se instalar, e os grandes projectos forneceram um forte impulso ao crescimento da agricultura e da pecuária na região.

Nas zonas rurais, sobretudo no Planalto Central e no norte, agravaram-se, nos anos 50, as contradições entre a população local e os colonos que chegavam em números cada vez maiores. Até 1950, a imigração de Portugal para Angola e a colonização agrícola europeia tinham acontecido em menor escala do que o governo colonial tinha esperado. A partir de 1950, cresceu a colonização agrícola europeia, aumentando, por isso, as expropriações de terras. A dispersão da população, devido à posse das melhores terras por colonos, e as culturas obrigatórias perturbaram profundamente as relações sociais. O recrutamento forçado de mão-de-obra, que continuou, para satisfazer as necessidades das plantações de café, das fazendas dos colonos e da indústria em crescimento, teve um impacto semelhante.

A chegada de imigrantes europeus que se instalavam nas zonas agrícolas, simultânea ao crescimento económico da época e ao desenvolvimento dos caminhos de ferro, teve também como resultado a fundação de um número importante de pequenos espaços urbanos, as vilas, em particular no centro-sul do país. A ilustrar a importância das vilas nesta região, o censo de 1960 indicava os distritos de Luanda (a capital), Huíla, Benguela, Huambo e Bié como aqueles que número mais elevado de população urbana possuíam.¹¹ A Huíla, com 277411 habitantes urbanos, tinha já, em 1960, 46% da sua população a viver em espaços urbanos.

As vilas, mesmo se pequenas e dependentes da economia rural, produziram um forte impacto em termos de expansão do fenómeno urbano e de integração da economia rural na economia capitalista crescente. As vilas, com um pequeno comércio e alguns serviços, irradiavam de facto para uma vasta área do espaço rural ao redor e induziram seguramente fortes transformações na vida social da população local. As vilas foram, para muitos dos migrantes para as grandes cidades, a oportunidade para o primeiro contacto com a organização urbana do espaço e da vida social.¹²

4. 1960 - 1974: AS REVOLTAS NACIONALISTAS E AS REFORMAS DA POLÍTICA COLONIAL

A década que iniciou em 1960 correspondeu ao período de descolonização na maior parte do continente africano. No entanto, o estado português preferiu seguir uma política de continuação do colonialismo que envolveu, sobretudo, uma maior imigração a partir da metrópole e o reforço do desenvolvimento económico. Em 1961, surgiram protestos contra a extensão das culturas forçadas e das plantações no norte do país, em Luanda e na Baixa de Kassanje. A reacção do governo colonial foi de grande violência. A brutalidade da reacção provocou, por sua vez, a fuga em massa da população das províncias de Zaire e Uíge para o Congo-Belga¹³ e uma redução drástica da população dessas áreas. Alguns autores indicam ter essa região do país perdido cerca de 70% da sua população (Schubert, 1999 citando Pélissier, 1979:109).

Apesar de o Governo colonial ter apostado na continuação do colonialismo e na imigração europeia, introduziu algumas reformas nas leis discriminatórias. As mudanças na política

¹¹ **No censo de 1960 foram considerados espaços urbanos aqueles com mais de 2000 habitantes.**

¹² **Agradecemos a chamada de atenção para a importância das vilas na expansão do espaço urbano a uma conversa com a historiadora Maria da Conceição Neto.**

¹³ **O Congo-Belga tornou-se mais tarde a República do Zaire, e, nos anos 90, a República Democrática do Congo. Na época a que nos referimos, população de outras áreas de Angola como, por exemplo, da Baixa de Kassanje, fugiu também para o Congo-Belga.**

económica estimularam as indústrias transformadoras, cuja produção se dirigia a um mercado interno em crescimento, devido ao incremento da imigração europeia. Na década de 60, Angola registou um impressionante crescimento económico.

“Os últimos quinze anos coloniais mudaram a face de Angola mais rápida e profundamente do que todas as décadas anteriores do século”. (Neto, 2000b)

Os movimentos de libertação nacional, encorajados pelos acontecimentos vividos no resto do continente e procurando responder à violência que se vivia internamente, desencadearam, no início da década, a guerra pela independência. A guerra em si afectou apenas partes remotas de Angola, mas o Governo colonial aumentou a presença militar em todo o país.

Em **Luanda**, foram criadas novas indústrias que foram implantadas ao longo das estradas principais, onde também apareceram casas de carácter definitivo “em transgressão”, ou seja, sem a devida autorização e, geralmente, com acesso improvisado aos serviços (Torres, 1973). A existência de hortas e quintas em volta dos musseques dificultou a expansão destes, o que elevou a densidade populacional a 800 pessoas por hectare nos musseques mais antigos. Outros musseques apareceram mais longe, no Golfe (num espaço reservado para um campo municipal de golfe que nunca chegou a existir), no Cazenga e na Petrangol (numa faixa entre duas áreas de quintas e hortas). Certos musseques (por exemplo, no Rangel) beneficiaram de algumas obras públicas que melhoraram os serviços, mas que permitiram, ao mesmo tempo, um acesso mais rápido à polícia de segurança colonial. Alguns “bairros populares” foram igualmente construídos nessa época, bairros de casas económicas, com acesso aos serviços básicos, mas que não eram bem vistos por estarem localizados em zonas afastadas dos empregos e mercados (Torres, 1973).

Os movimentos migratórios para Luanda eram, antes das reformas do sistema colonial, sobretudo consequência da fuga ao recrutamento para o contrato nas zonas rurais e do contrato propriamente dito, que trouxe para a capital numerosos trabalhadores para os serviços públicos como o porto, os caminhos de ferro ou a municipalidade.

A “atração” pela cidade era apenas marginalmente responsável pelo fenómeno (Messiant, 1989: 137). Após 1961, com a relativamente forte industrialização que conheceu a capital, a migração para Luanda muda de natureza passando a ser mais o resultado de um efeito de atracção, os familiares já instalados na cidade ajudando na integração dos novos migrantes. Dados relativos à população de Luanda na altura mostram a amplitude do crescimento do número de migrantes: a população negra da cidade cresceu 102,7% entre 1960 e 1970 (Cahen, 1989); em 1973, 50% dos habitantes dos musseques de Luanda não eram naturais desta cidade.¹⁴ A população migrante para Luanda provinha sobretudo

¹⁴ **A população da cidade triplicou entre 1950 e 1970. Em 1970, a população de Luanda era de 480.613 pessoas, das quais apenas 126.253 (26%) eram brancas.**

de áreas Ambundu (74%), Ovimbundu (18%) e Bakongo (6%) (Monteiro, 1973). O crescimento rápido da cidade continuou até 1974. Vastas áreas em torno da cidade estavam, nas vésperas da Independência, a ser preparadas para a urbanização.

A importância e a diversidade dos migrantes na cidade de Luanda, esteve na origem da criação de dezenas de grupos desportivos e recreativos que constituíram verdadeiros espaços de sociabilidade, solidariedade e convivência. Monteiro (1973) assinala a existência, em 1973, de uma “vintena de clubes desportivos suburbanos com estatutos aprovados” e de mais de 50 grupos desportivos mais informais. Como os nomes também indicam, por exemplo, “Atlético Clube de Icolo e Bengo” ou “Sporting Musserra e Ambrizete”, esses clubes e centros recreativos estavam profundamente ligados a regiões:

(...) é sobre esta base regional que funcionam a maior parte das associações de vizinhança, as sociedades de entreaajuda (para os enterros, as doenças), mas também os clubes desportivos ou recreativos, ou ainda a catequese.¹⁵ [Messiant, 1989: 145]

Mesmo se muitas vezes debilitados por meios precários, essas associações e clubes desportivos e recreativos funcionam como canais de apoio a novos migrantes e de solidariedade para os membros da comunidade.

Novas indústrias foram igualmente implantadas no **Huambo** e no **Lubango**. A importância destas cidades afirmava-se: nos anos 60 foram criados o Instituto de Investigação Agrária e Faculdade s da Universidade Agrária e Veterinária, no Huambo, e a Faculdade de Letras na cidade do Lubango. Os núcleos de casas de população local e os “bairros de nativos” continuaram a crescer, mas com uma densidade populacional mais baixa do que em Luanda. Era ainda possível fazer pastar os animais e praticar a agricultura nos espaços livres, entre os núcleos de casas. Os habitantes desses bairros continuavam a regressar para o campo, em certas estações do ano, para realizar trabalhos agrícolas.

As pressões administrativas sobre o **mundo rural** após 1961 mudaram de natureza. Embora as reformas tendessem a que a pressão sobre os camponeses diminuísse, a inclusão forçada em aldeamentos estratégicos, em certos casos, e a concorrência da nova vaga de colonos agravaram os problemas sociais e a pressão sobre os terrenos (Possinger, 1986). O controle da terra e dos recursos naturais deixou de ser comunitário, surgindo uma forte tendência para a individualização e para a privatização desses recursos. O empobrecimento rural acentuou-se, alimentando a migração para as cidades, as plantações ou a indústria pesqueira. Nas zonas rurais outros factores contribuíam para a mudança social. A relativa extensão da escolarização e a participação de angolanos no exército colonial faziam chegar às aldeias rurais outros actores sociais com impacto: o professor, o soldado em uniforme, para além das figuras religiosas cristãs já mais antigas,

15

Em francês no texto original.

passaram a rivalizar em importância com os sobas e os mais velhos, sobretudo junto dos jovens. No Planalto Central as formas organizativas tradicionais fragilizaram-se, pois tinham desaparecido as pré-condições económicas que em parte as sustentavam, tendo sido substituídas por culturas de rendimento e por trabalho do “contrato” (Heimer, 1973) (Possinger, 1973). As mudanças sociais que aconteceram no Planalto Central repetiram-se no norte do território (Pacheco, 1991) e, numa escala menor, em certas regiões do Sul (Uquhart, 1961).

5. 1974 - 1981: O PROCESSO CAÓTICO DE INDEPENDÊNCIA E OS PRIMEIROS ANOS DO PAÍS

A 25 de Abril de 1974, um golpe de estado em Portugal (a Revolução dos Cravos) pôs fim ao Estado Novo.¹⁶ As mudanças na metrópole criaram expectativas de descolonização em todos os “territórios do ultramar”. No caso de Angola, Portugal não conseguiu criar as condições para uma transição pacífica para um estado independente. Assim, Portugal deixou Angola no dia 10 de Novembro de 1975, declarando entregar o poder ao povo angolano e não assistindo à cerimónia de proclamação da nova república. A República Popular de Angola nasceu na madrugada de 11 de Novembro de 1975 em Luanda, proclamada pelo MPLA; ao mesmo tempo, uma outra república era proclamada pela UNITA e pela FNLA no Huambo. O país já estava em guerra entre os dois grupos de movimentos de libertação, tinha sido invadido pela SADF¹⁷ pelo Sul e, a Norte, pelo Zaire, exércitos que apoiavam a UNITA e a FNLA. Nessa altura, o território já tinha perdido a maior parte dos residentes portugueses e de origem portuguesa.

O encerramento de numerosas empresas e a partida de técnicos e comerciantes portugueses afectaram seriamente a economia rural que se reconverteu para uma economia de subsistência. Nas regiões onde a adopção desta estratégia não foi possível, o colapso da economia rural encorajou a migração para as cidades.

Durante os anos de 1974 e 1975, a cidade de **Luanda** foi palco de fortes conflitos. À semelhança do que acontecia no resto do país, quase toda a população branca da cidade partiu para Portugal, durante uma ponte aérea entre Maio e Outubro de 1975. Durante os anos seguintes, as casas e apartamentos, deixados vazios, foram ocupados por outros residentes da cidade ou por angolanos regressados do exílio. A migração do campo para a cidade continuou, mas a população total e a área total da cidade mudaram pouco.

Em 1975, como em Luanda, saiu do **Huambo** e do **Lubango** a maioria da população branca. As duas cidades estavam em Novembro já sob controlo da UNITA.

¹⁶ O Estado não-democrático criado em Portugal em 1930.

¹⁷ South Africa Defence Force, as forças armadas de África do Sul

No **Huambo**, segundo as nossas entrevistas, as casas abandonadas na zona urbana foram ocupadas por angolanos que tinham sido funcionários públicos do governo português e por comerciantes que viviam anteriormente nas zonas peri-urbanas. De acordo com os nossos informantes, alguns habitantes dos bairros peri-urbanos, que conheciam as casas, começaram a ocupar a zona urbanizada.

Durante o mês de Fevereiro de 1976, o Governo angolano, apoiado por tropas cubanas, retomou as duas cidades e a UNITA foi obrigada a sair. No **Huambo**, alguns habitantes das zonas urbanas e peri-urbanas foram para a mata com a UNITA.

Em Março de 1976, a SADF, devido aos avanços militares do governo com apoio de tropas cubanas, recuou para Namíbia. A UNITA decidiu, nessa altura, refugiar-se na mata. Tinha assim terminado uma fase da guerra em Angola; a situação estava mais ou menos estabilizada. Nos anos seguintes a SADF lançaria alguns ataques esporádicos (por exemplo em Maio de 1976 contra refugiados namibianos em Cassinga). O abastecimento, ainda numa escala reduzida, da SADF à UNITA, provocaria alguns incidentes no Planalto Central e permitiria que esta organização se instalasse, em Dezembro de 1979, na Jamba, perto da fronteira com a Namíbia.

A paz relativa, vivida durante esses anos e a erosão continuada da economia rural, contribuíram para que as zonas peri-urbanas de todas as cidades crescessem com o afluxo de migrantes que lentamente iam abandonando um espaço rural que parecia ser cada vez mais deixado ao abandono.

6. 1981 - 1991: OS ANOS DE “DESESTABILIZAÇÃO”

O ano de 1981 marcou o início de uma nova fase da guerra em Angola. Entre 1981 e 1983, várias invasões pela SADF forçaram a migração de populações no sul do país. Simultaneamente, a UNITA conseguiu uma expansão da área controlada por ela, no leste de Angola, até às margens do Planalto Central, interrompendo assim o funcionamento do CFB nessa parte do território. A instabilidade no leste de Angola provocou um fluxo de refugiados do Moxico para a Zâmbia. A situação de insegurança pronunciava-se no Planalto Central (no norte da Província da Huíla, no Huambo, no Bié, no interior da Província de Benguela) e dava origem a um movimento de deslocados do campo para as vilas (sedes de Comunas e Municípios) e para as cidades do Huambo e do Lubango.

Em meados dos anos 80, a UNITA passou a usar a República do Zaire como base, o que lhe permitiu realizar operações ao norte do Rio Kwanza. A intensificação da instabilidade no Planalto Central e o início de ataques em outras províncias do país provocaram o movimento de populações para as vilas, para as capitais de província e, mais tarde, para Luanda.

As vilas foram perdendo a população de comerciantes, professores e outros quadros e transformaram-se em concentrações de populações rurais deslocadas.

A assinatura dos Acordos de New York, entre Angola, Cuba e a África do Sul, a 22 de Dezembro de 1988, levaram a que a SADF recuasse para a Namíbia e as forças cubanas deixassem Angola. A guerra continuou no entanto entre o Governo e a UNITA, com particular intensidade no norte do país. A instabilidade nessa região do país agravou-se entre 1988 e 1991 e provocou um fluxo contínuo de deslocados, desta vez sobretudo para Luanda. A independência da Namíbia, em Março de 1990, pôs fim ao envolvimento directo da África do Sul na guerra em Angola. A estabilidade que passaram a conhecer o sul da Huíla e o Kunene permitiu o regresso de pessoas deslocadas daquelas províncias.¹⁸

A cidade de **Luanda** tinha começado a receber, a partir de 1979, um elevado número de angolanos que se tinham exilado no Zaire, nos anos 60. Essas pessoas ocuparam inicialmente apartamentos vazios na Baixa da cidade. Quando, mais tarde, em 1982, o fluxo de angolanos em proveniência do Zaire aumentou, esses novos habitantes da cidade começaram a construir as suas casas em zonas que tinham já sido demarcadas para urbanização, mas onde esta não havia ainda iniciado. O bairro mais conhecido deste tipo é o Palanca, perto da estrada de Catete e Viana. Na faixa da cidade, sobre a qual se debruçou a pesquisa, existem igualmente bairros deste tipo, a leste do musseque antigo da Petrangol, e na Mabor, onde se mantêm as ruas e os talhões, demarcados antes de Independência, no interior dos quais existem agora várias casas ou anexos.

Mais ou menos na mesma época, migrantes provenientes do meio rural começaram a construir em áreas onde, antes de 1975, havia apenas hortas e quintas. De igual modo, alguns habitantes dos musseques antigos, sufocados por densidades populacionais elevadas, mudam-se para terrenos disponíveis em áreas um pouco mais afastadas. Assim o musseque do Golfe expandiu-se para as áreas em torno. A área do Val Saroca (entre o Caminho de Ferro e o musseque antigo da Petrangol) foi nessa altura ocupada. A construção dos musseques foi assim acontecendo em faixas sucessivamente mais afastadas do centro da cidade: a área entre o Musseque da Petrangol e a estrada que liga o Kikolo à Fábrica de Cimento foi sendo ocupada até 1986; depois dessa época e até 1991 foi ocupada a área a leste dessa estrada.

No **Huambo** e no **Lubango**, a verdadeira transformação dos pequenos núcleos de casas em bairros peri-urbanos data deste período. No início dos anos 80, a UNITA tinha iniciado a ocupação de municípios no Planalto Central, "apertando" assim o cerco sobre o **Huambo**. A situação de insegurança provocou um movimento gradual, em direcção à cidade, de pessoas provenientes de aldeias e municípios próximos. A área rural em torno da cidade do Huambo, a cerca de 3 a 5 km do centro da cidade, foi assim tornando-se despovoada

¹⁸

Que foram pouco afectadas pela guerra a partir de 1990.

e a população que aí vivia concentrou-se nas áreas peri-urbanas, voluntariamente ou à força, devido à insegurança aí sentida desde 1982. Os espaços que existiam entre os bairros da periferia da cidade foram ocupados. O crescimento da zona peri-urbana fez-se dentro do perímetro peri-urbano anterior, principalmente por duas razões: porque para fora dessa zona havia lavras, que pertenciam a indivíduos que nunca tinham saído da cidade e porque essa zona era também mais segura pois era já habitada.

No **Lubango** bairros novos foram criados, a norte da cidade, por pessoas vindas das áreas rurais do Planalto Central. Ao sul da cidade, os espaços que ainda existiam entre os núcleos de casas foram também preenchidos por pessoas vindas de vilas do Planalto Central e de áreas a leste da cidade.

No meio rural a “guerra suja”¹⁹ provocou igualmente grandes transformações. Neste tipo de guerra, a população civil acaba por ser o alvo principal e “os ataques devastam os fundamentos sociais e culturais da sociedade” (Nordstrom, 1992).

“O medo não é só uma resposta ao perigo, mas entra na memória colectiva, torna-se uma condição crónica e (...) perturba relações sociais, criando desconfiança dentro de famílias, entre vizinhos e entre amigos (...) e divide as comunidades.” (Green, 1994)

7. 1991 - 2000: AS ELEIÇÕES, A GUERRA PÓS-ELEITORAL, O PROTOCOLO DE LUSAKA E O SEU FRACASSO

As conversações entre o Governo e a UNITA, iniciadas no fim dos anos 80, conduziram aos Acordos de Bicesse, a 31 Maio de 1991, ao início de 500 dias de paz e às primeiras eleições angolanas, a 29 e 30 de Setembro de 1992.

A rejeição dos resultados eleitorais pela UNITA levou a uma nova guerra que, contrariamente às guerras anteriores, teria um impacto directo sobre as grandes cidades angolanas.

A 10 de Janeiro de 1993 a cidade do Huambo começou a ser bombardeada pela UNITA. Esse dia marcou o início da “guerra dos 55 dias” para aquela cidade, que terminaria com a tomada do Huambo pela UNITA a 6 de Março de 1993.

Entre fins de 1992 e 1994 os combates alastraram-se a uma grande parte do país provocando vagas de pessoas deslocadas. A guerra foi intensa, afectou as vilas e cidades do interior directamente, em particular o Huambo, o Kuíto e Malanje, e infligiu um rude golpe à economia interna (o pouco que tinha sobrado do colapso do período pós-Independência

¹⁹ Ou “LIC – conflito de intensidade baixa”. “Uma nova forma de guerra no terceiro Mundo – nem guerrilha clássica nem agressão externa: uma forma de guerra com elementos de guerra civil mas dominada por iniciativas das potências externas.” (Minter, 1994)

ou o que tinha ainda sido recuperado durante os anos 80), deixando o país ainda mais dependente do sector petrolífero. A população das cidades de Luanda, Benguela, Lobito e Lubango (as cidades mais seguras) aumentou rapidamente. Estima-se que tenham migrado 3 milhões de pessoas, entre Outubro de 1992 e Outubro de 1994 (UCAH, 1995).

Os Acordos de Paz de Lusaka, assinados em Novembro de 1994 conduziram o país a um período de “paz frágil” (“nem guerra, nem paz”), que duraria até Dezembro de 1998. Apesar da “paz frágil”, a migração para as cidades continuou. A paz, na verdade, permitiu a migração de algumas pessoas que viviam nas áreas controladas pela UNITA. O período de alguma trégua permitiu igualmente o abandono do campo por pessoas que não tinham conseguido fugir enquanto havia combates e que não acreditavam na “solidez” da paz.²⁰ E, na verdade, durante os anos de 1997 e 1998 o número de incidentes militares subiu, provocando mais deslocados e aumentando a desconfiança geral. Em Dezembro de 1998 fortes combates tiveram lugar no Planalto Central e no norte do país: a “paz frágil” tinha chegado ao fim e as cidades de Malanje, Kuito e Huambo foram cercadas e bombardeadas. Em Setembro e Outubro de 1999 uma ofensiva das FAA conseguiu pôr fim ao cerco a estas cidades e retomar o Bailundo e o Andulo, mas não resultou em paz para o país. Os combates destes últimos dois anos provocaram o movimento de pelo menos um milhão de pessoas.²¹

A cidade de Luanda constituiu o refúgio mais procurado durante as guerras que tiveram lugar ao longo dos anos 90. A área da cidade estendeu-se ainda mais. Foram ocupadas áreas novas nos Municípios de Cacuaco, Viana, Samba e Kilambi Kiaxi. Ao mesmo tempo, a densidade de ocupação aumentou dentro das áreas já habitadas, com a construção de anexos a casas já existentes, a ocupação das margens de algumas estradas e dos últimos terrenos ainda vazios (que tinham, por exemplo, sido reservados para fábricas).

EXEMPLO DA EVOLUÇÃO DUMA ÁREA: BAIRROS DO VAL SAROCA E DOS OSSOS

Estes dois bairros fazem parte da Comuna de Ngola Kiluanje. Até 1975 a maior parte da área era ocupada por quintas, com algumas casas de madeira (onde viviam trabalhadores das empresas de café dos Dembos) ao longo da Estrada Antiga do Dande na parte mais alta dos bairros. Numa parte da área foi depositado, ainda nos anos 60, um monte de ossos, provenientes de um matadouro e que acabaram por dar o nome ao bairro.

A partir de 1982 algumas casas foram construídas, tendo começado essas construções na parte mais alta dos dois bairros. Um inquérito realizado em 1985 pela Development Workshop indica que 10 hectares, na parte mais alta e mais distante da cidade, foram ocupados por cerca de 200 casas. Durante os anos 80, a construção de casas avançou para zonas mais baixas.

²⁰ O facto de que Jonas Savimbi não tinha estado presente no momento da assinatura do Protocolo de Lusaka, a hostilidade aberta ao Protocolo mostrada pelo Congresso da UNITA no Bailundo, em Fevereiro de 1995, e a implementação lenta dos vários passos previstos no documento fizeram crescer o sentimento de desconfiança.

²¹ Web-site do The Global IDP Project, Janeiro de 2001. <http://www.idproject.org>

Um outro inquérito realizado pela mesma organização em 1989 indica que, nessa época, em cerca de 36 hectares havia já 1250 casas. Durante os anos 90, a ocupação da área foi ainda mais intensa, avançando também até à Estrada de Catete e ao Caminho de Ferro. A densidade populacional cresceu: no espaço onde havia 200 casas em 1985, agora existem 400; onde havia 1250 casas em 1989, agora há 2660. A densidade populacional é hoje de 500 pessoas por hectare. O total da população dos dois bairros no ano 2000 era, aproximadamente, de 40,000 pessoas.

O **Lubango** continuou, igualmente, a crescer, sobretudo entre 1992 e 1994, diminuindo a velocidade de crescimento a partir de 1995. No entanto, segundo os nossos informantes, o crescimento dos anos 90 foi menor do que aquele ocorrido durante os anos 80.

O caso do **Huambo** foi diferente: directamente atingida pela guerra, a cidade recebeu deslocados durante todos estes anos, ao mesmo tempo que outras pessoas a abandonavam. A área da cidade cresceu pouco, embora os fluxos de população tenham sido intensos e muito complexos.²² De um modo geral, a violência do conflito e dos combates no Planalto Central fez com que esta parte do território sofresse uma brusca queda de população, que fugiu para o litoral em particular para as cidades de Luanda, Benguela, Lobito e Lubango.

8. APÓS CEM ANOS DE PROFUNDAS TRANSFORMAÇÕES

8.1 As cidades no ano 2000

A tabela que se segue ilustra o crescimento da população das cidades de Luanda, Benguela, Lobito, Huambo e Lubango entre 1940 e 2000, com base em dados dos censos (1940 até 1970) e nas várias estimativas da população efectuadas posteriormente. Não são por isso dados completamente fiáveis, mas denotam, mesmo não sendo precisos, o crescimento rápido da população urbana.

No ano 2000, estima-se que 20% da população de Angola more em Luanda e que 17% viva em outras áreas urbanas (UNDP, 1999). Estima-se que a população das cidades de Luanda, Benguela, Lobito e Lubango (cidades seguras) seja, no ano 2000, 40 ou 50 vezes mais elevada que a população de cada uma destas cidades em 1940. Luanda mantém-se a cidade mais populosa. Apesar do facto de que, nas últimas décadas, muitos dos migrantes, que tinham inicialmente ido para outras cidades, tenham continuado mais tarde o percurso para Luanda, o crescimento de Benguela, Lobito e Lubango, entre 1970 e 2000, é espectacular: a população destas cidades era, no ano 2000, dez vezes mais elevada do que em 1970.²³

²² Ver capítulo III para mais detalhes sobre o fluxo de migrantes durante este período.

²³ Continua também a haver fluxos migratórios internacionais importantes, de vários tipos, com Angola, mas mais uma vez não é possível ter acesso a dados certos sobre o assunto.

Crescimento populacional urbano

	Luanda	Huambo	Lobito	Benguela	Lubango
1940	61.000	16.000	13.000	14.000	8.521
1960	224.000	38.000	50.000	23.000	15.086
1970 ²⁴	480.613	61.885	59.528	40.996	31.674
1978	738.000 ²⁵				
1983	923.263 ²⁶				
1984					104.847 ²⁷
1985	1.138.000 ²⁸		338.300	219.000 ²⁹	
1988			347.450	225.000 ³⁰	
1991	1.538.779 ³¹	300.000 ³²	400.000	300.000 ³³	
1995	2.100.000 ³⁴		600.000	355.000 ³⁵	
2000	3.276.991 ³⁶	300.000 ³⁷			400.000 ³⁸

²⁴ Angola (1973)

²⁵ Núñez (1981)

²⁶ Dados do censo, 1983

²⁷ Dados do censo, 1984

²⁸ UNICEF (1991)

²⁹ World Bank, 1991

³⁰ UNICEF (1991) citando um censo provincial

³¹ UNICEF (1991)

³² Cálculo dos autores com base em dados por Comuna fornecidos pelo relatório do UNICEF (1991). O número de 750,000 numa tabela do relatório do UNICEF parece pouco fiável e não corresponde aos dados por Comuna no mesmo relatório. Minter (1989) e Tvedten (1997) falam de uma população de 1,000,000 da cidade nessa altura, mas sem justificar tal estimativa ou mencionar as fontes. Várias entrevistas indicam que a população da cidade aumentou durante os anos 80 devido à chegada de populações rurais, mas saíram igualmente pessoas, durante esse período, para Benguela, Lobito, Luanda e Lubango.

³³ World Bank (1991) e UNICEF (1991) possuem dados ligeiramente diferentes.

³⁴ Dar al Handasah (1996). Esta estimativa da população de Luanda em 1995 foi feita para o Governo Provincial. No entanto são mencionados, em outros documentos igualmente oficiais, números superiores a 3 milhões.

³⁵ Burnside International (1997)

³⁶ Estimativa do Instituto Nacional de Estatística

³⁷ Cálculo feito durante a pesquisa na base de dados por bairro e por comuna fornecidos por várias ONGs.

³⁸ Estimativa na base de relatórios da ONG CARE International e de dados do Governo Provincial.

No caso das cidades do interior, diversas vezes directamente afectadas pela guerra, os fluxos migratórios foram mais complexos e houve saídas e entradas de pessoas em vários momentos.³⁹ As pessoas mais qualificadas, ou com mais possibilidades de se deslocarem, abandonaram as vilas e cidades do interior, que passaram a ser habitadas por pessoas vindas das áreas rurais. Mesmo se muitas pessoas abandonaram a cidade do Huambo nos últimos anos, a população da cidade cresceu vinte vezes entre 1940 e 2000. A área peri-urbana do Huambo tem uma população considerável, embora o seu crescimento não tenha sido tão importante como nos casos das áreas peri-urbanas das cidades de Lubango, Lobito, Benguela e Luanda.

8.2 Estado actual das instituições rurais – algumas ideias e hipóteses

Nos anos anteriores à independência, e no período que se seguiu a 1975, os estudos sobre as sociedades rurais angolanas não foram numerosos. Não há, por isso, informação segura sobre o que resta das instituições rurais de Angola. A exposição que fizemos, ao longo deste capítulo, dos acontecimentos que afectaram as sociedades rurais, tinha como objectivo ajudar-nos a compreender a evolução que podem ter sofrido as instituições rurais, de modo a poder emitir algumas ideias e hipóteses, mesmo se breves, sobre o estado actual dessas instituições, dando realce particular aos aspectos de solidariedade, objecto desta pesquisa.

As sociedades rurais variarão, provavelmente muito, de acordo com a área. Com efeito, o leste e o sul de Angola, por exemplo, foram menos afectados pelas grandes transformações ligadas à colonização que outras regiões do país; mas são, simultaneamente, áreas com pouca população que não contribuíram significativamente para a migração em direcção às áreas peri-urbanas. Em relação à região leste de Angola existe ainda menos informação disponível sobre esses aspectos.

No Sul, em áreas puramente pastoris, continuam a existir instituições “tradicionalis” indispensáveis para a regulação do uso da água e dos pastos e para a organização da transumância.⁴⁰ As entrevistas efectuadas no Lubango e alguma documentação dão-nos indicações de que, nas áreas agro-pastoris do Sul, continuam a existir instituições “tradicionalis” de entreatajuda.⁴¹

³⁹ **A complexidade dos fluxos migratórios na cidade do Huambo foi confirmada em entrevistas durante a pesquisa. Ver capítulo III para mais informação sobre o assunto. Pacheco (1998) dá igualmente informação sobre a complexidade dos fluxos migratórios na Província do Huambo nos últimos anos, as migrações voluntárias e forçadas em áreas em torno da cidade e sobre a saída da população da cidade para outras províncias e para o campo quando a cidade foi directamente afectada pela guerra.**

⁴⁰ **Documentos da ADRA sobre projectos em Manquete (Cunene) e Gambos (Huila).**

⁴¹ **Entrevistas com moradores do Lubango, oriundos das regiões agro-pastoris, e com ONGs trabalhando no Sul. Ver igualmente Correia e Morais (1993), CARE (1994)**

No meio rural ainda há ndjambi. Quem tem bois e charrua empresta, mas em troca de trabalho na lavra da pessoa que emprestou [a lógica é que a família não tenha fome e não roube]. Ndjambi também significa trabalho colectivo com bebida e comida depois, que continua. (Entrevista com pessoa da região agro-pastoril, no Lubango.)

Há ajuda porque amanhã alguém também pode precisar de ajuda. No campo existe ajuda mútua para fazer adobes, ou para ajudar construir uma casa. (Entrevista com pessoa da região agro-pastoril, no Lubango.)

Uma grande parte do norte do país (Província do Zaire e o norte da Província do Uíje) viveu uma história particular, já que, em 1961, uma fracção importante da população emigrou e se refugiou nas cidades do Congo-Belga. No país vizinho, os refugiados tiveram o primeiro contacto com a modernidade, num contexto colonial diferente daquele vivido na época em Angola, que não exigia uma tão profunda assimilação cultural, nas diferentes vias de promoção social.⁴² Como receberam pouco apoio, conseguiram sobreviver graças, sobretudo, à ajuda-mútua. Essas pessoas criaram, nesse processo, uma nova identidade, dentro da qual o espírito de entreajuda é importante e tem como referência valores tradicionais de solidariedade. Depois da independência de Angola, essas pessoas regressaram a Angola, sobretudo para a cidade de Luanda, trazendo com elas esta identidade, que se destaca, quando comparada à de outros habitantes da cidade, por atitudes mais positivas em relação a valores da cultura tradicional (Robson, 1998).

O resto do país (entre o Lubango no Sul e o Uíje e os Dembos no Norte) encerra as áreas do território mais afectadas por transformações desde os últimos anos do século XIX e que contribuíram de maneira importante para a migração em direcção às áreas peri-urbanas. No entanto, mesmo nessas regiões, podem existir diferenças consideráveis, entre diversas áreas e entre aldeias, no modo como esses lugares foram afectados pelos vários processos já descritos, assim como no impacto destes sobre as instituições locais (Pacheco, 1998). Mas, de uma forma geral, a informação disponível indica que as instituições comunitárias estão em constante degradação, com indícios de desestruturação e de descaracterização.

Uma razão apontada para o esmorecer de certas instituições tradicionais é a insegurança que se vive e que não permite que se vá para “o mato” como seria necessário.

[o evamba] já não se faz, não pode ir no mato ou ficar no mato tanto tempo. Geralmente faz circuncisão no hospital, mas há pouca festa. Os ovingandji só aparecem de vez em quando mesmo no campo; na cidade aparecem só nas Festas da Cidade (oficial, do Governador)” (Huambo).

⁴²

Para mais informação sobre este grupo social ver Pereira (1999), Tali (1993), Tali (1999), Messiant (1994), Messiant (1995).

No entanto, o sentido de comunidade e de solidariedade parece continuar a existir nas zonas rurais e, mesmo se as instituições tradicionais se apresentam fragilizadas, não se pode falar de ausência de regras sociais, de normas e de códigos (Pacheco, 1998).

Quanto às instituições de cooperação propriamente ditas, há indícios de que continuem a ser praticadas, mas menos frequentemente que anteriormente (Pacheco, 1998; Andrade, 1998). Em algumas entrevistas foi-nos dito, por exemplo, que “a situação actual no campo é tal que não se pode realizar algumas das formas de cooperação”. As pessoas são muito pobres e também têm medo de se juntarem para trabalharem juntas ou para realizarem cerimónias.

A ausência de dados seguros e os poucos estudos efectuados não nos permitem tirar conclusões definitivas. No entanto, parece-nos plausível pensar que, após o longo período de transformações sociais que afectaram o meio rural durante a época colonial, ao qual se seguiram várias décadas de forte instabilidade, as instituições rurais de solidariedade se encontrem, à semelhança de outras, bastante modificadas. A entreaajuda acontecerá nas áreas rurais, mas mais raramente. Talvez não seja absurdo supor que os migrantes rurais cheguem às cidades transportando consigo instituições de solidariedade já debilitadas.





III . AS MIGRAÇÕES
NO PERÍODO
PÓS-INDEPENDÊNCIA

CONTEÚDO

III AS MIGRAÇÕES NO PERÍODO PÓS - INDEPENDÊNCIA

1.	IMPORTÂNCIA E CARACTERÍSTICAS DA “DESLOCAÇÃO” PARA AS CIDADES	44
1.1	O surgimento dos “deslocados”	44
1.2	Cada vez mais a cidade é o objectivo	46
1.3	Diversidade e complexidade da deslocação	47
2.	FLUXOS MIGRATÓRIOS E ORIGEM DA POPULAÇÃO DESLOCADA NAS ZONAS ESTUDADAS	49
2.1	Cidade de Lubango	49
2.2	Cidade do Huambo	50
2.3	Cidade de Luanda: Comunas de Ngola Kiluanje, Hoji ya Henda e Kikolo	51
2.4	Algumas observações sobre a complexidade dos fluxos migratórios	53
3.	ACOLHIMENTO, ADAPTAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS DESLOCADOS NA CIDADE	54
3.1	Acolhimento dos deslocados: família e amigos – os actores fundamentais	54
3.2	A adaptação à cidade: a importância do trabalho	57
3.3	Ter casa sua: poder instalar-se ...	60
3.4	Tempo de instalação	63

1. IMPORTÂNCIA E CARACTERÍSTICAS DA “DESLOCAÇÃO” PARA AS CIDADES

1.1 O surgimento dos “deslocados”

A importância crescente da guerra

Como vimos no capítulo anterior, a migração para as cidades, em particular para Luanda, é um fenómeno comum em Angola, desde o início da década de 50, cuja importância cresceu de modo significativo com o “boom” económico dos anos 60. Nessa altura, e até à data da independência, os movimentos migratórios entre o meio rural e o urbano estavam sobretudo ligados ao crescimento económico de Angola na época.

Após a independência, as deslocações de pessoas do meio rural para as cidades mudam de natureza. O colapso que conheceu a economia angolana logo após 1975, com graves consequências para a economia rural, empurra um importante número de habitantes do campo para as cidades. Ao mesmo tempo, a intensificação da guerra no território provoca igualmente fortes fluxos migratórios para os meios urbanos. O conflito militar, por sua vez, agudizando o isolamento e a crise económica nas zonas rurais, contribui para o abandono do campo em favor das cidades, sobretudo da população jovem, mesmo quando a insegurança não está em causa. Se a cidade aparecia já como terra das oportunidades antes de 1975, a crise económica vivida nas zonas rurais após a independência pode ter tornado mais aguda a “atração pela cidade”. Pacheco (1998:90), por exemplo, indica a desestruturação económica, a falta de perspectiva e o desemprego deixados pela guerra como motivos importantes do abandono do campo por numerosas pessoas da província do Huambo. Apesar da situação de conflito quase permanente que conheceu Angola desde 1975, o facto de a exploração do petróleo ter aumentado e de Luanda ter sido a cidade do país que mais beneficiou desse crescimento contribuiu, sem dúvida, para o fluxo de migrantes para a capital.

No entanto, com a degradação da situação militar em Angola, a fuga à insegurança nas zonas rurais passa a ser a razão mais forte para a migração para a cidade. Este tipo de fluxo migratório constituiu nestas últimas décadas um processo particularmente doloroso e traumático vivido por uma grande parte da população angolana e deu origem ao grupo de pessoas que é hoje designado como “os deslocados”.¹

Os movimentos de população deslocada tiveram início nos primeiros anos que se seguiram à independência, mas adquiriram importância crescente no início da década de oitenta,

¹ **Um outro factor de movimentos migratórios de alguma relevância, e igualmente ligado à guerra, é aquele que resulta do movimento dos soldados, sobretudo do exército nacional, que, em serviço militar em cidades distantes das suas zonas de origem, acabam por aí constituir família e se instalar.**

com o recomeçar da instabilidade militar em Angola.² Em 1981, existiam já cerca de 500.000 deslocados em Angola (UNDRO, 1981). A partir dessa altura o país viveu em estado de guerra quase permanente, se exceptuarmos a breve trégua oferecida pelos Acordos de Bicesse, e a população deslocada não cessou de crescer.

Quem são os deslocados?

Algumas fontes indicam terem, em 1993, cerca de três milhões de pessoas abandonado as suas áreas de origem (ADRA e SCF, 1998). Em 1995, depois dos Acordos de Paz de Lusaka havia ainda mais de um milhão e quinhentos deslocados (UCAH, 1995). O sítio da internet do “Global IDP Project” indica que os conflitos de Dezembro de 1998 terão posto em marcha pelo menos um milhão de deslocados novos. O número de pessoas, que foram obrigadas a abandonar as suas terras e que se deslocaram para lugares mais seguros, é difícil de conhecer com segurança, nas condições de instabilidade que vive Angola desde a independência. Várias fontes indicam estimativas que frequentemente não coincidem. Uma das dificuldades em lidar com os números disponíveis é que frequentemente não está bem claro de que deslocados se está a falar:³ os que estão nos campos?; estes adicionados àqueles que foram acolhidos por familiares ou amigos?; trata-se de deslocados da última vaga na altura da contagem?; ou a contagem incluiu também pessoas já deslocadas há uns anos?

A dúvida em torno do conceito de deslocado levou-nos a discuti-lo e a defini-lo, para efeitos deste trabalho. O conceito de “deslocados” é dificilmente “operacionalizável” na situação complexa vivida em Angola onde:

- as pessoas têm sido obrigadas a deslocar-se desde há muitos anos, fazendo por vezes percursos em várias etapas que se tornam muito complexos;
- os deslocados nem sempre permanecem em Campos (ou Centros) de Deslocados, mas procuram refúgio junto de familiares ou amigos, no interior das cidades e vilas;
- raramente as pessoas tiveram a oportunidade de regressar às zonas de origem, e quando o fizeram foram, por vezes obrigadas a “redeslocarem-se” tornando ainda mais complexas as trajectórias de migração.

² **O movimento de deslocados em Angola não data de 1975, mas tornou-se, sem dúvida nessa altura, um fenómeno de âmbito nacional, envolvendo um número muito elevado de pessoas.**

³ **Para além das dificuldades normais em compilar dados no contexto de Angola. O website do “Global IDP Project”, Geneva, não consegue ser mais exacto do que dizer que “entre 1 milhão e 2.5 milhões de deslocados foram criados pelos conflitos em Angola entre meados de 1998 e meados de 2000”. <http://www.idpproject.org>.**

- as pessoas migram (e se deslocam, por isso) e por vezes se declaram deslocadas por várias razões: não apenas devido a uma ameaça directa ou a um acontecimento definido, mas também devido ao colapso da economia, a um sentimento de insegurança, a rumores ou boatos de ataques iminentes ou por sentirem uma ausência de perspectiva e de esperança no lugar onde vivem.

A “pluralidade” da palavra faz com que seja por vezes difícil utilizar os dados que se publicam sobre os deslocados. Ao examinar com mais atenção os dados publicados por diferentes agências humanitárias, fica-se com a impressão que se trata de uma série de números ao serviço de várias burocracias, que não reflectem a complexidade do fenómeno na realidade do “terreno”. Uma dificuldade especial com esses dados reside na indefinição sobre quanto tempo alguém permanece na categoria de deslocado depois de ter chegado ao lugar de refúgio. Os dados raramente indicam claramente se, por exemplo, o número de deslocados em determinado lugar se refere às pessoas que se deslocaram naquele momento ou se inclui aquelas que ainda constam nas estatísticas de distribuição de ajuda humanitária, independentemente da época em que se deslocaram.⁴

Assim, para nós, os deslocados são pessoas que foram forçadas a abandonar as suas áreas de origem devido à guerra, ou a um sentimento de insegurança com a guerra relacionado, e a procurar outro lugar para viver dentro do mesmo país.⁵ Neste relatório usa-se o termo “deslocado” para designar uma pessoa que, pelas razões referidas, migrou e chegou a um novo lugar há menos de dois anos. Como veremos neste capítulo, os dois anos constituem o período para além do qual a maioria dos deslocados já se encontra instalada no local que os acolheu. Durante o período de adaptação e instalação no local de acolhimento, os deslocados, pela vulnerabilidade vivida a vários níveis, constituem de facto um grupo particular. Não se usa o termo para indicar as pessoas já tenham sido deslocadas, mas que já se encontram “instaladas”.⁶

1.2 Cada vez mais a cidade é o objectivo

Nos anos oitenta os combates tinham lugar na sua maioria no meio rural, longe das zonas mais urbanizadas do país. Nesse período, as vilas e as sedes de município do interior serviam ainda como refúgio para a população que abandonava as suas aldeias rurais inseguras.

⁴ Duffield (1994) critica, por exemplo, que a na utilização da palavra “deslocados” não se indique com maior precisão a relação entre a guerra e um determinado grupo de deslocados..

⁵ Em inglês “Internally displaced people” ou IDPs. Outras pessoas, pelas mesmas razões, procuram refúgio num outro país, tornando-se refugiados.

⁶ No relatório, quando se usam dados de outros documentos indica-se sempre a referência deste último, pois a definição de deslocado utilizada pode ser diferente da nossa. Aconselha-se cuidado no uso dos dados e a fazê-los sempre acompanhar da referência dos documentos originais.

O eclodir da guerra após as eleições, em 1992, levou a insegurança, não apenas às vilas e sedes de município, mas, igualmente, às cidades, em particular às cidades das zonas do Planalto Central de Angola. Nesta última década, cada vez mais frequentemente os deslocados procuraram protecção nos grandes centros urbanos do país, sobretudo nos centros urbanos da faixa litoral.

O movimento de pessoas faz-se frequentemente por etapas: da aldeia do interior para a sede do município e deste para a capital da província. O objectivo para grande parte dos deslocados é o de chegar às grandes cidades, que parecem cada vez mais constituir os únicos “portos seguros”.

As guerras dos anos 90, mais violentas e que agravaram a crise e o colapso económico em Angola, fizeram com que a capital do país, mais do que qualquer outra cidade, passasse a constituir o objectivo de grande número de migrantes. Muitos dos nossos entrevistados disseram ter passado algum tempo em outras cidades (Uíge, Negage, para os que viram do Norte, Benguela, Lobito, para os que vieram do Planalto Central) até encontrarem transporte que os levasse para Luanda.

Luanda não apenas parece ser a cidade mais segura. Sendo a zona do país que mais beneficia de investimentos e das importações e, como dissemos, estando mais ligada à economia do petróleo continua a atrair um grande número de migrantes. A capital possui assim hoje uma população de origem muito diversa que, como nós veremos, se “mistura” nos bairros peri-urbanos da cidade.

1.3 Diversidade e complexidade da deslocação

Contrariamente à ideia segundo a qual os deslocados abandonam “em massa” as suas terras, muitas das pessoas que hoje se considera deslocada, não se movimentou nem durante os períodos de forte conflito nem em grandes grupos. Na verdade, podemos dizer que existem, de um modo geral, duas situações de deslocação bem distintas: por um lado, a fuga a um conflito que eclode repentinamente ou que parece eminente; por outro, o abandono da aldeia ou da vila, em situação de relativa paz, mas na qual as pessoas não têm confiança, da qual emana uma sensação de insegurança. Dessas duas situações resultam tipos de “deslocação” diferentes.

Quando eclode o conflito, ou quando as pessoas se sentem claramente em risco, a fuga pode ser “em massa”.⁷ Um exemplo disso constituiu o período de guerra após as eleições que deu origem, sobretudo nas zonas do Planalto Central, a deslocações em massa de pessoas de todos os níveis sociais. A cidade do Huambo conheceu movimentos “em massa” tanto de pessoas a sair da cidade (em 1993, na batalha que ficou conhecida

⁷ Um documento onde se fala das deslocações em grandes grupos é Richardson (1999),

como “a guerra dos 55 dias”) como no sentido inverso, em 1998, quando grandes grupos de pessoas fugiam dos combates que sucederam ao fim da “trégua” (relativa) de Lusaka no interior da província.⁸ O facto de as pessoas abandonarem as suas aldeias em grandes grupos não quer, no entanto, dizer que elas manterão o grupo durante o percurso, nem que chegarão ao lugar de destino juntos. Andrade (1998: 28) diz a esse respeito:

A tendência inicial era a de formar grandes grupos, dentro dos quais era possível encontrar solidariedade e entreajuda para fazer face às dificuldades. Com o decorrer da caminhada, esta opção foi-se alterando pois esses grupos eram mais vulneráveis aos ataques, com uma marcha mais lenta e, por isso, muitos acabaram por se separar e deslocar-se em pequenos grupos (muitas vezes reduzidos à família nuclear) com mais mobilidade, mas com um potencial de solidariedade e entreajuda menores.

Por outro lado, na história recente de Angola, da qual o conflito, real ou latente, nunca desapareceu completamente, é um fenómeno comum que as pessoas abandonem as suas aldeias, porque ainda se sentem pouco seguras ou, na maior parte dos casos, quando para isso têm uma oportunidade. Isso acontece mesmo em situação de relativa estabilidade. Aliás, após terem sido submetidas a situações de fortes combates, as pessoas esperam por momentos de paz (ou de alguma paz) para poderem abandonar as áreas que consideram, depois do conflito terminado, ainda inseguras. As guerras sucessivas em Angola, fizeram com que a população aprendesse, à custa do seu próprio sofrimento, que o fim dos combates não constitui sinal de paz, mas apenas um momento de trégua, numa guerra que não acaba e da qual as suas áreas de origem parecem constituir o eterno palco. Aliás, outra consequência grave das guerras que se sucedem é o fenómeno das deslocções múltiplas vividas por grande número de pessoas. A incerteza em relação ao fim da guerra explica, talvez, que uma das maiores vagas de deslocados para a cidade de Luanda tenha acontecido após a assinatura dos Acordos de Lusaka. Neste tipo de deslocção, as pessoas deixam, em geral, as suas aldeias ou vilas, em pequenos grupos que por vezes são constituídos por membros de apenas uma família. Algumas vezes são familiares que já se encontram instalados em zonas seguras que os vêem buscar.

Uma outra razão que dificulta que as pessoas se desloquem em grupos é a ausência de transporte. Raras são as vezes em que essas pessoas fogem das suas aldeias com meios de transporte dos serviços sociais ou das agências humanitárias. A maioria dos deslocados abandona a sua aldeia a pé ou aproveitando a “boleia” de camiões ou carrinhas que pagam com o que conseguem (animais, produtos agrícolas o dinheiro que ainda possuam). Assim, mesmo os grupos que no início eram compostos por muitas pessoas, acabam por se tornar mais pequenos, pois alguns são mais lentos, como já

⁸ **Os moradores do campo Kasseque, perto do Huambo, e de outros campos deste género na província, vivem agrupados por origem e dizem ter vindo em grupos grandes. Numa das entrevistas no Huambo foi-nos dito, a respeito dos deslocados de 1998, que era a primeira vez que os deslocados vinham “em bandos”.**

dissemos, outros conseguem “apanhar” um carro. A comparação das diferentes situações no estudo de Andrade (1998) e por nós recolhidas, deixa suspeitar que quanto maior for a distância percorrida na deslocação, mais individualizado acabará por ser o percurso.

O facto de que os grupos se fragmentem, adicionado ao número importante de pessoas que não se desloca em grupos, terá consequências fundamentais para o quadro da nossa pesquisa. Assim se explicaria, em parte, que, contrariamente a uma ideia comum quando se fala de deslocados, estes não cheguem às cidades “em comunidades”. Estes factos constituem parte da explicação da heterogeneidade dos bairros peri-urbanos estudados, heterogeneidade essa a que nos referiremos amiúde neste relatório.

2. FLUXOS MIGRATÓRIOS E ORIGEM DA POPULAÇÃO DESLOCADA NAS ZONAS ESTUDADAS

2.1 Cidade do Lubango

O crescimento populacional na cidade do Lubango tornou-se mais notável a partir de 1983, com o início das invasões sul-africanas na Província do Cunene. Nessa altura, com o apoio do governo sul-africano, a UNITA iniciou igualmente algumas acções militares no Planalto Central que provocaram movimentos de pessoas para o Lubango a partir do norte.

Vindas do sul do país, algumas das pessoas deslocadas instalaram-se nas vilas da Província da Huíla (Castanheira de Pêra, Matala, Humpata e outras vilas do Planalto da Huíla) enquanto que outras se dirigiram directamente para a cidade do Lubango. É aparentemente nesse período que a cidade recebe o maior número de pessoas.

Mais tarde, durante a guerra pós-eleições, as vilas do Planalto Central foram por sua vez atacadas e abandonadas por grande parte da população que procurou refúgio no mato ou que fugiu para o Lubango (sobretudo os antigos habitantes das vilas do Planalto Central). O crescimento populacional é agora aparentemente menor do que nos anos 80. Os movimentos de “deslocados” mais significativos foram:

- das zonas pastoris do Sul durante as invasões pela África do Sul no início dos anos 80 (mas é hoje menos visível, pois algumas dessas pessoas já regressaram às áreas de origem).
- das áreas Nganguela durante todos os anos 80 e 90;
- das zonas rurais do Planalto Central durante os anos 80 e 90;
- das vilas sedes de município do Planalto Central em 92 e 93.

Para além dos deslocados, cuja proveniência é em geral o interior da província ou as províncias em torno da Província da Huíla, existem igualmente pequenos grupos de habitantes que vêm de diferentes regiões do país por razões de negócio (alguns Bakongo, por exemplo) ou por terem pertencido ao exército e ali terem estado colocados durante muito tempo.

2.2 Cidade do Huambo

A população da Província do Huambo é, na sua maioria, Ovimbundu, com, como no caso do Lubango, algumas pessoas de outras zonas do país que vieram para o serviço militar ou para fazer comércio e que decidiram fixar-se.

Ao longo dos últimos 25 anos os movimentos migratórios em torno da cidade do Huambo foram bastante complexos, pois esta cidade foi uma das mais duramente atingidas pelas guerras do período pós-independência. Os grandes movimentos de população fizeram-se sobretudo do seguinte modo:⁹

1983 – 1991

As acções militares da UNITA fazem-se sentir com maior intensidade, quer nas zonas rurais da província, quer mesmo em torno da cidade, em algumas áreas peri-urbanas. Alguns habitantes da cidade (zonas urbanas e peri-urbanas) abandonam-na para se dirigirem para cidades mais seguras (Benguela, Lubango e Luanda). Moradores das zonas peri-urbanas instalam-se mais no centro da cidade, onde a insegurança é menor. Deslocados das zonas rurais da província movimentam-se em direcção à cidade e ocupam as casas da zona peri-urbana deixadas livres.

1991- fins 1992

Assinatura dos Acordos de Bicesse aos quais se seguiram as eleições. A UNITA voltou a instalar-se no Huambo, com os seus militantes regressados da “mata”. Algumas pessoas da cidade do Huambo a viver noutras cidades regressam. Todas estas pessoas se instalam nas zonas urbanas e peri-urbanas da cidade. Simultaneamente, alguns dos deslocados, que outrora se tinham refugiado nas zonas peri-urbanas, regressam às suas áreas rurais de origem, no interior da província do Huambo.

⁹ Informação sobretudo recolhida durante as entrevistas realizadas ao longo do período Dezembro 1999 – Julho 2000.

Início de 1993

“Guerra dos 55 dias”: 13 de Janeiro – 8 de Março 1993. Grandes grupos de pessoas, de composição social diversa (governantes, funcionários públicos, estudantes, camponeses, comerciantes), deixam a cidade do Huambo para se refugiarem nas províncias de Benguela e Huíla. Algumas pessoas regressam às zonas rurais onde se sentem mais seguras.

Março 1993 – Novembro 1994

A cidade é ocupada pela UNITA. Continuam a sair pessoas, as que podem, para as províncias do litoral, onde uma parte importante é acolhida em campos de deslocados. As províncias de Benguela e Huíla, são, para algumas pessoas, apenas um ponto de trânsito a partir do qual continuam a viagem em direcção a Luanda. Ao mesmo tempo, militantes da UNITA e pessoas vindas do meio rural ocupam as casas agora abandonadas.

Fins de 1994 - 1998

O Governo volta a ter controlo sobre a cidade. Alguns militantes da UNITA deixam a cidade. Muitas dos habitantes da cidade do Huambo aproveitam a “paz” para abandonarem nessa altura a cidade e para se dirigirem para as zonas do litoral – Luanda sobretudo. Algumas pessoas que estavam como deslocadas nas cidades do litoral regressam ao Huambo. De 1995 a fins de 1998 a situação manteve-se relativamente estável.

Fins de 1998 – 2000

Reinício dos combates. Novo fluxo de camponeses do interior da província para a cidade do Huambo, vindos sobretudo da linha Bailundo – Vila Nova – Bié. Simultaneamente, sai muita gente da cidade e de parte da zona peri-urbana para outras províncias – em particular, os que têm família fora.

Em Novembro de 1999, após a retomada do Bailundo pelo Governo, alguns desses deslocados (camponeses) regressam às suas zonas de origem – sobretudo para Vila Nova. Segundo os nossos informantes, algumas pessoas que se haviam deslocado para outras províncias (entre os quais, funcionários e estudantes que haviam saído em 1994 com a UNITA) começam a regressar para o Huambo.

2.3 Cidade de Luanda: Comunas de Ngola Kiluanje, Hoji ya Henda e Kikolo

De um modo geral, quanto mais próximo do centro da cidade de Luanda (“da Baixa”, como dizem as pessoas por nós entrevistadas) se situa o bairro, mais antiga é a sua ocupação. Assim, o Município do Kikolo é a zona cuja ocupação é mais recente. Como a ocupação dos

bairros Ngola Kiluanje e Hoji ya Henda data da mesma época e que o tipo de crescimento populacional dos dois bairros é bastante semelhante, falaremos dos dois em conjunto.

A população dos bairros peri-urbanos em Luanda é muito mais heterogénea do que aquela das cidades do Huambo e do Lubango. Luanda foi recebendo migrantes de diversas províncias. Foi também Luanda que recebeu um grande número de pessoas de origem bakongo que tinham emigrado para o Zaire nos anos 60 e que regressaram ao país depois da independência. Com o agravamento do conflito militar, pessoas de localidades bastante distantes de Luanda procuraram igualmente refúgio nessa cidade.¹⁰

Comunas de Ngola Kiluanje e Hoji ya Henda

As zonas onde hoje se situam as comunas do Hoji ya Henda e do Ngola Kiluanje começaram a ser habitadas no fim da década de 60. Antes dessa época, eram áreas onde apenas existiam lavras e quintas. Uma parte do que hoje é a Comuna do Hoji ya Henda começou a ser urbanizada no início dos anos 70, com casas em betão, habitadas na sua maioria por famílias de colonos e de pessoas de origem cabo-verdiana. A Comuna do Ngola Kiluanje começou a crescer nos primeiros anos depois da independência, com a chegada de pessoas que trabalhavam nas roças de café das regiões do Bengo e Kwanza Norte e que vieram para ali fugidos da guerra durante o período da independência.¹¹ Ambas as áreas receberam pessoas que tinham emigrado para o Zaire antes da independência e que regressaram a Angola depois de 1975.

Essas zonas continuaram a crescer e a receber migrantes durante os anos 80, mas, segundo as nossas entrevistas, foi entre 1989 e 1992 que o crescimento da população foi mais pronunciado. Este facto, várias vezes repetido, está de acordo com a ideia segundo a qual as pessoas se deslocam igualmente durante os períodos de paz. Aparentemente, muitas pessoas terão aproveitado a “paz de Bicesse” para se deslocarem para Luanda.

As pessoas que hoje vivem nessas áreas são de origem diversa, mas sobretudo do norte de Angola: Bengo (Bula Tumba, Pango Aluquem), Kwanza Norte (Dembos), Malange, Uíge e Zaire, são as zonas de origem mais mencionadas.

Hoje, situando-se esses bairros relativamente próximos da “Baixa” e não existindo já mais espaço para construir, os terrenos são aí bastante caros. Alguns habitantes dessas áreas aproveitam esse facto para vender os seus terrenos ou casas e mudarem-se para bairros

¹⁰ **Por exemplo: segundo INE (1993), em 1993 a população deslocada da cidade do Lubango provinha da província da Huíla (79%) e da província do Huambo (11%); em Luanda, os deslocados vinham das províncias do Bengo (29%), do Moxico (19%), de Malanje (16%), do Kwanza Norte (12%) e do Huambo (10%). Embora nos pareça estranho, o inquérito não indica a presença de pessoas provenientes da província do Uíge.**

¹¹ **A estrada para essas regiões passava ali perto.**

mais afastados e mais baratos. Os terrenos e casas são algumas vezes comprados por pessoas que, com a mesma intenção, vendem as suas casas da “Baixa” e se vêm instalar no “Bairro”.

Comuna do Kikolo

A ocupação da Comuna do Kikolo é bem mais recente que a das comunas anteriores. Ainda no final da década de 80, áreas importantes do Kikolo eram ocupadas por grandes quintas e, nas zonas mais distantes do centro de Luanda, ainda hoje existem quintas. Mesmo no Bairro Kawelele, uma das primeiras áreas a ser habitada, o maior crescimento populacional verificou-se nos anos 1992-93. No Bairro Boa Esperança em 1995, “ainda havia espaço para construir”. O Bairro Augusto Ngangula continua a ser uma zona em ocupação.

Outra diferença em relação às zonas Hoji ya Henda e Ngola Kiluanje, é que a Comuna do Kikolo recebeu muita gente proveniente do Planalto Central. Ainda hoje, nos bairros Kawelele e Boa Esperança, uma grande parte da população é de origem Ovimbundo (sobretudo do Huambo e do Bié). Algumas destas pessoas já tinham migrado para Luanda para procurar trabalho, no princípio dos anos 80. Outras tinham sido “contratados do café” na região do Uíge, no tempo colonial, que, na altura da independência e nos anos que se lhe seguiram, vieram para Luanda.¹² Segundo as nossas entrevistas, algumas desse antigos migrantes tinham regressado para o Planalto Central em 1992. Hoje estão de volta ao bairro, em conjunto com mais membros da família fugidos das “guerras do planalto”.

No Bairro Augusto Ngangula, de ocupação mais recente, a população é mais heterogénea. Além de pessoas do Planalto Central muitas vêm do norte, do Uíge sobretudo. Outras vêm, como já referido, de outras zonas da cidade mais “caras”.

2.4 Algumas observações sobre a complexidade dos fluxos migratórios

Como vimos nos parágrafos anteriores, a guerra esteve efectivamente na origem de grande parte das migrações das duas últimas décadas e, por consequência, ela constituiu igualmente o “motor” do crescimento populacional das cidades. No entanto, essa unicidade de princípio não implica uniformidade no resultado. Pelo contrário, a diversidade é a regra: por um lado temos a complexidade dos percursos migratórios, que aconteceram em diferentes momentos, com múltiplas deslocações, em diferentes sentidos, passando

¹² **Na época colonial, números elevados de homens do Planalto foram forçados a migrar para trabalhar nas plantações de café, algodão e açúcar, na indústria pesqueira e em outras indústrias e fazendas. Depois de 1981, a guerra no Planalto Central dificultou o regresso destas pessoas, ao mesmo tempo que o emprego nas plantações, indústrias e fazendas se tornou mais raro. Eles e os seus descendentes migraram para as cidades ou ficaram, muitas vezes em situações miseráveis, em vários lugares do país (por exemplo na Tombwa na Província de Namibe, nas antigas plantações de café e açúcar no norte, e em outros portos pesqueiros e fazendas semi-abandonados).**

por várias etapas, efectuados por grupos, maiores ou menores que muitas vezes se fragmentaram; por outro, a diversidade da população migrante (deslocada ou não), quer em relação aos grupos étnico-linguísticos envolvidos, quer às faixas etárias, às classes sociais ou às razões na origem da migração (militar, deslocado, pessoas que migraram para trabalhar). Esses factores fazem com que o modelo muitas vezes imaginado de “transferência de comunidades das aldeias para as cidades” constitua mais bem a excepção do que a regra.

A diversidade a que vimos aludindo explicará em parte a heterogeneidade dos bairros peri-urbanos por nós estudados. A essa diversidade juntar-se-á, como factor de incremento da heterogeneidade das comunidades, o modo como os migrantes, em particular os deslocados, serão acolhidos e se instalarão nos bairros peri-urbanos.

3. ACOLHIMENTO, ADAPTAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS DESLOCADOS NA CIDADE

Visto que uma grande parte dos habitantes das áreas peri-urbanas migrou para as cidades como deslocados, o modo como os deslocados se instalarão na cidade constituirá um factor que influenciará de maneira importante a morfologia e a composição populacional dos bairros. As características do processo de instalação dos deslocados, a relação estabelecida por estes com a “cidade”, marcarão igualmente as relações sociais estabelecidas nessas zonas.

O processo de instalação dos deslocados nas cidades passa, geralmente, por um momento de acolhimento, uma fase de adaptação, antes de estes se considerarem instalados.¹³

3.1 Acolhimento dos deslocados: família e amigos – os actores fundamentais

A maioria dos deslocados, ao chegar à cidade, tenta imediatamente localizar familiares ou amigos que ali vivam. O facto de possuir “família ou amigos” que os possam receber aparece, como veremos, como um factor crucial no acolhimento, na adaptação e no processo de instalação dos deslocados. O campo de deslocados serve, muitas vezes, apenas para pouso durante alguns dias, enquanto se tenta encontrar alguém próximo ou conhecido.

A família, como nos disse um informante, “tem de receber os deslocados”. Para além do prazer que possa existir em receber os seus parentes em dificuldade, as normas regulando as relações familiares (“a tradição”, como nos disseram vários informantes) não permitem que tal não aconteça. A estadia em casa de familiares ou amigos não é, no entanto, fácil – nem para os deslocados nem para os familiares. A família na cidade vive já normalmente em condições de grande pobreza e os deslocados não têm, em princípio “como ajudar na

¹³ Andrade (1998), no estudo de caso sobre os deslocados em Benguela e Malanje utiliza um modelo similar.

cozinha”. Por outro lado, as expectativas das pessoas no campo são, algumas vezes, elevadas quando pensam nos seus parentes que vivem na cidade: julgam que estes, que migraram antes, estão viver bem, o que coloca ainda maior pressão sobre o modo de acolhimento.

A estadia em casa da família é por isso tão curta quanto possível, indo de algumas semanas a um ou dois anos, quando a instalação é mais difícil. No entanto, mesmo considerando todos os aspectos “delicados” característicos das relações familiares (evitados de contradições entre as obrigações de solidariedade “tradicional” e o peso material que constitui a presença dos deslocados na família que os recebe), a família oferece ainda o caminho mais rápido e eficaz para a instalação.¹⁴

A família, de um modo geral, não oferece apenas o pouso para os deslocados, no momento da chegada à cidade. Frequentemente esta desempenha um papel muito importante na adaptação e instalação dos deslocados na vida do bairro e da cidade: a família introduz os deslocados junto das autoridades do bairro, apoia-os na busca de terreno e, sobretudo, representa uma fonte de informação preciosa no que respeita ao modo de vida na cidade e às “leis” do mercado informal – como entrar no mercado, que produtos rendem mais, onde se colocar, com quem falar, etc.. É também a família que, por vezes, empresta o dinheiro que permitirá aos deslocados iniciarem um pequeno negócio ou até mesmo adquirirem um terreno onde iniciar a construção de uma casa. Acontece também algumas vezes que a família permita que o deslocado construa um pequeno quarto no quintal, se houver espaço suficiente.

A ausência de família ou amigos próximos na cidade indica como alternativa de acolhimento os campos ou centros de deslocados. O tipo de estrutura geralmente designada por “campo de deslocados” pode assumir diferentes formas e modos de organização: pode tratar-se do tipo de “centro” formalmente criado e gerido pelo MINARS ou pelas agências de ajuda humanitária; mas pode igualmente ser um “ajuntamento” de deslocados mais ou menos ou nada controlados por essas instituições, que constituem lugares de passagem (com períodos por vezes longos ou a tender para a instalação) dos deslocados e cuja duração e evolução são variáveis.

¹⁴ **Andrade (1998) menciona também a importância de “família e amigos” no processo de adaptação dos deslocados e, em particular, no acesso ao mercado de trabalho: “O facto de possuir familiares ou amigos no novo meio de residência, constitui factor determinante para o aumento da probabilidade de acesso ao mercado de trabalho e (mais ainda) da probabilidade de alcance de uma posição sócio-profissional com “boa” colocação (numa escala de prestígio) em relação aos demais deslocados.” [p.36] Entretanto, o papel fundamental desempenhado pela família e pelos amigos na instalação e integração dos novos migrantes é comum a muitas cidades (vide por exemplo Gondola (1997) para o caso de Brazzaville e Kinshasa) e situações de migração. Mesmo em Luanda, era também usando sobretudo esse canal que se integravam os migrantes dos anos 50 e 60 (Messiant, 1989:145).**

A “sorte” desse tipo de formação depende de vários aspectos. No Bairro Cambalacho em Luanda, a administração da comuna cedeu um terreno a um grupo de deslocados do Bengo que deambulava pelo bairro. Os deslocados aí construíram um conjunto de casotas, feitas de cartões e de pedaços plásticos, mas não recebem nenhum apoio das instituições humanitárias. A essas pessoas só lhes resta “desenrascarem-se”. Sorte ainda pior, pois não receberam nem o terreno, têm os deslocados que se “instalaram” nas encostas dos morros da Boa Vista em casotas construídas de cartão e plástico.

O estado em que se encontra o campo de deslocados e o apoio aí oferecido depende pois de vários factores: de ter ou não ter sido criado pelas autoridades ou agências humanitárias, de ter ou não de ter chamado a atenção desse tipo de instituição, da situação geográfica do lugar, do tempo de duração do campo. Mesmo se nos casos mais felizes esse tipo de estrutura fornece o apoio material mínimo no momento de acolhimento,¹⁵ os deslocados procuram daí sair. Uma estadia mais prolongada nesses lugares aumenta o sentimento de instabilidade, precariedade e de exclusão que sentem já à partida os deslocados. Além disso, estando a viver num “campo”, o deslocado não beneficia da informação e das redes sociais dos seus familiares – a sua adaptação à vida da cidade será mais difícil e mais longa a sua instalação. Assim, mesmo os deslocados que passam pelos “campos” mudam-se, logo que podem, para casa de um familiar ou de um amigo.¹⁶

O número de deslocados fora dos “campos de deslocados” é por isso muito superior ao número de pessoas que são recebidas nos campos. Dados da Organização Mundial para as Migrações indicavam que de 1.287.000 de deslocados em Janeiro de 1996, 310.000 (24%) apenas se encontravam nos campos. Em Luanda, apenas 3% dos deslocados estavam nos campos! Na Huíla 58%, no Huambo 77% e em Benguela 59,5%.¹⁷ É ainda muito provável que o número de deslocados fora dos campos esteja subestimado, já que estes são muito difíceis de contar.

Outra estrutura de acolhimento para os deslocados, mais próximo do tipo oferecido pela família e amigos, são as redes ligadas às igrejas e congregações religiosas às quais os deslocados eventualmente pertencem. Essas pessoas trazem frequentemente recomendações dos pastores da congregação da sua aldeia ou cidade de origem

¹⁵ **Andrade (1998) assinala que “(...) o facto de se receber auxílio por parte do Estado ou de organizações não-governamentais faz com que as pessoas se sintam psicologicamente menos pressionadas. Neste caso, o fruto do trabalho serve para melhorar a dieta alimentar e, conseqüentemente, a qualidade de vida do deslocado e sua família.” [p.36]**

¹⁶ **Obviamente, mais vale ser acolhido num campo de deslocados do que não receber apoio absolutamente nenhum. Os deslocados que não tinham ninguém na cidade e que não foram acolhidos por instituições de carácter social são os que enfrentam maiores dificuldades de adaptação. Mesmo se a recepção do deslocado num campo é importante quando este chega à cidade, a instalação na cidade será mais facilmente conseguida se este for acolhido por familiares ou amigos.**

¹⁷ **IOM, 1996**

para pastores da mesma congregação trabalhando na cidade de acolhimento. A importância das igrejas e das redes religiosas foi um dos aspectos que emergiu dos diferentes grupos de entrevistas e ao qual dedicaremos mais atenção num capítulo posterior.

3.2 A adaptação à cidade: a importância do trabalho

Visto as condições sob as quais se faz a deslocação e o choque que representa para a maioria dos deslocados a mudança para a vida da cidade, a **adaptação** ao novo lugar é, geralmente, um processo longo e difícil. Consideramos aqui o período de adaptação aquele que leva ao momento em que o deslocado se considera **instalado** no novo lugar. Segundo as nossas entrevistas, os deslocados consideram-se instalados no momento em que estão a viver em casa sua.¹⁸ Visto a ambiguidade das relações familiares a que nos referimos, mesmo no caso dos deslocados recebidos por familiares ou amigos, o objectivo é conseguir rapidamente um lugar onde ir viver com a sua família.

A adaptação é um processo vivido pelas pessoas deslocadas de modo mais ou menos difícil em função de diversas variáveis: algumas estão ligadas às características dos deslocados (a idade, a origem – étnica mas igualmente citadina ou não –, o nível de escolaridade, a composição do agregado familiar, a ocupação socio-económica anterior), outras encontram-se relacionadas com o lugar onde estes chegam e o modo com são acolhidos (existência de família ou não, o tipo de bairro, o acesso a uma habitação, o tipo de trabalho ou actividade rentável que se poderá empreender, etc.). Essas variáveis interagem umas com as outras criando diversos quadros de adaptação e fornecendo diferentes razões para uma adaptação conseguida ou não.

Os casos de adaptação (ou de ausência de adaptação) são diversos e por vezes surpreendentes. Alguns deslocados de origem camponesa (dos Dembos) tiveram dificuldades de adaptação à vida de Luanda e preferiram ir para o Kikoca (Cacuaco) onde poderiam continuar a fazer agricultura. No entanto, no Lubango, populações Ovimbundu igualmente camponesas, parecem ter-se adaptado bem à vida dos bairros peri-urbanos, embora não tivessem tido acesso à terra, pois esta era já plenamente utilizada pela população nativa. No entanto, os Ovimbundu no Lubango parecem ter-se adaptado à falta de terra para o cultivo, ao mercado informal, a confeccionar adobes e a fabricar e vender bebidas. É verdade que neste caso esta população não teve acesso a terra cultivável e foi mesmo forçada a adoptar um outro modo de vida. Mas, esse facto não nega que a adaptação tenha sido conseguida e que estas pessoas se tenham instalado relativamente bem.

¹⁸ **Ao empregarmos aqui o termo “instalação” queremos distingui-lo da “integração”. Esta última, na nossa opinião implica, para além da “instalação material” à qual nos referimos, uma aquisição e auto-integração de modelos sociais, culturais e comportamentais que permitiriam a identificação ao lugar e à comunidade, ou seja, para além de se sentir integrado o “ser” integrado.**

Também é verdade que instalar-se numa nova realidade é mais difícil para os mais velhos. Nas zonas peri-urbanas do Lubango, por exemplo, grande parte da população deslocada idosa é analfabeta, por isso com menos recursos para se instalar na vida da cidade onde contar e ler podem ser de grande utilidade para sobreviver. Também são os velhos que mostram maior dificuldade em se adaptarem a diferenças e inovações culturais. No entanto, foram vários os casos de jovens com um nível razoável de escolaridade, que encontramos, sobretudo em Luanda, com grandes dificuldades de adaptação. Principalmente quando vieram sós e não possuem ninguém conhecido no local de acolhimento. Esses jovens, sem absolutamente nada, abandonam a escola, vivem uma situação de forte exclusão social e são obrigados a aceitar qualquer tipo de biscoito para sobreviverem.

Andrade (1998: 46) no seu estudo de caso sobre os deslocados em Malanje e Benguela indica como factores importantes de uma difícil integração na cidade: “o desconhecimento do meio urbano e das normas de conduta aí praticadas; a discrepância de valores morais (entre o meio urbano e o rural); a necessidade de se travar uma luta constante pela sobrevivência biológica; o sentimento de insegurança, aliado à necessidade de protecção contra os gatunos; a “monetização” e a racionalização da vida; a existência de um mercado de bens que inclui praças públicas e lojas; necessidade de aprender a fazer negócio; a existência de hábitos alimentares diferentes daqueles a que estavam acostumados; desconhecimento das formas de ocupação dos tempos de lazer.”

Categorizando-os, esses factores têm a ver com: a) o desconhecimento do meio urbano para populações de origem maioritariamente rural e camponesa; b) o choque cultural ao confrontar-se com (e ter de adoptar) um modo de vida que se rege por vezes por outros valores, outras regras e normas sociais; c) a dificuldade em “ganhar a vida” por outros meios que não a agricultura, para esta população maioritariamente camponesa.

Das variáveis acima mencionadas, o trabalho, ou a questão de como ganhar a vida, parece desempenhar um papel fundamental no processo de adaptação do deslocado à cidade. O facto de possuir uma actividade que constitua fonte de renda joga de múltiplas maneiras a favor da adaptação: reduz a precariedade material, diminui o sentimento de peso e as dificuldades com a família que o acolhe, favorece a imagem de si e a autoconfiança e joga igualmente contra a exclusão social. Além disso, o acesso a recursos através do trabalho permite igualmente obter mais rapidamente um lugar para viver, o que leva a uma instalação mais rápida no bairro.¹⁹ Assim, na maioria das vezes, arranjar um emprego ou qualquer actividade que constitua uma fonte de renda é o objectivo primeiro do deslocado recente, mesmo para ajudar a pagar as despesas em casa dos familiares que o acolheram.

¹⁹ **Em alguns casos, as pessoas conseguem trazer das áreas de origem, recursos (financeiros, mantimentos, outros) suficientes para suportarem o aluguer de uma casa durante o primeiro período de vida no bairro. No entanto, esses são casos mais raros.**

Encontrar trabalho está fortemente dependente do facto de o deslocado possuir ou não família ou amigos na cidade onde chega. Como já aqui referimos a família além de acolher os deslocados constitui uma fonte preciosa de informação sobre o “mercado de trabalho” local. Tendo em conta a exiguidade do mercado formal de trabalho, o “comércio geral” no mercado informal constitui a grande saída para a maioria desta população, em particular em Luanda. E são as redes sociais nas quais a família está inserida, no bairro ou na cidade (o “capital social”, de que falaremos mais tarde) que fornecem pontos de apoio para emprego ou para a entrada numa rede ligada ao mercado informal. É também quase exclusivamente com a família que os deslocados podem contar para um empréstimo em dinheiro necessário para o início de um negócio.²⁰

Alguns deslocados, aqueles sem família, em famílias mais pobres ou sem acesso a redes sociais mais fortes, começam por aceitar qualquer biscoite remunerado. Dos biscates faz parte todo o tipo de trabalho do qual se possa retirar algum dinheiro, nem que este seja suficiente apenas para a sobrevivência diária. Os biscates mais mencionados são: a estiva;²¹ limpar ou cavar lavras de outros; limpar latrinas; venda de pequena quantidade de produtos, às vezes já usados. Em grande parte das vezes os biscates servem apenas a sobrevivência e não são o suficiente para permitir a instalação dos deslocados, ou seja, para entrar de maneira mais consolidada no mercado informal ou conseguir dinheiro para um terreno. Neste caso, as pessoas permanecem presas ao círculo “biscates – sobrevivência quotidiana – biscates”.

Os produtos vendidos (ou seja, aqueles a que se tem acesso para a venda) variam em função do nível de pobreza do deslocado ou da “rede social” dentro da qual este está inserido. Assim e de um modo geral, estes produtos são função do bairro: em Luanda, por exemplo, podem ser muito mais caros no Bairro dos Ossos (electrodomésticos, roupas, materiais de construção), do que no Bairro Cambalacho onde vimos à venda sobretudo produtos em segunda mão ou comida barata. Também, de um modo geral, estes produtos são mais diversificados e mais “caros” em Luanda do que nas cidades das outras províncias onde os deslocados se introduzem (ou são introduzidos) em “negócios” de produtos confeccionados em casa ou muito baratos: bebidas caseiras, pão, blocos de adobe, sal, petróleo, carvão, etc. Nos Campos de Deslocados, onde as pessoas estão quase completamente excluídas de qualquer rede social exterior ao campo, os deslocados são frequentemente obrigados a aceitar qualquer trabalho que os conduz geralmente à precariedade do círculo “biscates – sobrevivência – biscoite”.

²⁰ **Esse empréstimo é muitas vezes feito com uma espécie de juro, mesmo se o valor deste não é previamente determinado: como nos disse um entrevistado em Luanda, “as pessoas devolvem o dinheiro com justiça”.**

²¹ **No Roque Santeiro, em Luanda, a remuneração para este tipo de trabalho depende do número de sacos carregados, do peso do saco e da distância a percorrer.**

O “negócio” parece constituir, segundo as nossas entrevistas, o caminho mais rápido para adquirir dinheiro suficiente para começar a construção de “um quarto e sala” e para, assim se instalar no bairro. No Huambo, onde a pobreza vivida pelos deslocados é particularmente aguda, a maioria vive da ajuda humanitária e da venda de produtos agrícolas cultivados em pequenas lavras a alguns quilómetros da cidade. Eles dificilmente conseguem os meios para construir uma casa e permanecem por isso longos períodos nos Campos de Deslocados ou em casa de familiares.

3.3 Ter casa sua: poder instalar-se ...

A posse de um lugar seu para viver constitui aparentemente um bom indicador de instalação alcançada para uma família deslocada: esta considerar-se-á estabelecida na cidade quando estiver a viver em casa sua (alugada ou construída). No entanto, vários factores concorrem para que o processo que levará a esse momento seja normalmente difícil e longo. Um deles, fundamental, é que os deslocados destes últimos anos chegam a meios urbanos já bastante sobrecarregados: a ausência de espaço constituirá um obstáculo importante à instalação no “local de acolhimento”.

A possibilidade de **aluguer**, que pediria à partida menor investimento, só pode ser empreendida quando existe um rendimento mensal mais ou menos fixo; ou seja, uma actividade cujo rendimento seja relativamente estável. Além disso, a maior parte das pessoas prefere viver em casa sua. O facto de estar a alugar uma casa, ou, pior ainda, um quarto, de não estar a viver em “casa sua”, é ainda considerado (e assim vivido) como um sinal de instabilidade, de instalação não completa. O aluguer das casas é também caro, visto não existir um mercado muito grande e ser importante a procura – sobretudo em Luanda onde existe grande pressão sobre o espaço. O aluguer deixa também nas famílias um grande sentimento de insegurança, pois a qualquer momento o proprietário pode aumentar a renda ou substituí-los por outro inquilino que ofereça melhor renda. Assim, o caminho desejado pela maioria das famílias é a construção da sua própria habitação. E para isso é necessário **encontrar um terreno onde construir**.

Como já aqui referimos, a pressão sobre o espaço é bastante maior em Luanda do que no Lubango ou no Huambo. De qualquer modo, nas três localidades, a obtenção de um terreno passa, geralmente, por uma das seguintes possibilidades:

- **Um familiar cede uma parte de um terreno:** acontece por vezes que familiares que vivam naquela zona há mais tempo (que aí vivam desde os anos 70 ou que tenham migrado nos anos 80, por exemplo, quando o fluxo migratório para as cidades era menos intenso) possuam terrenos muito vastos, com quintais grandes. Algumas vezes, esses familiares estão dispostos a ceder uma parte do quintal para construção de uma nova casa, ou permitem que a um anexo se acrescentem

algumas divisões, onde se instale a família deslocada. Este, é o processo mais fácil e mais rápido.

- **Compra de um terreno ao proprietário:** Nas três cidades existe hoje um mercado de terrenos, embora o nível de preços por lote seja muito diferente entre Luanda e as outras duas cidades. Em Luanda, em bairros como o Hoji ya Henda ou o Ngola Kiluanje, onde já não há terrenos vagos, ouvimos falar de preços podendo ir de 2000 a 4000 USD, para a construção de uma habitação pequena – aquilo que se designa por um “quarto e sala”. É comum os proprietários de terrenos vastos (ocupados geralmente no fim dos anos 70) dividirem essas áreas ou partes dos seus quintais para venda posterior em pequenos lotes. Como veremos mais tarde, esse processo de divisão dos terrenos será importante para o modo como as vizinhanças estão hoje estruturadas. Já em zonas mais afastadas do centro da cidade de Luanda e de ocupação mais recente, como o Bairro Augusto Ngangula (Comuna do Kikolo), um terreno custará em torno dos 300 USD. Nos casos do Huambo e do Lubango, os preços mencionados, variam em função da área, mas não ultrapassam os 35 USD. Mas também aí as pessoas são muito mais pobres do que em Luanda e não conseguem, muitas vezes, sequer juntar esse dinheiro. A compra de um terreno nem sempre é possível, pois implica um investimento imediato muito elevado. Ela pode ser feita quando os deslocados trouxeram consigo dinheiro ou bens que podem vender, ou quando obtêm um empréstimo que lhes permita entrar num negócio rapidamente rentável. Os empréstimos provêm, como já vimos, da família, mas, algumas vezes, são obtidos através das comunidades religiosas.
- “Ocupação” de um terreno: nos anos 70 e durante os primeiros anos após a independência, quando a pressão sobre o espaço era muito menor, as pessoas ocupavam um terreno aparentemente vago e comunicavam posteriormente o facto às autoridades do bairro – a Administração ou o Soba do bairro, de acordo com o lugar²². No Lubango e no Huambo, onde sempre existiram sobas nos bairros peri-urbanos, era o Soba do bairro que designava o terreno onde o novo habitante podia construir²³. Para esses trâmites, o papel da família residente no bairro era importante, pois esta, apresentando os recém-chegados às autoridades do bairro, retirava-os, em parte, da condição de “estranhos” e legitimava o desejo de habitar no bairro.

²² **Como veremos no capítulo VIII, os sobas de bairro nunca existiram em Luanda. Tais figuras fizeram agora uma aparição recente nos bairros peri-urbanos de Luanda e são normalmente designados pela Administração local. Essas pessoas são normalmente antigos membros da Comissão de Moradores ou “mais-velhos” respeitados no bairro.**

²³ **Em Luanda, por exemplo, nos primeiros anos a seguir à independência, as áreas onde hoje se situam a maioria dos bairros peri-urbanos eram lavras e quintas ou espaços conservados para urbanização futura nos últimos anos da época colonial. Nos primeiros anos a seguir à independência não houve controlo dessas áreas e, como nos disse grande parte dos nossos entrevistados, “era só ocupar”.**

Hoje, a situação é bastante diferente, em particular no Lubango e em Luanda, onde os problemas de espaço parecem ser mais fortes e onde, para o caso do Lubango, o aumento do tamanho de alguns bairros diminuiu a possibilidade de controlo do Soba sobre o fluxo dos habitantes. Em qualquer uma das cidades, o procedimento legal para obtenção de um terreno, pediria uma autorização da administração na sequência de um pedido anteriormente formulado, acompanhado por um “croquis de localização”. No *Huambo*, a instabilidade e os movimentos migratórios frequentes que daí resultaram, fazem com que na cidade a obtenção de um terreno pareça ser mais fácil e a simples ocupação de um terreno “livre”, com o envolvimento do Soba, ainda possível. A ocupação é depois comunicada ao Soba que “certifica” a aquisição. No *Lubango* a atitude da administração do bairro parece variar de acordo com a pressão sobre o espaço: nos bairros mais densamente habitados, a Administração não cede mais terrenos²⁴; algumas vezes, esse processo é algumas vezes seguido, devendo as pessoas pagar pela obtenção da autorização de construção. Também acontece as pessoas “ocuparem só”. Depois da ocupação do terreno e da construção da habitação, “o novo morador” fala com o soba, o coordenador ou o administrador para “legalizar”. Mas nem todos o fazem. Na verdade não se trata muitas vezes de legalizar, mas sim de comunicar a presença, de se apresentar às autoridades.

Em **Luanda**, o processo tornou-se bem mais complexo, longo e caro, nos últimos anos, e não é possível evitar o pedido de autorização à administração na obtenção do terreno. O processo segue várias etapas e passa por vários níveis de autoridade administrativa: o primeiro interlocutor parece ser a Comissão de Moradores que autoriza a ocupação / venda do terreno.²⁵ Em seguida, o documento de autorização, com um “croqui de localização”, é enviado sucessivamente às administrações comunal, municipal e provincial para aprovação. Este processo pode levar meses e custa bastante caro, pois a passagem das diferentes etapas pede frequentemente “gasosa”, para além do preço do terreno, obviamente. É nas áreas novas de ocupação onde o sistema é mais organizado (Municípios de Viana e Cacuaco, excluindo o Kikolo-Sede). Este controlo é um fenómeno bastante recente. Entre 1992 e 1996 as Comissões de Moradores tinham praticamente deixado de existir, pelo menos na prática. Ainda hoje, no Kikolo Sede ou no Bairro Ngola Kiluanje é possível construir sem autorização, pois o espaço já está “desorganizado”. A dificuldade está em encontrar terreno livre onde construir.

²⁴ Mesmo o Sekulu entrevistado não conseguia arranjar um outro terreno no bairro onde vive.

²⁵ De acordo com os nossos informantes, os terrenos são “cedidos” prioritariamente (segundo alguns, exclusivamente) a pessoas que já moram no bairro, em casa de familiares, por exemplo.

Conseguido o terreno é ainda necessário **construir**. A necessidade de possuir uma autorização da administração e de ter apresentado um croqui de localização, no caso de Luanda, não impede que construções clandestinas aconteçam. As pessoas constroem frequentemente, em locais não autorizados quando os fiscais não estão a trabalhar – ao fim de semana ou mesmo durante a noite. Depois disso, entram em “processo de negociação” com os fiscais da administração da comuna do qual, por vezes, resulta a destruição da casa, se “acordo” não for atingido.

Assim, se não se puder ou não quiser alugar uma casa ou quarto, a obtenção de um terreno parece constituir a fase decisiva para o processo de instalação. Ela é também a mais difícil de percorrer; a construção da habitação, mesmo se mais cara, encontrar-se-á mais sob o controlo do futuro morador. Ele imprimir-lhe-á o ritmo que lhe for possível. Na verdade, porque as pessoas são muito pobres, a construção da casa é geralmente lenta, começando, por vezes, por ser apenas um aglomerado de cartões e plásticos que já possa ser habitado. Para os mais afortunados, a construção inicia logo com “blocos e cimento”, mas começa por ser apenas o que se designa por um “quarto e sala” que se irá desenvolvendo com a aquisição eventual de outros meios – pessoas há mais de dez anos que começaram a construir a sua casa e ainda não a terminaram.

3.4 Tempo de instalação

Podemos então talvez dizer que o “**tempo de instalação**” da população deslocada na cidade de acolhimento é aquele que decorre até que essas pessoas estejam a viver em casa sua (alugada ou construída). Nesse momento, segundo a definição por nós usada, os deslocados deixam ser deslocados e passam a ser mais uns habitantes do bairro. Esse período de tempo, para além de depender dos factores já mencionados (modo de acolhimento, tipo de trabalho), depende igualmente do bairro onde deseja instalar-se a família deslocada: no caso de Luanda, é mais barato, e por isso mais rápido, instalar-se num bairro “pobre”, como o Cambalacho ou o Augusto Ngangula, do que no Hoji ya Henda ou no Bairro dos Ossos. O que acontece, na verdade, é que as pessoas recém-chegadas vão construir para esses bairros mais pobres; nos bairros mais “ricos”, o aluguer de um quarto ou casa pequena constitui a possibilidade mais frequente.

Segundo alguns informantes, no bairro Augusto Ngangula o tempo de instalação, com a construção de “um quarto e sala”, vai de oito meses a um ano. No Bairro Boa Esperança (Kikolo) onde já não há espaço para construir, o aluguer de um “quarto e sala” custa em torno dos 150 Kz. Nesses bairros, a instalação é mais difícil. O mais frequente é as pessoas alugarem um quarto até poderem comprar um terreno num bairro mais afastado. Essa parece também ser a tendência nas cidades do Huambo e Lubango. Na cidade do Huambo, além disso, a instalação é tornada mais difícil pelo facto de as pessoas serem muito mais pobres do que nas outras cidades.

Foram entrevistadas pessoas que viviam em casa de familiares há dois anos, sem terem os meios de lá sair, com consequências graves aparentes para as relações familiares.

O tempo de instalação está também a tornar-se cada vez mais longo: era mais fácil e mais rápido instalar-se nos bairros peri-urbanos nos anos 80 do que agora, no fim da década de 90. As cidades têm hoje mais gente, depois de terem recebido sucessivas vagas de deslocados.

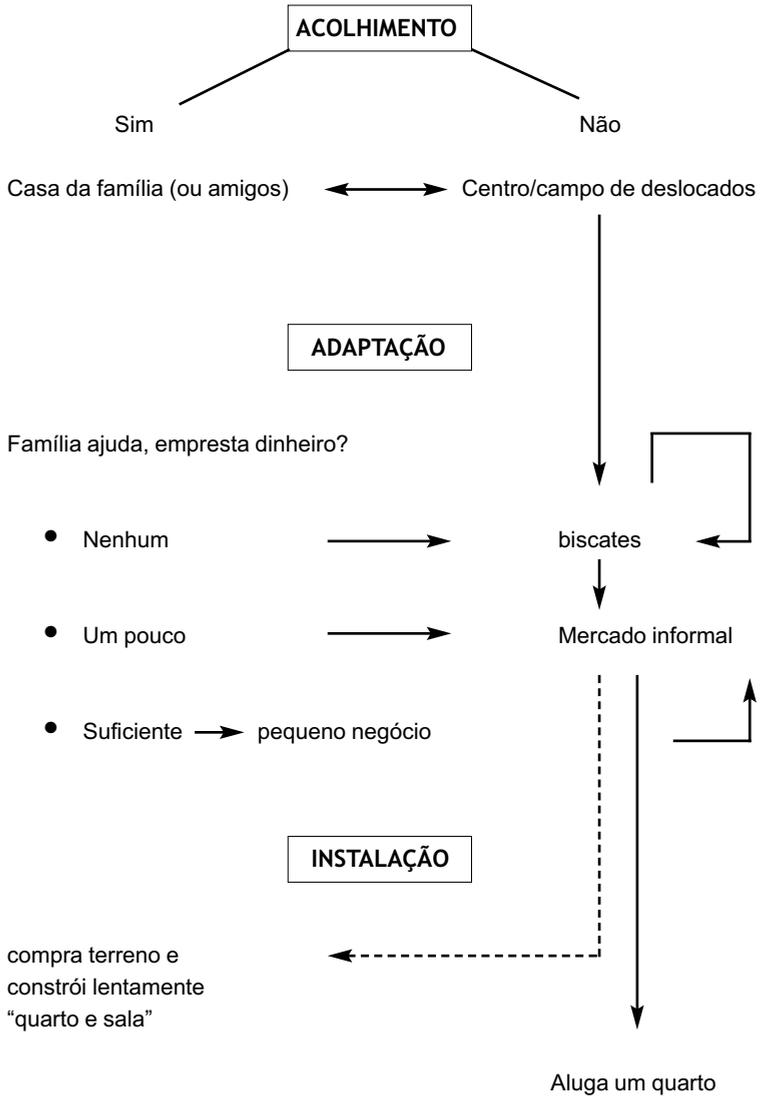
Hoje, na melhor das hipóteses, o tempo de instalação de uma família deslocada é de seis a oito meses (no caso do aluguer ou de construção precária num bairro “barato”), mas pode obviamente, tendo em conta os factores acima assinalados, prolongar-se a mais de um ano.

O modo de instalação e as dificuldades do processo, que fazem com que as pessoas se vão alojar onde podem, vêm contribuir fortemente para a heterogeneidade dos bairros peri-urbanos a que nos vimos referindo. As pessoas alugam ou constroem uma casa onde é possível: ou seja, onde é mais barato e onde há espaço e não forçosamente no bairro onde foram acolhidos, perto dos seus familiares, amigos ou conterrâneos. Esse facto terá consequências importantes na dinâmica social das áreas peri-urbanas, como veremos mais tarde.

ESQUEMA DO PROCESSO DE INSTALAÇÃO DE UM DESLOCADO NA CIDADE

Deslocado chega à cidade

→ Tem família, amigos / conhecidos na cidade?







IV . CARACTERIZAÇÃO DAS ZONAS DE ESTUDO

CONTEÚDO

IV CARACTERIZAÇÃO DAS ZONAS DE ESTUDO

1.	MODO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO	70
1.1	Elementos da morfologia das áreas urbanas de Luanda, Huambo e Lubango	70
1.2	Modo de divisão administrativa	73
2.	ORIGEM DOS HABITANTES E ORGANIZAÇÃO DAS VIZINHANÇAS	75
3.	ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO MODO DE VIDA NAS ZONAS PERI-URBANAS	78
3.1	Habitação	78
3.2	Trabalho e emprego	80
3.3	Acesso aos serviços	82
3.4	Apontamentos sobre a vida social e cultural	87

1. MODO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

1.1 Elementos da morfologia das áreas urbanas de Luanda, Huambo e Lubango

De um modo geral, as áreas peri-urbanas das três cidades cresceram em torno dos espaços urbanizados. As cidades de Luanda e Lubango cresceram rapidamente, e cada vez mais longe do centros das cidades. Ao mesmo tempo, intensificou-se o uso do espaço dentro das áreas peri-urbanas. As áreas peri-urbanas do Huambo cresceram igualmente em densidade populacional, mas menos em superfície.

Espaços peri-urbanas da cidade de Luanda

O modo “selvagem” (Messiant, 1989) como cresceu Luanda, em particular depois de 1945, fez com que a “fronteira” entre os musseques e a cidade em betão, embora existindo, fosse fragmentária e difícil de traçar. Messiant (1989: 130) a esse respeito diz,

(...) os musseques não apenas envolvem a cidade de betão, elas interrompem-na e nela se inserem. Esta imbricação antiga persiste durante o crescimento dos anos cinquenta, não mais, no entanto, no coração da baixa, de onde os musseques são eliminados e onde dominam doravante os edifícios modernos, mas nos novos bairros: o avanço das construções é essencialmente selvagem, os portugueses recém-chegados instalam-se sem consideração pelos primeiros planos de urbanismo, a verdadeira cidade estendendo-se sobretudo tentacularmente ao longo dos eixos de circulação, cercando as cabanas. [em francês no texto]

No entanto, mesmo se, na época colonial, continuam a existir “bolsas” de musseque dentro da cidade urbanizada de Luanda, e se os musseques se colam aos limites da cidade urbanizada,¹ o crescimento urbano tende a acentuar a clivagem entre a cidade e a sua periferia, “numa ruptura através da qual a primeira (sobretudo branca) empurrou sempre para mais longe a segunda (sobretudo negra), sem que tivessem sido criados pontes ou elementos mediadores (como transportes e infra-estruturas)” (Torres, 1989). Essa clivagem, embora tenha perdido a conotação racial de outrora, mantém-se até hoje. Mesmo se os limites geográficos entre as áreas peri-urbanas e o centro da cidade podem parecer fluidos, o discurso dos habitantes dos musseques revela a percepção clara dessa diferença: de um lado está “a Baixa”; do outro estão “os Bairros”.

Os musseques de Luanda estão longe de constituir uma massa uniforme: a morfologia dos musseques é complexa, com espaços de casas de épocas diferentes e ocupadas por pessoas de características diversas. Por exemplo, nas áreas da pesquisa, habitações novas foram construídas no interior dos musseques antigos do Rangel, do Sambizanga, da Mota

¹ Em contraste com Joanesburgo ou Harare onde a população não-branca foi obrigada a recuar para zonas planificadas e afastadas das cidades.

e da Lixeira: o musseque da Petrangol, que data de 1970, tornou-se hoje numa faixa estreita entre musseques mais recentes que apareceram nos anos 80. No interior de musseques novos existem igualmente “bolsas” de casas mais antigas: por exemplo, as casas de madeira construídas antes de 1974 pelas Companhias de Café ao longo da antiga Estrada de Catete encontram-se agora rodeadas por casas mais novas, construídas em blocos de cimento.

Como foi confirmado pelos nossos informantes, a densidade demográfica subiu muito nos anos 90, com as últimas guerras. Em Luanda, a densidade populacional é maior nos musseques mais antigos, que se situam mais perto do centro da cidade (talvez 800 pessoas por hectare). Nos bairros Ngola Kilkuanje, Hoji ya Henda e Kikolo Sede a densidade populacional é de 500 pessoas por hectare.² Nos novos musseques, mais afastados do centro da cidade a densidade populacional é menor, mas tende a aumentar.

Na maior parte dos musseques, não existiu uma planificação inicial das ruas ou dos talhões. A ocupação do espaço foi e é aí irregular. Simultaneamente, porque “o musseque é dinâmico e em constante mutação” (Torres, 1973) e a intensificação do uso do espaço modifica continuamente a morfologia. As transformações ocorrem não apenas no tempo, mas também no espaço: as ruas (espaço público) transformam-se em largos (espaços semi-públicos), ruelas (espaços semi-privados), quintais (espaços privados exteriores), ou vão desembocar à porta de uma casa (espaços privados interiores) (Torres, 1973) (Rogério, 1997).

Certos musseques ocupam hoje áreas que tinham sido apenas demarcadas com talhões e ruas na época colonial. Outras áreas em processo de ocupação actualmente (por exemplo nos Municípios de Cacuaco e Viana) estão a ser demarcadas. Os moradores adaptam a forma “urbanizada” de acordo com os seus conhecimentos, recursos e necessidades (Rogério, 1997). Algumas pessoas originárias do norte de Angola morando nos sectores 10, 11, 11A, 13 e 14 da Comuna de Hoji ya Henda mantêm os talhões iniciais, vedam-nos com muros e constroem casas com anexos (ocupados por membros da família alargada). Habitantes originários de outras regiões, no Sector 15 da Comuna de Hoji ya Henda, seguiram as ruas demarcadas, mas não respeitaram os limites dos talhões desenhados.

À ausência de planificação inicial, em grande parte dos casos, juntam-se hoje as construções não controladas, “anárquicas”, como dizem as pessoas, fazendo com que alguns desses bairros não possuam quase ruas (“não dá nem para passar um caixão”). A ocupação desordenada do espaço coloca problemas até para a construção de infra-estruturas

² **Dados do relatório de Berger (1998), confirmados pelo mapeamento das Comunas de Ngola Kiluanje, Kikolo e Hoji ya Henda efectuado pelo INE e pelo Development Workshop (2000) que contou o número de casas por quarteirão. Numa área de 36 hectares há (em média) 2660 casas, do que resulta 18620 habitantes na área, pressupondo uma média de 7 pessoas por casa. A densidade populacional de 500 pessoas por hectare é mais elevada do que aquela que aparece em certos documentos de planeamento da cidade. Esse valor é calculado a partir de médias municipais que incluem as áreas industriais e comerciais, escolas, estradas e outros espaços públicos (Berger, 1998, p.2).**

colectivas e de serviços à população. Por outro lado, a forte densidade demográfica coloca os já parques e débeis serviços sociais sob grande pressão.

Espaços peri-urbanos da cidade do Huambo

Devido ao modo como foi fundada e se desenvolveu a cidade do Huambo, a divisão entre a cidade urbanizada e os bairros peri-urbanos sempre aí foi mais clara do que em Luanda. O crescimento da parte urbanizada raramente levou ao contacto “físico” entre os dois espaços. O Estado colonial manteve sempre os “bairros de nativos” mais afastadas do “centro”, deixando assim um espaço vazio para a expansão da cidade branca. Além disso, o crescimento da cidade nunca foi tão frenético como no caso de Luanda.

Assim sendo, o limite entre as partes urbanizadas e peri-urbanas da cidade é bem visível. Em geral, os bairros peri-urbanos situam-se em torno da zona urbana, existindo entre as duas áreas um espaço marcando uma mudança no tipo de construção. Em alguns sítios existe uma “cortina de eucaliptos”, que assinalava o limite entre as duas partes durante a época colonial. Essas árvores foram cortadas no período 1993 – 94, durante a guerra de 55 dias e a ocupação da cidade pela UNITA,³ mas foi mais tarde de novo plantada pelo Governo.

Actualmente, um grande número de casas na zona urbanizada está ainda abandonado e mostra marcas da guerra. Nota muito menos diferença entre os vários bairros peri-urbanos, em termos de tamanho das casas, densidade ou ordenamento do espaço, do que em Luanda. Certos bairros, perto do mercado, na saída para a Caála, possuem mais frequentemente muros em volta dos quintais, o que parece constituir um sinal de nível económico mais elevado, embora o nível económico seja geralmente muito baixo nas áreas peri-urbanas da cidade. Algumas casas são mais antigas, com telhas, tijolos ou cimento. Outras casas foram construídas, mais tarde, em adobe e chapas de zinco, preenchendo os espaços entre as casas. A densidade populacional não é tão alta como em Luanda, mas mesmo assim em cada bairro se diz que “o bairro já está cheio”.

Espaços peri-urbanos da cidade do Lubango

Como no caso da cidade do Huambo, a divisão entre a zona urbanizada da cidade do Lubango e a zona peri-urbana é, visualmente, facilmente identificada. No entanto, existem dentro da área urbana manchas de habitação informal. A zona peri-urbana, em torno, possui sobretudo casas de adobe com tectos de chapas de zinco. Logo a seguir, encontra-se já a zona rural, cuja primeira “faixa” está ainda sob influência da cidade.

Na parte norte da cidade, os bairros possuem, geralmente, um núcleo de casas mais antigas;

³ Não havia acesso a outras fontes de energia naquela altura.

a designação oficial do bairro é, muitas vezes, o nome desse núcleo. Por exemplo, o Bairro Bula Matadi possui um núcleo antigo (ao longo da estrada para Benguela) a que sempre se chamou “Bula Matadi”, com casas “definitivas”.⁴ O resto do mesmo bairro administrativo, com uma área muito maior, tem características muito diferentes: a população é deslocada, vinda das zonas rurais do Planalto Central a partir de 1982, e as casas são de adobe ou em materiais precários. Continue oficialmente a fazer parte do Bairro Bula Matadi, mas o nome que lhe é dado pela população é “Caluva”.

O Bairro Nambambi tem igualmente na origem um núcleo de casas que foram construídas, nos anos 60 e 70, pela Igreja Católica, a que se chamou Nambambi. Em volta estão agora outros conjuntos de casas de deslocados do Planalto Central, que chegaram nos anos 80. Esses bairros novos continuam a crescer em área, mas com um crescimento simultâneo da sua densidade populacional (“os arbustos que existiam entre as casas já desapareceram com o crescimento do número de casas”). Alguns dos núcleos originais podem ser ainda identificados (através dos tectos de telhas, por exemplo), mas estão hoje dispersos no interior de aglomerações de casa novas.

Os bairros do lado do sul do Lubango (por exemplo, os bairros “A Luta Continua” e “Ferrovia”), possuem uma população de origem mais diversa. A presença de várias fábricas e do Caminho-de-ferro tinha trazido para o bairro, ainda na época colonial, grupos de pessoas dos grupos Nhaneca – Humbe. Depois de 1982, vieram igualmente para essas áreas pessoas do grupo Nganguela, assim como migrantes das cidades e vilas do Planalto Central (com um nível de educação mais elevado do que o dos migrantes das zonas rurais da mesma região). Os bairros continuam em crescimento, avançando sobre a serra ao sul do Lubango; cresce igualmente a densidade populacional dessas áreas deixando pouco espaço entre as casas. Mais uma vez as pessoas entrevistadas afirmam “o bairro já está cheio”.

1.2 Modo de Divisão administrativa

Cidade de Luanda

Até 1982, a cidade era dividida administrativamente em 21 Zonas Urbanas. O sistema, que actualmente divide a cidade em municípios e comunas, foi criado pouco antes do Censo de 1983 que utilizou já estas novas divisões. A definição de cada município e comuna, assim como os limites destas áreas, foram efectuados pelo Governo Provincial e publicados oficialmente. Os limites originais foram descritos no Jornal de Angola, na edição de 24 de Setembro de 1981. Várias alterações foram, no entanto, introduzidas ao longo dos

⁴ **Ainda se usa frequentemente o nome colonial do bairro, “João d’Almeida”. João d’Almeida foi, um militar português do início do Século XX que se destacou na campanha contra os povos dos Dembos e, mais tarde, nas campanhas contra os povos do Sul de Angola.**

anos, devido ao crescimento da população e da área da cidade. A divisão oficial e as suas alterações, assim como as novas designações, foram mais ou menos adoptadas em função das áreas, fazendo com que, para diferentes habitantes, o nome do lugar, e sobretudo as suas fronteiras, mudem. O resultado da sobreposição, na prática, dos diferentes sistemas, os que existiram e o que mais ou menos passou a vigorar, é uma série de designações que a todos soam de modo familiar, mas que nem sequer os funcionários da administração estatal sabem utilizar de modo correcto. Alguns moradores, e mesmo alguns funcionários das administrações municipais e comunais, continuam a falar de zonas, embora estas já não façam parte das designações oficiais. Na placa do edifício da Administração Comunal de Hoji ya Henda, por exemplo, está escrito: "Administração Comunal de Hoji ya Henda, Zona 17". Algumas das comunas correspondem a antigas zonas urbanas, mas nem sempre. Por exemplo, a maior parte da Zona 16 tornou-se Comuna de Ngola Kiluanje; mas uma parte da Zona 16 passou a fazer parte da Comuna de Hoji-ya-Henda (sectores 12, 15 e 16).

Oficialmente, os 9 municípios de Luanda estão divididos em comunas (de duas a cinco comunas por município). As comunas dividem-se em sectores e bairros. O modo como se dividem as comunas não é uniforme. Nas três comunas estudadas, os sistemas de subdivisão são diferentes. Por outro lado, raros são os mapas fornecendo os limites entre bairros e sectores, que, além de estarem mal definidos, mudam periodicamente.⁵

A Comuna de Ngola Kiluanje está dividida em nove sectores e bairros, cada sector correspondendo, na verdade, a um bairro. Os nomes dos bairros provêm geralmente de designações populares (Val Saroca, S. Pedro da Barra, Ossos). Cada sector/bairro está dividido em quarteirões. O número de casas por quarteirão varia muito (de dez a trezentos), assim como o número de quarteirões em cada sector/bairro (entre catorze e sessenta).

A Comuna de Hoji ya Henda está dividida em sete bairros; cada bairro está dividido em sectores (de um a quatro sectores por bairro). Mas, na prática, raramente se fala de bairros, utilizando-se mais frequentemente o número dos sectores ou os nomes populares que se referem a edifícios importantes, actuais ou antigos: por exemplo "Óleo Queimado" (a área perto de uma fábrica antiga de recuperação de óleo queimado), "Combustíveis" (a área cerca de uma antiga zona de armazenamento de combustíveis).

A Comuna de Kikolo está dividida em doze bairros, cada um destes bairros estando dividido em sectores (de seis a dez sectores por bairro). O tamanho dos bairros e dos sectores varia muito. A numeração dos sectores vai de um a dez dentro de cada bairro. A identificação de um lugar faz-se utilizando o nome do bairro e o número do sector. Não se utiliza a denominação "quarteirão", mas os sectores são geralmente pequenos.

⁵ **Um mapeamento, realizado pelo INE e o Development Workshop (2000) em três comunas, desenhou o mapa destes limites pela primeira vez. Os limites não eram, até a essa altura, bem conhecidos, nem sequer pelas Administrações comunais.**

Dentro dos limites de cada comuna a população e o modo de construção são diversos. Os limites oficiais das comunas não correspondem, necessariamente, a limites morfológicos. O limite entre as Comunas de Ngola Kiluanje e Hoji ya Henda corta ao meio o antigo musseque da Petrangol e passa pelo meio de zonas semelhantes no Val Saroca. De igual modo, os traços definindo sectores e bairros raramente correspondem a variações de tipos de população ou construção. Como os dados oficiais geralmente se referem ao conjunto de um município ou, mais raramente, de uma Comuna, áreas que contêm, como vimos, populações com características diferentes, torna-se difícil conhecer as condições e o modo de vida por “tipo” de população.

Cidade do Huambo

O Município do Huambo inclui uma área mais vasta do que a cidade do Huambo. O Município está dividido em oito comunas. Os limites que dividem as comunas não correspondem aos limites entre urbano, peri-urbano e rural. Duas destas comunas, por exemplo, são apenas rurais, uma a norte outra ao sul da cidade do Huambo. As outras seis incluem áreas urbanas, peri-urbanas e rurais.⁶ Nas zonas urbanas e peri-urbanas, as comunas estão divididas em bairros administrativos; os bairros dividem-se em zonas, e as zonas em quarteirões (ou blocos) de, geralmente, 20 a 30 casas.

Cidade do Lubango

A cidade do Lubango está dividida administrativamente em bairros, bastante grandes. Cada bairro está sub-dividido em zonas administrativas.

As divisões administrativas também não correspondem a divisões morfológicas ou a um determinado tipo de população. Um bairro administrativo contém geralmente população heterogénea (em termos de origem) e vários tipos de construção.

2. ORIGEM DOS HABITANTES E ORGANIZAÇÃO DAS VIZINHANÇAS

Como foi indicado no Capítulo III, o desejo e a necessidade de se instalar rapidamente e a dificuldade em encontrar um terreno barato para construir, fazem com que grande parte dos migrantes acabem por ir viver longe da família ou dos amigos que os tinham recebido. Os bairros mais antigos já não possuem espaço para novas construções ou o espaço é aí muito caro. Assim, os novos migrantes acabam por ir viver para mais longe do centro da cidade. Alguns residentes mais antigos mudam-se igualmente para zonas mais afastadas do centro da cidade, preferindo vender a casa e comprar outra numa zona mais barata

⁶ **Porém, hoje em dia, o limite entre a área rural e a peri-urbana é visualmente mais claro, o rural tendo um habitat muito mais disperso.**

ou onde há mais espaço. Por todas essas razões, as áreas peri-urbanas das cidades estudadas apresentam uma forte heterogeneidade populacional.

Cidade de Luanda

Durante um inquérito efectuado em 1989 por Development Workshop, metade das pessoas entrevistadas nos Bairros Val Saroca e Ossos tinha morado anteriormente numa outra parte do Município de Sambizanga e mais de 30% dessa população tinha vivido numa outra parte da cidade de Luanda. A pesquisa actual confirma que em todos os bairros a população consiste numa mistura de pessoas provenientes directamente do meio rural, em épocas diferentes, e de outras vindas de diversos bairros da cidade.

As vizinhanças homogéneas não são tão frequentes como inicialmente pensávamos. Alguns bairros mais antigos são ainda conotados com pessoas de uma determinada origem. Mas na verdade, essa homogeneidade deixou de existir há vários anos. Os núcleos de casas mais velhas, que estão na origem dos bairros, encontram-se hoje “perdidos” entre habitações mais recentes. Além disso, o movimento de pessoas entre bairros é muito importante. Por essas razões, as pessoas que são vizinhas possuem frequentemente origem diversa.

*“Nestes dias não se pode dizer que no Bairro haja acumulação de pessoas dum certo sítio”
(Hoji ya Henda, Luanda).*

“Vivemos todos misturados e há de tudo” (Ngola Kiluanje, Luanda).

Os bairros mais novos estão igualmente a ser ocupados por pessoas de proveniência diversa, vindas directamente do campo ou mudando de bairros dentro da cidade.

“A origem das pessoas que povoam o bairro é variada” (Kikolo, Luanda).

Na cidade de Luanda, vivem pessoas originárias de todo o país, sendo esta cidade um destino que atrai gente de todas as províncias.⁷ A heterogeneidade é mais marcada nos bairros mais recentes, mesmo se alguns desses bairros estão conotados com população de uma determinada origem. Uma área da Comuna do Kikolo, cerca da Administração Comunal (sobretudo os bairros de Kikolo Sede e Kawelele), é habitada por um número importante de pessoas que vieram do Planalto Central. São sobretudo pessoas vindas das cidades e vilas, com um certo nível de escolaridade. Já outros bairros da Comuna de Kikolo, ocupados mais tarde, nos anos 90, possuem uma população mais heterogénea.

A Comuna Sede de Cacuaco possui uma concentração de pessoas com origem nas áreas rurais do Planalto Central. Alguns vieram directamente do planalto; outros, antes de migrar

⁷ **A migração para Luanda com origem nas Províncias mais afastadas foi mais vulgar nos anos 90 do que anteriormente. Nota-se uma presença de pessoas do Moxico e do Kuando Kubango nos bairros novos da Viana, por exemplo.**

para Luanda viviam já em outras regiões do país, para onde tinham ido, na época colonial, como “trabalhadores contratados”.

Os Sectores da Comuna Hoji ya Henda, que ficam mais a nordeste (Sectores 10, 11, 11A, 13, 14), no limite com a Comuna do Kikolo, possuem uma elevada percentagem de moradores originários do norte de Angola. Grande parte dessas pessoas viveu, depois de 1961, durante muitos anos em Kinshasa e regressou a Angola depois da Independência.⁸

Cidade do Huambo

Quase todos os moradores dos bairros peri-urbanos do Huambo são naturais do Planalto Central (das províncias do Huambo e do Bié) e pertencem ao grupo étnico-linguístico Ovimbundu. Algumas pessoas, em número reduzido, são de origem Nganguela e Ambundu.

No entanto, mesmo nos bairros onde os habitantes são todos de origem Ovimbundu, as vizinhanças não estão “organizadas” por origem. Na verdade, os moradores de cada bairro provêm de diversas áreas do Planalto Central e dizem “não viver juntos”.

“[os deslocados] procuram uma casa ou um terreno para construir. Pode ser que não é perto da casa do familiar ou conterrâneo. Por isso não acontece muito que há grupos de casas onde vivem pessoas da mesma terra. Muitas vezes o deslocado, quando sair da casa do conterrâneo, localiza uma casa ou um terreno num outro bairro.”

“As pessoas da mesma região não vivem perto umas das outras dentro do bairro. Aqui na cidade onde te aparece a casa é onde vives.”

O desejo dos migrantes seria o de permanecer junto dos seus familiares ou conterrâneos. Cada vez que é possível – e é mais frequente que assim seja num campo de deslocados – as pessoas provenientes da mesma aldeia instalam-se em conjunto. É o que acontece, por exemplo, no Campo de Deslocados do Kasseque, nos arredores da cidade do Huambo. Aí as pessoas vivem agrupadas por aldeia de origem e mantém o Soba da aldeia.

Outra razão para uma maior heterogeneidade de origens é o facto de que as pessoas mudem de casa por vários motivos: porque o bairro é mais calmo, porque está mais próximo do mercado, porque a casa é mais barata, etc.

Cidade do Lubango

A cidade do Lubango fica na área do grupo étnico-linguístico dos Ovamuila (um sub-grupo dos Nhaneka-Humbe). Partilham o espaço da cidade principalmente três grupos étnico-linguísticos:

⁸ Ver Capítulo II e os documentos citados naquele Capítulo, sobre a história deste grupo.

- os Ovamuila e vários subgrupos dos Nhaneka-Humbe, que são os “residentes originais” da área do Lubango, embora parte deles tenha migrado do Kipungo, dos Gambos, e de outras partes das Províncias de Kunene e Huíla;
- os Ovimbundu que migraram do planalto (geralmente da área do Planalto Central na Província da Huíla) com maior movimento a partir de 1983 devido à insegurança (embora, antes disso, tivesse já havido uma migração do Planalto Central para o Lubango de pessoas à procura de oportunidades de estudar e de trabalhar);⁹
- os Nganguela que migraram da parte este da Província da Huíla e do Kuando Kubango;

Os bairros do lado do sul do Lubango (“A Luta Continua” e “Bairro Ferrovia”), possuem uma população de origem diversa: a área tinha já sido ocupada na época colonial por pessoas dos grupos Nhaneka-Humbe que migraram para o Lubango para trabalhar. Mais tarde, depois de 1982, vieram pessoas do grupo Nganguela, assim como migrantes das vilas do Planalto Central do grupo Ovimbundu. Os Ovamuila e os Nganguela moram em pequenas manchas onde os vizinhos têm a mesma origem, mas não se nota, nesta parte da cidade, o mesmo tipo de distribuição homogénea em relação aos Ovimbundu. As populações de origem Nhaneka-Humbe são agora uma minoria nesses bairros, mesmo se a cidade do Lubango se situa dentro do território onde habitavam estas populações.

Os bairros do lado do norte do Lubango possuem uma população originária das zonas rurais do Planalto Central. Há assim uma homogeneidade da população em termos de grupo étnico-linguístico. Durante as entrevistas, as pessoas disseram preferir viver perto de familiares ou amigos¹⁰, mas afirmaram, ao mesmo tempo, que “não se nota muito agora que os vizinhos vêm do mesmo sítio porque já não há espaço para fixar juntos agrupados”.

3. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO MODO DE VIDA NAS ZONAS PERI-URBANAS

3.1 Habitação

As casas das zonas peri-urbanas de Luanda são, geralmente, construídas em blocos de cimento e cobertas de placas de zinco. Uma grande parte das casas não é pintada e tem um aspecto inacabado.¹¹ Na verdade, muitas delas estão em construção, ou em

⁹ Possivelmente os Ovimbundu constituem hoje a maioria da população do Lubango.

¹⁰ Respostas deste tipo foram mais frequentes no Lubango do que no Huambo ou em Luanda.

¹¹ Um grupo da população mais marginalizada e vulnerável que nunca consegue “se instalar” vive em condições precárias, em casas feitas de materiais improvisados ou em restos de casas abandonadas.

permanente processo de construção, já que os seus proprietários levam alguns anos a edificá-las. A construção da sua própria casa representa um grande esforço por parte do agregado familiar. As famílias, na realidade, começam por construir um quarto ou um “quarto e sala” ao qual vão, ao longo dos anos, adicionando outros compartimentos. A construção de algumas casas leva mais de dez anos. Algumas pessoas vivem em casas por terminar há mais de vinte.

Nos bairros mais antigos de Luanda existem ainda algumas casas de madeira, ou mesmo de pau-a-pique, que datam de antes da independência, materiais em que eram construídas as casas dessas zonas na época.¹² Muitas dessas casas foram reconstruídas em blocos de cimento, num processo que iniciou nos anos 80. Uma das razões para esse facto é a dificuldade em arranjar madeira hoje; outra razão poderá ser uma percepção de menor precariedade e maior prestígio nas casas de bloco de cimento, assemelhando-se estas mais às casas “da Baixa”. No entanto não pudemos verificar esta hipótese.

O cimento é mais caro no Huambo e no Lubango, e o material de construção quase universal nas zonas peri-urbanas destas cidades são os blocos de adobe, aos quais se juntam tectos de chapas de zinco. A presença de casas com telhas, ou com paredes rebocadas, indica um núcleo de casas mais antigas dentro do mesmo bairro.

Nas três cidades existe um mercado de aluguer, compra e venda de casas e de terrenos. Os preços dos terrenos e o aluguer são mais elevados em Luanda, sobretudo nos bairros que se encontram mais próximos do centro urbano, dos mercados e de zonas de actividade comercial, assim como dos eixos principais de transporte. Exemplos obtidos em entrevistas em Luanda são:

Aluguer (“quarto e sala”):

- Kikolo – zona do Compão: 40 Kz por mês;¹³
- Kikolo – Boa Esperança: 100 Kz por mês;
- Hoji ya Henda: 200 - 250 Kz por mês.

Preços de terreno (casa pequena):

- Kikolo – Augusto Ngangula 200 - 300 USD;
- Hoji ya Henda 2000 - 3000 dólares ou mais.

¹² **A presença de casas construídas com estes materiais é um indicador de zona mais antiga. Por exemplo, casas deste tipo distinguem o antigo musseque da Petrangol de áreas vizinhas dos Bairros Ngola Kiluanje e Hoji ya Henda.**

¹³ **Câmbio (Março 2000): 1 USD = 5,5 Kz**

No interior de uma mesma comuna ou de um mesmo bairro, o custo da habitação também pode mostrar fortes variações. O preço do aluguer em certas áreas da Comuna de Hoji ya Henda é mais alto devido, provavelmente, ao facto de que a actividade comercial aí é mais forte. A existência dos “Armazéns dos Senegalenses” (na antiga zona industrial perto das fábricas da Nocal e da Cuca), locais de venda “a grosso” de artigos importados, a presença de pessoas activas na distribuição destes produtos, e de um terminal de autocarros e camiões para o norte e para Kinshasa, com despachantes e agências de viagens, tornam essas áreas activas e procuradas. Por isso, mesmo no interior de uma comuna, o custo de habitação varia, o que constitui um indicador da heterogeneidade das áreas peri-urbanas.

O custo da habitação constitui uma das razões importantes porque as pessoas vindas a Luanda que se querem instalar, acabem por viver longe das suas famílias. Elas não possuem dinheiro suficiente para construir a casa nos mesmos bairros onde estão instaladas as suas famílias. Daí resulta que as pessoas de mesma origem acabem por não viver “em comunidade”. O que acontece é que os agregados familiares são grandes, sendo frequentemente compostos por três gerações.¹⁴ Acontece também que dentro do mesmo terreno, construam várias casas, aproveitando os anexos, cedendo uma parte do quintal para uma nova construção a um filho que constitui família. Assim, não é raro encontrar na mesma área de residência os proprietários da casa, filhos e filhas com noras e genros e netos.

Ser proprietário da casa onde se vive é, de longe, a opção preferida. É mais seguro viver em casa própria evitando a possibilidade de que o dono da casa queira recuperar a casa para um familiar ou aumentar a renda. Além disso, estar em casa sua oferece a possibilidade de gerar renda – e amortizar os custos de construção – alugando um quarto ou a casa. A quase totalidade dos habitantes “antigos” (mais de 8 anos de habitação do bairro) por nós entrevistados vivia em casa sua (construída ou comprada), e a possibilidade de viver em casa própria constitui uma das principais razões para mudar de bairro.¹⁵

3.2 Trabalho e emprego

Segundo o que pudemos observar, a taxa de desemprego (do mercado de emprego formal) e o nível de subemprego são muito elevados nas três cidades:¹⁶ as pessoas lamentam-se pela falta de trabalho e pelos salários muito baixos. Em certos bairros, antigamente zonas

¹⁴ **A média de 30 agregados familiares por nós entrevistados (de pessoas vivendo nos bairros há mais de 8 anos) é de cerca de 9 pessoas por agregado. O estudo do INE previamente mencionado indica que cerca de 30% dos agregados familiares da cidade de Luanda vivem com uma taxa de ocupação por área de residência superior a 4 pessoas por quarto; desses 30%, 11% têm um taxa de ocupação de mais de 6 pessoas por quarto [p.16]. Não existem estatísticas actualizadas do número de pessoas por casa ou por agregado embora que várias estimativas das populações das cidades se baseiam em pressupostos deste parâmetro.**

¹⁵ **Segundo os dados do INE, 76,1% dos habitantes de “casas convencionais” (o tipo de casa que mais se assemelha àquelas encontradas nos bairros peri-urbanos) são proprietários das suas casas [INE, 2000: 14].**

¹⁶ **Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano – Angola 1999 (UNDP, 1999), as estimativas para a taxa de**

com algumas indústrias, alguns dos habitantes mais antigos são ex-profissionais das fábricas agora paralisadas. O desemprego na cidade do Huambo é particularmente acentuado. A cidade possui hoje pouca actividade industrial e comercial: das 256 empresas industriais existentes, apenas 16 estão neste momento em actividade.¹⁷ O Caminho de Ferro de Benguela também ainda não está em funcionamento.

Grande parte das possibilidades de emprego é irregular; o habitante das áreas peri-urbanas deve adaptar-se a diferentes tipos de trabalho. É provavelmente por essa razão que as pessoas dizem “tenho algumas profissões”, de modo a poder adaptar-se ao trabalho que aparece. Mesmo pessoas que ainda têm um emprego fixo fazem paralelamente outros trabalhos: professores, por exemplo, também têm algum pequeno comércio ou fazem trabalho de carregador de mercadoria nos mercados (chamado vulgarmente “roboteiro” em Luanda ou “Tio António” no Lubango).

A solução encontrada pela maior parte da população dos bairros peri-urbanos é o “comércio geral” no mercado informal e o comércio informal é uma das fontes de rendimento mais importantes: as pessoas vendem o que podem e onde podem, sobretudo as mulheres. O tipo de comércio depende do capital disponível ao agregado familiar, ou das possibilidades em conseguir um empréstimo. As famílias mais pobres vendem pequenas quantidades de mercadoria à porta de casa, ou em pequenas bacias com as quais percorrem as ruas ou indo de casa em casa (as “zungueiras” em Luanda). As menos pobres vendem numa banca do mercado. Outras, com mais capital, viajam para fora da cidade para trocar produtos industriais com produtos agrícolas ou com peixe. As mulheres vendem petróleo, carvão, comida feita, bebidas, legumes, etc. Os homens, quando envolvidos no comércio, vendem, em geral, um outro tipo de produto: materiais de construção, peças de viaturas, roupa, etc.

Várias pessoas do mesmo agregado familiar trabalham, sobretudo nos agregados mais pobres. O rendimento gerado pelas mulheres, sobretudo no pequeno comércio, é uma contribuição muito importante para o rendimento do agregado familiar. Acontece frequentemente que numa família o marido tenha um emprego no mercado formal de trabalho (indicado por “o meu marido trabalha na baixa” ou “o meu marido tem salário”) e a mulher e filhas ou noras vendam num dos mercados do bairro. Mesmo no caso dos entrevistados com mais elevado nível académico (professores ou directores de escola secundária com a 12ª classe ou até com frequência da universidade), enquanto eles leccionam, as mulheres têm uma qualquer actividade comercial: venda de cremes de beleza, venda de ovos, de roupas, etc.

desemprego em Luanda variam entre 35 e 45%; segundo o INE, mencionado na mesma fonte, a taxa de emprego nacional em 1995 era de 55,3% e a de emprego no sector informal de 37%. Esses valores, no entanto, não indicam a qualidade de emprego a que se referem – muitas das pessoas empregues pelo Estado estão na realidade em situação de subemprego e recorrem ao mercado informal para aumentar a sua renda.

¹⁷

Afirmção do Delegado Provincial da Indústria à Voz da América, citado na “Angola Cronologia”, Novembro 1999

Para certas famílias, o rendimento da agricultura é uma contribuição ao rendimento familiar, sobretudo no Lubango onde o acesso a terras férteis é mais fácil. Das três cidades, apenas no Lubango números significativos de agregados familiares estão envolvidos em mecanismos de troca entre membros da família no campo e outros na cidade.

Mas mesmo nesta cidade, estes mecanismos são muito mais importantes para o grupo Ovamuíla, que tem acesso mais fácil à terra, do que para as pessoas do grupo Ovimbundu (deslocados do Planalto Central que agora vivem no interior do “território” dos Ovamuíla, vistos como “os donos da terra”). Em Luanda, certas famílias mencionaram uma pequena lavra (zonas mencionadas: no Bengo, no Futungo – Bairro Benfica), de onde retiram uma parte da alimentação e outros produtos para vender.

Um outro produto cuja venda é comum, como veremos em seguida, é a água. Alguns habitantes dos bairros peri-urbanos – aqueles com capacidade financeira para isso – constroem tanques¹⁸ nos quintais que enchem com água comprada a camiões-cisterna, para consumo próprio e revenda à vizinhança.

De qualquer modo, não nos pareceu, pelas entrevistas, que se retirasse, de um modo geral, uma renda elevada do comércio informal.¹⁹ Além disso, o comércio informal é incerto: nas entrevistas surgiram frequentemente histórias de perda do dinheiro porque “o negócio não dava bem”, o que fazia com que fosse necessário mudar para um outro negócio que exigiria menos capital mas que, ao mesmo tempo, produziria menos rendimento.

Apesar desta incerteza e dos lucros baixos, “o negócio” parece ser a fonte de rendimento mais segura: as pessoas que não conseguem o capital para iniciar um negócio fazem “biscates” e tornam-se cada vez mais pobres e vulneráveis. Quando o salário está em atraso ou “o negócio não dá certo” as únicas “saídas” são: pedir um empréstimo (a um familiar ou um amigo) ou vender uma peça de roupa ou mobília.

3.3 Acesso aos serviços

As áreas peri-urbanas em Angola conheceram, ao longo da sua história, um investimento público quase insignificante: era para o centro urbano que o Estado colonial dirigia grande parte de investimentos para a oferta e manutenção dos serviços; e é igualmente para o mesmo tipo de espaço que, depois da independência, o Estado continua a favorecer a aplicação do investimento em serviços públicos. Na verdade, nos últimos anos da época colonial e nos primeiros anos depois da independência houve algumas tentativas de canalizar investimentos sociais para zonas peri-urbanas. Assim, algumas áreas peri-urbanas mais

¹⁸ O volume dos tanques varia de 2 a 8 mil litros.

¹⁹ Montantes mencionados variam de 1 a 5 USD por dia, mas é necessário ter cuidado com este tipo de dado, pois as pessoas fazem alguma resistência em fornecer informação verdadeira a respeito da sua renda.

antigas estão providas de serviços (ou pelo menos de infra-estruturas para existência desses serviços) que não existem nas zonas peri-urbanas mais recentes. Por exemplo, em Luanda em algumas áreas dos bairros Hoji ya Henda e Ngola Kiluanje, ocupadas antes de 1985, existem algumas escolas estatais e existiam alguns chafarizes. Em áreas mais distantes do centro da cidade, esse tipo de infra-estrutura pública já não existe. Trata-se geralmente, de qualquer modo, de investimentos de baixa qualidade, construídos à pressa, sem que tivessem sido previstos fundos e sistemas para a sua manutenção²⁰ e que não tiveram em conta a procura crescente.²¹ É verdade que desde 1990 o investimento público do Estado decaiu igualmente no centro das cidades. Mas nessas áreas o investimento privado (tanques de água, moto-bombas, escolas e clínicas privadas, telefones móveis, viaturas privadas), muitas vezes individual, foi reduzindo, para alguns, as deficiências gerais dos serviços públicos. Por essa razão, apesar da degradação real das áreas urbanizadas e dos serviços públicos aí existentes mantêm-se as diferenças entre estas e as zonas peri-urbanas.

Água e saneamento

O difícil acesso à água é sem dúvida um dos problemas mais graves que enfrenta a população nos bairros peri-urbanos, em particular em Luanda.²² Se a situação depende do bairro,²³ o abastecimento em água é raramente fácil ou barato nos bairros peri-urbanos. Segundo os dados do INE (2000), 5,2% do total das despesas do primeiro quintil dos agregados familiares da cidade de Luanda são dirigidas para o abastecimento em água (INE, 2000)²⁴. A esta informação é necessário adicionar o facto de que, tendo em conta o preço elevado da água nas zonas peri-urbanas, o uso da água é extremamente racionado, não cobrindo, por isso, muitas vezes, as necessidades básicas da população.

²⁰ **Os tubos de água superficiais partiram-se facilmente; também não foram definidas responsabilidades para a manutenção dos chafarizes. As escolas ainda existem, em parte devido aos esforços e contribuições dos pais. As pessoas entrevistadas disseram que contribuíam mais facilmente para a manutenção de uma escola: para isso não é necessário negociar com muitos intervenientes e também é possível ver o impacto dessa acção. A manutenção de sistemas de água, ao contrário, depende de vários intervenientes que são difíceis de coordenar.**

²¹ **Devido ao crescimento populacional nestas áreas ou ao aumento de procura de escolarização nos primeiros anos após a independência.**

²² **Nas outras cidades, a proximidade dos rios e de águas subterrâneas oferece outras possibilidades de abastecimento em água à população.**

²³ **Por exemplo, é menos grave no Bairro Kawelele (Kikolo), através do qual passa uma conduta, que no Bairro Cambalacho (no Cazenga), onde não existe nenhuma fonte de água próxima, sendo o abastecimento da zona feito exclusivamente por camiões- cisterna.**

²⁴ **Na época em que foram feitas as nossas entrevistas, o preço de uma cisterna de água estava em torno dos 120 USD e o de um balde de 10 l variava entre 10 – 40 Cts.**

Em Luanda, as fontes de acesso à água mais comuns são (INE, 2000):

Tanque do vizinho: 37,9% da população
 Torneira na residência ligada à rede: 25,3%
 Torneira do prédio / vizinho: 25,1%
 Chafariz público: 5,2%
 Camião com água: 4,2%

Como podemos ver apenas pouco mais de 25% dos habitantes da cidade de Luanda tem acesso directo à água canalizada. O tanque do vizinho oferece o modo de acesso mais comum à água para toda a cidade de Luanda, sendo nesse caso a água muito provavelmente comprada. É igualmente muito provável que nas zonas pelas quais nos interessamos, o acesso à torneira ligada à rede (quer em casa, quer no prédio ou do vizinho) seja extremamente reduzido, e que os modos de acesso à água mais comuns sejam: o tanque do vizinho e o chafariz público. Estima-se a cerca de 21 USD por mês a média do valor atribuído pelos agregados familiares ao pagamento da água obtida através de fontes informais (INE, 2000).

Nas três cidades estão em curso projectos de ONGs (DW, ADRA, ACORD, CARE) que tentam melhorar o acesso à água através da capacitação de várias instituições, nos níveis comunitário e municipal, para a gestão e manutenção das fontes e redes de água. No Lubango e no Huambo a presença de água subterrânea permitiu programas de abastecimento através de poços e furos geridos pelos próprios utentes. Em Luanda não há água subterrânea e a água deve vir do Rio Bengo ou do Rio Kwanza, ambos distantes da cidade.²⁵ Para além disso, os sistemas de abastecimento foram construídos, na época colonial, para uma área urbanizada relativamente pequena se comparada com a actual. Actualmente a água chega à cidade transportada através de grandes condutas ou por camiões. O melhoramento do abastecimento de água requer um investimento importante. A questão do abastecimento de água nos bairros peri-urbanos é pois, sem dúvida, muito complexa e difícil de resolver. Visto o estado em que se encontra a rede de distribuição de água, cujas principais condutas estão “parasitadas” por inúmeras ligações clandestinas, muitos dos chafarizes, já de si em número não muito elevado, oferecem um abastecimento de débito tão fraco e irregular que a sua utilização (e, por isso, a sua manutenção) deixa rapidamente de aparecer como interessante.²⁶

A rede de esgotos nas três cidades serve apenas as partes urbanizadas, e geralmente não está em bom estado. Algumas casas peri-urbanas (e mesmo algumas casas em zonas urbanizadas) têm fossas sépticas. Mas a maior parte das casas peri-urbanas não têm

²⁵ **Um problema ligado à localização da cidade de Luanda sentido desde a fundação da cidade no século XVI.**

²⁶ **As ONGs envolvidas têm uma vasta documentação vasta sobre a questão da água nas cidades de Angola.**

esgotos nem fossas sépticas. Certas ONGs têm programas de construção de latrinas mas a sua utilização nem sempre é adoptada pela população.²⁷

Os serviços municipais da remoção de lixo servem igualmente apenas as partes urbanizadas das cidades. Nos bairros peri-urbanos este tipo de actividade está quase totalmente a cargo dos habitantes. Os nossos informantes falam de campanhas de limpeza, organizadas, algumas vezes, pelas Comissões de Moradores. Nessas campanhas de limpeza participam sobretudo as mulheres e as crianças. Nem em todos os bairros os habitantes se juntam para as campanhas de limpeza. Em alguns bairros, aliás, os moradores dificilmente se juntam para isso e “cada um limpa o seu lado”. Noutros, os habitantes dizem-nos nas entrevistas “o nosso problema é o lixo”. Sem a remoção de lixo do bairro por um serviço municipal, as campanhas de limpeza servem só para amontoar o lixo num canto do bairro: o lixo geralmente permanece em casas abandonadas, em ravinas ou em outros lugares menos visíveis.²⁸

Electricidade

Nos bairros peri-urbanos do Lubango e do Huambo, só algumas casas isoladas têm acesso à energia eléctrica. A maioria dos bairros peri-urbanos de Luanda não possui uma rede de distribuição de energia eléctrica. Apenas alguns bairros de Luanda, os mais antigos (como algumas áreas do Município do Sambizanga ou do Cazenga), possuem áreas incluídas na rede de distribuição de electricidade.

Em Luanda as “puxadas” clandestinas são numerosas. Para além disso, uma prática, aparentemente corrente nalguns bairros, é um grupo de habitantes juntar-se para comprar um Posto de Transformação (PT) que depois virá a ser utilizado pelos membros do grupo. Outras vezes o PT é comprado por uma pessoa que depois revende as “puxadas” e a utilização da energia. No Kikolo, por exemplo, uma “puxada” custa neste momento entre 220 e 230 USD. A este valor é necessário posteriormente adicionar 8 a 10 USD por mês de consumo.

Educação

Segundo a informação recolhida durante as entrevistas, assim como através dos dados estatísticos de que dispomos, as escolas existentes nos bairros peri-urbanos estão sobrelotadas, o número de alunos, actualmente em cada escola, ultrapassando, de longe, a sua capacidade.

²⁷ **As ONGs envolvidas têm uma vasta documentação sobre latrinas e saneamento nas cidades de Angola.**

²⁸ **Se houvesse um serviço regular de remoção de lixo, os moradores estariam prontos a deixar o lixo num local onde o serviço o pudesse recolher facilmente. Mas quando esse serviço não existe, ou é muito irregular, é mais fácil “esconder” o lixo, embora possa ser mais difícil retirar o lixo desse “esconderijo” se, um dia, o serviço de remoção vier a existir.**

Aliás, professores e directores de escola por nós entrevistados dizem ter de fugir dos pais de crianças, pois as solicitações para aceitar mais alunos na escola são muitas, encontrando-se as salas de aulas já cheiíssimas.

É verdade que a maioria das escolas foram construídas na era colonial ou nos primeiros anos depois da Independência, no centro da cidade e em certos bairros mais antigos. Muitas das escolas construídas nas áreas peri-urbanas são inadequadas, ou são adaptações de outros edifícios (lojas, capelas ou casas) com salas pequenas, com fraca iluminação natural. Além disso, a forte pressão sobre o espaço, a que nos referimos anteriormente, não facilita a construção de novos edifícios escolares (Oxfam, 1999). Em Luanda, cada uma das salas é utilizada por três turnos de alunos por dia. Nas outras cidades, as salas de aulas são utilizadas por dois (às vezes três) turnos de alunos por dia.

Nos municípios de Luanda objecto desta pesquisa, a percentagem de crianças matriculadas da 1ª à 4ª classe é estimada a:

- Sambizanga: 11%
- Cazenga: 28%
- Cacuaco: 6%
- (Oxfam, 1999)

A maior parte das crianças permanece fora do sistema de ensino ou procura alternativas ao ensino público. Devido à fraqueza do sistema público, existem agora algumas escolas privadas. Na parte urbanizada da cidade, são escolas de alguma qualidade mas com preços elevados. Nos bairros peri-urbanos, são geralmente escolas ligadas a congregações religiosas ou “explicações” (aulas dadas em casas privadas ou nos quintais).

Uma das pessoas por nós entrevistada dirige, neste momento, num dos bairros da Comuna do Kikolo, uma escola privada ligada a uma igreja. A escola abriu em 1996 com 286 alunos; em 1999 inscreveram-se 875 alunos, e, embora a procura fosse mais elevada, mais não puderam ser aceites porque a escola para isso não tinha capacidade.

As “escolas de explicação” têm turmas de 20 a 30 alunos por um período de duas a três horas por dia, aparecendo como uma espécie de escola alternativa para pessoas pobres que, por diferentes razões, não têm acesso ao ensino público (Oxfam, 1999: 28). As “escolas de explicação” não dão acesso às provas e diplomas reconhecidos, mas são mais flexíveis e menos onerosas para as despesas de uma família pobre: a família pode pagar por dia, a escola não exige nem muito material nem batas e o aluno pode assistir às aulas quando puder.²⁹

²⁹

A matrícula numa escola estatal exige pagamentos significantes, oficiais ou informais, de uma só vez no início do ano lectivo, o que pesa sobre a economia doméstica de famílias que gerem o dinheiro no dia-a-dia.

Para algumas famílias as “escolas de explicação” constituem um serviço complementar àqueles oferecidos pelas escolas normalmente registadas no Ministério da Educação. Nos níveis superiores de ensino e no caso da população com renda mais elevada, a procura de explicações significa efectivamente a busca de um serviço complementar. No entanto, para a população mais pobre, vivendo em bairros onde o número de escolas é muito reduzido e que procura oferecer aos seus filhos pelo menos o 1º nível do ensino, o caminho para a escolarização das crianças aparece, muitas vezes, de facto pela “escola de explicação”. Esta constitui aqui não um serviço complementar, mas o serviço único existente.

Os serviços de educação são hoje, na prática, pagos, mesmo nas escolas públicas: 95,6% dos alunos da cidade de Luanda e 76,8% nas “outras áreas urbanas” afirmam ter efectuado pagamentos directos às escolas, incluindo as escolas públicas. Das despesas escolares, as categorias “processo de inscrição, matrícula e/ou gasosa” e “propinas e outros pagamentos directos” constituem, importantes áreas de despesa para as famílias às que por vezes se aproximam dos gastos em material escolar durante o ano, mesmo para as escolas públicas (INE,2000).

Saúde

Da mesma forma que os serviços de educação, a oferta de serviços de saúde é nos bairros peri-urbanos de fraca qualidade. Para além dos postos e centro de saúde públicos, concentrados em áreas mais antigas, existe hoje uma oferta privada ligada a ONGs e igrejas ou a profissionais da área de saúde, mais ou menos qualificados: algumas destas pessoas são enfermeiras, mas outras possuem, como disseram os nossos entrevistados, “postos aventureiros” – um pequeno quartito em casa, à porta do qual se vê inscrito, “dá-se injeções e soro”, ou algo similar.

Enquanto os moradores dos centros das cidades recorrem a clínicas privadas, os moradores de bairros peri-urbanos recorrem a enfermeiras particulares ou compram medicamentos sem consultar um profissional de saúde, o tempo de espera e de viagem sendo uma razão frequente para a não utilização dos serviços públicos.

3.4 Apontamentos sobre a vida social e cultural

Como descrito no capítulo II, o processo de colonização provocou mudanças profundas na vida social em Angola. Tendo em conta a instabilidade e as perturbações vividas pelo país no período pós-colonial, que atingiram com particular impacto as áreas rurais, é muito provável que as transformações da vida social no meio rural se tenham acentuado, embora seja hoje difícil conhecer o modo como elas terão acontecido ou as formas que delas eventualmente terão resultado. É por isso plausível supor que os migrantes, que nestas últimas duas décadas vieram dar às cidades, provenham de um meio rural onde

as “tradições” se tenham modificado rapidamente, assim como a natureza e o papel das “autoridades tradicionais”.

As transformações nas diferentes modalidades de vida social foram seguramente ainda maiores no contacto com “a cidade”, sobretudo no caso de Luanda onde traços da vida rural ou tradicional são raros. Em Luanda, nota-se uma diferença entre pessoas do norte de Angola do grupo Bakongo, que passaram uma parte da vida nas cidades do ex-Congo-Belga, e os outros moradores de Luanda. Como vimos, a estadia desses angolanos no Congo aconteceu já num país africano independente, factor, entre outros, que marcaram a visão que possui esta população da “cultura africana” e do “urbano angolano”.

Línguas

Em Luanda, o uso do português é quase universal, em casa ou na rua, mesmo se por vezes se trata de um português “transformado”, invadido por palavras com origem nas línguas locais, ou recentemente criadas. A excepção ao uso do português desta forma está no grupo de pessoas do norte de Angola que usa geralmente, para se comunicar entre elas, o *lingala*.

No Huambo e no Lubango, um processo de mudança a esse nível está em curso: o português é falado em certas situações (públicas, em geral), em outros momentos (mais “domésticos”) prefere-se usar uma língua local. Como o português é a língua de ensino nas escolas, os jovens falam sobretudo essa língua e é por eles que as transformações a este nível passam.

“Fala-se línguas nacionais, mas com uma tendência de falar mais português ao longo do tempo” (Lubango)

“Os mais velhos são aqueles que mais falam a língua local, mas percebem o que dizem as crianças que aprendem português na escola. E as crianças percebem o que dizem os velhos na língua local embora que elas falam em português” (Lubango).

No Huambo, como a maioria dos habitantes fala Umbundu esta língua marca de facto as relações sociais. É frequente que as pessoas, exteriores ao espaço Ovimbundu, acabem por aprender Umbundu ao fim de algum tempo de vida no Huambo. Já no Lubango, a presença de vários grupos étnico-linguísticos é uma razão mencionada para o uso mais frequente da língua portuguesa hoje em dia. Simultaneamente, essa mistura entre pessoas de grupos étnico-linguísticos diversos parece fazer com que umas e outras aprendam palavras de línguas diferentes que ajudam a comunicação entre elas.

“As pessoas percebem a língua dos outros, e misturam as línguas dentro duma conversa entre pessoas de vários grupos” (Lubango).

Tradições

A vida social nas áreas peri-urbanas de Luanda conserva já poucos traços das tradições rurais. No Huambo e no Lubango as práticas consideradas tradicionais estão em mudança, sobretudo no interior do grupo étnico-linguístico Ovimbundu.

“Em 1983 quando cheguei no Lubango, ainda se faziam as festas tradicionais, mas agora são feitas sem grande fervor tradicional” (Lubango).

No meio rural as instituições tradicionais mais importantes dos Ovimbundu eram o *evamba* (rito de iniciação e circuncisão dos rapazes) e o óbito. O óbito continua a ser importante, embora menos que no meio rural. O *evamba* na cidade tornou-se menos frequente.

“Quase não existem mais as festa tradicionais como os ovinganji, olundongo, e evamba” (Huambo).³⁰

As festas no tempo passado eram muitas mas já não se fazem actualmente. A circuncisão antiga ia-se no mato o regresso ao bairro fazia-se festa. Actualmente o bebé basta ter três mês levam logo ao hospital. Muito raramente aparecem palhaços” (Huambo).

A mudança parece menos marcada dentro dos grupos étnico-linguístico Nhaneka-Humbe (do qual fazem parte os Ovamuila) e Nganguela no Lubango. Esses grupos foram menos marcados pela ocupação colonial, pelas guerras subsequentes e pela influência das igrejas. Além disso, as pessoas destes grupos continuam a manter o contacto com a sua área de origem, onde as tradições também ainda perduram. Os informantes pertencendo a estes grupos disseram serem ainda importantes as festas tradicionais e raramente indicaram mudanças relevantes a esse respeito. Entre os Nhaneka-Humbe, o *efiko* (o rito de iniciação de raparigas) e *ekwendje* (o rito de iniciação dos rapazes) continuam ser práticas comuns. O óbito não parece ter sido nunca tão importante para os Nhaneka-Humbe como para os Ovimbundu. Do mesmo modo, os Nganguela parecem continuar a praticar a *kawemba* (iniciação das raparigas na altura da puberdade) e o *ovama* (iniciação e circuncisão para os rapazes), durante os quais aparecem os palhaços, os *kangandji*.

“As actividades tradicionais são mais visíveis no grupo Nyaneca (Ovamuila). As tradições circulam dentro deste grupo. Tem fiko e circuncisão. Os Ovimbundu são menos unidos agora para realizar estas actividades tradicionais” (Lubango).

“Os nativos (Ovamuila) fazem mais estes rituais. Os Ovamuila têm uma cerimónia Pita pondjo que é saída da casa dum criança (bebe dum mês) pela primeira vez. E festejam com mais visibilidade a circuncisão” (Lubango).

³⁰

Ovinganji – palhaços (singular – otjingandji). Olundongo – uma dança tradicional com origens no resgate de escravos através do pagamento dum boi. Evamba – circuncisão.

No contexto do Huambo e do Lubango parecem ter os Ovimbundu reduzido a prática de festas tradicionais. O óbito continua a ser um rito importante entre os Ovimbundu, embora de modo menos intenso que no passado. Várias razões parecem estar na origem do esmorecimento das tradições, razões essas que provavelmente agirão umas sobre as outras. A “influência das igrejas” foi apontada como uma causa importante da mudança de comportamento. A presença da igreja foi particularmente notável no Planalto Central, onde numerosas missões cristãs se instalaram que, como veremos, penetraram a vida social e cultural local com efeitos inibidores sobre as práticas tradicionais, muitas vezes vistas como obscurantistas. Outras razões indicadas são a morte de certos indivíduos que retinham as tradições, o custo de realizar as festas, a dificuldade de adaptar as tradições ao meio urbano e o facto de que as pessoas não permaneçam juntas ao instalarem-se nas áreas peri-urbanas.

“Quase não existem mais ... porque as igrejas condenam as festas” (Huambo).

“Depois da morte do “Soba” em 1998, quase tudo tradicional se perdeu. O seu filho não herdou nada do pai, não aprendeu nada e por isso não pratica” (Lubango).

“Hoje não se fazem as festas tradicionais, devido aos custos da vida. Circuncisão hoje ainda fazem, mas não é como antes” (Lubango).

“Festas tradicionais, isso mudou. Porque havia festas que foram feitas no kimbo,³¹ actividades escuras no mato. Com a vinda das pessoas na cidade, não tem lugar para esconder. E com a mensagem das igrejas, as pessoas reconhecem que eram festas obscuras, atrasadas, e estão a deixar. Tinham os palhaços, no kimbo, Junho e Julho; fazia-se kimbombos para a circuncisão. Agora a circuncisão é feita no hospital e não podem levar bebidas e palhaços nos hospitais” (um líder religioso, Lubango).³²

O *ondjango*,³³ uma instituição importante no meio rural, continua também a existir nos meios peri-urbanos do Lubango e do Huambo, mas o seu conteúdo parece ter-se transformado. No meio rural o *ondjango* constitui uma instituição, mas igualmente um espaço; um espaço onde o Soba se pode reunir com os outros homens respeitados da aldeia, onde à noite se juntavam “os velhos a conversar e contar histórias, que os jovens podem ouvir e assistir.” O *ondjango* é também um espaço aberto: “qualquer pessoa pode ver e ouvir o que passa dentro através das aberturas grandes nas paredes.” No meio peri-urbano o *ondjango* mudou na forma e no conteúdo: os *ondjango* visitados, no Lubango e no Huambo, são dentro da casa ou quintal do Soba e são pequenos; o Soba só se pode aí reunir com um número

³¹ **Aldeia. Uma corruptela portuguesa da palavra *imbo*, que significa aldeia nas línguas locais.**

³² **Todos os líderes religiosos entrevistados exprimiam uma opinião negativa em relação às tradições, ligando-as a actividades obscuras e atrasadas, e achavam por bem que estão a desaparecer. Davam a impressão que as igrejas incentivam que festas tradicionais desapareçam.**

³³ **Para os Nhaneka-Humbe o equivalente é o *otchoto*, um lugar de encontro dentro da povoação, sagrado e que continua ser importante no meio rural. Não foi possível verificar se continua ser importante no meio peri-urbano.**

reduzido de pessoas; para os outros não será possível entrever ou ouvir o que se passa no *ondjango*; finalmente, não são utilizados para conversar e contar histórias que os jovens podem ouvir. A vida social gira em volta de outros lugares.

“No kimbo havia um jango, os mais velhos, mais velhas contavam adivinhas, conselhos, em sessões nocturnos. Foi substituído pelo televisor; se não tem televisor em casa as crianças vão para outra casa para ver. O jango actual é televisor” (Lubango)³⁴.

Associações e clubes desportivos e recreativos

As associações e clubes locais são mencionados sobretudo nos bairros de Luanda. A maioria desses clubes e associações possui um carácter desportivo e recreativo. Alguns deles dizem tentar ter uma acção de “prestação de serviços sociais” para o bairro, mas alegam não o conseguir fazer por “problemas financeiros”. Aliás mesmo as associações de carácter recreativo e desportivo não parecem conhecer muito sucesso: o funcionamento é esporádico e precário. Em todo o caso, não são organizações às quais os habitantes façam referência, que forneçam um quadro de convivência para os moradores ou que marquem a vida deles, contrariamente ao que se passava nos bairros peri-urbanos de Luanda na era colonial, quando o movimento associativo era relativamente forte e que algumas dessas associações, constituíam canais de apoio para os seus membros (Monteiro, 1973) (Messiant, 1989). No Huambo e no Lubango, a maior parte dos bairros possuem uma equipa de futebol; mas os bairros mais pobres, sobretudo no Huambo, nem sequer esse tipo de clubes têm – “não há ninguém que tem dinheiro para comprar uma bola”.

Em alguns bairros das três cidades (mas mais em Luanda e no Lubango) existem pequenas equipas de bairro envolvidas no “Gira Bairro”, mas este “campeonato” parece por enquanto estar de alguma forma ligado à administração ou ao poder político local e não constituir uma iniciativa dos habitantes dos bairros. De qualquer modo trata-se de uma iniciativa ainda muito recente para se poder compreender que resultados terá. Pode ser que alguma dessas equipas se venha a institucionalizar.

Vê-se também em alguns bairros peri-urbanos, sobretudo na altura das festas (Natal e fim do ano, Carnaval), grupos de jovens que se juntam numa esquina ou nalgum beco ainda existente. Aí se sentam, conversam e ouvem música. Esses lugares são chamados “paradas”; as paradas têm um cunho bem juvenil e moderno como indicam os nomes, muitas vezes em inglês, que a elas são dados e rabiscados nas paredes: “Parada dos bad boys” é disso um exemplo. As “paradas” são porém grupos temporários exclusivamente. As igrejas, como veremos, são uma presença incontornável nas áreas peri-urbanas: numerosas, diversas, elas ocupam uma parte importante da vida de alguns habitantes dessas zonas. O fenómeno é tão importante que o detalhamos no capítulo VII.

³⁴

Jango – uma corruptela portuguesa da palavra *ondjango* em umbundu.





**V . SOLIDARIEDADE ,
ENTREAJUDAS
ZONAS PERI-URBANAS**

CONTEÚDO

V	SOLIDARIEDADE, ENTREAJUDA NAS ZONAS PERI-URBANAS	
1.	CONSTRUÇÃO DO CONCEITO “A SOLIDARIEDADE”	96
1.1	Variações em torno da palavra solidariedade	96
1.2	A reciprocidade na solidariedade	96
2.	HETEROGENEIDADE, VIZINHANÇAS E REDES SOCIAIS DE SOLIDARIEDADE	98
2.1	A grande heterogeneidade dos bairros peri-urbanos	98
2.2	Relações de vizinhança e redes sociais de solidariedade	100
3.	LUGARES E FORMAS DE SOLIDARIEDADE E ENTREAJUDA NOS BAIROS PERI-URBANOS	103
3.1	Instituições de “solidariedade tradicional” no meio peri-urbano: o caso do <i>ondjuluka</i>	103
3.2	Solidariedade para os óbitos e doenças	106
3.3	Ajuda para familiares e amigos	108

1. CONSTRUÇÃO DO CONCEITO “A SOLIDARIEDADE”

1.1 Variações em torno da palavra solidariedade

A palavra solidariedade recobre uma multiplicidade de significados, por vezes diferentes para diferentes pessoas, que fazem com que seja particularmente difícil objectivá-la. Na tentativa de transformar a palavra em conceito com o qual nós pudéssemos trabalhar, enfrentámos igualmente essa dificuldade. O que é afinal a solidariedade? No início da pesquisa, ainda na fase exploratória, todos os nossos interlocutores se referiam com frequência à solidariedade, mas tendo muita dificuldade em explicitar claramente os significados que a ela atribuíam.

Uma ideia é certa: a solidariedade é “relacional”. Não se é solidário sozinho, no vazio. É-se solidário em relação a pelo menos uma segunda pessoa ou a um “objecto”. A solidariedade só pode, por isso, ser e existir numa relação social. Para além disso, a solidariedade não se pode apreender directamente, nem por medição, como o rendimento por exemplo, nem por observação directa de uma qualidade que se designaria solidariedade. “A solidariedade é um sentimento”, dizia-nos alguém. Talvez fosse mais correcto dizer que a solidariedade deriva de um “sentimento” em relação ao outro que se exprime em actos e que é resultado do modo de socialização. Se a solidariedade não se pode nem medir nem observar directamente, ela no entanto “mostra-se” através de uma série de atributos da relação entre indivíduos.

No discurso das ONGs muitas vezes se utiliza “solidariedade e entreadada” como dois conceitos similares, que se podem alternar. Na verdade, a entreadada entre várias pessoas seria mais bem um **indicador** da existência de solidariedade entre elas. Se as pessoas se ajudam é porque são solidárias, é porque aquelas que vieram ajudar se sentem solidários do outro que enfrenta uma situação desfavorável. A solidariedade num grupo mostrar-se-ia assim na disponibilidade dos membros do grupo em desenvolver acções em benefício uns dos outros. Pousemos que a expressão objectiva da solidariedade são essas “acções benéficas” trocadas entre pessoas, independentemente da natureza e do objecto da acção que podem encerrar diversas formas. O importante é que essa acção constitua um dom, da parte do actor que a “oferece”, e que seja valorizada positivamente por aquele que a recebe.

1.2 A reciprocidade na solidariedade

Durante as discussões de exploração do conceito de solidariedade, várias vezes nos deparámos com a posição segundo a qual a solidariedade teria a ver com gestos generosos: seria o dom, sem que este necessariamente desse lugar a um “retorno” do dom. Seria o dom sem cálculo. Tratar-se-ia de dar sem contar com a recompensa pelo gesto. Esta posição revela a preocupação, das pessoas que a defendem, em retirar a **solidariedade**, a capacidade de dar, do campo da racionalidade económica e das acções “interessadas” que a caracterizam. A solidariedade seria caracterizada por gestos generosos em relação ao outro que fugiriam ao cálculo interesseiro, mesmo a longo prazo. Os gestos solidários

seriam generosos não pediriam retorno. Mas isso levar-nos-ia a interrogar-nos sobre o que é afinal a generosidade e passaríamos à tentativa de construção de um outro conceito.

Na verdade, nós não nos vamos aqui colocar a questão moral de saber se o dom “desinteressado” existe ou não; ou se todos os dons têm por trás o “o interesse no desinteresse” (Bourdieu, 1979). Para efeitos do nosso trabalho, os gestos que nós qualificaremos de solidários consistirão em trocas de dons que têm lugar no quadro de relações sociais que ligam os actores entre si. Essas trocas, situadas no quadro de relações sociais entre os sujeitos que as realizam, são governadas pela reciprocidade – ou seja, ao dom segue-se sempre o contra-dom.¹ Esse facto não coloca necessariamente a solidariedade sob a influência do cálculo. O tempo que pode decorrer entre as duas trocas recíprocas (entre o dom e o contra-dom) retira o eventual cálculo utilitarista dos actores que nelas participam. O tempo faz com que a pessoa que recebe o dom solidário possa vivê-lo (sinceramente) como um acto gratuito, pois permanece sempre o risco de que o outro não tenha em relação a ele uma atitude semelhante (Bourdieu, 1994). Para além disso, o trabalho de socialização fez com os sujeitos da troca de dons estejam socialmente predispostos a privilegiar a solidariedade e a entrar “sem intenção, nem cálculo no jogo da troca” (Bourdieu, 1994: 184). Ademais, numa comunidade pequena no interior da qual as relações sociais são intensas, o risco de ausência de reciprocidade é mínimo. Para além das disposições sociais adquiridas, a reciprocidade é uma regra à qual se associam sanções sociais.²

O tempo que decorre entre os actos recíprocos de troca ajuda igualmente a introduzir uma diferença fundamental entre dois tipos de reciprocidade:³

- a reciprocidade “balanceada” (ou específica) que acontece quando dois actores trocam simultaneamente objectos de igual valor, ou que qualificaram de igual valor.
- a reciprocidade “generalizada” (ou difusa) que diz respeito “a uma contínua relação de troca que a qualquer momento pode apresentar desequilíbrio ou falta de correspondência, mas que supõe expectativas mútuas de que um favor concedido

¹ **Mauss (1950) assinala que o dom, que parece gratuito quando visto como gesto único, se analisado no tempo é sempre seguido de um contra-dom que lhe é mais ou menos equivalente. Segundo Lévis-Strauss, os dons são actos dentro de uma estrutura de reciprocidade transcendendo os actos de troca, dentro da qual o don renvia ao contra-don [citado por Bourdieu, 1994:179].**

² **Vários autores mostram como o ciclo do dom, contra-dom e o sentimento de dívida que a esses gestos se associa constituem uma estrutura fundamental das sociedades comunitárias. Sendo um pilar do funcionamento dessas sociedades, esse ciclo é fortemente protegido por sanções sobre todos aqueles que a esse ciclo se quiserem recusar. Ver vários textos sobre esse tema em Marie (1997).**

³ **Putnam (1996) citando Sahlins (1972)**

hoje venha a ser retribuído no futuro". Com efeito, se o contra-dom não é diferido, se ao dom inicial se segue de imediato a sua devolução, instala-se uma relação efémera, "estritamente utilitária e contratual que se termina imediatamente que não induz nenhuma obrigação ulterior, como acontece na transacção económica *stricto sensu*" (Marie, 1997)

Nós qualificaremos como trocas solidárias aquelas efectuadas no quadro de relações sociais do tipo "reciprocidade generalizada". As normas de reciprocidade contribuem para a perpetuação das comunidades, em particular aquelas que dizem respeito à reciprocidade generalizada, que "concilia interesse próprio com solidariedade" (Putnam, 1996: 182).

"Num sistema de reciprocidade, todo o acto individual geralmente se caracteriza por uma combinação do que se poderia chamar de altruísmo a curto prazo e interesse próprio a longo prazo: eu te ajudo agora na expectativa (possivelmente vaga, incerta e impremeditada) de que me ajudarás futuramente. A reciprocidade é feita de uma série de actos que isoladamente são altruísticos a curto prazo, (beneficiam outrem à custa do altruísta), mas que tomados em conjunto normalmente beneficiam todos os participantes." [Citação de Taylor, 1982 em Putnam 1996, p.182]

A nossa pesquisa sobre o estado da solidariedade nos bairros por nós estudados consistiu em buscar, compreender e analisar as formas, os momentos e os lugares de trocas recíprocas entre os membros dessas comunidades.

2. HETEROGENEIDADE, VIZINHANÇAS E REDES SOCIAIS DE SOLIDARIEDADE

2.1 A grande heterogeneidade dos bairros peri-urbanos

Uma das hipóteses sobre as quais iniciava este trabalho supunha que os bairros peri-urbanos das cidades em estudo possuíam "manchas de homogeneidade"; ou seja, que determinadas áreas desses bairros fossem habitadas por pessoas partilhando a mesma origem regional e étnica. Julgávamos até que algumas dessas pessoas teriam vindo da mesma aldeia.

A nossa hipótese tinha como base a ideia de que os habitantes dessas áreas teriam chegado à cidade juntos ou que, não o tendo feito, se teriam reunido a familiares ou conterrâneos já instalados na cidade há algum tempo. Como vimos, a primeira parte da hipótese é raramente confirmada: só em casos muito particulares é que as pessoas se deslocam em conjunto.

Embora a nossa pesquisa confirme que os deslocados são recebidos por conterrâneos das aldeias ou vilas de origem, raras vezes se podem instalar no mesmo bairro onde vive a pessoa que os acolheu. Quando questionadas a esse respeito, as pessoas dizem preferir permanecer juntas por origem, mais do que étnica, regional. Mesmo no caso do Huambo, por exemplo, onde a grande maioria das pessoas aí chegadas são de etnia Ovimbundo,

a percepção que elas possuem do seu estado é de dispersão e de não estarem “juntos”.⁴ Permanecer juntos, segundo as pessoas entrevistadas, é preferível “porque é mais fácil conviver, mais fácil comunicar e mais fácil encontrar colaboração em caso de doença”.⁵ Mas, visivelmente, elas não o conseguem fazer. A heterogeneidade nos bairros peri-urbanos é grande e resulta de vários factores. Por um lado, as cidades em estudo receberam várias vagas de deslocados, eles mesmos com características diferentes e vindos de lugares distintos. A falta de espaço nos bairros, ou o espaço a um preço demasiado elevado, obrigou as pessoas a construir mais longe, nas “novas” zonas, onde os terrenos são mais baratos, afastando-os das famílias que as tinham recebido. Esse fenómeno é ainda mais marcado no caso de Luanda que recebeu vagas mais numerosas de deslocados, de proveniência ainda mais diversa do que no caso das outras províncias. A pressão sobre o espaço é igualmente mais forte na cidade de Luanda, levando a uma maior distância entre familiares, amigos e conterrâneos chegados em diferentes momentos.

Para além da dispersão que se impõe sobre os recém-chegados, mesmo nas zonas onde se poderia esperar uma certa homogeneidade, por se tratar de bairros antigos, como o Ngola Kiluanje ou algumas partes do Hoji ya Henda em Luanda, isso não acontece com a frequência esperada. É hoje comum que proprietários de grandes terrenos, onde durante muito tempo existiu apenas uma casa, dividam esse espaço em pequenos lotes para venda, fazendo com que novos moradores venham para uma zona de habitação antiga. Acontece também com frequência que habitantes de bairros antigos, próximos da “Baixa”, vendam as suas casas e se mudem para mais longe, para os bairros novos, ficando assim com algum dinheiro para montar um negócio. Com a mesma intenção, antigos moradores da “Baixa” vêm viver para os “Bairros” mais próximos do centro. Essa forte mobilidade espacial nos bairros peri-urbanos de Luanda, embora seja aparentemente mais forte hoje, também já era indicada no estudo de Monteiro (1973) sobre os musseques de Luanda. embora fosse por vezes ligada a factores “positivos” – maior aproximação do local de trabalho, mudança para um melhor bairro – e que hoje esteja ligada a “viver onde é possível” ou a tentar obter algum dinheiro com a mudança.

Adicionada à heterogeneidade ligada à origem ou ao tempo de habitação no bairro, alguns habitantes mais antigos aludiram também a uma diversidade de estatuto social referida como “mistura de classes” ou “mistura de pessoas de diferentes níveis de compreensão”.

⁴ **O assunto era exterior à nossa pesquisa, mas não deixamos de assinalar aqui o exemplo do facto de a “identidade” (individual, cultural, social) não ser um absoluto e constituir por isso uma construção que varia na projecção sobre o exterior. A percepção da unicidade de si ou da sua comunidade varia com o grau da diferença percebida em relação ao outro. Numa espécie de quanto mais diferente é o “outro”, mais iguais nos tornamos “nós”. O exemplo aqui é dado a *contrario*: mesmo numa cidade como o Huambo, onde vivem maioritariamente pessoas pertencendo ao grupo Ovimbundu, e que poderiam ser vistas pelo exterior (ao grupo Ovimbundu e por isso por nós) como formando uma “comunidade homogénea”, elas, na ausência de um “muito diferente”, percebem e dão importância às suas, por nós julgadas, pequenas diferenças.**

⁵ **As dificuldades em ajudar e receber ajuda quando dela necessitam são, como veremos mais tarde, algumas vezes atribuídas ao facto de os bairros serem muito heterogéneos.**

Esse tipo de diversidade faz com que alguns habitantes seleccionem os vizinhos que frequentam. Assim sendo, as manchas de população homogénea não são a regra, mas mais bem a excepção. Nota-se algum agrupamento familiar: uma família pode construir no seu quintal anexos para albergar parentes chegados recentemente à cidade. Em Luanda, várias vezes foi mencionado o caso dos Bakongo, por viverem juntos em determinados bairros.⁶ Na Comuna do Kikolo, o Bairro Kawelele e algumas áreas mais antigas do Bairro da Boa Esperança são habitadas maioritariamente por Ovimbundu. Já no caso do Bairro Augusto Ngangula da mesma comuna, a maioria da população vem do Uíge. No Lubango, as pessoas que viviam na cidade há mais tempo, de origem Nhanheca-Humbe ou Nganguela, vivem mais juntas, porque, como nos foi dito, “são mais antigos, são os donos da terra” e por isso têm maior controlo sobre os terrenos.

2.2 Relações de vizinhança e redes sociais de solidariedade

Uma das consequências aparente dessa heterogeneidade é que os círculos de vizinhos onde o laço social é forte são mais raros e reagrupam um número de pessoas menor do que as nossas hipóteses deixavam prever. Questionados sobre a qualidade da sua relação com os vizinhos, o mais comum é os habitantes dos bairros estudados dizerem que a relação é boa. Aprofundando a questão apercebemo-nos, no entanto, de que a relação ser boa significa que as pessoas dizem “bom dia, boa tarde, como passou a noite”, ou seja, que mostram um interesse cordial pelo vizinho e que “não têm nem dificuldades, nem problemas com ninguém”. A relação de vizinhança ser boa não implica, como julgávamos, que a interacção entre os vizinhos seja frequente nem que os quadros e lugares de convivência sejam numerosos. Pelo contrário, são frequentes as pessoas que dizem “evitar dar-se com os vizinhos” para não arranjar problemas,⁷ em particular nas cidades de Luanda e Lubango:

“Eu restrinjo as amizades; evita intriguismo.”

“Vou na horta à tarde. Isso traz dinheiro e evita passar tempo em casa ou com vizinhos.

Outras pessoas também evitam amizades.”

A partir da existência, em certos musseques, do que Rogério (1997) e Torres (1973) designam como espaços semi-públicos e semi-privados (quintais, largos, ruelas) entre as casas, esses autores concluem que “há uma intensa vida comunitária” nesses bairros (Torres, 1973). Segundo os mesmos autores, a vida comunitária seria mais intensa entre migrantes recentes que, ao longo do tempo, modificariam o uso do espaço. O modo de uso do espaço adquirido reduziria o espaço semi-público e daria lugar a uma maneira de viver

⁶ **O Bairro da Mabor no Hoji ya Henda por exemplo.**

⁷ **Os problemas entre os vizinhos acontecem por questões de inveja, feitiço, intriguismo, boatos e calúnias. O excessivo consumo de álcool faz também com que aumentem os conflitos nos bairros. Aparentemente e assinalado por algumas pessoas, a proximidade actual entre as casas parece estar igualmente na origem de alguns conflitos: “na aldeia as casas eram menos aglomeradas, havia menos confusão”.**

“mais urbanizada e menos comunitária”. Mas, na verdade, os dois estudos não recolhem dados sobre a vida social e, pelo menos para o estudo de Torres, os dados são já antigos, a situação tendo-se grandemente alterado nestas últimas décadas, como vimos nos capítulos anteriores. Hoje, a organização do espaço pode mudar rapidamente: no espaço onde havia apenas uma casa, passam a existir duas ou três, os largos tendem a diminuir e algumas ruas estão a transformar-se em ruelas, modificando conseqüentemente o quadro de interacção entre os habitantes. Existem de facto espaços (quintais e ruelas) partilhados por várias famílias, mas, para a maioria dos casos, não conseguimos mostrar que elas tivessem a mesma origem ou que se tivesse criado entre elas laços sociais muito fortes.

A ausência de relações de vizinhança frequentes e densas não contribui para a coesão social e faz com que as redes sociais estabelecidas entre vizinhos não sejam nem tão numerosas nem tão fortes como nós inicialmente supúnhamos. O conceito de rede social ilustra a trama que se constitui como resultado das relações sociais estabelecidas e vividas entre um determinado conjunto de pessoas. As redes sociais constituem uma dimensão crucial na estruturação do quadro de interacção que se organiza num bairro (Costa, 1999). O conteúdo da rede social, ou seja, a natureza da relação social estabelecida entre os membros da rede, pode ser diverso. Por outro lado, a um determinado espaço social, por exemplo, um círculo de vizinhos, não corresponde necessariamente uma determinada rede social.

No nosso estudo, nós buscávamos saber se essas redes sociais existentes se manifestavam em gestos de entreajuda, ou seja buscávamos **redes sociais de solidariedade**. Esperávamos também, de acordo com as nossas hipóteses, que essas redes sociais de solidariedade coincidisse com **espaços de vizinhança**. As nossas observações indicam, no entanto, que esse não é geralmente o caso. As redes sociais de solidariedade mais frequentes (e provavelmente as mais fortes) estabelecidas em espaços de vizinhança são aquelas **ligadas ao parentesco** – membros da mesma família que vivam juntos ou perto uns dos outros, por vezes, na sequência da partilha de um mesmo terreno, ajudam-se nos momentos de necessidade. Por outro lado, **os habitantes mais antigos de um bairro**, e que se conhecem há muitos anos, mostram partilhar relações mais frequentes e densas e distinguem-se em relação aos habitantes mais recentes:

“Nós não sabemos bem como é a relação com os vizinhos, nós da mesma idade, os antigos que já estamos há muito tempo no bairro nos damos bem. Com os novos não temos relação nenhuma, são miúdos e não têm respeito (...) Antigamente era melhor, havia mais respeito, os jovens não têm respeito. Anteriormente podíamos pedir um tomate, uma cebola ao vizinho, dava-se de comer o filho da vizinha, agora se fizer isto a vizinha fala, também para evitar conflitos. (...)”

Quando as pessoas da **mesma origem etno-linguística** vivem próximo umas das outras, no mesmo bairro ou na mesma zona, a solidariedade demonstrada é também aparentemente maior. Esse é o caso de alguns bairros em Luanda onde pessoas de origem bakongo mostram, aparentemente, grande solidariedade uns com os outros, em particular aquelas

peessoas que anteriormente haviam emigrado para o Zaire.⁸ Certas zonas da comuna do Kikolo e algumas áreas dos bairros peri-urbanos do Lubango são maioritariamente habitadas por pessoas de origem ovimbundu. O contrário, ou seja, o facto de as pessoas viverem dispersas, é visto como uma das razões para a fraca solidariedade entre vizinhos:

[as pessoas não se ajudam] também porque estamos muito misturados. Se fosse na área onde se sai sim, as pessoas ajudavam-se porque vivíamos em tribos e quando alguém na tribo estivesse doente todo mundo se preocupava.

Acontece, simultaneamente, que é na Comuna do Kikolo onde, segundo os nossos informantes, a ausência de solidariedade entre os vizinhos e a relutância em participar em actividades de interesse colectivo são maiores, apesar do facto de algumas áreas desta comuna serem pronunciadamente habitadas por Ovimbundu.⁹

Para além dos casos aqui assinalados, os gestos de entreatajuda são menos frequentes entre vizinhos: “há tendência de cada um por si” dizem as pessoas, ou então: “é cada um por si e Deus por todos”. É raramente nas redes sociais entre vizinhos que os habitantes dos bairros encontram apoio para a resolução de problemas, quer estes sejam individuais ou vividos pelo conjunto da comunidade; as pessoas apenas demonstram entreatajuda nos momentos de crise, como veremos no ponto seguinte.

Isso não quer dizer que não existam redes sociais nos bairros ou que os seus habitantes não pertençam a várias redes sociais. As redes sociais podem ser espacialmente dispersas e não constituírem forçosamente redes de proximidade local. Aliás, como assinala Costa (1999), as redes sociais nos espaços urbanos, ao contrário do que acontece nas sociedades tradicionais, tendem a não se limitar aos círculos de proximidade imediata.

Um outro exemplo de rede social forte e dinâmica é aquela que se estabelece entre o conjunto de pessoas **ligadas à mesma igreja**. Mas estas pessoas nem sempre são vizinhas e a rede social constituída pode ser bastante dispersa no espaço. As redes sociais entre membros da mesma igreja constituem um fenómeno tão importante nos bairros peri-urbanos que merecerão uma descrição detalhada no capítulo VI.

⁸ O comportamento das pessoas de origem Bakongo é muito diferente em função do seu percurso migratório. Existem, em particular, grandes diferenças entre as pessoas (ou os descendentes destas) que emigraram para o então Congo-Belga e aquelas que permaneceram em Angola. Os ex-emigrados no Congo viveram na sua maioria em Kinshasa. Eles possuem uma história de urbanização com mais de 30 anos, o que os distingue fundamentalmente, no comportamento, daqueles que se mantiveram nas províncias do norte de Angola, na sua maioria no meio rural. Este facto foi por nós observado e também confirmado numa entrevista com Jean-Michel Mabeko-Tali, Julho 2000

⁹ Embora assinalemos aqui este facto, não apontamos conclusões. As atitudes e o comportamento da população Ovimbundu em Luanda mereceriam, para ser correctamente compreendidos, um trabalho específico nesse sentido mais profundo do que aquele que aqui pudemos fazer. A possível conotação dos Ovimbundu com a UNITA jogará muito provavelmente no comportamento destas pessoas e inibirá eventualmente a organização e participação em acções de carácter colectivo.

A hipótese segundo a qual existiriam entre os vizinhos redes sociais de solidariedade densas que poderiam ser consideradas embriões de formas organizativas comunitárias encontra nas relações de vizinhança débeis um obstáculo importante.

O que acontece, em lugar de uma trama de relações de vizinhança onde o intercâmbio social é frequente e a entreatajuda forte, é a solidariedade e o **reforço de grupos específicos**: determinada família, determinado grupo etno-linguístico no bairro ou o conjunto dos membros de determinada congregação religiosa. Mas esse facto não se reflecte sobre a coesão social da comunidade do bairro.

Do relativamente fraco intercâmbio social entre vizinhos resulta ainda outro efeito negativo: relações sociais menos frequentes e mais “frouxas” têm como resultado o decréscimo do nível da confiança inter-comunidade que, por sua vez, num círculo vicioso, não favorece as relações entre as pessoas nem a coesão social (Putnam, 1996). Relações sociais pouco densas também não favorecem as trocas de favores e de pequenos serviços que estariam na origem de obrigações de reciprocidade sobre as quais se baseia em grande parte da solidariedade comunitária.

3. LUGARES E FORMAS DE SOLIDARIEDADE E ENTREATAJUDA NOS BAIROS PERI-URBANOS

3.1 Instituições de “solidariedade tradicional” no meio peri-urbano: o caso do *ondjuluka*

Uma outra questão que a nós se colocava era a de saber se as formas de solidariedade tradicional teriam subsistido, mesmo se transformadas e “adaptadas” ao modo de vida dos bairros peri-urbanos, onde se instalou a população deslocada. Uma das instituições rurais onde a entreatajuda e o espírito de cooperação no interior do grupo estão claramente presentes é aquela designada por *ondjuluka* nas regiões de língua umbundu.¹⁰ Trata-se da cooperação entre um grupo alargado de pessoas (que pode ir até cinquenta) que no meio rural tem principalmente lugar em torno das actividades agrícolas: o grupo de pessoas, normalmente da mesma aldeia, vai trabalhar no campo de uma delas no momento de grandes trabalhos agrícolas (a lavoura, por exemplo). Normalmente, no fim do dia de trabalho, o dono do campo que beneficiou da ajuda oferece comida e bebida ao grupo. O *ondjuluka* baseia-se numa estrutura de reciprocidade generalizada: o serviço prestado a um dos membros do grupo é normalmente devolvido a cada um deles à vez – o grupo trabalhará posteriormente nas lavras de cada um dos outros membros do grupo.

¹⁰ Ver capítulo II para mais informação sobre esta instituição de entreatajuda e sobre o modo como ela aparentemente evoluiu no meio rural. Uma instituição semelhante é designada nas áreas Nganguela por *otchikuale, kudiquatequessa* em kimbundu ou *dikuatequessu*, e *ondjambi* na zona de influência Nhaneca-Humbe

A “devolução” desse serviço, embora não seja explicitamente obrigatória, está submetida a normas e regras sociais que garantem a reciprocidade. Ela faz parte da estrutura das relações sociais da comunidade ou do grupo;¹¹ todos os membros desse grupo “sabem” (embora se trate de um “saber” profundamente integrado pelo trabalho de socialização) que o retorno do serviço acontecerá.

Em Luanda não nos foi feita nenhuma alusão a práticas semelhantes ao *ondjuluka*. Tanto em Luanda como no Lubango sucede, em alguns grupos de vendedores, que os produtos de um deles ausente sejam vendidos pelos restantes e que o fruto dessa venda lhe seja depois entregue. Também acontece que algumas vendedoras se juntem e criem economias em conjunto que cada uma delas terá o direito de usar à vez. Esse tipo de práticas terá eventualmente como antecedentes instituições como o *ondjuluka*, já que se baseiam em princípios de confiança e reciprocidade entre os membros de um determinado grupo. Mesmo assim, algumas diferenças fundamentais se colocam em relação ao *ondjuluka*. No caso dos vendedores trata-se de um grupo de pessoas bem mais pequeno do que no caso do *ondjuluka*, o que facilita o estabelecimento de relações de confiança interpessoais; já no grupo das vendedoras existe a certeza em relação ao benefício que cada uma obterá da associação e o facto do “serviço” dever ser a restituído está perfeitamente explicitado – não se trata de uma norma integrada socialmente, mas de uma regra claramente estabelecida; é aliás sobre isso que se baseia a existência do grupo, o que não acontece no caso do *ondjuluka*.

No Lubango, onde os habitantes dos bairros peri-urbanos fazem mais frequentemente alusão ao *ondjuluka*, a sua prática ainda existe em algumas ocasiões, como, por exemplo, para o trabalho nas lavras ou para ajudar a construir uma casa:

Algumas pessoas, mas muito poucas, costumam se ajudar a trabalhar nas lavras, desde que a pessoa interessada prepare alguma coisa para dar de beber e comer e manifeste tal desejo às outras pessoas. Todavia, isto quase já não se verifica.

“Ajudam a fazer adobes para a construção duma casa como uma forma de entreatajuda, mas com uma bebida no fim.”

No Huambo, alguns grupos religiosos designam por vezes *ondjuluka* a prática de ir visitar em grandes grupos membros da comunidade que estejam hospitalizados. No entanto, nos casos descritos, à diferença do que acontecia nas aldeias, o recurso ou o facto de poder contar com o espírito *ondjuluka* não é a regra. As pessoas já não podem contar com a participação dos outros nas acções colectivas, pois não se trata mais de responder a uma norma, reconhecida e aceite pelo conjunto do grupo e cuja recusa implicava o risco de exclusão do grupo. A participação em práticas do tipo *ondjuluka* é nesses

¹¹ Ou do *habitus* do grupo, como diria P. Bourdieu.

casos voluntária. Além disso, quando acontece, possui na base uma expectativa de retorno geralmente mais explicitada do que no caso do “*ondjuluka* tradicional”: os membros de um grupo sabem, de modo mais explícito, que podem também vir a necessitar desse tipo de ajuda dos seus vizinhos ou amigos e que por isso é melhor estar integrado nesse tipo de trocas.

Nas sociedades rurais existem aliás dois tipos de instituição que fazem apelo ao espírito de entreatajuda em grupo. Uma delas é o *ondjuluka*. A outra tem o nome de *ocinyemo* (ou *otchinyemo*) em umbundu.¹² Práticas do tipo *ocinyemo* distinguem-se fundamentalmente do *ondjuluka*: elas envolvem um grupo bem mais pequeno de pessoas (de duas a seis); e se também não existe retorno imediato, é no entanto mais claro o compromisso em relação ao trabalho ou empréstimo recíproco – ajudas-me hoje e eu fico com a obrigação de retribuir com trabalho ou produto semelhante.¹³ Uma instituição como o *ocinyemo* coloca em jogo uma estrutura de reciprocidade mais “balanceada”, dentro da qual está mais presente uma “estratégia de reciprocidade”, por oposição à “norma de reciprocidade”¹⁴ que comanda o *ondjuluka*.

A nossa impressão é que as práticas envolvendo a reciprocidade nos bairros peri-urbanos cada vez possuem uma mais forte componente “balanceada”, o seu recurso estando frequentemente mais próximo da “estratégia de reciprocidade” – mesmo se essas práticas se entremeiam com normas de reciprocidade que não desapareceram por completo. Assim se poderá talvez ler o comportamento das vendedoras que se juntam para criar uma “caixa de solidariedade”; de igual modo, na participação de amigos na construção da casa, a expectativa do “favor retribuído” é mais explícita do que no caso do *ondjuluka* rural. Aliás, algumas pessoas dizem que o *ondjuluka* não existe na cidade. Era um comportamento da aldeia que na cidade não pode existir.

“Ondjuluka, solidariedade com [depois] qualquer coisa para contentar os presentes, já não se regista. Fazia-se bebidas alcoólicas de debata (doce de milho) chamado otchassa e otchissangua.mas aqui não existe”

A heterogeneidade joga também a favor desta erosão das formas de solidariedade tradicional já que, como vimos, poucas são as comunidades que permaneceram juntas e onde se puderam manter as normas sociais, as instituições das zonas de origem (“tradicionais”) e as regras (e situações) de “reciprocidade generalizada”.

¹² **A palavra equivalente em kimbundu é *kixikila***

¹³ **Dois exemplos mencionados nas entrevistas são: 1. eu empresto os meus bois esta semana e numa outra semana o outro vem trabalhar para mim; 2. eu ajudo a cortar árvores hoje e o outro vem ajudar a construir a casa num outro dia.**

¹⁴ **Putnam (1996) citando Keohane, Robert O. (1986).**

Uma das explicações encontradas pelos nossos informantes para o enfraquecimento de práticas semelhantes ao *ondjuluka*, sobretudo no Huambo, é o facto de as pessoas serem muito pobres e não terem nada para oferecer no final do trabalho.

“Na aldeia, construía uma casa com ajuda dos outros, dando aos participantes um almoço. No bairro isso não acontece: as pessoas não têm comida para o almoço que faz nestas alturas.”

*“Também havia o *ondjuluka*, que diminuiu muito aqui no bairro porque as pessoas não têm nada.”*

“Quem vive no campo tem recursos para ajudar os seus parentes. Na cidade não acontece porque não tem possibilidades.”

Outra razão indicada, sobretudo nos bairros peri-urbanos do Lubango (em Luanda, como dissemos, nem sequer disso houve menção), é que se no campo se podia oferecer comida e bebida aos participantes do *ondjuluka*, na cidade já muita gente espera ser remunerado em dinheiro.

No campo existe ajuda mútua para fazer adobes, ou para ajudar construir uma casa. No bairro, isso já não se faz sentir porque as pessoas exigem uma remuneração em dinheiro. Não aceitam uma remuneração em comida e bebida.

O que era fundamental na prática do *ondjuluka* no campo não eram a comida e a bebida oferecidas no final do trabalho. O que estava, mesmo se implicitamente, em jogo era a **certeza** de que, se um dia, alguma das pessoas, que ali estavam, viesse a necessitar do trabalho dos outros, beneficiaria do mesmo tipo de tratamento. A comida e a bebida não eram verdadeiramente pagamento, mas, mais bem, ofereciam o momento de reconhecimento da comunhão e união do grupo e de confirmação de regras e normas por todos aceites e obedecidas. Na cidade não reconhecidas as normas, não garantida a reciprocidade, a comida e a bebida passam a ser pagamento e, como pagamento, na cidade não bastam. É-lhes preferido o dinheiro, intermediário comum das transacções urbanas. O *ondjuluka* é assim apanhado na monetização dos serviços e bens da cidade e... deixa de ser *ondjuluka*.

3.2 Solidariedade para os óbitos e doenças

Questionados sobre os momentos em que podiam contar com a ajuda dos vizinhos, os habitantes dos bairros peri-urbanos responderam quase invariavelmente: “apenas em caso de óbitos ou de doenças”.

As pessoas não se ajudam aqui no bairro. Em casos de óbitos ou doenças sim. Quem tem óbito vamos lá, levamos as condolências, ajudamos a tratar os documentos na Administração, o caso da caixa e do cemitério. Em caso de doença, é só se não puder se deslocar ao hospital que se ajuda a ir ao hospital, mas a despesa é com ele.

Na verdade, como constatamos pela citação acima e como veremos mais tarde, a ajuda é mais imediatamente oferecida em caso de óbito do que em caso de doença. Também é verdade, que se não existisse a entreaajuda no caso dos óbitos, a família enlutada não teria, em muitos casos, capacidade para enfrentar as despesas e o trabalho necessários, no espaço de tempo relativamente curto durante o qual há toda uma série de actividades a cumprir. Algumas vezes a esperança de reciprocidade e a expectativa em relação ao retorno estão bastante explícitas:

Ajudam-se na hora da infelicidade: as pessoas dão mesmo se for só um bocadinho; eles sabem que amanhã pode ser o caso deles.

No caso de óbitos, vizinhos e amigos ajudam: contribuem com dinheiro, assistir, fazer o buraco. Sabem que a mesma coisa pode acontecer com eles.

A situação de óbito no bairro constitui ainda um tabu e estar presente, ou seja, ajudar nos momentos de infelicidade, é uma norma “da tradição”, à qual corresponde uma forte sanção social. O óbito constitui um dos momentos em que é “obrigatório” dar para poder, no futuro, não passar pela vergonha de não receber.

A “situação de infelicidade”, como a designam alguns dos entrevistados, é vista ainda como um momento de “ajuda tradicional” que ultrapassa as fronteiras da rede de parentesco; trata-se de uma instituição que, mesmo tendo-se modificado na forma, resistiu a todas as mudanças sociais e à qual é inadmissível não responder.

Em caso de morte é tradicional a ajuda, mesmo as pessoas que não são família contribuem. Quem vai aos óbitos leva sempre uma moeda. Há até pessoas que se não tiverem dinheiro para levar não vão ao óbito por vergonha.

Nessas ocasiões, as pessoas contribuem como podem: com dinheiro, com comida ou bebidas, dando “apoio moral” à família, ajudando-a a atravessar os trâmites burocráticos, a carregar a “caixa” ou a “cavar o buraco”. No Huambo algumas comunidades designam *cisoko* o facto de “as pessoas de um bairro enterrarem as pessoas de um outro bairro”. Segundo um dos nossos informantes, existem regras que determinam que bairros se apoiem uns aos outros. No fim da cerimónia aqueles que cavaram o buraco recebem uma bebida e uma galinha. Trata-se aparentemente de uma “aplicação urbana” da instituição “tradicional” *cisoko* (ou *kisoko*) através da qual se criam associações extra-linhageiras por razões diversas (Neto, 1998:25); neste caso para sepultarem um membro de uma das comunidades “associadas”.

Quando há uma doença, mesmo sendo esta grave, a ajuda é já mais rara. Mais do que no caso dos óbitos, não foram poucos os entrevistados que disseram ser a ajuda nos momentos de doença restringida ao círculo dos familiares e amigos muito próximos, sobretudo se a ajuda envolver dinheiro para comprar medicamentos ou pagar o hospital.

Ajuda só na hora da infelicidade. De resto só se for um parente, mas mesmo assim para empréstimo é difícil: hoje o que se vive é cada um por si e Deus por todos.

Quando há infelicidade os vizinhos aparecem, mas em caso de doença você se arranja, não há ajuda financeira.

Mesmo quando as relações de vizinhança são já mais sólidas e boas, como no caso dos residentes mais antigos dos bairros, esse tipo de relação não parece levar forçosamente à entreaajuda entre vizinhos quando essa entreaajuda é “material”. Apenas algumas instituições escapam a essa “regra”. Excluindo o caso do óbito, as ações de entreaajuda estão restringidas a círculos determinados: membros da mesma família e amigos muito próximos, membros da mesma igreja, e conterrâneos que vivam perto uns dos outros.

3.3 Ajuda para familiares e amigos

A solidariedade, mais que dentro de um quadro de vizinhança, exprime-se no interior de redes de parentesco ou a elas assimiladas, como no caso dos amigos próximos. Mesmo em caso de óbito, algumas pessoas em Luanda disseram que “ajuda certa, só se for família”. É também apenas com os familiares que se pode contar quando se necessita de um empréstimo para, por exemplo, iniciar um negócio no mercado informal.

Como referimos no capítulo III, um factor importante na instalação conseguida dos deslocados é a existência conterrâneos na cidade, com a solidariedade dos quais os deslocados possam contar. Esse tipo de solidariedade no interior da família é algumas vezes visto (pelos informantes) como uma norma da “cultura tradicional”:

“na nossa cultura Bantu, é um dever ajudar a família e os amigos”.

O apoio da família, durante todo o processo de instalação, encerra diversas formas: o alojamento, a ajuda na procura de emprego, empréstimos ou a introdução em redes locais e junto das autoridades do bairro. Mas esse tipo de ajuda é apenas oferecido a membros da rede de parentesco e amigos muito chegados. Mesmo nesses casos, a norma conhece limites nos meios peri-urbanos, sobretudo em Luanda. Para o caso dos deslocados alojados em casa de familiares, a situação torna-se bastante desconfortável, decorrido algum tempo: os parentes deslocados-alojados passam a constituir um peso. “Pode ser caro alojar outra família durante seis meses”, dizem-nos algumas das pessoas entrevistadas.

Assim, se existiu alguma alegria no momento em que a família deslocada chegou à cidade – pelo reencontro, por saber a família viva – essa alegria desaparece poucas semanas depois. “Em casa da família, depois de duas ou três semanas a amizade acaba”; ou lembrando ainda um provérbio Ovimbundo, “é mais fácil ser-se escravo do que hóspede”. O escravo sabe quem ele é, sabe que lugar ocupa, conhece as suas obrigações e o que dele se espera.

O hóspede está ali de passagem; não sabe bem que lugar ocupar; não pode aliás ocupar lugar nenhum, já que da sua condição resulta que ele não poderá ali permanecer. Como se uma regra “tradicional” de hospitalidade se encontrasse de repente confrontada a um meio no qual outras regras e outros códigos colocassem em dificuldade a continuação da sua prática. De qualquer modo, são aqueles que conhecem a solidariedade dos familiares e amigos ao chegarem às cidades que se instalam mais fácil e rapidamente.

Monteiro (1973) assinalava já igualmente a importância da família na integração dos migrantes nos musseques de Luanda. Também no seu texto ele indicava alguma tensão em relação ao “parasitismo familiar”. O desejo de ascensão social poderia fazer com que elas tentassem “desviar-se” da extensa parentela cujos gastos lhes poderiam sugar os meios que lhes permitiriam essa promoção social. A grave crise hoje vivida faz com que a pressão não provenha do desejo de ascensão, mas de tentar manter-se onde se está.

Ideologicamente, ajudar a família é, de qualquer modo, uma “obrigação”. É no interior do círculo de familiares e amigos muito próximos que a reciprocidade se mantém mais vivaz. Assim, mesmo com todas as dificuldades, o número de pessoas compondo um agregado familiar é frequentemente elevado – várias pessoas entrevistadas viviam em casas partilhadas por mais de dez pessoas divididas em três gerações. Isto é particularmente verdade na cidade de Luanda onde a pressão sobre o espaço é mais elevada. Assim, encontramos nas áreas peri-urbanas das cidades círculos de familiares, onde a coesão é forte e a entajuda é importante, mas que não se reflecte sobre o resto do bairro.

Podemos assim concluir que algumas normas regem ainda a solidariedade a oferecer e constituem os limites para além dos quais não se pode ir: a ajuda a um familiar ou amigo muito próximo (que constitui na verdade um familiar “assimilado”¹⁵), sabendo, no entanto, que mesmo no interior de este círculo mais estreito a tensão contrária a essas normas é actualmente muito forte.

- 1 A ajuda em caso de óbito e situações de doença (mas que não envolva custos materiais).
- 2 Para além disso, o espírito de entajuda existe entre os membros de grupos particulares: as igrejas¹⁶ e algumas comunidades relativamente homogéneas. É de realçar que, em algumas dessas comunidades, a solidariedade é também mais frequentemente expressa, em caso de óbitos ou de doenças.

¹⁵ **Como assinala Irae Lundin, para o caso da cidade de Maputo, as redes de parentesco alargam-se para além dos “verdadeiros” membros da família. Ao sabor das relações sociais, e por vezes das circunstâncias e dos interesses de diversa ordem, as redes de parentesco passam a incluir familiares “assimilados” (“classificatory kin”) – tios, compadres, etc. [Lundin, numa entrevista em Fevereiro de 2001, a propósito da sua tese de doutoramento, Lundin, ainda em redacção]**

¹⁶ **A solidariedade que se exprime no interior de congregações religiosas é independente da pertença familiar, de bairro, regional ou étnica. Este fenómeno sendo muito importante não será aqui descrito, mas merecerá uma atenção detalhada no capítulo VII.**





**VI . A ACÇÃO COLECTIVA
NAS ZONAS PERI-URBANAS**

CONTEÚDO

VI A ACÇÃO COLECTIVA NAS ZONAS PERI-URBANAS

1.	MUITOS “PROBLEMAS”, MAS SOLUÇÃO COLECTIVA DIFÍCIL	114
2.	FORMAS ORGANIZATIVAS PARA A ACÇÃO COLECTIVA EXISTENTES NOS BAIRROS PERI-URBANOS	116
2.1	Organizações estimuladas por organizações de desenvolvimento	116
2.2	Organizações e grupos religiosos	118
2.3	Organizações ligadas ao poder administrativo: as Comissões de Moradores	118
2.4	Associações e clubes locais	118
3.	“NINGUÉM AJUDA, POUCA COOPERAÇÃO”: ALGUMAS IDEIAS PARA A ANÁLISE	120
3.1	O discurso dos actores: razões para não “se juntarem”	120
3.2	Pobreza e vulnerabilidade	121
3.3	O confronto com a “monetização”	122
3.4	Heterogeneidade e dispersão das redes sociais	123
3.5	A “coisa em comum” não funciona	124
4.	ACÇÃO COLECTIVA E CAPITAL SOCIAL	126
4.1	Capital social: alguns elementos da teoria	126
4.2	Áreas peri-urbanas estudadas: capital social sob grande pressão	127
4.3	Melhorar a acção colectiva passando pelo capital social?	129

1. MUITOS “PROBLEMAS”, MAS SOLUÇÃO COLECTIVA DIFÍCIL

Como temos vindo a descrever ao longo deste texto, a qualidade de vida nas áreas peri-urbanas é geralmente muito baixa e os habitantes desses bairros enfrentam grandes dificuldades no acesso aos serviços básicos, como água, saneamento ou electricidade. Visto as instituições do Estado funcionarem hoje de modo tão precário, a resposta a essas dificuldades tem de ser procurada igualmente para além da eventual “capacidade em servir” das instituições estatais. O estudo parte da hipótese segundo a qual alguns desses problemas poderiam ser resolvidos pelos habitantes dos bairros peri-urbanos, se estes se organizassem colectivamente para esse efeito. No entanto, essa organização em colectivo, tendo em vista uma acção determinada, parece ser muito difícil de conseguir, quer pelos habitantes sozinhos, quer quando estes são apoiados por uma entidade exterior à comunidade. As ONGs dizem também encontrar grandes dificuldades no trabalho em áreas peri-urbanas.

No entanto, em alguns bairros as pessoas reúnem-se para realizar certas actividades colectivas de carácter diverso. As “campanhas de limpeza” são exemplos frequentemente citados. Estas campanhas aparecem sob a iniciativa de uma igreja ou de alguma figura proeminente do bairro ou, ainda, no caso de Luanda, instadas pela Comissão de Moradores. Normalmente são as mulheres que as organizam e que nelas participam. Segundo elas, os homens raramente ajudam. Embora as campanhas de limpeza sejam exemplo de actividades realizadas em conjunto que os habitantes dos bairros peri-urbanos mencionam, eles também dizem serem estas campanhas bem menos frequentes do que outrora (quando as Comissão de Moradores se ocupavam mais de esse tipo de tarefas, por exemplo).

Vão-se também criando, em algumas áreas peri-urbanas, conjuntos de pessoas que se reúnem para tentar colocar energia no bairro. Essas pessoas compram um posto de transformação em conjunto e utilizam-no. Também é comum que um indivíduo possua um posto de transformação e que depois venda a energia aos seus vizinhos.¹

O problema mais grave e de mais difícil resolução parece ser o da água. A água é também um bem que as pessoas não podem dispensar. Em Luanda, onde os rios se situam relativamente longe, a água pode constituir nalgumas áreas uma fonte de negócio e de poder não negligenciável. Em alguns bairros tentou-se, com algumas iniciativas, encontrar uma solução colectiva para esse problema. ONGs, como a DW em Luanda construíram, com esse objectivo, fontanários públicos. Mas o que acontece, na realidade, é que a conduta que leva a água a esses fontanários está tão “parasitada” que a água chega ao fontanário com muito pouca pressão (ou deixa de correr). As pessoas

¹ Em alguns bairros o custo da puxada pode ir até 250 USD, aos quais o utilizador deverá adicionar 10 USD mensais.

acabam por preferir comprar a água, pois não têm tempo para ali permanecer horas à espera que se encha o recipiente.

A questão da água fornece um exemplo típico do dilema da acção colectiva com que se confrontam os habitantes dos bairros peri-urbanos. As pessoas juntam-se para tentar encontrar uma solução a um problema (a falta de água) que se coloca a todos. A solução encontrada, por isso o “acordo” estabelecido, é um chafariz que se situaria no meio da praça e para o qual os habitantes do bairro teriam de contribuir. No entanto, algumas dessas pessoas furtam-se ao acordo, não pagando e preferindo fazer uma puxada da conduta. Esse gesto não lhes fará correr nenhum risco: se a puxada da conduta não funcionar, em princípio eles continuarão a ter acesso ao chafariz – que “os outros” terão pago. Se funcionar, melhor, poderão ter água em casa deles exclusivamente. Se esse gesto puser em risco o funcionamento do fontanário, como acontece frequentemente, melhor ainda, pois assim podem vender a água que terão obtido com a conduta ilegal. Acabam por ser tantas as “puxadas” que muitas daquelas que se situam longe da origem da conduta já provavelmente receberão muito pouca água. E o chafariz, “a solução colectiva”, esse, nunca chega a funcionar...

Dilemas desse tipo colocam-se frequentemente e são relatados pelos habitantes:

Para a compra do posto de transformação o combinado foi um X, uns pagaram outros não pagaram, criou-se um impasse, apareceu um senhor com finanças que custeou a diferença, agora quem quer luz tem que pagar a este senhor [Bairro Hoji ya Henda, Luanda]

Nos momentos de necessidade de contribuição com dinheiro para repor torneiras, por exemplo, aqueles sensíveis ao assunto ficam revoltados quando os outros beneficiam destas infra-estruturas sem pagar depois de [se] ter ultrapassado o problema. [Lubango]

Aparentemente a participação das pessoas numa acção que vise solucionar um problema colectivo é mais fácil quando intermediada por uma organização que conceba, estructure e proponha a solução:

Nunca viu no bairro os moradores a realizarem algum trabalho colectivo, excepto quando são convidados pelas comissões [criadas pela pelo projecto ADRA/ACORD]. Entre os vizinhos nunca notou nada.[Lubango]

O trabalho colectivo entre as pessoas do bairro acontece mais quando alguma estrutura local organiza alguma actividade e se exige o trabalho colectivo. As pessoas aparecem.[Lubango]

No entanto, a verdade é que, mesmo a participação nas actividades propostas pelas organizações “mediadoras” nem sempre é forte nem fácil de conseguir. Por que razão, questionamo-nos nós? Começamos por conhecer os tipos de formas organizativas para a acção colectiva existentes nas zonas peri-urbanas.

2. FORMAS ORGANIZATIVAS PARA A ACÇÃO COLECTIVA EXISTENTES NOS BAIROS PERI-URBANOS

2.1 Organizações estimuladas por organizações de desenvolvimento

Grande parte das organizações que existem nas áreas peri-urbanas foi criada na sequência da actividade de organizações de desenvolvimento, algumas delas exteriores aos bairros. É o caso das OCBs (organizações das comunidades de base) e das “comissões / comités” com objectivos diversos, normalmente criadas pelas ONGs que operam no bairro. Exemplos desse tipo de forma organizativa são:

a) Os comités de água:

Em Luanda são organizados pelo DW, a ACORD ou a CARE; no Huambo pelo DW e no Lubango pelo DW, a ADRA, a ACORD e a CARE.

Os comités de água têm conseguido algum sucesso. Muitos chafarizes e poços são geridos por um comité de utentes; poucos têm problemas ou conflitos. Além disso existe transparência e responsabilização do comité perante os utentes que conseguiram mudar os membros dos comités julgados incompetentes. Ou seja, algumas ONGs têm conseguido servir de mediadoras e de catalisadores na procura de solução ao dilema da acção colectiva que mencionámos anteriormente.

No entanto, o limite do sucesso dos comités de água aparece quando a pressão da água diminui. A pressão da água diminui porque a conduta está a ser “parasitada”, ou porque, simplesmente, já não possuía grande pressão na origem. Este último aspecto evoca a complexidade da acção colectiva no meio peri-urbano quando se trata de fornecimento de serviços e quando esses serviços implicam uma dinâmica que ultrapassa o nível do bairro. Estas questões voltarão a ser discutidas no capítulo VIII quando se discutir a estrutura do poder local.

b) As comissões de pais

Este tipo de comissões é promovido pelo Ministério de Educação e é muitas vezes criado por ONGs trabalhando no bairro. As comissões de pais que funcionam têm mobilizado e canalizado as contribuições dos pais de alunos (financeiras e em trabalho) para a vida da escola. Estes grupos têm constituído uma contribuição significativa na manutenção das escolas nos últimos 20 anos. Infelizmente as comissões de pais não existem em todas as escolas peri-urbanas e o seu funcionamento é variável. Em alguns casos estão mais ou menos sob a tutela (mesmo se informal) das Comissões de Moradores ou sob o controlo dos professores. As comissões de pais são mais comuns e têm tido melhores resultados em Luanda, em particular nas escolas onde recebem apoio de ONGs.

c) Outras comissões criadas pelas ONGs

Outras comissões são criadas durante a construção de uma estrada, por exemplo (no Lubango) ou para gerir centros sociais e de saúde. Os comités de gestão dos centros de saúde têm, aparentemente, menor sucesso que aqueles acima indicados.²

Algumas comissões conseguem, como vimos, resultados bastante positivos: a participação dos moradores existe e as comissões funcionam de um modo contínuo e relativamente estruturado. Aparentemente, a clareza de objectivos, o interesse real dos moradores por esses objectivos, assim como a rapidez e qualidade do serviço prestado parecem constituir factores importantes para o sucesso das comissões. A confiança dos utentes nos membros das comissões constitui igualmente uma característica importante na vida da comissão (Robson, 1998).

O insucesso das comissões de saúde terá talvez parcialmente como origem o facto de se estar a tentar aplicar o mesmo tipo de estrutura (similar às outras comissões – de pais ou de água) e o mesmo tipo de regras, quando a utilização que os utentes fazem dos serviços oferecidos pelos centros de saúde não é uniforme: cada habitante do bairro faz um número de visitas diverso ao centro e consome um número diverso de medicamentos. Assim, é mais difícil determinar as contribuições de cada utente, o que torna o engajamento e a participação dos utentes variáveis. Além disso, para os utentes dessas comissões, é menos fácil fazer o controlo dos serviços prestados pelos centros de saúde: no caso das comissões de pais, os membros são capazes de mais facilmente avaliar a qualidade de trabalho de um professor; a qualidade de trabalho do pessoal médico é velada por um vocabulário difícil e por “palavras científicas”.

No entanto, mesmo se certas experiências de acção colectiva promovidas pelas ONGs têm mostrado resultados positivos, algumas das organizações que trabalham nas áreas peri-urbanas exprimem frequentemente a dificuldade em trabalhar nesses bairros, se comparados ao meio rural. Segundo alguns técnicos de projectos de ONGs, as pessoas são menos solidárias “são mais viciadas” e “estão mais preocupadas com os problemas individuais que com os colectivos”.

Acontece também, nalguns casos, que as próprias ONGs não consigam constituir grupos de trabalho ou comissões cujos objectivos, estrutura e normas de funcionamento não estejam bem claros para os seus membros. Problema ao qual se adiciona o facto de por vezes os objectivos do grupo de trabalho não se revelarem suficientemente “interessantes” para a comunidade à qual se dirigem.

² A bibliografia para outros países indica o mesmo tipo de constatação.

2.2 Organizações e grupos religiosos

Algumas actividades colectivas nos bairros são organizadas pelas igrejas, embora estas, de um modo geral, desenvolvam uma acção que ultrapassa limites geográficos determinados. Mas dentro do quadro das igrejas são criados grupos com objectivos diversos (recreativos, de intervenção social, de manutenção do lugar de culto, etc.). A actividade no seio de uma igreja é importante para muitas das pessoas que nós entrevistámos e os grupos criados parecem bem funcionar. Nós apenas aqui assinalamos a existência deste tipo de acção colectiva. Informação mais detalhada pode ser encontrada no capítulo VII.

2.3 Organizações ligadas ao poder administrativo: as Comissões de Moradores

As Comissão de Moradores apareceram no panorama urbano depois da independência do país, mas a existência desses órgãos foi, aparentemente, formalizada e reorganizada em 1983. Mesmo se nem sempre claramente declarado, essas comissões constituíam a expressão do poder administrativo do Estado ao nível do bairro. Nos anos 80, as Comissão de Moradores possuíam um poder administrativo formal (alguns documentos deviam começar a ser tratados obrigatoriamente a esse nível), assim como a missão de organizar a população dos bairros para tarefas determinadas. Aliás, alguns habitantes hoje dizem que “antigamente é que havia campanhas de limpeza organizadas pelas Comissão de Moradores”.

No início dos anos 90, após a abertura política e a liberalização económica que conheceu o país, as Comissão de Moradores viveram um certo declínio e em alguns lugares praticamente desapareceram. Um dos nossos informantes disse-nos ter acabado por abandonar a Comissão de Moradores de que era membro, pois “era uma perda de tempo, os objectivos não estavam claros, ninguém sabia bem o que andava lá a fazer”. A ausência, na prática, das Comissão de Moradores continua a ser o caso das cidades do Lubango e do Huambo onde a esse tipo de entidade não se faz praticamente alusão. Mas, em Luanda, as Comissão de Moradores parecem ter recobrado importância nos últimos anos, segundo o que nós pudemos constatar durante o nosso trabalho de campo. Trata-se de uma importância (re)assumida na estrutura de poder local, de que voltaremos a falar no capítulo VIII, e que não se reflecte necessariamente na organização da acção colectiva ao nível do bairro.

2.4 Associações e clubes locais

Como vimos no capítulo IV, as associações e clubes nos bairros peri-urbanos são raros e quando existem têm pouco meios e funcionam muito dificilmente. A maioria são de recreio e desporto, mas mesmo esses pouca actividade parecem desenvolver. A situação não se pode, por isso, comparar àquela vivida em Luanda, por exemplo, nos anos 70, onde os clubes desportivos e recreativos dos bairros peri-urbanos se contavam às dezenas

(ver capítulos II e IV). Messiant (1989) assinala que a maior parte das associações existentes na época eram igualmente associações de recreio e desporto, mas, apesar de serem também fracas e de viverem de meios muito precários, elas constituíam realmente lugares de reagrupamento, de preservação de valores culturais e de alguma actividade política. A constituição de associações locais (mesmo se regionais ou de carácter etno-linguístico) é um fenómeno comum nos casos de migração rural para as cidades. Gondola (1997) indica igualmente a transformação, no caso de Kinshasa e de Brazzaville nos anos 60 e 70, das instituições associativas do meio rural, que perdiam, com a migração, a sua função tradicional de regulação global da sociedade e se tornavam estruturas exclusivamente de entreajuda:

(...) esta fórmula associativa, cara a um grande número de cidadãos, vinha compensar a ausência de formas de solidariedade “típicas”, às quais o campo social urbano era incapaz de restituir as funcionalidades mais práticas.³ [p.283]

Monteiro (1973) assinalava a existência de associações de mutualidade nos musseques de Luanda, no início da década de 70. Essas associações tinham como objectivo o auxílio aos sócios em casos de doença e de óbito e correspondiam “a novas fórmulas gregárias que, reagindo contra o individualismo, tendem a compensar o enfraquecimento dos laços tradicionais de solidariedade” [p.166]. Esse tipo de associações de mutualidade parecem hoje existir apenas nas igrejas.

É também verdade que tantos nos casos para Luanda indicados por Messiant e Monteiro, como no caso de Kinshasa de Gondola, as associações possuíam um carácter profundamente regional ou étnico. Será a heterogeneidade étnica dos bairros peri-urbanos um factor de ausência de acção colectiva e de associativismo? E que o contrário, uma maior homogeneidade, estaria na origem de numerosas e fortes associações?

Por outro lado, em alguns bairros mais pobres do Huambo e do Lubango nem sequer esse tipo de clubes existe. A pobreza, para além dos limites que impõe na vida material, parece reduzir igualmente as possibilidades de actividades de natureza social .

3

Em francês no texto original

3. “NINGUÉM AJUDA, POUCA COOPERAÇÃO”: ALGUMAS IDEIAS PARA A ANÁLISE

3.1 O discurso dos actores: razões para não “se juntarem”

A heterogeneidade étnica é apresentada apenas marginalmente como uma razão para que as pessoas tenham dificuldade em “fazer coisas juntas”. É verdade que os anos de discursos políticos em torno da ideia de “um só povo uma só nação”, adicionados a alguns aspectos (reais ou apenas integrando os discursos) da guerra actual, tiveram nas pessoas um grande impacto que as levam algumas vezes a inibir-se quando solicitadas para abordar essas questões. Mas, na verdade, a heterogeneidade à qual pessoas se referem, ou o facto “de as pessoas não viverem juntas”, parece-nos ter a ver, não apenas com os aspectos de natureza étnica, mas também com o facto de as pessoas não se conhecerem, não saberem de onde vieram, quem são, que tipo de comportamento possuem, etc. Aliás, como vimos no capítulo anterior, mesmo em torno da cidade do Huambo, onde as pessoas pertencem ao mesmo grupo étnico-linguístico, onde falam a mesma língua e partilham uma série de instituições e práticas sociais, a impressão de “não viverem juntos” também é exprimida: ou seja, para que exista “confiança” entre as pessoas, mais importante do que pertencer ao mesmo grupo étnico-linguístico é o facto de que as pessoas se conheçam, de que tenham feito algo juntos.

Por outro lado, as razões mais frequentemente evocadas para não cooperar, ou melhor, para não participar em actividades colectivas, relacionam-se com as “dificuldades da vida”. As pessoas aparentemente não têm espaço para dedicar a acções que tomam tempo, cujos benefícios não parecem mostrar-se a curto prazo e de cujos resultados nem sequer estão seguros. A grande maioria dos habitantes dos bairros peri-urbanos vive situações de grande pobreza e vulnerabilidade; a sua preocupação é a sobrevivência imediata, que se coloca quase quotidianamente. O tempo eventualmente passado em actividades colectivas de resultado incerto pode ser dedicado, com desfecho mais seguro, a um negócio para arranjar dinheiro. Os habitantes dos bairros chamam a atenção para o facto de que mesmo os jovens e as mulheres, que participavam mais voluntariamente nesse tipo de actividade, hoje já não têm tempo para o fazer.

Agora nem todos aceitam [participar]; estão mais preocupados com o negócio. O bairro estava mais limpo, os vizinhos colaboravam, hoje já não o fazem. Os vizinhos ajudavam-se se não tivesse dinheiro alguém dava sempre uma ajuda. Mesmo a nível da OMA as senhoras já não participam porque tem de ir a praça. [Lubango]

O facto de os resultados da acção colectiva serem incertos, de “a coisa em comum” nem sempre funcionar, aparece também como razão para as pessoas não cooperarem. As várias tentativas fracassadas resultaram numa perda de confiança das pessoas quer umas

nas outras, quer nas actividades colectivas, quer, por vezes, nas organizações que entendem promovê-las:

é difícil juntar as pessoas porque a primeira comissão de moradores recolhe dinheiro para resolver um problema e não fazem nada, então as pessoas ganharam desconfiança. Tivemos que fazer um trabalho grande, aturado, ir às praças mobilizar as pessoas e mesmo assim... [Luanda]

em alguns sítios os chefes de bairro mobilizaram os grupos para monopolizarem os incentivos para familiares deles. Quando os incentivos acabaram os grupos desapareceram. [Lubango]

A desresponsabilização em relação aos problemas do bairro está também aparentemente na origem da ausência de participação de alguns. Para esses, o governo é que deveria resolver os problemas de água ou de luz. Não são eles, habitantes dos bairros, que têm de se organizar para substituir o Estado no fornecimento desses serviços. Apesar da ausência ou da debilidade notória das instituições do Estado nas áreas peri-urbanas, algumas pessoas esperam ainda que este cumpra o que é visto como “sua obrigação”, um vestígio dos anos pós-independência durante os quais o Estado tinha, ou pelo menos dizia ter, o dever de “resolver os problemas do povo”.

A relação, por nós suposta, entre a solidariedade e a acção colectiva aparece expressa na semelhança de razões evocadas pelas habitantes dos bairros peri-urbanos para não ajudarem o vizinho ou para não participarem em acções de interesse colectivo. Ao mesmo tempo, os resultados da pesquisa até agora levam-nos a constatar que a solidariedade e a capacidade de acção colectiva nos meios peri-urbanos das cidades estudadas são bem menos fortes do que nós supúnhamos ao iniciar este trabalho. Tais factos têm a ver fundamentalmente com três aspectos da vida nos meios peri-urbanos que nós discutiremos em seguida: a grande pobreza e a vulnerabilidade vividas por uma parte importante da população; a monetização crescente das trocas entre pessoas, particularmente sentida pelos deslocados recentes; e a heterogeneidade e a dispersão das redes sociais, simultâneas ao reforço de grupos específicos. Um quarto aspecto contribui para explicar, sobretudo, a ausência de acção colectiva: a débil confiança nas instituições, em particular as instituições de Estado, e nas iniciativas colectivas.

3.2 Pobreza e vulnerabilidade

Como os habitantes dos bairros peri-urbanos o dizem, a vida é aí muito difícil e as pessoas muito pobres. Tudo se paga e muito nos bairros peri-urbanos: a habitação, a água, a energia, a escola para os filhos; e na maioria das vezes proporcionalmente mais do que no meio “urbano formal”.

Um estudo recente (INE, 2000)⁴ indica que a parte das despesas em “alimentação, bebidas e tabaco” das famílias compondo o primeiro quartil de despesas⁵ é: de 64,1% na cidade de Luanda e de 75,7 nas cidades do Lubango e Huambo. A imagem da pobreza vivida pela população mais vulnerável é ainda mais clara, se a esse valor adicionarmos a percentagem de despesas dirigidas para outros serviços fundamentais: em Luanda para a saúde 4,5%, 4,1% para a educação e 5,2% para a água⁶; no Huambo e no Lubango, 3,3% para a saúde, 2,3% para a educação e 2,1%⁷ para a água. Ou seja, para terem acesso a serviços e bens essenciais⁸, essas famílias aplicam em Luanda 77,9% e no Huambo e no Lubango 83,4% do total das suas despesas. Se adicionarmos a estes valores a parte “renda, electricidade, reparações e transporte” e fizermos a hipótese de que uma porção importante desse gasto é dirigido para a renda e o transporte (que constituem dois pontos de gasto importantes para a população peri-urbana), teremos um total de: 91% para Luanda e 91,1% para o Lubango e Huambo, da totalidade dos gastos, para ter acesso a serviços e bens fundamentais.

Por todas estas razões, quando as pessoas dizem que “nada sobra para ajudar” estão realmente a revelar a realidade com a qual se confrontam quotidianamente. Este tipo de pressão é ainda mais fortemente sentido pelos deslocados recentes (tendo chegado à cidade há um ano ou pouco mais) provenientes do meio rural.

3.3 O confronto com a “monetização”

Além de todos os obstáculos já mencionados, relacionados com as dificuldades da instalação, os deslocados confrontam-se, para a maioria, pela primeira vez, com a economia de mercado e a monetização.⁹ Os deslocados chegados das aldeias rurais levam algum tempo a adaptarem-se a um contexto onde “tudo se compra, tudo custa dinheiro”.

⁴ A recolha de dados foi efectuada em finais de 1998.

⁵ As 25% mais baixas na distribuição populacional das despesas. Essa parte da população será provavelmente aquela que habitará as zonas em estudo. O mais provável é, aliás, que nas áreas peri-urbanas more também a população do segundo quartil. Os valores não são muito mais elevados. Mas, damos aqui os valores para o primeiro quartil a título de exemplo.

⁶ Comparemos a percentagem de despesas em água com a da saúde ou educação.

⁷ A diferença da parte dos gastos em água entre Luanda e as outras duas cidades, justifica-se no facto, confirmado pelas nossas entrevistas, de que a população nas duas últimas cidades (assim como em Benguela) vai buscar a água aos rios e cacimbas.

⁸ Se fizermos a hipótese que a parte “bebidas e tabaco” será negligenciável.

⁹ Andrade (1998: 39) mencionava igualmente a monetização como um dos factores dos problemas que enfrentavam os deslocados na utilização da moeda nas transacções, embora nesse caso fossem realçados os aspectos práticos da questão, ou seja a dificuldade em lidar com o dinheiro que sentem os deslocados recentes.

A utilização da moeda como intermediário, além de invadir o campo das instituições de solidariedade tradicional no interior das quais as trocas encerravam anteriormente um valor simbólico (o que se “trocava” transcendia a troca em si), como no caso do *ondjuluka* a que nos referimos anteriormente, tem também outros efeitos. A moeda passa a constituir o intermediário de grande número de transacções entre as pessoas, enquanto no meio rural se encontrava praticamente ausente.

Algumas das pessoas entrevistadas exprimiram este choque de maneira bastante clara. Uma delas, ao falar das relações entre pessoas no campo, recordava com nostalgia como lá “era só apanhar um milho ou uma mandioca na lavra para oferecer a um convidado”. Contando-nos a história terminou-a dizendo-nos: “aqui não pode ser assim; aqui a lavra é o bolso”; outro dizia-nos, “aqui tudo é diferente das províncias: tudo é ‘gasosa’, tudo é comprado”. As condições sociais, económicas e culturais às quais se vêm confrontados os deslocados ao chegar à cidade são tão profundamente distintas que essas trocas de favores e “serviços” se encontram “fora de lugar” ou confinadas a círculos sociais bem mais reduzidos, como a família ou os amigos muito próximos. O dinheiro passou assim a pesar sobre os pequenos favores, fazendo com que estes diminuam em número e provocando “afrouxamento” da dinâmica da reciprocidade generalizada, tão importante para a coesão social de um grupo. O peso da monetização sobre as relações sociais é tanto mais forte quanto mais raro o dinheiro é (Marie, 1997). Na verdade, a monetização das relações sociais poderia ter sido integrada pelas relações sociais existentes e não ter constituído um factor tão desestruturante se a forte pobreza nos bairros peri-urbanos não fosse tão asfixiante. As pessoas não têm dinheiro, mas têm de o possuir para viver.

A pressão para “ganhar dinheiro” é pois muito forte. E para ganhar dinheiro é necessário estar no mercado, fazer negócios. Por essa razão, para além de não sobrar grande coisa para ajudar, também não há muito tempo; o tempo que para muitas das pessoas por nós entrevistadas significa “tempo em que não se vai ao mercado, em que não se vende nada”. As pessoas parecem não dispor de tempo¹⁰ nem para investir numa determinada actividade colectiva, nem para investir na constituição de um grupo, ou seja na criação de normas de interacção e de cooperação.

3.4 Heterogeneidade e dispersão das redes sociais

Da nossa pesquisa podemos dizer que raros são os casos em que existe homogeneidade étnica nos bairros peri-urbanos, em particular em Luanda. Em alguns casos existe alguma homogeneidade de natureza étnica, como por exemplo em alguns bairros habitados fortemente por população de origem bakongo, em Luanda. Nesses bairros as pessoas são aparentemente mais solidárias, e são vistas pelos outros como o sendo. Nesses

¹⁰ **Contrariamente ao que acontece no meio rural, as comunidades dos bairros peri-urbanos não dispõem de “época morta” que possam dedicar em particular a um outro tipo de actividades.**

lugares a acção colectiva parece igualmente ser mais frequente: com actividades de limpeza e manutenção das ruas. Visivelmente os habitantes desses bairros mantêm também controlo sobre a ocupação dos espaços livres e dos lugares para construção.

Simultaneamente, existe o exemplo de bairros, em Luanda, habitados por população de origem Ovimbundu onde nós nos confrontámos as reacções mais negativas e desapontadas quanto à existência de solidariedade e acção colectiva. No entanto, num outro bairro, do lado sul do Lubango, onde a população é etnicamente heterogénea, os habitantes parecem conseguir organizar-se para resolver problemas colectivos: eles conseguem controlar o abastecimento de água ao bairro, a manutenção dos tubos de água e evitar que estes sejam roubados. O que acontece é que um grupo de residentes mais antigos se responsabilizou por essas acções e conseguiram criar algumas regras de trabalho em conjunto. No lado norte da cidade, num bairro ocupado, nos anos 80, por deslocados camponeses pobres do planalto, onde a população é etnicamente homogénea, já não existe este tipo de controlo: a erosão trouxe os tubos à superfície que começaram a sofrer danos provocados por carros, crianças etc.

A heterogeneidade étnica não é sentida sempre da mesma forma e nem produz sempre os mesmos resultados em termos de solidariedade na vizinhança e acção colectiva. E, como já o assinalámos, a heterogeneidade a que os habitantes dos bairros se referem, não tem a ver apenas com os aspectos etno-linguísticos. Trata-se mais bem de uma “heterogeneidade social” que tem na origem a dispersão das redes sociais às quais os habitantes das áreas peri-urbanas pertencem – as redes sociais mais densas não correspondem sempre a círculos de vizinhança. O aspecto que parece desempenhar um papel fundamental é o facto de que, em certos bairros, as pessoas não se conhecem, ou conhecem-se mal, e não possuem referências uns dos outros, sobre as quais se possa cimentar a confiança.

3.5 A “coisa em comum” não funciona

A recusa em participar em acções colectivas, mesmo em benefício do grupo, justifica-se também por vezes no facto de que nunca dão aparentemente certo; pelo menos nos bairros peri-urbanos. Este é um sentimento exprimido tanto por alguns habitantes dos bairros, como por pessoal das ONGs que trabalha nas áreas peri-urbanas.

Para estes últimos, desempenha seguramente um papel importante o facto de que a maior parte das ONGs tem a sua actividade originalmente dirigida para o meio rural. Existe, talvez por essa razão, uma percepção da “comunidade” que está fortemente marcada pelas características das comunidades rurais ou até por características de uma comunidade rural “idealizada”. As comunidades rurais aparecem, de um modo geral, mais claramente estruturadas – em particular se comparadas às comunidades peri-urbanas actuais em constante mutação –, sendo mais fácil identificar os papéis desempenhados pelos

diferentes actores sociais; por outro lado, nesse tipo de comunidade, os interesses comuns são mais facilmente identificáveis e, frequentemente, esses interesses são comuns a um grande número de pessoas desse grupo. É verdade, igualmente, que a dinâmica social local nas aldeias rurais não apenas produz normas e códigos partilhados pelo conjunto dos membros da comunidade, do que resulta uma maior coesão social, mas produz também uma maior capacidade de aplicação da norma e de sanção que normalmente a acompanha.

Talvez uma das origens da dificuldade das ONGs esteja no desconhecimento das características e do modo de vida das comunidades peri-urbanas, em particular em contextos tão complexos, instáveis e difíceis como o são as zonas peri-urbanas de algumas cidades angolanas. Daí a dificuldade em identificar actividades em torno das quais os membros de um grupo, aparentemente tão fragmentado (por oposição às comunidades rurais acima referidas), se possam mobilizar e para o qual estejam dispostos a investir “meios”.

Simultaneamente, também é verdade que as comissões de água que funcionam têm geralmente uma ONG (ou outra entidade do género) por detrás, que foi capaz de ajudar o grupo a definir “quem limpa, quem recolhe o dinheiro, quanto custa cada balde, como se faz pagamento”, assim como toda um série de outras regras que permitem que se responda mais facilmente a um objectivo claro e previamente determinado com os utentes. Este processo transparente favorece a confiança que os utentes sentem em relação à comissão e à possibilidade desta de resolver o problema. Mas nem sempre conhece sucesso.

Os aspectos anteriormente expostos levam-nos a pensar que a solidariedade no interior de um grupo de pessoas e a capacidade para a acção colectiva que esse grupo possa possuir não são determinadas por um factor particular. Existe todo um conjunto de características, ligadas ao contexto e à estrutura social, que interagem entre si e que produzem efeitos sobre a coesão social do grupo e sobre o modo como esse grupo se comporta, em particular, se os seus membros cooperam entre si ou não. Se por um lado, o desemprego, a vulnerabilidade, o choque, para os recém-chegados, no contacto com o meio peri-urbano heterogéneo e instável não fornecem a explicação para a totalidade do fenómeno da dificuldade em organizar a acção colectiva nos bairros peri-urbanos, a introdução de sistemas e regras para a acção colectiva também não garantem que um grupo de pessoas passe a funcionar de modo mais solidário e entre em cooperação mais facilmente. As regras podem ser estabelecidas e ser até do conhecimento de cada um dos membros do grupo, e continuar a existir, mesmo assim, “qualquer coisa” que faz com que esse grupo não funcione. Vários factores influem, pois, na organização da acção colectiva. Um conceito que recobre várias entidades e que teria uma relação estreita com a capacidade para a acção colectiva, é o conceito de capital social.

4. ACÇÃO COLECTIVA E CAPITAL SOCIAL

4.1 Capital social: alguns elementos da teoria

Segundo Putnam (1996), “a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social” (p.177). Se o nosso objectivo é estimular e promover a acção colectiva importa-nos saber o que é pois o capital social?¹¹

A relação que se tem estabelecido nos últimos anos entre capital social e desenvolvimento socio-económico faz com que, neste momento, vários cientistas sociais e agências de desenvolvimento tentem compreender o que é esta “nova” forma de capital, se a utilização da palavra “capital” para o designar é correcta ou se a sua relação com o desenvolvimento é real. Se realmente a acção colectiva, e a partir daí, o desenvolvimento socio-económico crescem com a presença de capital social, de que características dependerá esta entidade, que aspectos poderão torná-la mais eficaz ou mesmo aumentar? Como realça Uphoff (2000), o conceito de capital social ainda permanece “amorfo” neste momento e necessita por isso que outras pesquisas empíricas venham ajudar a mais claramente definir: i) quais os elementos constituintes do capital social; ii) que relações existem entre eles; iii) e que resultados podem ser atribuídos a cada um desses elementos e à interacção entre eles (Uphoff, 2000). Embora seja verdade que o conceito de capital social necessita ainda de ser mais consolidado, também é verdade que esse conceito vem colocar em relação uma série de atributos “sociais” no senso lato, e poderá eventualmente “iluminar” de maneira produtiva a complexidade dos fenómenos ligados à acção colectiva, tal como nós os fomos expondo ao longo do capítulo.

Segundo Coleman, o capital social, distinguindo-se de outras formas de capital (económico, humano, por exemplo), localiza-se na estrutura de relações sociais existentes entre os actores; ou seja, não é propriedade de actores específicos. O capital social é definido pela sua função e não constitui apenas uma única entidade, mas, sim, uma variedade

¹¹ O conceito de “capital social” é neste momento utilizado por vários autores. No entanto, a sua utilização pede sempre um esclarecimento em relação ao significado que lhe é dado, visto a sua actual “fluidez”. Pierre Bourdieu, por exemplo, utiliza o conceito de capital social para designar um determinado tipo de “bem” que possui determinado indivíduo ou família: o conceito nesse caso refere-se à qualidade das relações sociais tecidas pelo indivíduo ou a família que constituem eventualmente um capital (social), na medida em que lhe permitirá aceder a bens sociais ou a aumentar outros tipos de capital (económico, cultural...). Numa obra recente intitulada significativamente “Social Capital: a multifaceted perspective” [Dasgupta e Serageldin, 2000] Elinor Ostrom utiliza o conceito definindo-o, seguindo outros autores, como “the shared knowledge, understandings, norms, rules, and expectations about patterns of interactions that groups of individuals bring to a recurrent activity” (Ostrom, 2000: 176); na mesma obra, Richard Rose designa “capital social” como “the stock of formal or informal social networks that individuals use to produce or allocate goods and services. (...) social capital is about recurring relationships between individuals” (Rose, 2000: 149), o que o aproximaria mais do conceito de Bourdieu. Neste texto, nós utilizaremos as definições dadas por Coleman e por Putnam na sequência dos trabalhos do primeiro.

de diferentes entidades com dois elementos em comum: i) todas elas constituem aspectos da estrutura social; ii) essas entidades facilitam certas acções dos actores (individuais ou colectivos) dentro da estrutura social (Coleman, 2000).

Para a acção colectiva, são fundamentais características da estrutura social tais como, “confiança, normas, regras e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as acções coordenadas” (Putnam, 1996: 177). A existência de um bom nível de capital social tornaria menos comum que, diante de um problema colocado a um conjunto de pessoas, cada uma delas seguisse preferencialmente soluções que trazem pequenos benefícios individuais a curto prazo, em vez de procurar e tentar negociar uma solução em conjunto com possibilidades de resultados mais atraentes para o colectivo e para cada uma das pessoas envolvidas (Putnam, 1996; Ostrom, 2000). Assim, quanto mais baixo for o nível de capital social de uma sociedade, maior dificuldade terá esta em ultrapassar os dilemas da acção colectiva. Quanto maior for, por exemplo, a confiança existente entre os membros de um grupo, ou a confiança de cada um deles nas normas e regras regendo o funcionamento do grupo, mais facilmente se predisporão eles a empreender acções coordenadas. Por essa razão a existência de numerosas e alargadas redes sociais contribui igualmente para o capital social: através das cadeias de relações circulam laços de confiança fazendo aumentar o raio envolvendo as pessoas que podem participar numa determinada acção colectiva.

Particularmente importantes são as regras sociais e os sistemas de intercâmbio social e de participação cívica como as associações, os clubes, os centros de interesse, etc. Os sistemas de participação cívica constituem também uma forma fundamental de capital social: eles fazem circular a informação e a comunicação entre os membros de um grupo ou de vários grupos, fazem crescer o intercâmbio social e promovem, e por vezes criam, regras sociais e de reciprocidade. A existência de regras sociais e de sistemas de participação cívica permitem que seja dado um passo fundamental numa sociedade: que a confiança pessoal se transforme em confiança social.

4.2 Áreas peri-urbanas estudadas: capital social sob grande pressão

Quando o nosso estudo iniciou, nós pensávamos que existiria um nível razoável de capital social nas áreas peri-urbanas em estudo: existiriam redes sociais de vizinhança activas, instituições tradicionais de solidariedade a que as pessoas fariam ainda recurso, organizações de bairro, etc. Mas na verdade a pesquisa revela-nos uma realidade diferente. Os resultados da pesquisa que nós fomos expondo e analisando indicam uma forte pressão sobre o capital social nas áreas estudadas. Por várias razões (a monetização, a pobreza e vulnerabilidade, entre outras) as normas sociais e as regras de reciprocidade encontram-se fortemente debilitadas: as normas tradicionais não encontram espaço para continuar a existir, e o contexto é demasiado “duro” para que outras sejam inventadas, criadas.

Por outro lado, as práticas contribuindo para as regras de reciprocidade generalizada são cada vez menos utilizadas, a não ser em círculos de “raio estreito”: família, grupos religiosos, alguns grupos de origem semelhante.

Num estudo em quatro países (Moser, 1996) mostra que em algumas situações de pobreza, as pessoas tendem a mobilizar-se, a criar redes sociais fortes e a ajudarem-se. Porém, diz Moser, quando a pobreza e a crise social ultrapassam o limiar que conduz os indivíduos para situações de grande vulnerabilidade, o capital social torna-se tão baixo que cada uma das famílias se vira para si mesma e deixa de apoiar a comunidade de que, eventualmente, fazia parte. A pobreza pode ser tão grande e tão asfixiante que, por um lado as pessoas não possuam os “meios” para participar nos actos de troca nas relações de reciprocidade generalizada; e, por outro, que o facto de várias pessoas se retirarem da dinâmica das relações de troca contínuas, ou de se recear que outros se retirem, introduza a incerteza em relação à reciprocidade e diminua a confiança na possibilidade da presença dos outros nos momentos de necessidade.

Tendem pois a ser densas as relações sociais dentro de grupos específicos, e relativamente pequenos, e mais frouxas aquelas estendidas para o exterior desses grupos. Isto, obviamente, favorece a coesão social no interior do grupo específico, mas não estimula o intercâmbio social “alargado” dentro dos bairros estudados nem a coesão social de bairro. Existe reforço de grupos específicos, sustentado por fortes relações pessoais. Por essa razão, o nível de confiança inter-grupos específicos é elevado, mas essa confiança no interior do grupo não se “extrapola” para o exterior, não chegando a transformar-se em confiança social. Na sua obra, Putnam assinala, aliás, que os laços de parentesco e os vínculos interpessoais fortes (parentesco, amizade íntima, por exemplo) são menos importantes do que os vínculos “fracos” (afiliações a associações por exemplo) para sustentar a coesão comunitária (de um espaço de vizinhança por exemplo) e a acção colectiva (Putnam, 1996: 185, citando Granovetter, 1973).

Esse tipo de estrutura social e de relações sociais no interior dos grupos favorece o crescimento de capital social “vinculante” (“bonding social capital”), vinculando os membros ao grupo no interior do qual os laços e a confiança são intensos, mas não contribui, e até pode prejudicar, a consolidação do capital social “transitável” (“bridging social capital”), ou seja os laços sociais, eventualmente menos intensos, mas essenciais, entre membros de diferentes grupos sociais (Colleta e Collen, 2000).¹² No contexto das sociedades urbanas, que coloca em contacto grupos sociais distintos, o segundo tipo de capital social é fundamental.

¹²

Os autores dão como exemplo o caso do Camboja: “algumas formas de capital social criam ligações no interior de certos grupos, mas excluem outros e podem ser negativos: estas formas de capital social podem constituir fontes de conflito. Pol Pot construiu fortes ligações no interior de alguns grupos mas, simultaneamente, dirigiu uma violência extrema para os outros grupos.” Outros exemplos poderiam ser dados pelo continente africano afora.

As associações, os clubes e os diferentes grupos “transversais” nos bairros peri-urbanos, que poderiam ajudar o crescimento do capital social “transitante”, são, também, como vimos, geralmente fracos, com um funcionamento esporádico e meios precários. Embora estas associações existam teoricamente, no campo do discurso, na prática, elas dificilmente existem na prática.

Tudo isto acontece, finalmente, num meio onde as instituições e os serviços públicos locais, que poderiam eventualmente “compensar” a ausência ou desagregação das redes sociais de vizinhança, também se degradaram, deixando esta impressão, tão comum nos bairros peri-urbanos de Luanda, de que as pessoas estão abandonadas, entregues a elas mesmas: cada vez estas sentem mais, que apenas com elas mesmas podem contar.

Assim sendo, se é verdade, como defende Putnam, que a participação na acção colectiva está dependente do nível de capital social em determinada sociedade, visto a situação nas áreas em estudo, que foi por nós descrita, não surpreende que as tentativas de organizações da acção colectiva nesses lugares tenham tido resultados muito fracos.

Para além de ser preocupante o facto de o capital social nas áreas peri-urbanas ser baixo, a tendência poderá ser de este vir ainda a diminuir. Com efeito Putnam (1996) chama a atenção para o facto de que os diferentes aspectos que compõem o capital social (relações sociais, confiança, as normas, etc.) tendem a aumentar com o uso e a diminuir com o desuso, em círculos virtuosos e viciosos respectivamente. Assim sendo, se já é baixo o nível de capital social nas zonas peri-urbanas, o facto de que a ele se faça mais raramente recurso pode levar à sua ainda maior diminuição. A questão que se coloca, se é verdade que nos encontramos numa situação de forte pressão sobre o capital social, e de diminuição provável dessa forma de capital, é como inverter o círculo, como fazer crescer o nível de capital social?

4.3 Melhorar a acção colectiva passando pelo capital social?

Tentando sistematizar e tornar mais operacional a noção de capital social, Uphoff (2000) propõe que se estabeleçam dois tipos de capital social, que viriam, finalmente distinguir duas categorias de entidades que se encontram agregadas no conceito de capital social: uma seria “estrutural” e estaria associada a “várias formas de organização social, em particular, papéis, regras e procedimentos, assim uma ampla variedade de redes sociais que contribuem para a cooperação e, especialmente, para a acção colectiva mutuamente benéfica”; outra seria “cognitiva” e derivaria de factores culturais e ideológicos como “normas, valores, atitudes, crenças que contribuem para um comportamento cooperativo”. Enquanto que os elementos do capital social estrutural facilitariam a acção colectiva, o capital social cognitivo predisporia as pessoas para a acção colectiva (Uphoff, 2000).¹³

¹³

Na mesma obra há uma categorização similar de Krishna.

Como o próprio autor indica, esta categorização, como qualquer outra, constitui apenas uma construção intelectual. Em última instância, qualquer dos elementos das duas categorias acaba por ser cultural, na medida em que as soluções organizacionais para um problema, e suas componentes, são produto de determinado conhecimento e maneira de fazer, ou seja, de determinada cultura. Mas a categorização proposta por Uphoff tem o mérito de ajudar a reflectir no sentido de como medir o capital social e de como eventualmente faze-lo crescer.

À primeira aproximação, os aspectos estruturais do capital social parecem mais fáceis de conhecer e de controlar, na medida em que “papéis (sociais, ou mais estritamente, organizacionais), regras e procedimentos” podem ser estabelecidos, são explícitos e observáveis. Ostrom (1990), reflectindo a um nível que, usando a categorização proposta, qualificaríamos de “estrutural”, defende que o sucesso da acção colectiva está dependente de que o resultado da acção coordenada seja interessante¹⁴ para cada um dos indivíduos e de que se respeitem os “princípios da acção colectiva” que seriam:

- a definição, de maneira clara e simples, do problema;
- a definição clara dos limites de participação (quem está envolvido e quem deve ser excluído), das relações entre os diferentes actores, e da relação entre cada um deles e o problema;
- a existência de regras, que definem os deveres e direitos de cada participante, para que saibam como devem actuar para atingir benefícios mútuos.
- a possibilidade de que todos os parceiros participem na criação das regras e na modificação eventual das mesmas, se ao longo da experiência se revela necessário fazê-lo ou se houver modificação das circunstâncias.
- a monitoria (pelos participantes ou por monitores) que permite que todos os parceiros verifiquem que estão a ser seguidas as regras definidas, fornecendo informação a todos os participantes sobre o desempenho;

¹⁴ (...) um acordo resultará não apenas porque a sua existência trará benefícios colectivos. O acordo funciona quando as pessoas que para ele contribuem consideram que os benefícios que dele resultarão, para elas e para as suas famílias, serão maiores que outras possibilidades às quais essas pessoas possam ter acesso”. [Ostrom, 2000: 184].

- estabelecimento de sanções a aplicar de maneira transparente, contra aqueles que não seguem as regras.
- mecanismos de resolução de conflitos, simples e acessíveis, para a eventualidade de disputas.
- Ausência de interferência por actores externos que tentem impor regras, mecanismos de monitoria ou sanções.

O papel de uma ONG junto de grupos e organizações, procurando ultrapassar o dilema da acção colectiva, seria o de “facilitar” o processo de emergência e estabelecimento desses “princípios da acção colectiva”. Mas, como a experiência nos ensina, a introdução de regras de princípios de acção nem sempre recolhe a participação das pessoas a quem se propõe esses princípios e regras, mesmo quando o objectivo do acordo que se busca parece interessante para os participantes e que a organização a faz-lo o realiza de um modo sistemático e ordenado. Algo parece sempre escapar-se. Poderia ser esse “algo” o que aqui nós classificamos como elementos de capital social cognitivo?; essa parte subjectiva, escondida que ao mesmo tempo seria determinante para a qualidade das relações sociais e consequentemente para a acção colectiva. Ostrom indica, aliás, também que para que vários indivíduos considerem a possibilidade de se constituir numa associação seria necessário que “essas pessoas tivessem estabelecido um sentido de comunidade suficiente que lhes permitisse engajarem-se num largo espectro de relações sociais estreitas que valorizem fortemente o facto de manter uma promessa” (Ostrom, 2000).

O trabalho ao nível estrutural, das regras e dos procedimentos, na organização da acção colectiva parece mais simples; pelo menos parece mais fácil planificar com rigor, realizar e avaliar esse tipo de acções, já que elas se podem observar. Programas de formação sobre os “princípios da acção colectiva” e sobre o papel de “facilitação” das ONGs poderiam vir reforçar a capacidade dos diferentes actores em coordenar as actividades.

Mas como trabalhar sobre a parte cognitiva? Como, mais simplesmente, “construir” coesão social, pois é disso que se trata? Não é claro uma tarefa fácil, mas, simultaneamente, o relato que fomos fazendo sobre a situação nas áreas peri-urbanas angolanas, pediria também uma intervenção a esse nível, visto estarmos diante de “comunidades de bairro” desestruturadas, com um alto grau de heterogeneidade de natureza diversa, com redes dispersas, grupos sociais que tendem a fechar-se, onde a solidariedade, a entreaajuda e a acção colectiva são limitadas.

Uphoff (2000) relata alguns extractos de uma experiência do Sri Lanka que deixa supor que a dureza do contexto (económico, social, político) possa levar a que (como no nosso caso) as pessoas passem a reger-se por outros valores e normas sociais que se revelem em atitudes menos solidárias, mais desconfiadas. Mas, na verdade, os valores e as normas que favorecem a reciprocidade e promovem o bem comum continuam a existir, permanecem latentes, e podem ainda ser revalorizados.

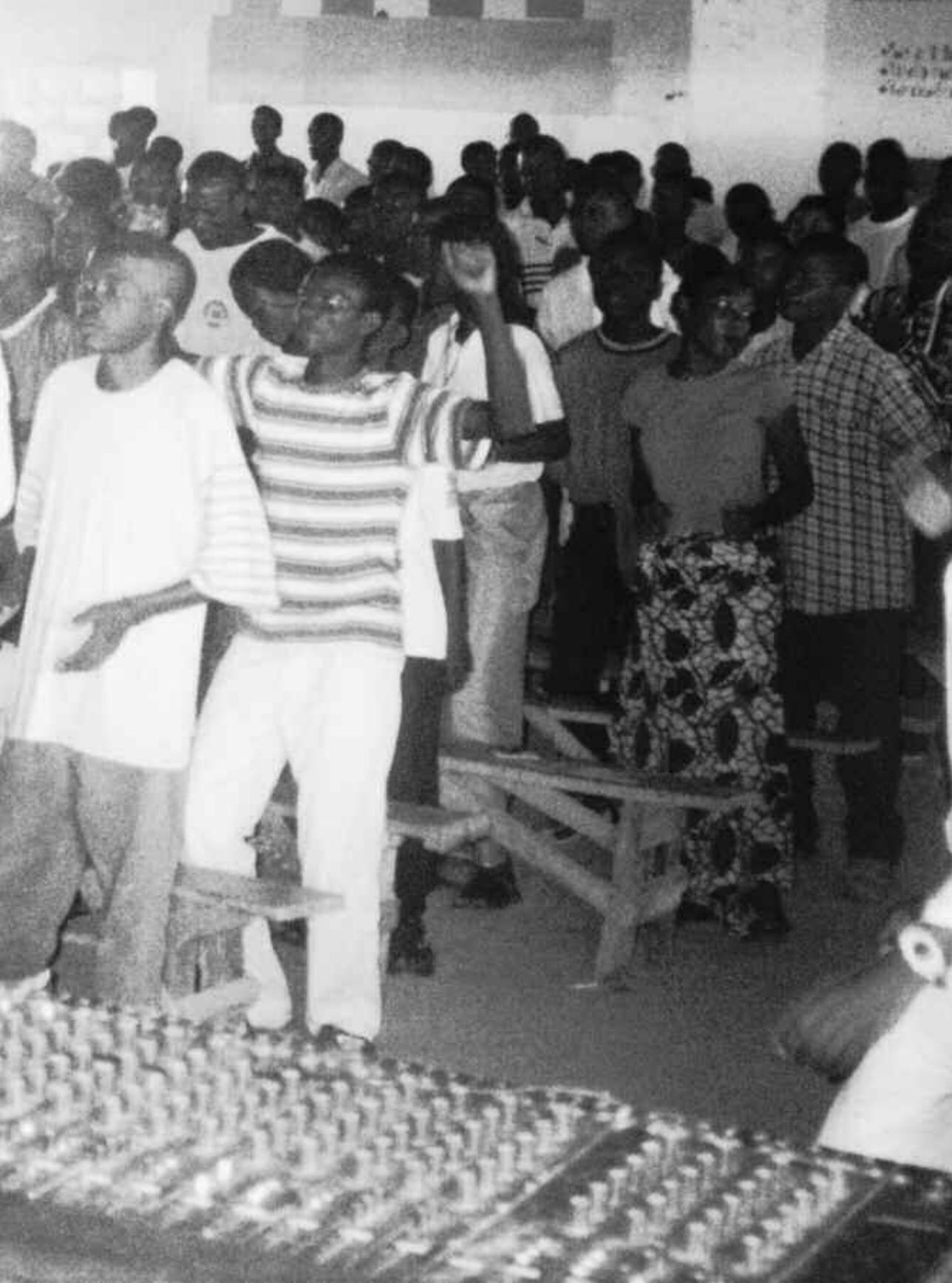
Uma relação que parece existir entre as duas categorias de capital social é que elas tendem a reforçar-se: ou seja, enquanto que um elevado grau de capital social cognitivo favorece o acordo sobre regras e procedimentos, o processo de construção de regras para a acção colectiva (o trabalho no nível estrutural) cria momentos de interacção entre os participantes que contribuem para melhorar as relações sociais e para fazer “reviver” normas “positivas”. Trata-se de reforçar a coesão social pela experiência de conviver com o outro, de, por esse meio, contribuir para “corroer” as desconfianças e os receios.

Mas se uma das possibilidades é começar por organizar a acção colectiva para criar a ocasião de juntar as pessoas, então é necessário que seja uma “realização que funcione”. Uphoff propõe (2000) que se “faça primeiro e se organize depois”; que se inicie com experiências positivas, para ganhar a confiança das pessoas, para depois apenas introduzir o processo de criação de regras para a acção colectiva que, por sua vez, possa criar oportunidades para elevar o grau de confiança mútua.

Putnam (1996) chama a atenção para o facto de o capital social, por se encontrar na estrutura das relações sociais, ser um bem público; e, como todo o bem público, parece não beneficiar ninguém em particular – pelo menos não é propriedade de um indivíduo em particular. Por essa razão, os benefícios que pode trazer a existência de confiança num grupo, por exemplo, são frequentemente subestimados. “Assim, o capital social tem geralmente de ser gerado como subproduto de outras actividades sociais” [p.180]. Será que as organizações que tentam promover a acção colectiva nos bairros peri-urbanos deverão conceber e organizar actividades sociais para criar capital social?

De qualquer modo a construção da acção colectiva nos bairros peri-urbanos não poderá ser realizada sem ter em conta os actores sociais fundamentais e a estrutura das relações sociais nas áreas peri-urbanas. Particularmente importante será o conhecimento e a compreensão da estrutura do poder administrativo, da sua relação com os cidadãos, assim como o reflexo da prática desse poder administrativo na “vida do bairro”. De que modo jogarão as diferentes instituições administrativas e a prática do poder administrativo sobre o capital social de um determinado bairro?

Outros actores institucionais incontornáveis nos bairros peri-urbanos são as igrejas: pelo grande número de igrejas e igualmente pela importância que estas adquirem na vida dos habitantes desses bairros. Além disso, as igrejas constituem lugares onde, aparentemente, é forte a coesão social “transversal” (i.e. que atravessa diferentes grupos sociais) e onde a participação em grupos de acção colectiva é importante. Será a forte participação na acção colectiva no interior das igrejas é um indicador de elevado capital social e constitui um exemplo do que as ONGs desejariam que se passasse “fora”?



III 117
The House of
The Holy Spirit
in the World

Interior of the Church
The Holy Spirit
The Father and the Son
The Holy Spirit
The Father and the Son
The Holy Spirit

Evangelical Church



**VII . AS IGREJAS:
NA VIDA SOCIAL
DOS BAIRROS PERI-URBANOS**

CONTEÚDO

VII	AS IGREJAS NA VIDA SOCIAL DOS BAIROS PERI-URBANOS	
1.	PORQUÊ O NOSSO INTERESSE NAS IGREJAS	138
2.	A IMPORTÂNCIA DAS IGREJAS NOS BAIROS PERI-URBANOS	138
2.1	As igrejas mais importantes	138
2.2	As relações entre igrejas	141
3.	A BUSCA DO RELIGIOSO	142
3.1	Motivação para procurar as igrejas	142
3.2	A escolha de uma igreja	144
4.	SOLIDARIEDADE, ENTREAJUDA E AS IGREJAS	145
4.1	A solidariedade é mais frequente nas igrejas	145
4.2	Momentos de entreajuda nas igrejas	146
4.3	Os mecanismos de entreajuda nas igrejas	147
4.4	Sociabilidade, capital social e acção colectiva nas igrejas	148

1. PORQUÊ O NOSSO INTERESSE NAS IGREJAS

Como já várias vezes assinalámos ao longo do relatório, as igrejas são figuras “omnipresentes” nos bairros peri-urbanos, um facto confirmado por observações feitas durante a pesquisa e igualmente comentado pelas pessoas por nós entrevistadas. Na opinião dessas pessoas, o número de igrejas é em grande crescimento desde os meados dos anos 80, e continua ainda hoje a crescer. A proliferação de igrejas é a mudança dos bairros peri-urbanos mais comentada pelos seus habitantes, se exceptuarmos o crescimento espacial e populacional dessas áreas. “*Cada barracão de esquina se transformou numa igreja*”, diz-nos um habitante, exprimindo essa impressão de que as igrejas estão em todo o lado.

A quase totalidade das pessoas entrevistadas frequenta uma igreja: algumas dessas pessoas assistem várias vezes por semana a serviços religiosos e passam igualmente uma parte importante do tempo em actividades no interior de grupos criados pelas igrejas. Exemplos retirados das nossas entrevistas ilustram bem esse comportamento:

Quatro senhoras entrevistadas no Kikolo, Luanda: Adelina vai à igreja três vezes por semana. Nela vai à Igreja três vezes por semana. São vai à igreja uma vez por semana. Laurinda vai à igreja três vezes por semana.

Três senhores entrevistados no Hoji-ya-Henda: Joaquim é Metodista e frequenta a igreja 3 vezes por semana. José é Católico e vai à igreja aos domingos. Manuel é Católico e vai à igreja todos os dias.

No Huambo e no Lubango “há pessoas que rezam nas capelas todas as manhãs e vão à missa na igreja todos os domingos.”

Assim, para compreender a vida social dos bairros peri-urbanos, é indispensável melhor conhecer e perceber o fenómeno do crescimento do número de igrejas.

2. A IMPORTÂNCIA DAS IGREJAS NOS BAIRROS PERI-URBANOS

2.1 As igrejas mais importantes

Nas entrevistas, o crescimento do número de igrejas foi frequentemente ligado ao fenómeno de “igrejas pequenas” e de “igrejas novas”. Entende-se por esse tipo de igrejas as congregações religiosas que possuem poucos (ou só um) lugares de culto, aquelas que integram a corrente messiânica, (principalmente as igrejas Tocoísta e Kimbanguista) segundo a classificação de Henderson, e aquelas que apareceram em Angola nos últimos 20 anos vindas de fora de África (por exemplo, a Igreja Maná e a Igreja Universal do Reino de Deus).

Henderson (1990) classifica as igrejas em Angola por correntes:

- a corrente católica, que tem origem nas igrejas católicas nas cidades e nas missões católicas em zonas rurais;
- a corrente das igrejas protestantes do tipo “missão”, que sucederam às missões protestantes. Estas missões foram criadas por igrejas protestantes que se instalaram em Angola na sequência dos movimentos evangélicos, fortes na Europa e na América do Norte no fim do século XIX. As igrejas mais importantes desta corrente são:
 - as igrejas adventistas (em várias partes de Angola)
 - a Igreja Metodista Unida de Angola (IMUA) (sobretudo na faixa Luanda – Malanje)
 - a Igreja Evangélica Baptista de Angola (IEBA) (sobretudo no norte)
 - a Igreja Evangélica Congregacional de Angola (IECA) (sobretudo no Planalto Central)
 - a Igreja Evangélica do Sudoeste de Angola (IESA) (sobretudo no sul do Planalto Central perto de Kalukembe, e no Lubango).
- a corrente pentecostal, composta pelas igrejas “Assembleia de Deus Pentecostal” (em várias partes do país) e pela Missão Evangélica Pentecostal de Angola na área de Porto Amboim;
- a corrente apostólica, que inclui várias igrejas com a designação “Apostólica”, assim como a Igreja Cheia das Palavras de Deus;
- a corrente messiânica, principalmente a Igreja Tocoísta (Igreja do Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo), fundada por Simão Toco (1918 - 1984), e a Igreja Kimbanguista (Igreja de Jesus Cristo sobre a terra pelo profeta Simon Kimbangu – IJCSK), fundada por Simon Kimbangu (1889 - 1951) que foi detido pelas autoridades coloniais belgas, no Congo, de 1921 a 1951.

Desde que o livro de Henderson foi publicado, apareceram em Angola outras igrejas como a Igreja Maná e a Igreja Universal do Reino de Deus.

Apesar da percepção popular segundo a qual as igrejas novas e pequenas constituiriam hoje a maioria das igrejas, os dados recolhidos por esta pesquisa, assim como outros estudos, indicam que de facto estas são uma minoria.¹

¹ **Viegas (1999) constitui uma base de dados útil sobre as igrejas actualmente presentes em Angola. Outros documentos sobre as igrejas em Angola são Messiant (1998b), Birmingham (1998), Péclard (1998), Péclard (2000), Schubert (1999), Schubert (2000) e Neto (1991).**

As igrejas mais frequentadas nas zonas peri-urbanas são a igreja católica e as igrejas protestante do tipo “missão”. As igrejas das correntes pentecostal e apostólica, mais recentes do que as correntes católica e protestante do tipo “missão”, mas que já existiam na altura da independência, vêm em segundo lugar. As igrejas da corrente messiânica e as “igrejas novas” (igrejas que apareceram depois da independência) ainda são, na verdade, uma minoria.

Assim, o crescimento do número total de igrejas é mais o resultado do crescimento do número de templos de cada “igreja histórica” que do aparecimento de “novas igrejas”. Aliás, as igrejas novas, em zonas peri-urbanas de Angola, são em menor número do que em outros países da África Austral: não existe, por exemplo, o fenómeno de igrejas ziones, como acontece em Moçambique ou na África do Sul.²

No Huambo, referindo-se à presença das igrejas nos bairros peri-urbanos, as pessoas entrevistadas mencionaram com maior frequência as igrejas católica, IECA e adventista. A seguir, vinham as igrejas apostólica e pentecostal. A referência a outras igrejas foi mais rara. Um inquérito realizado pelo DW³ nos bairros peri-urbanos do Huambo, durante o qual foram contadas as igrejas, revela o mesmo tipo de resultado:

● Igreja católica	42
● Igreja adventista	22
● IECA	19
● Igreja pentecostal	11
● Igrejas apostólicas (várias)	17

No Lubango, as pessoas entrevistadas mencionaram com maior frequência a presença das igrejas católica, IECA, IESA e Adventista e, a seguir, as igrejas tocoísta, apostólica, Bom Deus e Testemunhas de Jeová.

Em Luanda, as pessoas entrevistadas referiram-se a uma maior diversidade de igrejas. As igrejas católica e adventista foram também frequentemente mencionadas, mas para além dessas, surgiram igualmente as igrejas IECA, IEBA e Metodista. Alguns entrevistados, mas mais raramente, referiram-se às igrejas Bom Deus, Testemunhas de Jeová, Maná, The Way, e Kimbanguista. Luanda é uma cidade onde vivem pessoas do país inteiro, incluindo a maioria dos angolanos que se encontravam exilados no ex-Zaire, que trouxeram consigo as suas igrejas. Para além disso, a cidade de Luanda é provavelmente a primeira onde “investem” as igrejas que provêm do exterior do país, e será igualmente a cidade mais aberta a este tipo de igrejas.

² Ver Agadjanian (1999) sobre igrejas ziones neste países.

³ Base de dados do Development Workshop sobre os bairros do Huambo.

As igrejas que foram criadas na sequência de missões religiosas ainda se encontram nas regiões onde as missões se tinham instalado; a diferença é que hoje essas igrejas têm também uma presença nas cidades para onde migraram pessoas provenientes dessas regiões do país.⁴ As igrejas que sucederam às missões protestantes tinham pouca presença nas cidades antes da independência. Estas igrejas só vieram para as cidades depois de 1982, trazidas pelos seus membros que tinham sido obrigados a migrar. Os migrantes mantiveram geralmente os laços com a mesma igreja.⁵ A maioria das pessoas entrevistadas frequenta a mesma igreja desde a infância. Por outro lado, a maior parte das pessoas oriundas de áreas do país (ou de municípios) que são conotadas com uma determinada igreja pertencem a essa mesma igreja.

As missões foram construídas, no fim do século XIX e princípio do século XX, em zonas rurais, às vezes remotas. Como o governo colonial e a Igreja Católica desejavam controlar as missões protestantes, os missionários preferiram, para evitar este controle, construir, na altura, as missões em zonas remotas. Os missionários procuravam igualmente afastar as missões dos “vícios” da vida urbana, pensando poder assim evitar a migração frenética, a pobreza, e a mudança social brusca que tinham resultado da revolução industrial na Europa (Péclard, 1998) (Péclard, 2000). Também ligado a esse facto estava a intenção de conduzir os nativos à modernidade, acabando por isso com o “obscurantismo” da vida tradicional, mas procurando, ao mesmo tempo, construir “comunidades rurais” de acordo com a visão “missionária”.

2.2 As relações entre igrejas

Em cada um dos bairros existem, geralmente, várias igrejas. Por exemplo, no Huambo e no Lubango estão geralmente presentes pelo menos 5 igrejas em cada bairro: a Igreja Católica, a IECA, a Adventista, a Pentecostal e a Apostólica. São normalmente igrejas que têm origem nas missões europeias e americanas que se tinham instalado na região. Algumas destas igrejas são conotadas com certas zonas do país ou certos grupos étnico-linguísticos, devido, como vimos, à implantação geográfica das missões originais. Algumas delas são também conotadas com os municípios onde existiu a “missão mãe”: por exemplo, no Lubango a IESA está conotada com Kalukembe, a Igreja Católica com Kakonda, e a IECA com áreas mais ao norte, no Planalto Central.

⁴ Comparando os dados de Viegas (1999) e os de Péclard (1998), que inclui um mapa de distribuição das missões em Angola.

⁵ A IESA tem a sua origem numa missão em Kalukembe, no sul do Planalto Central; transferiu-se para o Lubango seguindo a migração dos seus crentes. A IECA tem origem em missões no centro do planalto e, do mesmo modo, transferiu-se para Luanda, para a cidade do Huambo e para o Lubango. A IEBA, com origem em missões baptistas nas Províncias do Zaire e do Uige, transferiu-se para Luanda. A Igreja Metodista, com origem em missões metodistas em Catete e Malanje, transferiu-se para Luanda. A Igreja Adventista, com origem em missões adventistas em várias áreas rurais do país, instalou-se em várias cidades.

As igrejas hoje dizem estar a fazer esforços para romper com a identidade histórica ligada a um certo grupo social. Também dizem que as relações entre elas, ao nível do mesmo bairro, são boas e que existe cooperação entre elas. No entanto, poucos foram os exemplos de cooperação e de laços, entre igrejas dentro do mesmo bairro, que foi possível obter. Além disso, ao longo das entrevistas com líderes de igrejas vários foram os exemplos de diferenças marcadas entre igrejas, diferenças essas que têm na base ideologias distintas, já “trazidas” pelas “missões-mãe”. Os casos mais notáveis são as imagens que interiorizaram e exprimem os protestantes em relação aos católicos e vice-versa, sobretudo entre as populações oriundas do Planalto Central, no que diz respeito ao consumo de bebidas alcoólicas e à prática dos ritos religiosos.⁶ As igrejas novas não escapam tampouco a essa “batalha” e promovem igualmente imagens negativas em relação a outras igrejas.

Na base dessas relações pouco amistosas está, aparentemente, uma forte concorrência entre igrejas para atrair aderentes. Como quase todos os residentes das zonas peri-urbanas pertencem a uma igreja, a única maneira de atrair novos membros é “tirando-o” de uma outra igreja. Nas palavras de uma pessoa entrevistada, esse facto “*cria uma tensão para certos líderes entre a necessidade de atrair novos membros e o bom comportamento cristão.*”

3. A BUSCA DO RELIGIOSO

3.1 Motivação para procurar as igrejas

Os habitantes das áreas peri-urbanas mostram grandes disponibilidade e prontidão em gastar tempo e dinheiro nas igrejas, apesar da falta de tempo e do pouco dinheiro visíveis e de que os moradores das áreas peri-urbanas se queixam.

Tomemos o exemplo da igreja IESA, no Bairro da Caluva, no Lubango, que foi construída durante os anos 90. A compra do terreno e a construção do edifício foram o resultado da contribuição dos membros da igreja, em dinheiro e em trabalho. A manutenção e a limpeza da igreja e da área em torno são da responsabilidade dos membros. Quando há óbitos ou doenças no interior da congregação, é feita uma recolha de dinheiro aos membros da igreja. Além disso, certos membros ainda “oferecem” tempo para visitar e ajudar pessoas necessitadas. Além do culto geral no Domingo, realiza-se um estudo bíblico todos os dias de manhã e organizam-se também encontros, das associações e clubes ligados à igreja, todas as tardes.

No contexto de grandes dificuldades e de erosão de valores comunitários a que nos referimos, qual a razão desta disponibilidade particular em relação à igreja?

⁶ Se há um assunto em torno do qual todas igrejas se reúnem é na crítica do “obscurantismo” das sociedades africanas tradicionais.

Além do factor hábito (“sempre assisti desde criança”), as pessoas entrevistadas dizem que uma das razões que os leva a ir à igreja são “as questões espirituais”.

“As pessoas buscam, na Igreja, alimentação espiritual” (Lubango).

“A igreja é importante porque há momentos que me sinto abafada, mas com a palavra de Deus me sinto mais calma.” (Luanda).

“O benefício é abstracto, é uma esperança, ninguém vê, temos uma civilização que a igreja nos educa” (Luanda)

Para além das razões espirituais, e já aflorada na última citação, uma outra motivação para buscar as igrejas parece ser o facto de estas constituírem um lugar de aquisição de valores, em particular, os valores de “educação cívica” que “educam para coabitar com outras pessoas”. Aparentemente, as igrejas oferecem um espaço único no ambiente peri-urbano: um espaço de comunidade, de relações humanas amáveis e cordiais e onde a comunicação entre as pessoas é mais fácil. Particularmente realçado foi o facto de as igrejas ensinarem como manter relações entre grupos de pessoas de várias sensibilidades, identidades e origens.

“As igrejas mobilizam, sensibilizam e ensinam como coabitar com todas as pessoas na base da bíblia” (Lubango).

“As igrejas edificam o espírito dos membros, evangelizam, levam a mensagem e controlam a vida dos membros” (Huambo).

“Os benefícios são a união, a boa mentalidade” (Luanda).

Para além dos aspectos estritamente religiosos ou mesmo morais, as igrejas, e os clubes e associações ligadas às igrejas aparecem como lugares de forte sociabilidade: nas igrejas reúnem-se várias pessoas, regularmente e frequentemente, para realizar diferentes actividades sociais e religiosas (evangelização, coros, encontros de pessoas por idade ou interesse). Acontece igualmente que as igrejas, e particularmente os grupos por estas criados, organizem actividades com um carácter puramente social, como encontros para cantar, dançar ou simplesmente conversar. As igrejas são, de um modo geral, os únicos lugares onde os residentes dos bairros peri-urbanos podem encontrar-se, conversar ou praticar uma actividade em conjunto.

As igrejas oferecem assim lugares onde é possível criar relações sociais e laços de confiança mútua entre os membros da congregação, que dificilmente se criam em outros espaços do ambiente peri-urbano. Nos cultos e nas várias actividades realizadas nas igrejas criam-se também redes sociais nos bairros mais abrangentes do que aquelas, mais limitadas,

encontradas nos bairros peri-urbanos. Aparentemente, as igrejas serviriam também como pontos de estabilidade num contexto de mudança rápida. Num contexto, onde outras instituições (por exemplo estatais ou partidárias) se modificaram e/ou perderam a que tinham e onde poucas pessoas têm um emprego estável, as igrejas aparecem, para os habitantes dos bairros, como quase os únicos lugares que mantiveram as mesmas referências.⁷

3.2 A escolha de uma igreja

A maioria de pessoas entrevistadas continua a frequentar a mesma igreja desde a infância. Explicam,

“Porquê mudar? Não sei porque algumas pessoas mudam de igreja”.

Mas a fidelidade ao culto de origem não é a regra: ao mesmo tempo existe um número considerável de pessoas entrevistadas que nos dizem ter mudado de igreja e algumas até mais do que uma vez. Entre essas pessoas estão aquelas que saíram das “igrejas históricas” para as “igrejas novas”, as pessoas que mudaram de igreja várias vezes e igualmente aquelas que saíram das “igrejas novas” para as “igrejas históricas”. No entanto, as pessoas que mudaram de igreja não dão razões profundas para o ter feito.

“É onde senti melhor.”

“É onde o sangue conjugou.”

Algumas vezes aconteceu que um amigo as tivesse convencido a assistir a um culto na nova igreja, culto esse de que gostaram e que os fez decidir mudar de igreja. Outras vezes mudaram de igreja quando casaram, porque o cônjuge pertencia a uma outra congregação. No caso de Luanda, a distância é um factor importante quando se trata de uma igreja que apenas tem um templo na cidade: o facto de ter de utilizar meios de transporte para ir à igreja pode levar algumas pessoas a virarem-se para outra congregação.

Por outro lado, visto a heterogeneidade nas áreas peri-urbanas, não acontece necessariamente que a população de um determinado bairro adira a apenas uma igreja; nem se verifica tampouco que pessoas vizinhas sejam membros da mesma igreja, salvo em alguns casos particulares (por exemplo, um grupo de casas que tinham sido construídas para catequistas da Igreja Católica que, mais tarde, deu origem ao núcleo do bairro Nambambi no Lubango).

⁷ Roche (1994) fala da importância de “pontos de estabilidade” em situações de turbulência e de mudança rápida, ou seja, de instituições que passam a destacar-se devido à estabilidade que oferecem num contexto de crise generalizada. Os “pontos de estabilidade” podem ser importantes para tentar recriar um equilíbrio num contexto instável. Roche propõe que as organizações humanitárias identifiquem tais instituições e trabalhem com elas para promover estabilidade para populações em situação muito instável. Mais tarde, num contexto mais estável, outras instituições ganharão importância e será possível promover a recuperação institucional “geral” ou o fortalecimento de capacidades.

“Amigos e vizinhos, cada um tem a sua igreja.”

A pluralidade nas igrejas frequentadas existe mesmo no interior de algumas famílias: em certas famílias todas as pessoas frequentam a mesma igreja, em outras, pode acontecer que cada um dos membros da família pertença a uma confissão religiosa diferente.

4. SOLIDARIEDADE, ENTREAJUDA E AS IGREJAS

4.1 A solidariedade é mais frequente nas igrejas

As igrejas, as associações ligadas às igrejas e as redes de amigos formadas nas igrejas constituem formas importantes de entreajuda. Foi-nos muitas vezes dito que a relação de entreajuda é mais frequente e visível no interior das comunidades religiosas; algumas pessoas chegaram mesmo a afirmar que esse tipo de atitude “acontece só nas igrejas”.⁸

“A igreja promove a solidariedade nos sentimentos, mas também na prática.”

“É na igreja onde saem a ordem destas ajudas (...) Só na comunidade não existe este tipo de ajuda.”

“Do jeito que nós vivemos aqui, cada um na sua casa e pronto, vamos só aguentar: a igreja é que vai nos enterrar”

Em muitas das entrevistas, foi-nos afirmado que a atitude, hoje em dia, nos bairros peri-urbanos é de “cada um por si e Deus por todos.” O dito, tantas vezes repetido, parece ter reflexos na prática e na vida social: num meio onde as pessoas se sentem abandonadas, elas sentem talvez a esperança de que as Igrejas, pelo menos, “sejam por todos”.

Na opinião de certas pessoas entrevistadas,

“a procura das igrejas passa muitas vezes pela ajuda esperada das igrejas. (...) As pessoas mudam de igreja, por exemplo, por causa das ajudas em caso de morte.”

Em alguns (mas poucos) casos, as igrejas constituem canais para a ajuda que chega do exterior do país. Mas, na maior parte das vezes, elas oferecem de facto exemplos de entreajuda e solidariedade, exemplos de reciprocidade generalizada, ligando uma rede social alargada de pessoas de diferentes características sociais. Essa rede social envolve os membros de uma igreja, entre cem e mil pessoas, em actos importantes de entreajuda.

⁸ **Certas igrejas têm também escolas ou postos / centros de saúde. Estes lugares não constituem o objecto desta pesquisa já que, geralmente, constituem canais de entrada de ajuda externa ou actividades de rendimento para a congregação religiosa.**

4.2 Momentos de entreajuda nas igrejas

Vários são os momentos durante os quais se manifesta a solidariedade entre os membros das igrejas. À semelhança do que acontece fora das igrejas, a solidariedade manifesta-se mais frequentemente em casos de óbito e doença grave, mas com maior intensidade dentro das igrejas. A ajuda pode ser em dinheiro ou de uma forma mais prática: durante os óbitos, por exemplo, ajudar a cavar o buraco, acompanhar a família durante todo o processo, contribuir com comida, ajudar a cozinhar; em caso de doença, visitar o doente no hospital ou em casa, contribuir com comida ou ajudar os trabalhos em casa do doente. Certas igrejas têm pessoas já indicadas para acompanhar os óbitos e ajudar a cavar os buracos; nas zonas onde se fala *Umbundu* essas pessoas têm o nome *vakuacisoko*.⁹

As redes ligadas às igrejas aparecem também como pontos de apoio para os deslocados a que a elas pertencem. Essas pessoas trazem recomendações dos pastores da congregação da sua aldeia de origem para pastores da mesma congregação trabalhando na cidade. Às vezes as igrejas fazem igualmente empréstimos de dinheiro aos deslocados para os ajudar no processo de instalação.

A construção e a manutenção das igrejas nas áreas peri-urbanas constituem, em si, uma forma de acção colectiva. Essas actividades são geralmente organizadas por conselhos e comissões dentro de cada igreja. Além disso, elas dependem normalmente da contribuição e do trabalho voluntário dos membros das igrejas. A ajuda exterior para esse efeito é rara.

Outros exemplos de actividades promovidas pelas igrejas são: as campanhas de limpeza em alguns bairros, as visitas aos presos nas cadeias e a ajuda para a confecção de adobes e a construção de casas de outros membros da mesma igreja. No entanto, estas actividades parecem ser menos comuns de que o apoio em caso de óbito e de doença.

Os conselhos dados pelos líderes das igrejas são também considerados importantes: tanto os líderes como os membros das igrejas mencionaram frequentemente esse facto.

“As pessoas que estão nas Igrejas tem mais jeito para ouvir as pessoas e aconselhar. Prestam mais atenção. Trazem uma palavra de reconciliação, de conselho.”

“As pessoas são ouvidas.”

⁹ Ver Childs (1949: 114–115) e Neto (1998: 25). Antigamente a palavra significava grupos de irmandade entre pessoas de linhagens diferentes e de aldeias diferentes; geralmente pessoas da mesma idade ou que realizavam a cerimónia de iniciação na mesma altura. Na época de Childs (1930s e 1940s) os *vakuacisoko* já não eram comuns no Planalto. De acordo com o autor, o enterro de pessoas sem família ou de membros do grupo constituía um dos momentos durante o qual ainda se fazia apelo ao *vakuacisoko*. Aparentemente, a palavra passou a ser utilizada por certas igrejas para designar o grupo de pessoas que ajudam nos óbitos.

Mas, mesmo se mais ténues, também existem limites na entreaajuda praticada nas igrejas que são de alguma forma similares àqueles que se encontram no exterior.

“A solidariedade dentro da igreja é feita mais nas questões de doença e morte. (...) Se for outro tipo de dificuldade como empréstimo de dinheiro, destruição de residência, dificilmente se dá apoio porque as pessoas estão também descapitalizadas e dentro da igreja não há fundos para atender estes casos.”

4.3 Os mecanismos de entreaajuda nas igrejas

Os mecanismos de entreaajuda nas igrejas variam entre igrejas e dependem dos objectivos da acção de entreaajuda. Mas esses mecanismos estão “sistematizados”, o que constitui uma particularidade da entreaajuda nas igrejas. Existe uma divisão de responsabilidades, regras de funcionamento e possibilidades de monitoria dessas regras, assim como sanções quando as regras não são seguidas. As igrejas criaram, por isso, uma organização da entreaajuda, o que não acontece normalmente nos bairros peri-urbanos.

O dinheiro para ajudar as pessoas que enfrentam um óbito ou uma doença (ou outro problema) provem geralmente de várias fontes: de um fundo especial criado com esse objectivo, de uma parte das ofertas semanais ou é recolhido na sequência de um apelo, feito durante o culto, onde se solicita a ajuda para as pessoas que enfrentam a dificuldade. Em todo o caso, as regras definem quem pode ou não beneficiar da ajuda, dependendo da gravidade do problema em causa e da “antiguidade” como membro da igreja. Todos os membros da igreja contribuem regularmente para esses “fundos” de ajuda. Na base dessa disponibilidade para a contribuição está uma atitude moral – “é importante contribuir porque se deve ajudar aqueles que enfrentam dificuldades” –, mas está também presente a ideia segundo a qual “*nunca se sabe quando vai ser a minha vez*”.

A semelhança da ajuda oferecida para os casos de óbitos e doenças nos bairros peri-urbanos, os mecanismos de ajuda criados no interior das igrejas constituem manifestações de reciprocidade generalizada (definida na parte 1.2 do Capítulo V), que concilia interesse próprio a longo prazo com altruísmo a curto prazo. Algumas igrejas disseram-nos ter um sistema de dízimo, uma regra segundo a qual os membros deverão contribuir com 10% do salário para os fundos da igreja (“a décima parte daquilo que a pessoa consegue adquirir: é bíblico”). Como os rendimentos familiares são irregulares e baixos, então,

“a maior parte das pessoas dá ofertas e não o dízimo (...) damos o que podemos.”

Na maior parte das igrejas, há responsabilidade colectiva na gestão de fundos e, aparentemente, transparência.

“Não são os pastores que tratam das despesas, esses assuntos são da responsabilidade duma junta, é esta junta que determina as despesas.”

Quase todas as igrejas têm vários clubes e associações que reúnem, com frequência e regularidade, pessoas da mesma idade ou partilhando um mesmo interesse. Esses grupos têm vários objectivos, um deles sendo sempre a ajuda mútua entre os seus membros (“visitar os membros do grupo que estão doentes no hospital ou que não apareceram durante algum tempo”). As igrejas têm também geralmente uma associação que organiza a ajuda entre todos os membros da Igreja. Por exemplo a Igreja Adventista no Huambo criou uma organização que se chama “Bom Samaritano”

“que é um grupo de homens que ajuda para o óbito (ajuda cavar o buraco, acompanha a família e tem um fundo para ajudar nestes casos) e no caso de doenças (organiza pessoas para dar sangue e alimentação, dinheiro do fundo para comprar medicamentos, perguntar no Hospital se falta qualquer coisa)”.

No caso da Igreja IECA no Huambo chama-se “Comissão de Apoio” que

“no caso de óbito é para abrir a cova em conjunto com a família e, quando tiver um doente, toma conhecimento e faz visita e leva alguma coisa para ele (em casa ou hospital).”

4.4 Sociabilidade, capital social e acção colectiva nas igrejas

As igrejas são lugares de sociabilidade onde são criadas relações sociais e laços de confiança mútua entre as pessoas que as frequentam. As igrejas (e os grupos de interesse criados pelas igrejas) são geralmente os únicos espaços, exteriores à família, onde as pessoas se podem encontrar, e criar laços de confiança mútua, e onde se estabelecem redes sociais mais alargadas e inclusivas do que as outras redes sociais encontradas nos bairros, de parentesco ou entre pessoas da mesma origem. Igrejas constituem um meio onde valores de comportamento solidário circulam, onde se fala da sociedade e onde se tenta ultrapassar “as diferenças de sensibilidades e de compreensão” entre vários tipos de pessoas.

As actividades conjuntas parecem também mais fáceis de organizar dentro do quadro das igrejas. O discurso religioso, “a palavra”, enaltece já o altruísmo contribuindo talvez para reduzir a “tentação” de procurar benefícios individuais de curto prazo. A prática religiosa tende igualmente para a clareza na definição e o respeito de papéis, regras e procedimentos. Além disso, existe no meio religioso uma tradição de responsabilidade colectiva que ajuda a monitoria das regras e do uso de fundos.

A confiança na instituição religiosa parece, por outro lado, difundir-se entre os membros da igreja e estender-se às actividades empreendidas: as pessoas acreditam que a actividade beneficiará aqueles que dela necessitam e que se um dia forem elas a precisar de ajuda, o colectivo da igreja também lhes estenderá a mão. Da mesma forma elas têm confiança em que as regras e os procedimentos estabelecidos serão respeitados e estão por isso disponíveis para contribuir com dinheiro e tempo e a trabalhar em colectivo.

Os factos acima expostos levam-nos a deduzir ser elevado o nível de capital social no interior das igrejas. O capital social é aí considerável, em termos de regras e procedimentos estabelecidos (capital social estrutural), mas igualmente normas, valores, crenças, confiança (capital social cognitivo), e reflecte-se nas atitudes solidárias e no comportamento mais cooperativo. Num contexto onde a solidariedade no interior das comunidades aparece fragilizada e no qual outras instituições, as instituições do Estado em particular, que teriam vocação para oferecer espaços colectivos e serviços que substituíssem a solidariedade da comunidade são inexistentes ou tão degradadas e corruptas que se tornam “não-confiáveis”, as igrejas tornam-se o único espaço colectivo viável.

No entanto, se as igrejas se tornam núcleos onde a solidariedade é forte, onde os membros são unidos e cooperam entre si, essas características não se reflectem sobre o bairro. Ou seja, embora no interior da igreja se criem redes sociais “transversais” (que “atravessam” os diversos grupos sociais), estas não se reproduzem necessariamente nas relações de bairro. Em primeiro lugar, porque os membros de uma igreja não habitam forçosamente a mesma área, como vimos acima. Depois, a existência de várias igrejas num bairro, que por vezes se disputam a importância e os crentes, não favorece a criação laços entre vizinhos que, muitas vezes, frequentam igrejas diferentes.

A promoção da acção colectiva para resolução de problemas ao nível de bairro (ou de outra área geográfica determinada) pode utilizar a experiência das igrejas para reflectir sobre o modo como se cria a confiança (na instituição, nos outros membros da igreja, na acção colectiva e no seu resultado) e como se estabelecem regras e procedimentos para a realização da acção colectiva. No entanto as igrejas e seus grupos dificilmente podem ser utilizados para promover a acção colectiva ao nível dos bairros.

Além disso, devemos também questionar-nos sobre a dinâmica social no interior das instituições religiosas. As instituições religiosas favorecem normalmente o estabelecimento de estruturas fortemente hierarquizadas que misturam uma ideologia igualitária com relações sociais marcadamente verticais. Como indica Putnam (1996)

Um sistema vertical, por mais ramificado e por mais importante que seja para os seus membros, é incapaz de sustentar a confiança e a cooperação sociais. Os fluxos de informação verticais costumam ser menos confiáveis que os fluxos horizontais (...) e o que é mais importante, as sanções que resguardam as regras de reciprocidade da ameaça do oportunismo dificilmente são impostas de baixo para cima. Somente um subalterno ousado ou imprudente, sem vínculos de solidariedade com os seus iguais tentaria punir um superior. [p.184]

Por último, se a promoção da acção colectiva tem como objectivos últimos uma maior cooperação social e a democratização da sociedade, o reforço marcado de grupos específicos, onde os vínculos interpessoais são fortes e que se distinguem de outros grupos (eventualmente fortes também) não contribui para esse objectivo; nem, obviamente, a apologia da “verticalização” das relações sociais.





VIII . A ACÇÃO COLECTIVA E A GOVERNAÇÃO LOCAL

CONTEÚDO

VIII A ACÇÃO COLECTIVA E A GOVERNAÇÃO LOCAL

1.	PORQUÊ O INTERESSE NA GOVERNAÇÃO LOCAL?	154
2.	INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS DO ESTADO NAS ZONAS PERI-URBANAS DE ANGOLA	155
2.1	A presença de instituições e serviços do Estado	155
2.2	Estrutura da Administração do Estado	156
2.3	As Administrações Municipais e Comunais	156
2.4	Sobas e sukulus	157
2.5	Comissões de Moradores	160
3.	HÁ SINERGIA ENTRE AS INSTITUIÇÕES DO ESTADO E AS FORMAS ORGANIZATIVAS DA ACÇÃO COLECTIVA?	162

1. PORQUÊ O INTERESSE NA GOVERNAÇÃO LOCAL?

A acção colectiva dos habitantes pode constituir um factor importante para a resolução de problemas práticos em zonas peri-urbanas, onde os serviços básicos são quase ou totalmente inexistentes (Capítulo IV, secção 3.3). Mesmo que essa acção colectiva venha resolver certos problemas, a acção colectiva dos habitantes não pode substituir o papel de “serviço colectivo” do Estado. Com efeito, há certos serviços que apenas o Estado tem a capacidade de oferecer, para além do facto de o Estado ter a responsabilidade de fornecer os serviços colectivos básicos, sobretudo nos bairros peri-urbanos onde os habitantes são pobres e não podem pagar os serviços privados.¹

Os serviços privados actuais (por exemplo, as escolas tipo “explicações”, o fornecimento de água por camiões e tanques) são caros e de baixa qualidade. Na realidade, os moradores de bairros peri-urbanos consideram que o Estado tem responsabilidades neste campo e não estão a favor de serviços puramente privados. Os habitantes dos bairros peri-urbanos percebem igualmente que os serviços privados deveriam de qualquer modo ser supervisionados pelo Estado e que este não tem capacidade para tal.

A possibilidade de complementaridade na prestação de serviços básicos entre organizações da comunidade e do Estado, sobretudo nas zonas peri-urbanas da África, da América Latina e da Ásia, suscita cada vez mais interesse. A literatura sobre esse tema é hoje já abundante. O conceito de sinergia, ou de co-produção de serviços básicos locais (Ostrom, 1996), chama a atenção para o potencial que existe na cooperação entre o Estado e as organizações comunitárias. Por exemplo, os chafarizes nas zonas peri-urbanas dependem das condutas de água das Empresas de Água. Mas, por outro lado, como vimos, essas empresas não têm capacidade para gerir cada um dos chafarizes. A gestão a esse nível tornar-se-á provavelmente mais eficaz se resultar da acção colectiva dos moradores para tal efeito. Uma campanha de limpeza que varre as ruas não resolve a questão da sujidade das ruas se não existir um serviço que transporte o lixo para uma lixeira. Mas, por outro lado, no contexto actual das zonas peri-urbanas de Angola, onde as capacidades dos serviços do Estado são muito limitadas, não é realista esperar que o Estado vá remover o lixo de cada casa (ou mesmo do interior de bairros onde as ruas são estreitas e estão em péssimas condições) sem que exista uma acção colectiva da parte dos moradores da qual resulte que o lixo passe a ser depositado em lugares onde o serviço estatal o possa recolher.

Uma parte da literatura recente sobre “governação” coloca igualmente ênfase sobre a interdependência, ao nível local, entre o Estado e a sociedade, assim como sobre os processos de negociação (em relação, por exemplo, à provisão dos serviços básicos)

¹ **As soluções individuais ou colectivas talvez sejam mais viáveis para resolver certas questões em zonas rurais, por exemplo, para resolver o problema da água. Nas cidades o abastecimento de água exige geralmente uma intervenção a um nível mais alto.**

que contribuem para uma sociedade, saudável e bem informada (Onibokun, 1999). De acordo com esta nova abordagem, existe “boa governação” quando o Estado fornece os serviços de que necessita o público, complementa as actividades dos cidadãos e das organizações locais e mantém com estes um contacto estreito (Hyden, 1992). Por exemplo, as instituições do Estado estão a exercer uma “boa governação” quando criam a possibilidade de definir, em conjunto com os moradores de um bairro, os lugares de onde será removido o lixo e a hora a que o vai fazer, permitindo assim que os moradores saibam onde deixar o lixo e quando.² Assim, ao nível local, a governação avalia-se sobretudo no modo como o Estado se relaciona e como procura complementaridade com os cidadãos e com as organizações locais e como busca integrar a participação e cooperação desses actores na sua actividade.³

Visto as características das instituições do Estado e o modo de governação serem fundamentais para a acção colectiva nos bairros peri-urbanos, a pesquisa interrogava-se inicialmente em relação a

o que é a presença do Estado nas zonas peri-urbanas das cidades Angolanas e como se faz a ligação (eventual) com as formas organizativas para a acção colectiva? O Estado reconhece, apoia, entende ou será hostil a estas formas de organização? Haverá exemplos de sinergia, entre as instituições do Estado e as formas organizativas para a acção colectiva na prestação de serviços às comunidades dos bairros?

O texto que se segue faz uma breve descrição das instituições do Estado, ou a este ligadas, que se encontram nas áreas peri-urbanas de Angola, assim como investiga algumas das características da relação destas instituições com os habitantes dessas áreas.

2. INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS DO ESTADO NAS ZONAS PERI-URBANAS DE ANGOLA

2.1 A presença de instituições e serviços do Estado

Como já foi notado, o nível dos serviços mais importantes (água, energia, saneamento saúde, educação por exemplo) nas áreas peri-urbanas é muito baixo. As instituições que prestam este tipo de serviços (Empresas de Águas, Saneamento e Electricidade, Ministérios de Educação e Saúde) estão sobretudo representadas nas partes urbanizadas das cidades e raramente têm delegações nas zonas peri-urbanas.

² Onibokun (1999) é um estudo do desenvolvimento de relações entre o Estado e os cidadãos em várias países africanas no ramo de remoção de lixo sólido

³ Ver World Bank (1992) e Landell-Mills e Serageldin (1991) para definições mais gerais e discussões sobre “governação”.

Embora os moradores dos bairros peri-urbanos considerem os serviços prestados pelo Estado a tarefa mais importante desta entidade, a insatisfação a esse respeito é claramente expressa: para os habitantes das áreas peri-urbanas as instituições e empresas que prestam (ou deveriam prestar) serviços urbanos colectivos estão “longe” (no sentido real e figurado) dos bairros peri-urbanos. As relações estabelecidas entre os moradores e estas instituições raramente são de confiança, de reciprocidade ou de transparência.

As reclamações em relação à dificuldade em ter conhecimento dos planos destas instituições, que, por exemplo, fazem obras ou modificações nos serviços sem qualquer aviso prévio. Em Luanda, a razão principal pela qual os Comités de Água deixam de funcionar está na Empresa de Águas deixar de fornecer a água no chafariz. No entanto, os Comités de Água não têm qualquer possibilidade de contacto com a Empresa para contornar esta situação. Por outro lado, essas instituições não reconhecem a capacidade dos moradores nem a utilidade da contribuição destas pessoas no melhoramento da prestação dos serviços.

2.2 Estrutura da Administração do Estado

A presença do Estado mais visível nos bairros peri-urbanos encontra-se no sistema administrativo. Embora com muitos pontos em comum, o sistema administrativo apresenta diferenças em cada uma das cidades.

Luanda tem Administrações Municipais, Administrações Comunais e, num nível inferior, Comissões de Moradores para as Comunas, Sectores e Quarteirões.

A Administração Municipal do **Huambo** tem responsabilidade sobre a cidade e uma área rural vasta. O Município está dividido em Comunas, que também incluem áreas urbanas, peri-urbanas e rurais. Os moradores têm pouco contacto com os representantes do sistema administrativo, recorrendo mais aos Sobas que, de facto, acabam por constituir o representante do Estado no bairro. Há aproximadamente 20 sobas nas áreas peri-urbanas, um por bairro, que são ajudados, nas suas tarefas, por Sekulus.

A Administração Municipal do **Lubango** tem também responsabilidade sobre a cidade e uma área rural vasta. Mas a cidade do Lubango não tem Comunas, possuindo, em vez disso, bairros administrativos grandes, cada um correspondendo a uma parte da cidade, com um Administrador e um Soba por cada bairro, igualmente ajudado por Sekulus.

2.3 As Administrações Municipais e Comunais

As administrações locais (municipais e comunais) têm poucos meios, questão em relação à qual os seus representantes se referem abertamente. Por outro lado, os salários dos funcionários são baixos e os orçamentos são limitados e irregulares. Essa situação está

na origem de um elevado grau de dependência em relação ao Governo Central ou Provincial. As Administrações sentem-se, conseqüentemente, meros executores dos Governos Provinciais, embora, ao mesmo tempo, tenham pouco contacto com as instituições que prestam serviços urbanos ou com os Ministérios que teriam eventualmente o poder e o orçamento para acções de desenvolvimento e reconstrução. A centralização no sistema de poder do Estado é importante, o que constitui uma herança da época colonial à qual se deu igualmente continuidade no período pós-independência. Os representantes das administrações locais dizem ter dificuldade em coordenar as acções do Estado no bairro que administram e em servir como um elo de comunicação entre os moradores e outros serviços do Estado.

Por outro lado, também são raras as instituições realmente democráticas ao nível local. As instituições democráticas, previstas nos Acordos de Paz de Bicesse e de Lusaka, não foram na verdade criadas devido ao fracasso que conheceram os processos de paz que se seguiram a esses acordos. A forte centralização no sistema do poder e a ausência de instituições democráticas ao nível local contribuem para a falta de transparência e para que não seja reconhecida a possibilidade de reciprocidade nas relações entre as instituições do Estado e os moradores.

Os moradores vêem a Administração apenas como uma instituição burocrática à qual têm (muitas vezes infelizmente) que recorrer para tratar de documentos de vários tipos, sobretudo documentação pessoal. Em certas zonas peri-urbanas de Luanda, a Administração tem igualmente adquirido alguma importância na distribuição de terrenos nos bairros, o que não acontece ainda nas outras duas cidades. Mas, de qualquer modo, o poder de decisão permanece, muitas das vezes, a um nível mais elevado e os documentos têm de passar pelo Governo Provincial ou Ministérios – o que faz com que as administrações locais sirvam apenas como canal de transmissão num processo demasiado longo.

Actualmente existe alguma esperança de que sejam lançadas reformas que favoreçam a descentralização. Na realidade, alguns sinais parecem indicar uma ligeira descentralização no sistema administrativo. As Administrações Comuns, em Luanda, por exemplo, têm já alguns meios e são chamadas a assumir mais responsabilidades.

A um nível inferior do sistema administrativo, outras estruturas, como as Comissões de Moradores, os Sobas, os Coordenadores de Zonas, os Chefes de Zonas e os Sekulus, têm um contacto mais directo com a população e estabelecem, muitas vezes, o contacto entre o morador e o sistema administrativo.

2.4 Sobas e sukulus

Nas zonas peri-urbanas das cidades do Huambo e do Lubango existem Sobas e Sekulus, considerados “autoridades tradicionais” pelo Estado, integrados no sistema de administração

estatal que paga um salário. Os termos Soba e Sekulu são derivados de palavras locais que significam autoridades na vida pre-colonial. Os Sekulus são conselheiros e ajudantes dos Sobas e não têm necessariamente autoridade sobre uma área geográfica, como acontece no meio rural.

Na verdade, a pesquisa mostra que os Sobas e Sekulus constituem um grupo bastante heterogéneo. Apenas uma minoria dos Sobas por nós entrevistados tinha sido Soba no meio rural, pertence a uma linhagem de Sobas ou tem conhecimentos em relação à “vida tradicional”. Os poucos que tinham sido Sobas rurais mostram orgulho na vida tradicional e nas cerimónias e tentam manter certos aspectos da “vida tradicional”. A maioria dos Sobas que entrevistámos provem, como vimos, de outros meios e, por essa razão, terá provavelmente muita dificuldade em reunir os critérios de “tradicionalidade” necessários para realizar “a preservação dos valores ancestrais e culturais do nosso povo”, um dos objectivos da inclusão dos Sobas e Sekulus dentro do aparelho do Estado.⁴

A opinião dos moradores em relação ao *Soba* e *Sekulus* depende geralmente das características pessoais dessa pessoa que, obviamente, variam. Alguns *Sobas* são vistos como pessoas importantes no bairro, mas em relação a outros, a maioria dos moradores não lhes reconhece grande importância ou por vezes desconhece até que eles existem.

Mesmo numa área onde o Soba é mencionado como sendo uma pessoa importante no bairro, a sua função e o seu papel no contexto peri-urbano são diferentes daqueles por ele exercidos no meio rural.

“O Soba agora é mais um conselheiro e menos um juiz. Agora é mais na base de conselhos.”⁵

Uma parte importante do trabalho dos *Sobas* e dos *Sekulus* no Lubango e no Huambo envolve a mediação de conflitos entre moradores dos bairros, tarefa que segundo eles lhes toma muito tempo. A explicação dada nas entrevistas para explicar a presença do Soba, uma figura “tradicional”, na resolução dos conflitos é que muitos desses problemas são “problemas tradicionais” (feitiço, problemas de adultério, problemas de vizinhança, etc.).

Geralmente os moradores de uma zona pela qual um determinado Soba tem a responsabilidade provêm de várias áreas e podem fazer parte de vários grupos étnico-linguísticos. Os Sobas peri-urbanos são pois nomeados para zonas que são heterogéneas socialmente. Esse facto contribuiu para a transformação do papel e da autoridade do Soba, pois alguns habitantes do bairro têm a impressão de que esse Soba representa apenas os valores do grupo a que pertence e não os valores do conjunto dos moradores do bairro.

⁴ **Diário da República de 21 de Agosto de 1992**

⁵ **Entrevista com um Soba duma linhagem antiga de Sobas que tem conhecimento vasto da vida “tradicional”**

“Todos podem ter muito respeito pelo Soba e podem aceitar a posição dele, mesmo se ele é Omuiila e os moradores são Nguanguela. Porque as pessoas migraram para a terra de outros e devem aceitar a autoridade do Soba local. Mas mesmo assim tentam resolver problemas dentro do grupo antes de levar ao Soba.”⁶

Além dos Sobas e Sekulus reconhecidos pelo Estado, existem igualmente outros Sobas e Sekulus que migraram para a cidade mas que não são reconhecidos pelo Estado. No entanto, as pessoas vindas das áreas onde esses Sobas tinham autoridade consideram-nos os “Sobas verdadeiros”. No Lubango há entre os Nguanguela

“alguns Sobas que eram mwene⁷ mas que agora não têm reconhecimento oficial no Lubango. Quando os Nguanguela precisam de conselhos, resolvem um problema entre eles e falam a estes mwene”.

Em Luanda existem também alguns Sobas deste tipo. Um grupo de pessoas que migraram juntos em 1992 e 1993 para uma área que chamam Kilombo, perto da fábrica de cerveja da Cuca, na Comuna de Hoji ya Henda, inclui Sobas provenientes da região de origem. Mas este caso não reflecte o que acontece normalmente. Em cada uma das três cidades não é comum existirem Sobas que tenham chegado à cidade com grupos de migrantes da aldeia de origem. O tipo de caso descrito anteriormente é mais vulgar nos campos de deslocados ou nas cidades do interior do país.⁸

O uso das denominações Soba e Sekulu, para descrever os níveis inferiores da Administração do Estado, pode levar a pensar que existe a possibilidade de os moradores participarem directamente nas discussões e decisões que dizem respeito à vida colectiva do bairro, já que no meio rural o Soba trabalha num *Ondjango*, lugar aberto, que permite às outras pessoas ver, ouvir e participar nas discussões, e toma geralmente as decisões num lugar público. O uso destas denominações pode fazer pensar que se trata de pessoas com estreito contacto com os moradores da área sob sua autoridade e que existem mecanismos através dos quais essas pessoas podem consultar os moradores, escutar as suas opiniões ou até prestar-lhes contas. Os resultados da pesquisa levam-nos a pensar que alguns desses Sobas são eleitos, mas que outros são nomeados por instituições superiores no sistema administrativo; que alguns eram Sobas ou Sekulus no campo, ou tornaram-se hoje figuras importantes reconhecidas pelas comunidades que moram no bairro, mas que outros não possuem ligações deste tipo (ou semelhantes) com os moradores.

⁶ **Entrevista com pessoas dos grupos étnico-linguísticos Ovimbundu e Nguanguela no Lubango, onde a maior parte dos Sobas são do grupo étnico-linguístico Nhaneka-Humbe.**

⁷ **Soba na língua dos Nguanguela**

⁸ **Andrade (2001), sobre deslocados de Malanje e da Ganda que ficaram com os Sobas anteriores. Também uma entrevista com pessoal de ONGs sobre o campo de deslocados Kasseque, perto do Huambo.**

Além disso, se a heterogeneidade dos bairros dificulta o uso de mecanismos “tradicionais” de ligação com os moradores, não existem ao mesmo tempo mecanismos formais ou “modernos” para prestar contas aos moradores ou para os consultar. Por exemplo, no meio peri-urbano, o *Ondjango* é geralmente a casa do Soba (ou, como vimos num caso, um pequeno *ondjango* no quintal com aberturas muito pequenas), o que não permite a participação dos moradores nas discussões e decisões a tomar. Ademais, os Sobas na cidade não possuem um mandato claramente estipulado. Assim, os mecanismos “tradicionais” já não estão em uso (ou não podem ser usados), mas também não foram ainda criados outros que os possam substituir no estabelecimento da autoridade dos Sobas.

A ausência de clareza em relação ao seu papel actual e o confronto com um meio social que põe em causa o seu papel original (ou “tradicional”) provoca alguma frustração e confusão na maioria dos Sobas e Sekulus que se encontra actualmente nos meios peri-urbanos. Por exemplo, os Sobas e Sekulus preferem, aparentemente, ver a sociedade e as relações sociais de numa maneira hierarquizada. O respeito que suscitavam e o poder que exerciam no meio rural é lembrado com nostalgia:

“No kimbo quando o Soba tocava o sinal, todos corriam, e tinham que cumprir a ordem.”

Mas, o que acontece é que nas zonas peri-urbanas, os habitantes não ligam a esse tipo de “ordem” sobretudo em bairros heterogéneos onde só alguns moradores partilham a mesma origem e vêem o papel ou o poder destas figuras de um modo “tradicional”. Para a maior parte dos moradores, o Soba representa valores que pertencem a um outro grupo social ou a um outro contexto, o rural, que agora já faz parte do passado. Assim, as tentativas de organizar campanhas de limpeza nos bairros (por exemplo) a partir de ordens emitidas pelos Sobas não dão resultado. E disso se queixam os Sobas:

“Anos atrás, faziam limpeza em conjunto em todo o bairro. Agora não aceitam essa ideia. Há democracia demais!”

Assim, se os Sobas e os Sekulus constituíam uma autoridade no meio rural que podia fazer recurso a uma série de mecanismos e instituições para mobilizar os membros da comunidade para uma determinada tarefa ou para fazer respeitar uma regra, nos meios peri-urbanos actuais, por razões ligadas às características do contexto e a uma certa confusão que reina em torno do estatuto e do papel das autoridades tradicionais, os Sobas e os Sekulus não têm capacidade para organizar a acção colectiva nos bairros.

2.5 Comissões de Moradores

Em Luanda não existiam *Sobas* e *Sekulus* até ao ano 2000, quando foram nomeados Sobas em certos bairros de Luanda. No entanto, nesta cidade existem geralmente

Comissões de Moradores ao nível da Comuna, Sector e Quarteirão, o que não é o caso das cidades do Huambo e do Lubango.⁹

Existe um regulamento sobre Comissões de Moradores em Luanda, ao qual todos os membros dessas Comissões se referem, mas que, aparentemente, nunca foi publicado no Diário da República. O regulamento descreve as Assembleias de Moradores e propõe modos de funcionamento bastante transparentes, mas, na prática, os membros vêm os membros das Comissões de Moradores como dependentes da Administração Estatal e assinalam influências partidárias no modo como estas funcionam. Na realidade, os moradores não mostram ter conhecimento da possibilidade de existência das Assembleias de Moradores ou de outros mecanismos de prestação de contas das Comissões de Moradores perante eles.

Também é frequente os moradores terem conhecimento da existência das Comissões de Moradores, mas não saberem muito bem para que servem, o que fazem ou quem são actualmente os membros dessas entidades.

Aparentemente, quando existem, uma das funções dos membros das Comissões de Moradores, de um modo similar ao dos *Sobas* e *Sekulus*, é a mediação de conflitos. No entanto em Luanda, nos bairros onde as Comissões de Moradores são mais comuns, a referência aos conflitos de origem “tradicional” é mais rara. Os conflitos onde intervêm os membros das Comissões de Moradores são mais situações de “conflito doméstico”, ou seja, discussões entre vizinhos e disputas familiares.

Quando há conflito entre vizinhos resolve-se ao nível de vizinhos ou da comissão de moradores, em casos mais complexos recorre-se à Polícia (Luanda)

As Comissão de Moradores aparecem assim como um órgão parcialmente institucionalizado, com um estatuto, objectivo, função e papel pouco claros. Embora o esboço de regulamento que existe leve a pensar que se trata de um instituição democrática, transparente e próxima dos habitantes do bairro, a prática demonstrada nos anos de existência desta instituição junto dos habitantes dos bairros peri-urbanos, “instituiu-a” como um órgão acima de tudo dependente da Administração Estatal. Para além disso, as Comissão de Moradores, tal como os *Sobas* e *Sekulus*, não possuem capacidade para intervir em relação a problemas e dificuldades “sérias” das áreas peri-urbanas, mas encontram-se mais bem remetidas ao tratamento de questões domésticas.

⁹ **No Lubango de vez em quando foram mencionados Comissões de Moradores por certos moradores antigos, mas não era possível confirmar a existência delas. A maior parte das pessoas que falavam delas diziam que eram membros. Outras pessoas muito raramente tinham conhecimento de tais estruturas.**

3. HÁ SINERGIA ENTRE AS INSTITUIÇÕES DO ESTADO E AS FORMAS ORGANIZATIVAS DA ACÇÃO COLECTIVA?

Finalmente, as estruturas de governação local são bastante débeis. O ambiente institucional nos meios peri-urbanos é frágil, com pouca transparência e regras incertas. Os vários tipos de instituição têm pouca articulação e raros são os mecanismos de diálogo existentes entre eles. A inclusão de elementos com referências “tradicionais” (*Sobas* e *Sekulus*) em vez de reforçar a governação local está na origem de alguma confusão e ambiguidade: essas instituições não possuem regras estabelecidas nos meios peri-urbanos, seguindo normas “tradicionais” que, num contexto completamente diferente, para além de não serem necessariamente conhecidas nem partilhadas por todos os habitantes, se confrontam por vezes a situações não “previstas” pelas normas “tradicionais”.

Para além disso, a acção colectiva é dificultada pela impossibilidade de diálogo com as instituições que deveriam fornecer os serviços mais importantes nos bairros peri-urbanos. Os habitantes dessas áreas têm a impressão de que essas instituições e empresas se encontram geograficamente longe dos bairros peri-urbanos e institucionalmente distantes, já que para esses habitantes é muito difícil entrar directamente em contacto com elas. Também é verdade que, mesmo tendo boa vontade, essas empresas pouca experiência (ou tradição) de trabalho directo com o consumidor possuem – para além das cobranças, de vez em quando – muito menos experiência de trabalho de modo participativo ou que peça diálogo e negociação. Por outro lado, o sistema administrativo também não fornece um caminho de contacto entre os moradores e essas instituições e empresas. As entidades do Estado que têm mais contacto com os habitantes dos bairros (administrações locais, Comissões de Moradores, Sobas do Bairro) envolvem-se mais na resolução de conflitos demasiado localizados e problemas menores. Essas autoridades não têm experiência na facilitação do contacto com os fornecedores de serviços básicos nem em encorajar a participação activa da população na resolução dos problemas do bairro. Além disso, mesmo as autoridades mais próximas ao nível do bairro não prestam contas aos moradores, mas sim aos níveis superiores da hierarquia do Estado.

Segundo Hyden (1992) e Onibokun (1999) quatro elementos interligados contribuem para uma “boa governação”. O primeiro elemento é a possibilidade de confiança entre o Estado e os cidadãos. Se esta confiança não existe, os indivíduos e as organizações não vêem a utilidade da participação na vida pública, pois não acreditam que daí possa advir nenhum benefício. De modo similar, mas oposto, as instituições do Estado não verão também nenhum benefício em encorajara participação popular. A confiança poderá crescer apenas através de um processo gradual de aproximação e de diálogo durante o qual os moradores ganharão confiança em que, usando o exemplo da recolha do lixo, a instituição do Estado responsável irá remover o lixo do lugar combinado à hora combinada; ao mesmo tempo, ao longo do mesmo processo, a instituição ganhará confiança em que os moradores irão deixar o lixo no lugar combinado à hora combinada. O segundo elemento está

na possibilidade de reciprocidade nas relações entre o cidadão e o Estado: a interdependência entre o Estado e os cidadãos deverá ser reconhecida pelos dois lados, assim como deve ser explicitada e valorizada a possibilidade de benefício mútuo que pode advir da cooperação e do reconhecimento da necessidade da cooperação, (por exemplo do reconhecimento mútuo de que o público e o Estado desejam ver removido o lixo e de que para que isso seja feito necessitam da ajuda um do outro). O terceiro elemento é a possibilidade de transparência e de prestação de contas nas relações e de monitorar o cumprimento das acções concordadas – por exemplo de saber até que ponto o lixo foi deixado no lugar concordado e daí removido. O quarto elemento é a competência e a eficiência das instituições do Estado, o elemento “clássico” da “boa governação” que não deixa de ser importante: o bom funcionamento interno das instituições continua a ser fundamental para que o Estado possa servir correctamente o público e cumprir com os compromissos assumidos junto dos cidadãos.

As condições necessárias para a boa governação são semelhantes às condições favoráveis à acção colectiva. Pode-se assim conceber a sinergia entre as instituições do Estado e as organizações comunitárias como uma forma de acção colectiva a um nível mais elevado. A criação desta sinergia depende igualmente da possibilidade de ultrapassar o dilema da acção colectiva, mas a um nível diferente. De forma semelhante ao que se passa frequentemente entre indivíduos, os moradores peri-urbanos mostram pouco entusiasmo diante da necessidade de se organizarem para negociar com Ministérios e Empresas Estatais, pois a expectativa em relação ao sucesso da “negociação” é muito baixa. A confiança na capacidade e na fiabilidade dessas instituições é tão reduzida que os habitantes dos bairros peri-urbanos defendem não valer a pena organizarem-se para com elas negociar. O melhor é, dizem os moradores, cada vez que possível, evitá-las!

Apesar de todas essas dificuldades, o trabalho das organizações de desenvolvimento não pode ignorar a administração Estatal e as instituições que fornecem serviços nos bairros peri-urbanos. O apoio à acção colectiva nas áreas peri-urbanas envolve necessariamente o apoio aos órgãos de governação local, para que esta se torne mais eficiente e seja capaz de fazer a ligação com a acção colectiva ao nível dos habitantes e organizações comunitárias locais. Na realidade, esse tipo de relação entre os órgãos de governação local e os habitantes e organizações dos bairros peri-urbanos pede o governo local adquira novas capacidades – não apenas capacidades administrativas e de gestão, mas igualmente capacidades de negociação e de mediação dos vários interesses, em processos que encorajem a participação dos cidadãos e das organizações locais. por exemplo promovendo a capacitação do governo local, a aproximação do governo local com organizações de acção colectiva, assim como a capacitação das organizações de acção colectiva para que estas possam dialogar com as autoridades locais a partir de uma posição mais sólida.





IX . CONCLUSÕES

E IMPLICAÇÕES

CONTEÚDO

IX CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

1.	BUSCANDO SOLIDARIEDADE E ACÇÃO COLECTIVA	168
1.1.	Impacto da migração sobre as redes sociais	168
1.2	A solidariedade nas áreas peri-urbanas: frágil e confinada	171
1.3	A acção colectiva: a quase inexistência...	172
2.	SAINDO DOS DILEMAS DA ACÇÃO COLECTIVA	175
2.1	Será mesmo importante apoiar a acção colectiva nos meios peri-urbanos?	175
2.2	É possível ou não a acção colectiva nos meios peri-urbanos?	175
2.3	Algumas ideias para prosseguir	177
2.4	Implicações para as organizações de desenvolvimento	178

1. BUSCANDO SOLIDARIEDADE E ACÇÃO COLECTIVA

O estudo actual tinha como objectivo melhor compreender as formas organizativas para a acção colectiva nas zonas peri-urbanas de Angola, assim como o modo como as organizações e mecanismos para a acção colectiva se adaptaram à mudança social deste últimos anos, em particular à migração para as cidades. No início da nossa pesquisa, nós supúnhamos que na base da existência de formas organizativas para a acção colectiva de um determinado bairro estariam comunidades onde formas de solidariedade existiriam, de modo dinâmico e vivaz, entre os diferentes actores e grupos sociais.

A existência de formas de solidariedade entre os membros dessas comunidades, por sua vez, estaria fortemente dependente de:

- a reminiscência de instituições tradicionais onde atitudes de solidariedade são fortemente presentes (por exemplo, as instituições do tipo *ondjuluka*); essas instituições, mesmo tendo-se transformado no contacto com o meio urbano, ter-se-iam adaptado e continuado a estar na base de formas locais de solidariedade;
- redes sociais estabelecidas entre vizinhos, por entre as quais o laço social fosse forte, que gerariam variados mecanismos e formas de solidariedade entre essas pessoas. A ideia era reforçada por uma outra hipótese: a de que o bairros peri-urbanos contivessem zonas de alguma homogeneidade (sobretudo étnica, de região de proveniência e/ou de tempo de instalação no bairro).

1.1 Impacto da migração sobre as redes sociais

A migração em Angola é um fenómeno com uma história já relativamente longa, embora se tenha intensificado e assumido hoje, com a guerra das últimas décadas e o fenómeno dos deslocados, uma dimensão nunca antes conhecida. Na época colonial, a ocupação das terras pelos colonos tinha já transformado a distribuição geográfica da população rural: “o contrato” havia retirado grande número dos homens das aldeias, por períodos longos; os impostos e as culturas obrigatórias tinham já perturbado o ritmo de vida das aldeias; a integração dos *sobas* nos sistema de administração colonial, fez com que, em várias regiões, os *sobas* passassem a ser vistos mais como uma parte dessa administração do que como defensores das instituições tradicionais.

A influência crescente do cristianismo, durante a época colonial, teve igualmente um forte impacto sobre a organização social rural, pois as missões cristãs procuraram destruir as formas de organização social local e fragilizar os valores tradicionais para os substituir por modos de organização e valores à imagem das missões.

Depois da Independência, os diferentes conflitos e o colapso da economia rural provocaram o crescimento da migração para as cidades e deram origem ao fenômeno dos “deslocados”. A partir de 1983, a insegurança nas áreas rurais cresceu ainda mais provocada pelo que ficou conhecido como a “guerra suja”, que promoveu o medo e a desconfiança no seio das comunidades rurais, perturbou a organização social local e tornou mais importante a migração para as cidades.

Em relação à migração posterior à independência, a pesquisa mostrou que “os deslocados” haviam partido das áreas de origem em várias circunstâncias (Capítulo III). Contrariamente ao que é normalmente difundido, apenas alguns dos numerosos deslocados fugiram em grupos e, mesmo nestes casos, esses grupos foram-se muitas vezes desfazendo ao longo do percurso. Muitos dos deslocados foram forçados a fugir várias vezes, o que contribuiu para separar ainda mais os grupos. A ideia de que em Angola “os deslocados fogem e permanecem em grandes grupos que incluem os chefes e as estruturas sociais” apenas corresponde à verdade em algumas cidades do interior e em certos campos de deslocados. Os deslocados que hoje se encontram nas cidades maiores e nas áreas do litoral, fizeram uma viagem mais longa e também se deslocaram mais vezes; por essa razão, é mais provável que essas pessoas tenham chegado à cidade apenas com a família ou mesmo individualmente.

A diversidade e a complexidade dos percursos migratórios (em termos de origem e tipo de migrante, e em termos do tempo e método de migração) estão parcialmente na origem da heterogeneidade social das zonas peri-urbanas (Capítulo IV).

A relativamente rara homogeneidade social (em termos de grupo étnico-linguístico, origem ou data de chegada ao bairro) é também explicada pelas dificuldades que encontram os novos migrantes em localizar (nas cidades já cheias) um terreno ou uma casa que esteja perto de familiares, pessoas da mesma origem ou amigas. Os recém-chegados raramente têm dinheiro suficiente para comprar um terreno ou uma casa perto de conterrâneos que já se tinham instalado na cidade. Assim, as pessoas dizem “aqui na cidade onde te aparece a casa é onde vives”; ou “vivemos todos misturados e há de tudo”. As pessoas da mesma origem não chegam à cidade necessariamente ao mesmo tempo, nem se instalam no mesmo sítio. Isto parece acontecer nas três cidades estudadas (Luanda, Lubango e Huambo).

Por último, os movimentos importantes de pessoas entre os bairros ainda tornam-nos igualmente mais heterogêneos. O mercado de terrenos e de casas parece bastante dinâmico, pois as pessoas mudam de casa (e de bairro) para evitar um aumento de renda ou para sair de uma casa de aluguer para uma casa por elas adquirida (onde se sentem mais seguras).

A heterogeneidade de grande parte dos bairros tem consequências sobre a densidade e a extensão das redes sociais: as relações sociais de confiança não são forçosamente estabelecidas entre vizinhos; o laço social entre estes é frequentemente “frouxo”, fazendo

com que seja débil a coesão social local e, por isso, também pouco numerosas e muitas vezes frágeis as redes sociais aí estabelecidas. As redes sociais existem, mas não se criam, na maior parte das vezes, sobre relações puramente de vizinhança.

Alguns casos marcam a excepção a esta quase regra:

- a) algumas áreas de zonas mais antigas, já densamente habitadas há várias décadas, onde as pessoas se mantiveram vizinhas ao longo de todo esse tempo, tendo podido tecer laços sociais mais fortes;
- b) alguns espaços (mas não todos) de homogeneidade étnico-linguística, como no caso de algumas comunidades de origem bakongo.

Aliás, relações sociais de solidariedade não existem necessariamente em bairros de homogeneidade étnico-linguística, se os moradores não se conheciam antes. O factor importante para a criação de redes sociais fortes não é a homogeneidade étnico-linguística, mas sim o facto de se ter vindo da mesma aldeia ou Comuna, ou seja de ter podido participar das mesmas redes sociais no contexto rural, através das quais as pessoas se foram conhecendo e estabelecendo relações de confiança. Isto nem sempre acontece no meio peri-urbano, mesmo entre pessoas pertencentes ao mesmo grupo étnico-linguístico.

Mais do que do facto de partilhar um espaço de vizinhança, as redes sociais mais densas nascem muitas vezes de outro tipo de relação social:

- a) das relações de parentesco ou a estas assimiladas;
- b) das comunidades de carácter religioso.

O apoio dos membros da família alargada é aliás muito importante para o migrante que chega à cidade para se estabelecer. Mas mesmo nesse caso, surgem normalmente tensões quando os migrantes permanecem com a família por demasiado tempo. Pressionados, os migrantes tentam localizar uma casa (ou um terreno onde construir) o mais rapidamente possível; por essa razão, acontece muitas das vezes que a casa encontrada esteja num outro bairro. As famílias alargadas acabam dessa forma por se espalhar por entre vários bairros.

Por outro lado, também é raro que as comunidades religiosas sejam compostas por habitantes de um determinado círculo de vizinhança. As comunidades religiosas não possuem, por isso, representação espacial definida, embora elas constituam dos poucos lugares de relações sociais “transversais”, ou seja, onde pessoas de características sociais diferentes se encontram e convivem.

1.2 A solidariedade nas áreas peri-urbanas: frágil e confinada

A forte migração para as zonas peri-urbanas das cidades parece assim ter contribuído para debilitar as redes sociais nessas áreas. No entanto, é provável que as instituições tradicionais da solidariedade já se encontrassem fragilizadas antes da migração para a cidade, em particular nas áreas do centro-oeste do país.

Com efeito, as áreas Ambundu e Ovimbundu foram as mais afectadas pela colonização e pelas transformações sociais e económicas ligadas a esse processo. Estas regiões foram igualmente aquelas que, durante a época colonial, mais fortemente alimentaram os fluxos migratórios em direcção às cidades estudadas. Parece então plausível supor que uma parte considerável dos migrantes para as cidades tenha transportado instituições que já não eram tão vigorosas como nós inicialmente supúnhamos.

Por outro lado, a heterogeneidade de grande parte dos bairros não permitiu que, entre vizinhos, se continuasse a praticar ritos e instituições tradicionais, já que estes não eram partilhados por todos os habitantes.

Outro aspecto com impacto negativo sobre a prática das instituições tradicionais de solidariedade nas áreas peri-urbanas parece ter sido a passagem à monetarização das transacções. “Aqui na cidade, a lavra é bolso”, assim exprimem algumas das pessoas entrevistadas o choque do contacto com o “ter de ganhar dinheiro”. A entrada da moeda como intermediário nas trocas e a expectativa em relação à remuneração pelos pequenos serviços e favores prestados retira-os (esses serviços e favores) do campo das trocas simbólicas e da dinâmica da “reciprocidade generalizada” – essa contínua relação de troca no interior da qual cada um “sabe”, poder vir a contar com o outro no futuro, se e quando disso tiver necessidade. Esse facto fornece parcialmente a explicação da prática “confinada” das formas tradicionais de solidariedade, em particular, em Luanda. Excepção parcial a essa outra quase regra encontra-se em algumas comunidades de Bakongo, em Luanda, cuja história de migração particular levou à adaptação das características da solidariedade tradicional a contextos urbanos. Outra excepção similar, na adaptação da solidariedade tradicional, parece encontrar-se nos habitantes Nhaneka-Humbe dos bairros peri-urbanos do Lubango, que, embora não constituindo provavelmente hoje a maioria dos habitantes da cidade, são a população autóctone da região.

A dificuldade em “ganhar a vida” constitui um outro factor que joga desfavoravelmente sobre as relações sociais nas áreas peri-urbanas. Como exprimiram com pesar os nossos informantes, “na cidade tudo se paga”, por isso é necessário ganhar dinheiro. E para conseguir algum dinheiro, é necessário tempo, para fazer negócios e para estar no mercado. E como “a vida está difícil”, pouco sobra: tempo para passar com os vizinhos ou dinheiro para ajudar. Sobreviver quotidianamente parece tão difícil para a maioria da população que somos

levados a questionarmo-nos em relação aos “mecanismos de sobrevivência” que sempre supusemos possuírem as comunidades peri-urbanas.

A dureza da vida nos bairros peri-urbanos coloca alguns limites mesmo à solidariedade em relação a um familiar ou amigo próximo. Para os deslocados que chegam à cidade o facto de possuir, nesse local, um familiar ou amigo que os possa acolher durante algum tempo constitui um factor importante de instalação conseguida. No entanto, a estadia em casa dos familiares não se pode estender durante muito tempo. Entre a obrigação “tradicional” de receber o familiar deslocado e o facto de que este não estar capaz de contribuir para as despesas da casa, algumas semanas farão com que este último comece a fazer pender a balança para o seu lado e com que o familiar alojado tenha de buscar um outro lugar para viver.

Assim, a expressão do espírito de solidariedade, que nós tanto esperávamos encontrar, foi empurrada para situações limite: casos de óbito e casos de doença, mais frequentemente quando para ajudar não é necessário dinheiro. Para além disso, mesmo nesses casos, a solidariedade é mais fortemente presente quando se trata de um familiar ou de um amigo muito chegado.

Enquanto que no passado o enfraquecimento dos laços tradicionais de solidariedade em áreas peri-urbanas foi compensado pela criação de associações de mutualidade (Monteiro, 1973), neste momento apenas nas comunidades religiosas as pessoas realmente se organizam para se ajudarem em caso de dificuldade maior e repentina. As igrejas parecem constituir os únicos lugares onde as pessoas estão dispostas a contribuir com dinheiro e outros bens para a criação de fundos para os momentos de “necessidade” vividos por algum dos membros da igreja. Mesmo assim, os fundos mais frequentes são aqueles relativos às “situações limite” mencionadas: óbitos e doenças.

1.3 A acção colectiva: a quase inexistência...

Os resultados da pesquisa levam a concluir que os moradores peri-urbanos não se organizam espontaneamente para resolver os seus problemas comuns. Embora, nas zonas peri-urbanas das cidades, não existam (ou sejam muito deficientes) serviços públicos básicos, como água, saneamento, escolas e postos de saúde, os moradores preferem procurar respostas individuais a estes problemas, para as quais têm muitas vezes de pagar um custo elevado em termos de tempo e dinheiro. É raro que essas pessoas procurem soluções colectivas a essas dificuldades. Uma excepção, mais uma vez, encontra-se nas igrejas, algumas das quais possuem organizações que prevêm a ajuda aos seus membros em momentos de dificuldade. Quase todos os moradores peri-urbanos frequentam uma igreja regularmente. Alguns mesmo todos os dias. O sentimento de pertencer a uma comunidade e a possibilidade de participar em formas de acção colectiva fornecem, aparentemente, motivos importantes para passar a ser membro de uma igreja.

Outra excepção, por vezes, ao fracasso da acção colectiva acontece quando esta é promovida por organizações de desenvolvimento exteriores, que tenham começado a apoiar os moradores na organização de comités para gerir e manter fontes de água ou escolas primárias. Mas, como já foi assinalado, estas organizações encontram muitas dificuldades no seu trabalho e acusam alguma frustração em relação a uma população peri-urbana, aparentemente “complicada” ou “viciada” que não quer entrar em cooperação quando um benefício rápido e claro possa daí resultar.

Como assinala Putnam (1996), a incapacidade de cooperar para proveito mútuo, mesmo quando os benefícios da cooperação parecem óbvios, não significa necessariamente ignorância ou irracionalidade. Os dilemas da acção colectiva são bem conhecidos. Como pode, cada indivíduo, ter a certeza de que o seu esforço, para resolver um problema colectivo, vai ser correspondido por um esforço similar da parte dos outros membros da comunidade, e que estes não vão tentar obter benefícios sem contribuir? Na ausência de um compromisso mútuo confiável, cada indivíduo receia que cada um dos outros vá desertar; por essa razão o resultado é frequentemente aquele que ninguém deseja – a falta de vontade de cooperar.

A obtenção de um compromisso mútuo confiável é mais provável quando os interessados pertencem às mesmas redes sociais e já viveram a experiência de realização de acções conjuntas. As pessoas que se conhecem podem exercer pressão uns sobre os outros no sentido da contribuição para o colectivo e da prestação de contas. Os grupos de pessoas que já têm experiência de acções conjuntas podem criar, com essa experiência, confiança em relação à contribuição de cada um dos outros. A confiança desse modo cresce.¹ Mas estas possibilidades de criar a capacidade de cooperar dependem do contexto social mais amplo: “o capital social” da comunidade, nas palavras do Putnam, o nível de confiança mútua e a resiliência das redes sociais.

Nas áreas por nós estudadas o nível de capital social é muito baixo e encontra-se, além disso, sob grande pressão: as normas tradicionais de solidariedade quase desapareceram, as regras, entre as quais as regras de reciprocidade, estão debilitadas, as redes sociais são confinadas a grupos específicos ou dispersas para além dos bairros.

As situações em que existem as condições para a acção colectiva são menos frequentes do que nós julgávamos no início da pesquisa. O nível de confiança entre as pessoas é baixo, tal como o é a confiança em relação a que a acção colectiva funcione, pois são poucas as experiências de acções de cooperação, voluntárias, que tenham dado resultado. Acontece frequentemente os habitantes dos bairros peri-urbanos mostrarem-se relutantes em, por exemplo, contribuir com dinheiro para que se arranje um tubo de água comum, pois desconfiarão de que o dinheiro possa desaparecer e que seja difícil pedir a prestação

¹ **A confiança consciente sobre o comportamento dos outros e não uma crença cega.**

de contas em relação a esse desaparecimento às pessoas que eram responsáveis por organizar acção. Por essa razão, as pessoas têm receio de voltar a dar qualquer contribuição. Apenas no interior de certos grupos e entre membros de igrejas existe alguma confiança e a possibilidade de pedir que sejam prestadas contas em relação a acções colectivas; o que por sua vez fará crescer o nível de confiança em relação a que a cooperação voluntária vá dar resultado.

Outra dificuldade em zonas peri-urbanas é que os problemas que podem ser resolvidos através da acção colectiva muitas das vezes exigem a participação de outras organizações (empresas de água, o Ministério da Educação, outros ministérios e empresas). Por exemplo, uma comunidade pode ocupar-se da gestão dos chafarizes, mas o tratamento e a distribuição da água dependerão, de qualquer modo, de uma empresa exterior a essa comunidade. Uma comunidade pode responsabilizar-se pela recolha do lixo no interior do bairro, mas uma autoridade ao nível da cidade deverá encarregar-se de transportar esse lixo para o aterro.

Estas organizações exteriores ao bairro constituem, assim, uma parte do dilema da acção colectiva; e, como essas empresas funcionam mal, os habitantes peri-urbanos têm pouca esperança em relação a que elas possam desempenhar um papel positivo (Capítulo VIII). A confiança, relativamente a que as contribuições monetárias dos moradores sejam utilizadas para efectivamente manter um determinado serviço ou em relação a que os fornecedores do serviço possuam os recursos, ou a vontade, de realmente o manter, é muito baixa. As empresas (privadas ou públicas) que fornecem os serviços colectivos têm geralmente pouco contacto com as áreas peri-urbanas e não estão acostumadas a métodos de trabalho que envolvam a participação ou a negociação com as comunidades locais. As instituições do Estado que têm um contacto mais frequente (ou próximo) com os moradores peri-urbanos (Administrações locais, Comissões de Moradores e Sobas do Bairro) estão normalmente envolvidas na resolução de conflitos locais e outros pequenos problemas. Por outro lado, essas instituições não têm experiência em facilitar o contacto com os fornecedores dos serviços ou em encorajar a participação da população na resolução de problemas locais. Na realidade, elas não prestam contas aos utilizadores dos serviços, mas sim a níveis superiores da hierarquia do Governo.

As comunidades organizadas talvez possam ser capazes de pedir a prestação de contas aos ministérios e empresas que deveriam fornecer serviços urbanos. Enquanto não tiverem a impressão (ou um sinal nesse sentido) de que os ministérios e empresas responderão às suas solicitações, os moradores peri-urbanos não terão nenhuma vontade nem motivação de se organizarem. A convicção de que não receberão nem se quer uma resposta das entidades superiores constitui, segundo o moradores peri-urbanos, uma das razões para não se organizarem.

2. SAINDO DOS DILEMAS DA ACÇÃO COLECTIVA

2.1 Será mesmo importante apoiar a acção colectiva nos meios peri-urbanos?

As razões para que as organizações de desenvolvimento continuem a trabalhar nas áreas peri-urbanas das cidades de Angola são numerosas. A população das cidades angolanas continua a crescer e nada indica que esta tendência se vá alterar nos próximos anos. O nosso estudo mostrou-nos aliás que, mesmo com a paz, a população das cidades continuará a crescer, quer devido à alta taxa de crescimento natural, quer com a continuação da migração em direcção às cidades. As estruturas formais, entretanto, mostram grandes dificuldades em fornecer os serviços públicos colectivos. A contribuição da acção colectiva dos habitantes das áreas peri-urbanas para a resolução do fornecimento de serviços é potencialmente muito importante.

Outra razão importante para apoiar a acção colectiva é que como diz Robert Putnam, contribui para a construção de uma comunidade com espírito cívico, o que constitui uma base fundamental para o funcionamento democrático e um bom desempenho institucional de qualquer sociedade. Os cidadãos que possuem experiência de trabalho em conjunto ganham igualmente, segundo Putnam, maior capacidade para exigir uma “boa governação”, uma gestão transparente e que o governo local ou o Estado prestem contas aos cidadãos.²

2.2 É possível ou não a acção colectiva nos meios peri-urbanos?

Como vimos, um dos factores fundamentais na acção colectiva é o capital social. O capital social é um conceito que tem vindo a ser recentemente utilizado na área do desenvolvimento, embora de modo “polivalente” por diferentes autores, que congrega vários outros conceitos (a densidade das redes sociais e as características associadas a estas redes como confiança, normas, regras e modos de organização). O conceito de capital social pode ajudar-nos explicar as dificuldades em facilitar a acção colectiva. Nas comunidades onde as reservas de capital social são baixas, onde, por exemplo, a confiança entre pessoas é frágil, é difícil criar organizações para a acção colectiva. Nas condições actuais de Angola (onde são muitas as dificuldades que as populações peri-urbanas enfrentam e é inexistente a resposta institucional) o capital social não se criará por si só: serão necessárias acções específicas nesse sentido.

² **Por exemplo, Howen (2001) propõe o uso de projectos de desenvolvimento em Angola como um meio para criar instituições comunitárias e, com o desenvolvimento do diálogo em volta delas, para criar um espaço para o exercício de uma política participativa. Esse tipo de experiência constituiria uma contribuição importante para a criação e a consolidação da paz em Angola e para um espírito de boa governação.**

Dois tipos de capital social parecem ser importantes: o capital social “vinculante”, responsável pelas ligações no interior de um grupo, e “transitante”, que permite a ligação entre grupos ou entre organizações.

Vários são os autores que sublinham a dificuldade em criar capital social: é difícil expandir as redes sociais, aumentar as reservas de confiança mútua ou criar e fortalecer normas e valores.

Uma das dificuldades está em que não existem pistas bem claras que possam ser utilizadas pelas organizações de desenvolvimento que desejem investir nessa tarefa. Os manuais para ONGs e outras organizações de desenvolvimento colocam ênfase no apoio a (ou utilização de) mecanismos e formas organizativas existentes, em particular instituições que possuam uma base forte, que estejam enraizadas na comunidades ou que sejam “tradicionais”; ou seja, aconselha-se o aproveitamento do capital social já existente.

Essa posição pressupõe que tais mecanismos ou formas organizativas existam, mesmo se pouco visíveis (ou pouco visíveis para as organizações de desenvolvimento), ou que, pelo menos, existam redes sociais fortes (com reservas de confiança mútua, normas e valores). Uma crítica frequentemente feita às ONGs é que estas acabam por criar novas organizações comunitárias sem procurar formas organizativas já existentes e sem reflectir sobre como as utilizar.³

A literatura e os manuais não dizem muito em relação a situações (por exemplo, algumas zonas peri-urbanas de Angola) onde são pouco numerosas as formas organizativas e onde são restritas as redes sociais (assim como as suas reservas de confiança mútua, normas, valores etc.). Aliás, os manuais também não dizem muito sobre como ultrapassar as dificuldades em adaptar uma forma organizativa já existente a novos tipos de tarefas (por exemplo, a adaptação de uma forma organizativa de origem rural para resolver problemas peri-urbanas).

A “abordagem a partir das comunidades” terá pouco êxito se partir do princípio de que já existem comunidades, no sentido estrito do termo, com uma história, valores e interesses comuns que possam ser mobilizados facilmente. Talvez seja necessária uma nova “abordagem a partir das comunidades” que ajude construir o capital social através de acções específicas.

³ Ver por exemplo, Narayan (1995) ou Fowler (1997)

2.3 Algumas ideias para prosseguir

É obvio que criar capital social não constituirá uma tarefa fácil; assim como não será fácil ajudar grupos de pessoas a trabalhar em conjunto ou mesmo criar as condições para isso. Trata-se de uma área nova para as organizações de desenvolvimento; uma área onde a experimentação e a avaliação contínuas são necessárias, o que pedirá às organizações de desenvolvimento uma preparação adequada.

O trabalho no sentido da criação de capital social pedirá igualmente que o engajamento com comunidades constitua um processo de longo prazo, e não um projecto-pacote de curta duração.

A estratégia mais apropriada parece ser o apoio, em paralelo, a dois aspectos do capital social: o aspecto cognitivo,⁴ que diz respeito a relações informais, normas sociais, crenças e valores; e o aspecto estrutural,⁵ que diz respeito a regras e procedimentos, papéis explicitamente definidos, capacidade e conhecimento específico. Um aspecto pode reforçar o outro; ou seja, enquanto que um elevado grau de capital social cognitivo favorece o acordo sobre regras e procedimentos, o processo de construção de regras para a acção colectiva (o trabalho no nível estrutural) cria momentos de interacção entre os participantes que contribuem para melhorar as relações sociais e para fazer “reviver” normas “positivas”.

As actividades sociais que criem um espaço de encontro, mesmo informal (o que actualmente quase não existe nas zonas peri-urbanas), podem estimular relações informais e o início de uma relação de confiança entre pessoas que vivem perto uma das outras mas que não se conhecem.⁶

Por outro lado, actividades práticas de acção colectiva bem estruturadas, podem constituir experiências positivas que contribuam para aumentar a confiança e as reservas de capital social. A questão da boa estruturação das intervenções é, na verdade, fundamental, pois uma experiência negativa pode reduzir o capital social. A pouca documentação que existe sobre a criação de capital social (Mosse, 1994) (Mosse, 1995) coloca ênfase no facto de que não existem regras definidas para a criação de organizações de acção colectiva – apenas alguns princípios.⁷ Trata-se, de qualquer modo, de um processo de longo prazo, que deve

⁴ **Ou relacional, ou difuso segundo outros autores**

⁵ **Institucional ou estruturado segundo outros autores**

⁶ **Numa entrevista com a ONG Christian Children’s Fund, foi dito que em muitos campos de deslocados os moradores pedem ajuda para construir um ondjang, às vezes com maior prioridade do que em relação a outras actividades aparentemente mais concretas, para ter um espaço social, o que parece constituir o início da reestruturação da vida e das relações sociais.**

⁷ **Narayan (1995) é também uma fonte útil, apesar de o autor se basear na possibilidade de capital social já existente. Mosse (1994), pelo contrário, assinala que, mesmo em zonas rurais, pode ser necessário criar novas instituições locais, em vez de partir do princípio de que instituições locais fortes já existam.**

ser conduzido lentamente e por etapas. Além disso, trata-se de um processo para o qual o conhecimento da dinâmica e das relações sociais é fundamental. Esse facto pede que as agências de desenvolvimento possuam técnicas de análise social e que estabeleçam uma relação mais longa e profunda com os lugares e pessoas com que trabalham. Os primeiros momentos de uma intervenção servirão apenas para conhecer e compreender de que forma se relacionam as pessoas do bairro. As técnicas do tipo do Diagnóstico Rural Participativo não parecem ser suficientes para esse género de trabalho. As primeiras acções deverão talvez orientar-se para problemas importantes, mas em relação aos quais as possibilidades de êxito sejam maiores. As etapas seguintes só poderão ser empreendidas quando de facto se tiver tido sucesso nas etapas anteriores; para além disso, será mais prudente trabalhar primeiro com formas de organização mais simples, para apenas depois intervir junto de formas de organização complexas.

A possibilidade de acção colectiva nas zonas peri-urbanas envolve, muitas das vezes, as instituições que fornecem serviços (por exemplo a água ou serviços de educação). No contexto peri-urbano, será necessário que as organizações de desenvolvimento facilitem contactos entre formas organizativas comunitárias, o governo local e as instituições fornecedores dos serviços, de modo a criar um espaço de diálogo entre esses actores que possa ser utilizado para criar relações de confiança entre eles.

Pode ser que seja possível aproveitar as normas sociais existentes (por exemplo, nas igrejas) para a acção colectiva. As Igrejas constituem pontos de estabilidade num contexto instável, mas por enquanto isolados. Existem exemplos de acção colectiva nas igrejas que mostram que os valores e as normas que favorecem a reciprocidade e promovem o bem comum continuam a existir e que estes permanecem latentes, embora sejam actualmente pouco utilizados por todas as razões por nós anteriormente assinaladas.

Como vimos, o nível de capital social “vinculante” nas Igrejas é elevado, mas esse já não é o caso para o capital social “transitante” entre as Igrejas. E é o capital social “transitante” que é necessário para enfrentar os problemas mais graves nos *bairros*, reconstruir o tecido social e contribuir para criar uma cultura de democracia.

2.4 Implicações para as organizações de desenvolvimento

As organizações de desenvolvimento em Angola estão ainda sem resposta no que respeita ao caminho a seguir no desenvolvimento comunitário em áreas peri-urbanas. Trabalhar mais nestas áreas vai implicar que as organizações de desenvolvimento aperfeiçoem as técnicas da mobilização social e de facilitação de relações entre organizações comunitárias e instituições formais. Vai ser também necessário desenvolver mecanismos para melhorar a prestação de contas dentro de organizações comunitárias e entre várias organizações engajadas na mesma actividade.

Documentar, sistematizar e reflectir sobre o processo de criação de capital social e desenvolver técnicas de análise social permitirá o processo de crítica e aprendizagem com as experiências.⁸

Este tipo de engajamento, de longo prazo, das ONGs em relação às comunidades peri-urbanas fará com que seja necessária uma visão clara em relação aos objectivos do engajamento. Apenas uma visão clara em relação ao caminho a tomar permitirá atrair financiamentos de longo prazo. Vai ser necessário “convencer” os doadores em relação à importância de sair da mentalidade de emergência de curto prazo.

“O trabalho comunitário na base de projectos de emergência, de curto prazo, é difícil. As ONGs precisam de melhorar o trabalho de organização comunitária, de se orientarem mais para este aspecto. Há muita coisa a aprender sobre as maneiras como as comunidades se organizam actualmente. É necessário compreender a base social e cultural das populações com quem se trabalha e perceber melhor as suas dinâmicas; o que leva tempo. É necessário trabalhar durante algum tempo e ter uma perspectiva de longo prazo para que seja possível ganhar a confiança da população. O trabalho humanitário está a custar muito dinheiro actualmente; no entanto, falta dinheiro para conhecer a base social das comunidades para uma futura reconstrução.” Intervenção de uma ONG num grupo de discussão de ONGs no Huambo, sobre a acção colectiva.

Por enquanto, o apoio externo a Angola é caracterizado por uma ajuda de emergência por um lado, e projectos de reconstrução física por outro. Não existem estratégias para as cidades em crescimento rápido, senão tentativas de reconstruir o que existia antes da independência (sem ter em conta que as cidades agora possuem dez vezes mais habitantes do que naquela altura). O crescimento das cidades, a ausência de serviços básicos e de qualquer estratégia para enfrentar os problemas urbanos são actualmente características comuns a vários países de na África.⁹ O conhecimento e a compreensão das mudanças sociais que acompanharam o crescimento das zonas peri-urbanas e a reconstrução do capital social e da capacidade de acção colectiva devem ser componentes importantes dessas estratégias.

⁸ Mosse (1995) descreve algumas implicações de uma nova abordagem a partir das comunidades para as organizações de desenvolvimento.

⁹ Tannerfeldt (1995) é uma descrição do crescimento urbano. NORAD (Governo da Noruega) vai igualmente publicar, dentro de breve, um documento sobre a urbanização e cooperação internacional.

- ADRA (1998). *Angola: comunidades, instituições comunitárias na perspectiva do pós-guerra*. Luanda, ADRA, Development Workshop, Alternatives.
- ADRA e Save the Children Fund. 1998. "Dinâmica do processo de reinstalação dos deslocados." Luanda: DfID, Reino Unido.
- Agadjanian, Victor. 1999. "As igrejas ziones no espaço sociocultural de Moçambique urbano (anos 1980 e 1990)." *Lusotopie* 1999:414-424.
- Amado, Filipe R, Fausto Cruz, e Ralph Hakkert. 1992. "Urbanização e desurbanização em Angola." *Cadernos de População e Desenvolvimento* 1.1.
- Amaral, I. do. 1968. *Luanda – estudo da geografia urbana*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- Anderson, Mary B, e Peter J Woodrow. 1989. *Rising from the ashes: development strategies in times of disaster*. Boulder, Colorado, EUA: Westview Press.
- Andrade, F. (1998). "Deslocados nas províncias de Malanje e Benguela", em *Angola: comunidades e instituições comunitárias na perspectiva do pós-guerra*. ADRA (ed). Luanda: ADRA, Alternatives, Development Workshop.
- Angola. 1973. "Angola – informação estatística." Luanda: Direcção Provincial dos Serviços de Estatística.
- Angola. 1995. *First roundtable conference of donors: programme of community rehabilitation and national reconciliation*. Luanda: Governo de Angola.
- Angola. 1999. *A brighter future for Angola's children: situation analysis of children*. Luanda: Governo de Angola e UNICEF.
- Berger International, Louis. 1998. "Reabilitação de abastecimento de água de Luanda: chafarizes e estratégia de implementação." Luanda: Louis Berger International Inc para o Governo Provincial de Luanda.
- Birmingham, David. 1998. "Merchants and missionaries in Angola." *Lusotopie* 1998:345-356.
- Blumer, Herbert. 1969. *Symbolic interactionism perspective and method*. Englewood Cliffs, New Jersey, EUA: Prentice-Hall.
- Bordieu, P. 1979. *La distinction – critique sociale du jugement*. Paris: Les Editions de Minuit.
- Bordieu, P. 1994. *Raisons pratiques – sur la théorie de l'action*. Paris: Editions du Seuil.
- Burnside International, R.J. 1997. "PRUALB: relatório da missão de Setembro de 1997." Ontario, Canada: PRUALB.
- Cahen, Michel. 1989. "Luanda 1974 - 1981." em *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*, Michel Cahen (ed). Paris: Harmattan (Villes et Entreprises) e University Paris 7 (Laboratoire "Tiers Monde/Afrique").
- CARE. 1994. *Food needs' assessment study for Huila and Cunene Provinces, southwest Angola*. Luanda: CARE e Bureau of Applied Research in Anthropology, University of Arizona, EUA.
- Carvalho, Ruy Duarte de. 1989. *Ana a Manda: os filhos da rede*. Lisbon: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Childs, Gladwin Murray. 1949. *Umbundu kinship and character*. Oxford University Press.
- Christoplos, Ian. 1998. "Humanitarianism and local service institutions in Angola." *Disasters* 22:1 - 20.
- Coffey, Amanda, e Paul Atkinson. 1998. *Making sense of qualitative data: complementary research strategies*. Londres: Sage Publications.
- Coleman, James S. 2000. "Social capital in the creation of human capital." Pp. 13 - 39 em *Social capital: a multifaceted perspective*, Partha Dasgupta e Ismail Serageldin (eds). Washington DC: World Bank.
- Colleta, Nat J, e Michelle Cullen. 2000. *Violent conflict and the transformation of social capital*. Washington DC: World Bank.
- Correia, José, e Júlio Morais. 1993. *A região agro-pastoril do Sul de Angola*. Lubango: ADRA e ACORD.
- Costa, António Firmino da. 1999. *Sociedade de Bairro – Dinâmicas sociais de identidade cultural*. Oeiras: Celta Editora.
- Crozier, Michel, e Erhard Friedburg. 1977. *L'acteur et le système*. Paris: Editions de Seuil.
- Dar Al Handasah. 1996. "Urban land use and growth management plan, City of Luanda." Luanda: Governo Provincial de Luanda, projecto IRE.

- Dasgupta, Partha, e Ismail Serageldin (Eds.). 2000. *Social capital: a multifaceted perspective*. Washington DC: World Bank.
- Duffield, Mark. 1994. "Complex political emergencies with reference to Angola and Bosnia: an exploratory report for UNICEF." Birmingham, Reino Unido: School of Public Policy, University of Birmingham.
- Ellis, Stephen. 1997. "Democracy in sub-Saharan Africa: where did it come from, can it be supported?" em *IDRC workshop on the role of donors in transitional settings*. Johannesburg: International Development Research Council.
- Fagen, Patricia Weiss. 1995. "After the conflict: A review of selected sources on rebuilding war-torn societies." Geneva: War-torn Societies Project.
- Fowler, Alan. 2000. "The ties that bind: civic development and the importance of trust." Discurso principal na conferência *Building capacity for development*. Nairobi, Kenya.
- Friedberg, Erhard. 1993. *Le pouvoir et la règle – dynamiques de l'action organisée*. Paris: Editions du Seuil.
- Gama, António. 1987. "Indústria e produção de um espaço peri-urbano." *Revista crítica de Ciências Sociais*.
- Geertz, C. 1973. *The interpretation of culture*. New York: Basic Books.
- Gondola. 1997. *Villes miroirs: migrations et identités urbaines à Kinshasa et Brazaville – 1930-1970*. Paris: Harmattan.
- Granovetter, Mark S. 1973. "The strength of weak ties." *American Journal of Sociology* 78:360 - 380.
- Green, Linda. 1994. "Fear as a way of life." *Cultural Anthropology* 9:227-256.
- Haguette, Teresa Maria Frota. 1987. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Brazil: Editora Vozes.
- Harbeson, John W. 1994. "Civil society and political renaissance in Africa." em *Civil society and the state in Africa*, John W Harbeson, Donald Rothchild, e Naomi Chazan (eds). Londres e Boulder, EUA: Lynne Reider.
- Harvey, P. 1998. "Rehabilitation in complex political emergencies: is rebuilding civil society the answer?" *Disasters (ODI, Londres)* 22:200 - 217.
- Heimer, Franz Wilhelm (Ed.). 1973. *Social Change in Angola*. Munchen: Weltofrum Verlag.
- Henderson, L. W. (1990). *A igreja em Angola – um rio com várias correntes*. Lisboa, Editorial Além-Mar.
- Howen, Nicholas. 2001 forthcoming. "Peace-building and civil society in Angola – a role for the international community." DfID, Reino Unido.
- Hyden, G. 1992. "Governance and the study of politics." em *Governance and politics in Africa*, G Hyden e M Bratton (eds). Boulder, Colorado, EUA: Lynne Rienner.
- INE. 1993. "Caracterização da população deslocada e dos campos de recepção – relatório final." Luanda: INE para MINARS e UNICEF.
- INE. 2000. "Inquérito sobre a disposição e capacidade no pagamento dos serviços sociais básicos." Luanda: UNICEF e Banco Mundial.
- IOM. 1996. "Post-war population movements in Angola." Luanda: International Organisation for Migration.
- Keohane, Robert O. 1986. "Reciprocity in international relations." *International Organization* 40:1 - 27.
- Kreuger, Richard. 1994. *Focus groups: a practical guide for applied research*. Londres: Sage Publications.
- Landell-Mills, P, e I Serageldin. 1991. "Governance and the development process." *Finance and Development* 28:13-24.
- Lundin, Irae. Unpublished. "The role of kinship in an urban context: a study of survival strategies in a situation of generalised crisis – the special case of Maputo City."
- Marie, Alain (Ed.). 1997. *L'Afrique des individus*. Paris: Karthala.
- Mason, Jennifer. 1996. *Qualitative researching*. Londres: Sage Publications.
- Mauss, Marcel. 1950. *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF.

- Messiant, Christine. 1989. "Luanda 1945 - 1961." em *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*, Michel Cahen (ed). Paris: Harmattan (Villes et Entreprises) e University Paris 7 (Laboratoire "Tiers Monde/Afrique").
- Messiant, Christine. 1994. "Angola, les voies de l'éthnisation et de la décomposition, parte I." *Lusotopie* 1 - 2:155 - 210.
- Messiant, Christine. 1995. "Angola, les voies de l'éthnisation et de la décomposition, parte II." *Lusotopie*:181 - 212.
- Messiant, Christine. 1998a. "Conhecimentos, poderes, intervenções, comunidade – da guerra à paz." em *Angola: comunidades, instituições comunitárias na perspectiva do pós-guerra*, ADRA (ed). Luanda: ADRA, Alternatives, Development Workshop.
- Messiant, Christine. 1998b. "Protestantismes en situation coloniale: quelles marges?" *Lusotopie* 1998:245-256.
- Miles, Matthew, e Michael Huberman. 1994. *Qualitative data analysis: an expanded sourcebook*. Londres: Sage Publications.
- Minter, William. 1994. *Apartheid's Contras*. Londres: Zed Books.
- Monteiro, L. 1973a. "From extended family to residual family: aspects of social change in the musseques of Luanda." em *Social Change in Angola*, Franz Wilhelm Heimer (ed). Munchen: Weltforum Verlag.
- Monteiro, L. 1973b. *A família nos musseques de Luanda: subsídios para o seu estudo*. Luanda: J.A.S.T.A.
- Morgan, David. 1993. *Successful focus groups*. Londres: Sage Publications.
- Moser, Caroline. 1996. *Confronting crisis: a comparative study of household responses to poverty and vulnerability in four poor urban communities*. Washington DC: World Bank "environmentally sustainable development studies and monographs".
- Mosse, David. 1994. "Research issues in natural resource management." Swansea: Centre for Development Studies, University of Wales, Swansea.
- Mosse, David. 1995. "Social analysis in participatory rural development." *IIED PLA Notes* 24.
- Narayan, Deepa. 1995. "Designing community based development." Washington DC: World Bank.
- NEP, Núcleo de Estudos da População -. 1992. "A população Angolana e as suas características socio-demográficas." *Cadernos de população e desenvolvimento* 1.
- Neto, Maria da Conceição. 1991. "A influência da missões na alteração das estruturas sociais, valores e atitudes nas sociedades rurais do Planalto Central de Angola de 1930 a 1960." em *II Colóquio Internacional em Ciências Sociais sobre África da Língua Oficial Portuguesa*. Bissau.
- Neto, Maria da Conceição. 1997. "Ideologias da colonização de Angola." *Lusotopie* 1997.
- Neto, Maria da Conceição. (1998). "A contribuição da história", em *Comunidades e organizações comunitárias em Angola*. ADRA (ed). Luanda: ADRA and Development Workshop.
- Neto, Maria da Conceição. 1999a. "Reflexões duma historiadora." em *Angola e as religiões: uma visão social*, Fatima Viegas (ed). Luanda: Fátima Viegas.
- Neto, Maria da Conceição. 1999b. "Os usos e abusos da história." em *Agora*. Luanda.
- Neto, Maria da Conceição. 2000a. "Grandes projectos e tristes realidades: aspectos da colonização do Planalto Central Angolano 1900-1930." em *III reunião internacional de história da África*. Lisbon.
- Neto, Maria da Conceição. 2000b. "Angola no século XX." Pp. 175-195 em *O império Africano (séculos XIX e XX)*, Alexandre Valentim (ed). Lisbon: Edições Colibri.
- Nordstrom, Carolyn. 1992. *Paths to domination, resistance and terror*. Berkley: University of California Press.
- Norton, John. 1999. "Preface." em *Development in disaster-prone places: studies of vulnerability*, James Lewis (ed). Londres: IT Publications.
- Nunez, José Fernandez. 1981. *Muceques y colonialismo*. Havana, Cuba: Editorial Letras Cubanas.
- Onibokun, Adepoju G (Ed.). 1999. *Managing the monster: urban waste and governance in Africa*. Ottawa: International Development Research Centre.

- Ormerod, Paul. 1994. *The Death of Economics*. Londres: Faber.
- Ostrom, Elinor. 1990. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ostrom, Elinor. 1996. "Crossing the great divide: co-production, synergy and development." *World Development* 24.
- Ostrom, Elinor. 2000. "Social capital: a fad or a fundamental concept?" Pp. 172 - 214 em *Social capital: a multifaceted perspective*, Partha Dasgupta e Ismail Serageldin (eds). Washington DC: World Bank.
- OXFAM. 1999. "Panorâmica do ensino primário em Luanda." Luanda: OXFAM (UK e Ireland).
- Pacheco, Fernando. 1991. "A sociedade rural na Angola dos anos 60: o caso de Malanje." em *II colóquio internacional em ciências sociais sobre a África de língua oficial Portuguesa*. Bissau.
- Pacheco, F. (1998). "Comunidades rurais do Huambo", em *Angola: comunidades e instituições comunitárias na perspectiva do pós-guerra*. ADRA (ed). Luanda: ADRA, Alternatives, Development Workshop.
- Padgett, Deborah K. 1998. *Qualitative methods in social work research – challenges and rewards*. Thousand Oaks: Sage.
- Pepetela. 1990. *Luandando*. Porto, Portugal: Elf Aquitaine.
- Pereira, Luena Nascimento Nunes. 1999. "Os regressados na cidade de Luanda." Tese. *Departamento de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Péclard, Didier. 1998. "Eu sou Americano." *Lusotopie* 1998:357-376.
- Péclard, Didier. 2000. "Missions et Nationalisme: Hypothèses théoriques et historiques autour du cas angolais." Pp. 312-331 em *Dynamiques religieuses en Afrique australe*, Véronique Faure (ed). Paris: Karthala.
- Pélissier, René. 1979. *Le naufrage des caravelles – études sur la fin de l'empire portugais (1961-1975)*. Orgeval: Editions Pélissier.
- Pössinger, Herman. 1973. "Interrelations between economic and social change in rural Africa: the case of the Ovimbundu of Angola." em *Social change in Angola*, Franz-Wilhelm Heimer (ed). Munich: Weltforum Verlag.
- Pössinger, Herman. 1986. "A transformação da sociedade umbundu desde o colapso do comércio das caravanas." *Revista Internacional de Estudos Africanos* 4.
- Prendergast, J. 1997. *Crisis response, humanitarian band aids in Sudan and Somalia*. Londres e Chicago: Pluto.
- Putnam, Robert O. 1993. *Making democracy work: civil traditions in modern Italy*. Princeton, New Jersey, EUA: Princeton University Press.
- Richardson, Anna. 1999. "Internal displacement in southern Africa – focus on Angola." *Writenet*.
- Robson, Paul. 1998. "Comunidades e instituições comunitárias em Luanda", em *Angola: comunidades e instituições comunitárias na perspectiva do pós-guerra*. ADRA (ed). Luanda: ADRA, Alternatives, Development Workshop.
- Robson, Paul (Ed.). 2001. *Communities and reconstruction in Angola*. Guelph: Development Workshop.
- Roche, Chris. 1994. "Operationality in turbulence." *Development in Practice (Oxfam UK)* 4.
- Rogério, Filipe. 1997. "Luanda: ocupação espontânea, identidade socio-cultural e a forma urbana." Venezia: Instituto Universitário de Arquitectura de Venezia.
- Rose, Richard. 2000. "Getting things done in an anti-modern society: social capital networks in Russia." Pp. 147 - 171 em *Social capital: a multifaceted perspective*, Partha Dasgupta e Ismail Serageldin (eds). Washington DC: World Bank.
- Sahlins, Marshall. 1972. *Stone age economics*. Chicago: Aldine-Atherton.
- Schubert, Benedict. 1999. "Os protestantes na guerra angolana depois da independência." *Lusotopie* 1999:405-414.
- Schubert, Benedict. 2000. *A guerra e as igrejas: Angola 1961 - 1991*. Lucerne, Switzerland: P. Schlettwein Publishing.
- Sogge, David. 1996. *Challenges to civil initiatives amidst Angola's precarious peace*. Brussels, Belgium: AWEPPA.

- Srinivasan, Lyra. 1990. *Tools for community participation*. New York: UNDP/PROWESS.
- Srinivasan, Lyra. 1992. *Options for educators*. New York: PACT/CDS.
- Stiefel, Matthias. 1998. "Rebuilding after war: a summary report of the war-torn societies project." Geneva: War-Torn Societies Project.
- Swift, Jeremy. 1996. "War and rural development in Africa." *Institute of Development Studies Bulletin, Brighton*, 27.
- Tali, Jean-Michel Mabeko. 1993. "Les Bakongo et la transition démocratique en Angola: Démocratie ou représentation ethnique – régionale?" em *Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)*. Paris.
- Tali, Jean-Michel Mabeko. 1999. "Congolenses, Congolenses, Zairenses: Le poids des mots et des désignations." em *Etre étranger et migrant en Afrique au XXe siècle*, Université Paris Laboratoire Sedet (ed). Paris.
- Tannerfeldt, Goram. 1995. *Towards an urban world: urbanisation and development assistance*. Stockholm. SIDA.
- Taylor. 1982. *Community, anarchy and liberty*. New York: Cambridge University Press.
- Torres, Ana. 1973. "Implantação e crescimento dos musseques." . Luanda: Luanda.
- Torres, Adelino. 1989. "Le processus d'urbanisation de l'Angola pendant la période coloniale (années 1940-1970)." em *Bourgs et villes en Afrique Lusophone*, Michel Cahen (ed). Paris: L'Harmattan (Villes et Entreprises) e University Paris 7 (Laboratoire "Tiers Monde/Afrique").
- Tvedten, Inge. 1997. *Angola: the struggle for peace and reconstruction*. Boulder, Colorado, EUA: Westview.
- UCAH. 1995. "Internally displaced persons in Angola." Luanda: UCAH.
- UNDP. 1997. "Relatório do Desenvolvimento Humano, Angola 1997." Luanda: United Nations Development Programme.
- UNDP. 1999. "Relatório do Desenvolvimento Humano, Angola 1999." Luanda: United Nations Development Programme.
- UNDRO. 1981. "Report of the multi-agency fact-finding mission to Angola." UNDRO.
- UNICEF. 1991. "Angola: dados básicos 1991." Luanda: UNICEF Angola.
- Uphoff, Norman. 1993. "Grassroots organisations and NGOs in rural development: opportunities with diminishing states and expanding markets." *World Development* 21:607 - 622.
- Uphoff, Norman. 2000. "Understanding social capital: learning from the analysis and experience of participation." Pp. 235 - 252 em *Social capital: a multifaceted perspective*, Partha Dasgupta e Ismail Serageldin (eds). Washington DC: World Bank.
- Urquhart, Alvin W. 1963. "Patterns of settlement and subsistence in south-western Angola." Washington DC, EUA: National Academy of Sciences.
- Viegas, Fátima. 1999. *Angola e as religiões: uma visão social*. Luanda: Fátima Viegas.
- Waal, Alex de. 1996. "Contemporary warfare in Africa: changing context, changing strategies." *Institute of Development Studies Bulletin, Brighton*, 27:6-16.
- World Bank. 1991. "Lobito Benguela Urban Environmental Rehabilitation Project." World Bank.
- World Bank. 1992. *Governance and development*. Washington DC: World Bank.



A migração forçada foi um fenómeno frequente em Angola ao longo século passado e igualmente o destino de vários milhões de Angolanos durante os últimos 20 anos. Este "Occasional Paper" examina alguns dos processos de mudança social em Angola ligados em particular à migração forçada recente para as áreas peri-urbanas das cidades principais, da qual um dos resultados é a fragilidade actual das redes sociais e da solidariedade. Estas mudanças estão, parcialmente, na origem da dificuldade que os moradores peri-urbanos encontram na organização da acção colectiva para resolver problemas comuns.

Este "Occasional Paper" defende igualmente que a reconstrução em Angola deveria incluir o apoio à sociedade civil de base: à reconstituição de redes de ajuda-mútua, às organizações comunitárias e às ligações destas organizações com o governolocal e com as instituições que fornecem os serviços básicos. Este processo, dereforço da sociedade civil e de melhoria da qualidade da governação local, deveriadar ênfase à criação de confiança e responsabilidade mútua.



ISBN 0 - 9688786 - 3 - 6